Série SABOR METRÓPOLE | Volume 14

Corpos e Comensalidades em Discursos

FRANCISCO ROMÃO FERREIRA
ELIANE PORTES VARGAS
MARIA CLAUDIA V. S. DE CARVALHO
SHIRLEY DONIZETE PRADO
Organizadores

EDUFBA

Corpos e comensalidades em discursos

Francisco Romão Ferreira
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Eliane Portes Vargas
Shirley Donizete Prado
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERREIRO, R. F., CARVALHO, M. C. V. S., VARGAS, E. P., and PRADO, S. D., eds. *Corpos e comensalidades em discursos* [online] Salvador: EDUFBA, 2023, p. 342. Sabor Metrópole series, vol. 14. ISBN: 978-65-5630-880-7. https://doi.org/10.7476/9786556308807.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

Corpos e comensalidades em discursos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Niño El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
Maria do Carmo Soares de Freitas
Maria Vidal de Negreiros Camargo

Esta coletânea foi organizada por:

Nectar
núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação
Instituto de Nutrição
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Ladige
laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades
Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Corpus
estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero, Reprodução e Sexualidade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

A série **Sabor Metrópole** é organizada por:

Nectar
núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação
Instituto de Nutrição
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Lacon
laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo
Faculdade de Comunicação Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

nectar
núcleo de estudos sobre cultura e alimentação

LADIGE
Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades - INSC/UFRJ

CORPUS
estudos socioculturais sobre corpo, gênero, reprodução e sexualidade

Francisco Romão Ferreira
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Eliane Portes Vargas
Shirley Donizete Prado
Organizadores

Corpos e comensalidades em discursos

Série Sabor Metrópole
Volume 14

Salvador
Edufba
2023

2023, autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Analista editorial
Cristovão Mascarenhas

Coordenação gráfica
Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Capa
Gustavo Monteiro

Foto de capa
GaudiLab, por Shutterstock, Inc.

Projeto gráfico do miolo
Rodrigo Oyarzábal Schlabitz

Revisão e normalização
Clara Soares Morais de Souza e Bianca Rodrigues de Oliveira

Editoração
Zeta Studio

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

C822 Corpos e comensalidades em discursos / Francisco Romão Ferreira .. [et al.] ,
Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2023.
342 p. (Sabor Metrópole, v. 14).
Textos em português e espanhol.

ISBN: 978-65-5630-536-3

1. Corpo humano – Apectos sociais. 2. Análise critica do discurso. 3. Identidade social - Aspectos nutricionais. 4. Hábitos alimentares – Aspectos sociais. I. Ferreira, Francisco Romão

CDU: 612.392:304

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia | Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

SUMÁRIO

9 **COMENSALIDADES, CORPOS E SUBJETIVIDADES**
Francisco Romão Ferreira
Eliane Portes Vargas
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Shirley Donizete Prado

PARTE I – CORPOS

17 **MASCULINIDADES NEGRAS**
UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E SITUACIONAL NAS RELAÇÕES DE PODER
Jean Pierry Leonardo Oliveira dos Santos
Roberto Carlos da Silva Borges
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

33 **(IM)PORTA O PESO NO CUIDADO A PESSOAS COM OBESIDADE?**
ENREDANDO NOVAS TESSITURAS...
Juliede de Andrade Alves
Lilian Miranda Magalhães
Micheli Soares Dantas
Ligia Amparo-Santos

61 **DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E REPERCUSSÕES NAS MÍDIAS SOCIAIS**
AVANÇOS E RETROCESSOS
Érica de Aquino Paes
Luciane da Costa Moás
Gabriela Quinhones de Souza

85 **"É VOCÊ QUE COMPLETA O NOSSO CUIDADO"**
REFLEXÕES SOBRE O AUTOCUIDADO, GÊNERO, GERAÇÃO E CONSUMO NA PUBLICIDADE DE POLIVITAMÍNICOS
Juan da Cunha Silva
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado
Eliane Portes Vargas

PARTE II – COMENSALIDADES

107 **COMENSALIDADES DE OFICINA**
ESTRATEGIAS COLECTIVAS PARA COMER EN EL TRABAJO
Aldana Boragnio

133 **COMIDAS DA MODERNIDADE E A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BANANEIRAS, ILHA DE MARÉ**
Lílian Lessa Andrade

155 **IDENTIDADE À MESA**
AS COMIDAS DOS IMIGRANTES GALEGOS EM SALVADOR
Fabiana Paixão Viana

175 ***CHEFS* USAM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE O CONSUMO DE ALIMENTOS
Clarissa Magalhães
Flávia Milagres Campos
Fabiana Bom Kraemer

199 **CONSTRUCCIÓN DE LO SALUDABLE EN LA INFANCIA DE URUGUAY**
Pablo Pereira Álvarez
Miguel Olivetti Espina
Ana Clara Lopez Deluccas

PARTE III – DISCURSOS

223 **LUXÚRIA, GULA, *FAKE NEWS*!**
O CONSUMO DOS ABJETOS OBJETOS DO DESEJO
Paulo Roberto Vasconcellos-Silva

249 **O QUE FAZ VOCÊ FELIZ?**
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE FELICIDADE NA PUBLICIDADE
Ana Paula dos Passos Cancio
Francisco Romão Ferreira
Fabiana Bom Kraemer
Shirley Donizete Prado

269 **"PODE SER POR WHATSAPP?"**
ASPECTOS INTERACIONAIS NA FORMAÇÃO DE NUTRICIONISTAS
Maria Irene de Castro Barbosa
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Ana Elisa Bastos Figueiredo (*in memoriam*)

295 **DA REFEIÇÃO EM FAMÍLIA AO PACOTE PLÁSTICO COM SOBRAS DE *SNACK***

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM CENAS DE CINEMA

Mônica Nunes Neustadt
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado

319 **CIDADE COMO ESPAÇO SOCIAL DE CONSUMO SIMBÓLICO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

Daniela Menezes Neiva Barcellos
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

337 **SOBRE OS AUTORES**

COMENSALIDADES, CORPOS E SUBJETIVIDADES

Francisco Romão Ferreira
Eliane Portes Vargas
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Shirley Donizete Prado

Na civilização ocidental, desde a sua origem, o corpo humano é atravessado por diferentes discursos, estudado a partir de inúmeras perspectivas filosóficas, religiosas, artísticas e científicas, refletindo correntes de pensamento muitas vezes antagônicas. Na História da Filosofia, o corpo é visto ora como unidade, ora como dualidade, positividade ou negatividade, ônus ou bônus. Desde o materialismo de Demócrito e Epicuro ao dualismo psicofísico de Platão ou da condenação da carne e dos desejos do corpo no pensamento cristão, chegando até o corpo-máquina produzido pela revolução científica moderna, temos concepções que se alternam: algumas afastam e outras conciliam corpo e alma; algumas condenam e outras exaltam o corpo. (BRAUNSTEIN; PÉPIN, 1999)[1] Essa discussão, ainda que antiga, estende-se até os dias atuais e estamos longe de alcançar unanimidade nesse assunto. Muitos discursos vêm sendo construídos ao longo

1 BRAUNSTEIN, F.; PÉPIN, J. F. *O lugar do corpo na cultura ocidental*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

da história do pensamento ocidental, chegando até nossos dias por meio de uma memória incorporada ao senso comum e disseminada nas mais diversas camadas da vida cotidiana.

O corpo pode ser visto como o suporte e a garantia de nossa presença no mundo. É através dele que as nossas experiências se cruzam, conferindo regramentos e criando hierarquias segundo necessidades e circunstâncias que regem o movimento geral da existência. O corpo é a base, é a estrutura que se constitui na própria existência e se manifesta de forma temporal e finita. É nele que se manifestam todas as atitudes, sejam elas de ordem sensorial, afetiva, emocional, erótica, intelectual ou cognoscitiva. Enfim, é no corpo que se dão as manifestações fundamentais da nossa vida. Mas as formas como essas manifestações acontecem são infinitas, e os mais diversos discursos traduzem as muitas diferenças da vida em sociedade. (VIGARELLO, 2005)[2]

O desenvolvimento da biotecnociência coloca novas questões ao mundo em que vivemos, e nelas o corpo está no meio de um conflito epistemológico. O corpo, de objeto do conhecimento, passa a ser o sujeito da ação, as razões do corpo saltam à frente da cena. Dessa forma, hoje, o conhecimento acerca do corpo não cabe mais nos modelos teóricos disponíveis. As disciplinas isoladas não conseguem traduzir a profusão de saberes e a complexidade que o tema suscita. Ou seja, o corpo está nessa encruzilhada entre interesses distintos, ele é o lugar dessa dinâmica sutil, dessa luta de escolas e teorias, desse trabalho longo de elaboração de estratégias discursivas. Já que ele não se prende a nenhuma apreensão exclusiva – muito pelo contrário, transita e se adapta a cada uma delas –, cabe a nós entendê-lo, compreender sua flexibilidade, sua plasticidade e criar novas formas de conhecimentos e saberes a seu respeito.

A relação entre ciência moderna e corpo vem se construindo desde o Renascimento; nesse processo histórico, cada vez mais o corpo vem sendo desvelado, dissecado, transformado, tornando-se conhecido do grande público. Hoje há um senso comum ampliado, informado pelos meios de comunicação de massa, que fala do corpo a partir de um vocabulário cuja origem está assentada no conhecimento médico. Porém, as pessoas não se dão conta de que o conhecimento acerca do corpo obedece a uma específica geografia e a uma delimitada terminologia médica; tampouco dominam a nosologia científica e

2 VIGARELLO, G. *Histoire du corps*. Paris: Éditions du Seuil, 2005.

os jogos de interesses, os conflitos, os sentidos de cada construção discursiva e os papéis dos atores em movimento na cena contemporânea. Há um largo e importante desconhecimento do campo da biomedicina, ao mesmo tempo em que há a forte reprodução de um discurso – oriundo das "ciências da saúde" e que se torna oficial, naturalizado e "comprovado cientificamente" – acerca do corpo.

Há uma ciência que "simplifica" o corpo, manipulando-o e reduzindo-o a um agregado de órgãos que se comunicam da mesma forma que as partes constituintes de uma máquina. O homem é da mesma forma tratado como um objeto manipulável, uma máquina quase perfeita, uma espécie de relógio cujas peças se ajustam de forma mecânica, bastando uma intervenção simples ou o uso do medicamento correto e o problema estará resolvido. Essa ciência trata o cérebro e/ou o pensamento com as mesmas ferramentas da mecânica clássica, como se ela oferecesse todas as respostas e suas respostas fossem as mais eficazes e sem margem de erro. Afasta-se nesses discursos a perspectiva de que a ciência não possui todas as respostas e de que tanto os processos corporais quanto os processos mentais observados isoladamente não obedecem às tentativas de "naturalização".

Uma mesma lei daria conta de explicar um fenômeno em sua totalidade e apresentaria validade em qualquer ponto do espaço terrestre. Essa ideia de lei universal vem influenciando todo o pensamento posterior a Newton, criando um novo patamar epistemológico. Por essa via, as leis gerais determinariam, através de um movimento contínuo entre moléculas e átomos, todos os afetos, sensações, memórias e desejos; do mesmo modo, uma interferência química ou cirúrgica possibilitaria a transformação no padrão de comportamento, ou uma interferência no código genético possibilitaria uma alteração de práticas corporais.

O corpo é socialmente construído e nele se materializa a relação entre sujeito e sociedade, tornando-se a arena em que acontecem os conflitos simbólicos que refletem questões de cada época. (LE BRETON, 1992)[3] Se o corpo é o principal elo entre o sujeito e o mundo, é ele também que traduz o diálogo entre "natureza e cultura". Dessa forma, o imaginário acerca do corpo vai refletir os conflitos e as diferentes concepções de corpo, corporeidade, relação

3 LE BRETON, D. *La sociologie du corps*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

corpo-mente ou corpo-alma que foram produzidas no passado e ainda podem ser identificadas nos discursos atuais.

Uma nova epistemologia deverá encontrar outras alternativas para lidar com as questões levantadas aqui, pois o novo corpo que está se desenhando, o corpo híbrido, que conjuga biotecnologia, subjetividade, discursos científicos, artísticos, religiosos e políticos, já não cabe nos estreitos manuais de campos teóricos restritos às suas especialidades. Não podemos mais pensar "natureza" e "cultura" com as mesmas ferramentas teóricas do século XVII. É necessária uma nova revolução que retire do discurso racional a sua primazia sobre o corpo e o deixe falar. Mas como entendê-lo? Como fazê-lo?

Segundo o físico Luís Alberto Oliveira (2003),[4] neste milênio em curso, uma nova cosmovisão fundada nos paradigmas da complexidade implicará a concomitante diluição das antigas distinções que demarcavam as fronteiras entre natureza e cultura (ou criatura e artefato), entre sujeito e objeto (ou corpo e pensamento), entre interioridade e exterioridade (indivíduo ou meio). Estamos apenas começando a vislumbrar, nos dias de hoje, as amplas repercussões da dissolução dessas fronteiras que são a nossa herança imediata, o legado com o qual o Ocidente se identificou nos últimos três séculos. Transformações civilizacionais desse calibre não costumam ser experiências pacíficas e serenas.

Aprisionar o corpo em um único discurso (biomédico ou nutricional) é limitar a perspectiva de análise, é isolar o conhecimento em abordagem única, empobrecendo e reduzindo a questão. O olhar que considera a complexidade presente na construção de sentidos acerca do corpo incorpora todas as leituras citadas neste livro, apreende outras interpretações com as quais entraremos em contato em breve e, ainda, integra vários outros discursos sobre o corpo dos que ainda sequer conhecemos a existência.

Nas tribos urbanas, o corpo tem lugar de destaque. Nele são colocados marcas, sentidos e desejos diversos, incluindo os mais recentes de transformação, adequação e até mesmo de reconstrução. O corpo torna-se, então, a arena em que acontecem discursos e conflitos simbólicos, políticos, culturais, étnicos, históricos, religiosos e econômicos, refletindo as questões do nosso tempo, as tensões de uma sociedade marcada pela valorização do individualismo, narcisismo,

4 OLIVEIRA, L. A. Biontes, bióides e borgues. *In*: NOVAES, A. (org.). *O homem-máquina*. A ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 139-173.

hedonismo e consumo. (FERREIRA, 2011)[5] O corpo é um dos elementos fundadores da presença do sujeito na sociedade. A construção da identidade está atrelada a ele e as representações do corpo operam de acordo com as aquelas disponíveis na sociedade, de acordo com as visões de mundo das diferentes comunidades humanas. Nesse processo, a alimentação assume papel fundamental, seja na perspectiva do alimento para o corpo biológico, seja como comida carreadora de símbolos para construção subjetiva da identidade dos sujeitos.

A comensalidade torna-se, então, uma peça fundamental na compreensão da construção desse corpo atravessado por diferentes discursos, pois ela também dialoga com os saberes oriundos dessa máquina de produção de sentidos que circulam nos processos comunicacionais. São muitos os dizeres e interesses que conciliam a construção identitária dos corpos com as diferentes comensalidades disponíveis no jogo simbólico da vida em sociedade. Não comemos apenas pela necessidade biológica; comemos códigos, normas, regras, emoções, afetos, valores e identificações. Nesse sentido, o corpo se constitui pela comensalidade; não há corpo sem comida, como também não existe comida sem a dimensão simbólica da cultura.

Na presente coletânea, temos alguns exemplos desse caleidoscópio de discursos que circulam no nosso imaginário social envolvendo corpo e comensalidade. Vamos encontrar desde construções discursivas que apregoam uma forma de alimentação mais saudável na infância no Uruguai até a promoção do autocuidado através da publicidade de polivitamínicos voltados para pessoas idosas no Brasil. Temos narrativas midiáticas que circulam nas cidades promovendo o consumo simbólico de uma vida saudável, assim como discursos assentados em uma racionalidade que interfere nessa relação do corpo com a comida, a obesidade e as práticas alimentares.

O leitor não encontra apenas discursos que falam da dimensão biológica da existência, reduzindo o corpo ao organismo, e o alimento ao nutriente. Distintamente, esta diante de discursos identitários relativos às comidas étnicas ou regionais, estratégias coletivas para comer no expediente e formas de lidar com a alimentação diante da precarização do trabalho, dos apelos à felicidade pelo consumo, da valorização da magreza e da estigmatização de

5 FERREIRA, F. R. *Ciência, arte e cultura no corpo*. A construção de sentidos sobre o corpo a partir das cirurgias plásticas. Curitiba: CRV, 2011.

pessoas acima do peso cientificamente idealizado. Esses são elementos da comensalidade neste cenário contemporâneo. Os discursos produzidos pela gastronomia ou pelas ciências da alimentação, nutrição e saúde convivem, lado a lado, com enunciados que apresentam *fake news* como verdades validadas pelas mensagens que circulam nas redes sociais. A gula aparece aqui personificando um desejo de consumo que nunca se sacia.

Nos capítulos a seguir, temos uma parcela finita dessa produção infinita de discursos e subjetividades acerca do corpo e da comensalidade. Temos consciência de que os temas em tela são muito amplos e estão presentes desde os primórdios da civilização ocidental, e a nossa tentativa aqui é chamar a atenção para alguns desses pontos naturalizados nos discursos atuais, nos detalhes que integram esse jogo simbólico do qual fazemos parte e que traduzem conflitos do nosso tempo. São apenas detalhes, gotas nesse oceano de discursos, saberes e epistemes. Mas sabemos também que "o diabo mora nos detalhes". Sabemos também que o fenômeno da alimentação é complexo e não cabe nos saberes disciplinares que olham para o alimento e percebem apenas nutrientes e energia, do mesmo modo como olham para o corpo e encontram apenas um organismo biológico que precisa de um combustível para "a máquina".

Com esse elenco temático, damos por realizados os intentos que nortearam a iniciativa de investir na produção desta coletânea organizada em parceria estabelecida entre os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades (Ladige) da Universidade do Federal do Rio de Janeiro; e Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero, Reprodução e Sexualidade (Corpus) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Fundação Oswaldo Cruz. Esta obra corresponde ao número 14 da série Sabor Metrópole, que vem sendo conduzida pelo Nectar e organizada pelo Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Lacon) da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PARTE I

CORPOS

MASCULINIDADES NEGRAS

UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E SITUACIONAL NAS RELAÇÕES DE PODER[1]

Jean Pierry Leonardo Oliveira dos Santos
Roberto Carlos da Silva Borges
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

INTRODUÇÃO

[...] a branquitude não é nomeada [...]. (KILOMBA, 2020, p. 99)

[...] Que quer o homem?
Que quer o homem negro?
Mesmo expondo-se ao ressentimento de meus
irmãos de cor, direi que o negro não é um homem [...].
(FANON, 2008, p. 26)

1 Este capítulo é derivado da dissertação intitulada *Raça, identidade e mídia: o lugar do homem negro e a construção de sua(s) masculinidade(s) no audiovisual brasileiro* e defendida pelo primeiro autor em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet), Rio de Janeiro, Brasil.

As análises do social têm sido profundamente afetadas pelas discussões de raça, gênero e sexualidade. A partir da segunda metade do século XX, principalmente após os anos 1960 e a ascensão social dos movimentos feministas, *gays* e negros na reivindicação de direitos e equidade, as reflexões universalizantes ou estruturalistas sobre o que seriam as sociedades, sua história e relações sociais foram criticadas e afetadas pela evidência de que homens e mulheres (quer sejam brancos ou negros; cisgêneros ou transgêneros; heteroafetivos ou homoafetivos; e com experiências de classe distintas) partilham de sociabilidades e condições distintas de ação no mundo. O corpo – sua inserção no mundo e em relações de poder – e os significados socialmente construídos a partir de experiências individuais e coletivas de classe, gênero e sexualidade ganharam evidência e borraram a pretensão universalizante de várias teorias e/ou filosofias sociais da modernidade.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2002), Stuart Hall fala de um "descentramento do sujeito" ou a "morte do sujeito moderno". As noções de indivíduo tanto para o Iluminismo como para Descartes, com a noção de corpo e razão como algo único, distinto e indivisível, foram profundamente abaladas pelas teorias e mudanças sociais ao longo dos séculos XIX e XX. As críticas ao individualismo e à crença de que razão e mente são soberanas sobre suas vontades, autônomas na definição das relações do sujeito e capazes de desvelar o mundo através do pensamento metódico deslocaram a atenção, em um primeiro momento, para as chamadas "estruturas sociais" e as determinações políticas, socioeconômicas e linguísticas e, posteriormente, para o próprio corpo e como os indivíduos negociam com as normas sociais que definem raça, gênero e sexualidade. Assim, como afirmar a máxima cética de Descartes e da modernidade ("Penso, logo existo!") sem antes compreender as estruturas e o corpo ali implicados nas experiências sociais?

Stuart Hall (2002, 2016), bell hooks (2004, 2019) e Grada Kilomba (2020) nos lembram ainda, cada um a seu modo, que as próprias noções de indivíduo e sujeito moderno foram construídas no colonialismo. A expansão econômica e política europeia definiu os atributos racionais do sujeito moderno ao "Ocidente" eurocentrado e branco; ao resto do mundo percebido

como não branco[2] ou definido como "de cor", traçaram-se barreiras, hierarquias e estratégias de dominação e controle social ao definir os critérios de humanidade dos grupos e indivíduos. Cada autor anteriormente citado explicita como o corpo o negro foi transformado no "outro", definido como a alteridade do sujeito moderno eurocentrado, e, como apontado por Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), foi fruto de uma fantasia e objetificação do colonialismo.

É nessa seara analítica que localizamos o debate sobre masculinidades negras. Ao contrário de categorias generalizantes como sociedade, homem, estrutura social, identifica-se que a subjetividade e formação dos indivíduos negros masculinos é socialmente determinada pelas dinâmicas da branquitude – as estratégias de supremacia branca na construção da hegemonia e controle social das sociedades coloniais e pós-coloniais. As epistemologias do feminismo negro foram as que primeiro colocaram a questão de como as mulheres negras posicionavam-se em relação à sororidade das mulheres brancas e à dominação do patriarcado racial (branco) (HOOK, 2004, 2019; KILOMBA, 2020); e esse mesmo movimento nos coloca a pergunta sobre a condição situacional das masculinidades negras nessas estruturas sociais. O capítulo caminha por essas duas questões: a branquitude e a posição situacional da masculinidade negra. Fazemos uma intervenção no debate de raça, gênero e sexualidade refletindo sobre os corpos masculinos negros e as implicações sociais de norma e construção da subjetividade nas relações do patriarcado racial (branco).

BRANQUITUDE E RELAÇÕES RACIAIS

O projeto colonizador, seja no Brasil ou nos demais países das Américas, Ásia e África, atendeu a interesses mercantis mediante o acúmulo e posse de terras, riquezas, expropriação, produção e acúmulo de bens – entre demais mazelas cometidas por colonizadores brancos europeus.

2 Não branco é uma construção discursiva que, ao ratificar a existência/subjetividade de pessoas brancas como referência de humanidade, reforça o apagamento de pessoas negras, indígenas, orientais...

Porém, o propósito e o arraigamento dessas ações também se tornaram chave para o processo de universalização e generalização de um padrão de vida, sociedade e indivíduo. Isto é, a um paradigma eurocêntrico como marco referencial de raça ou humanidade. Os outros, aqueles que se colocavam na margem da Europa e seu domínio, eram designados e nomeados, enquanto se racionalizava uma história e memória eurocêntrica e branca que não era categorizada e tipificada, por ser vista como universal. Logo, dentro desse violento processo, o negro – ou sua negritude – circunda como algo adjacente ao corpo branco. Como diria o filósofo e jurista Sílvio Almeida (2018, p. 20):

> [...] o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal [...] e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.

Dentro dessa lógica, portanto, impera a branquitude como um sistema "universalizado", ou seja, que não precisa ser nomeado e que alimenta o racismo estrutural. E é justamente por isso que a noção do que é ser branco precisa ser compreendida e debatida para entendermos como se perpetuam as desigualdades e as estratégias de dominação e controle social. Primeiro, é importante frisar que essa categoria "branco", discutida pelo viés racial, é uma proposição muito recente dentro das discussões das relações étnico-raciais pelo mundo, especialmente no Brasil.

Segundo o pesquisador Lourenço Cardoso (2010), os Estados Unidos foram os precursores nesse debate, cabendo a W. E. B. Du Bois, em 1935, esse pioneirismo, seguido pelo martinicano Frantz Fanon – com *Pele negra, máscaras brancas* (2008), em 1952, sobre a identidade racial branca. Aliás, Fanon é um dos mais importantes autores nessa relação das análises raciais entre o negro e o branco e de como o último assume essa condição de ser "único", criando limitações para o alcance da condição humana. Sobre isso, o intelectual Achile Mbembe (2018, p. 277) afirma que "[...] é preciso reimaginar 'o negro' como a figura daquele que está a caminho, que está pronto a se pôr a caminho, que experimenta o arranchamento e a estranheza".

Aqui no Brasil, um dos primeiros a tocar nessa questão foi Alberto Guerreiro Ramos no texto "O problema do negro na sociologia brasileira" (1995). Publicado em 1954, quando o autor se vinculava ao Teatro Experimental do Negro (TEN) e ao ensino de Ciências Sociais na formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a análise deslocava o debate da Sociologia: ao invés de falar do "problema negro", tematizava a "patologia social do branco". (RAMOS, 1995) Num momento em que o país havia publicado a primeira lei contra injuria racial (Lei Afonso Arinos, de 1951) e na discussão sobre o que seria o "problema social do negro" na sociedade brasileira, Guerreiro Ramos afirmava a necessidade de se recuperar a "vivência" da população negra, identificada como parte fundamental e constitutiva do "povo brasileiro", e falava das fabulações do "problema negro" como uma questão relativa à "brancura", ao pensamento sem autenticidade e sentimento colonial de superioridade do branco sobre o povo brasileiro (RAMOS, 1995). Para Liv Sovik (2004, p. 369), "Guerreiro Ramos abriu frentes que ainda estão presentes na discussão" sobre branquitude.

A noção de superioridade e de afirmação perante traços europeístas é uma forma de garantir a manutenção e a primazia de ser "o universal", garantindo, portanto, os privilégios e a cumplicidade para os brancos. Uma das principais estudiosas sobre o papel do branco em nossa sociedade, a partir dos anos 2000, foi a pesquisadora Edith Piza. Numa ideia compartilhada com a americana Ruth Frankenberg (1999), ambas apontavam que, por não se achar racializada, a branquitude era invisível e não marcada, levando a crer que os atos por ela praticados eram sem a consciência racial necessária para se questionar acerca do *status quo* singular e coletivo dos privilégios dessa posição social.

Já para as autoras Iray Carone e Maria Aparecido Bento (2002, p. 29), o termo da branquitude define-se pelos "traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento". Isso explicaria dois sintomáticos fatores dentro das relações interétnicas brasileiras que fundamentam, por um lado, a diferenciação racial e, por outro lado, levam à manutenção do racismo estrutural: o "medo do outro" e os "pactos narcísicos", conforme definição do livro *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2002).

O primeiro encontra respostas no medo que os brancos encontrariam de perder a superioridade que garante seus privilégios. O segundo, por outro lado, está ligado ao isolamento, à exclusividade e ao pacto de cumplicidade

mantido em espaços em que os brancos coexistem e isolam negros. A dinâmica de como a branquitude opera denota a complexidade para enfrentá-la. O negro, dentro desse emaranhado, enfrenta, portanto, preconceitos fundamentais. Na medida em que não detém poder, precisa ser nomeado para ser reconhecido em sua completude – e, sobretudo, humanidade –, uma vez que as origens da desigualdade esbarram em preconceitos históricos. Não apenas históricos, mas principalmente hegemônicos. Segundo Stuart Hall (2002, p. 93-294), a hegemonia:

> Representa o grau de autoridade exercido de uma só vez sobre uma série de 'posições'. O domínio não é simplesmente imposto, nem possui um caráter dominador. Efetivamente, resulta da conquista de um grau substancial de consentimento popular. Representa, portanto, o estabelecimento de uma enorme capacidade de autoridade social e moral, não dirigida simplesmente aos partidários, mas à sociedade como um todo.

Nesse sentido, a questão se liga às formas como os grupos justificam as hierarquias de classe, raça e gênero, baseadas no senso comum, e alijam outros grupos de posições estratégicas para a conquista de autoridade moral e social para criar o consenso; o que é suficientemente capaz de estruturar o racismo tal como o conhecemos, uma vez que a noção da diversidade e/ou pluralidade racial está ausente nas várias posições sociais dominantes na sociedade brasileira, já que essa sociedade gera um discurso que identifica a mestiçagem como uma bonança e como sinônimo de harmonia social e democracia. Nesse ponto, a noção de quem é branco e de quem é negro estrutura as relações mantendo o rigor da universalização do primeiro e o "universo paralelo" do segundo. Segundo Sovik (2009, p. 50):

> O valor da branquitude se realiza na hierarquia e na desvalorização do ser negro, mesmo quando 'raça' não é mencionada. A defesa da mestiçagem às vezes parece uma maneira de não mencioná-la. A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência de brancos.

Sendo, portanto, a branquitude implicitamente não racializada, mas explicitamente marcada, a existência do negro é negada dentro das mesmas balizas da ideologia da mestiçagem. Nesse quesito, o racismo estrutural age numa intricada cadeia ao enquadrar a negritude e seus indivíduos como antagonistas no processo racial brasileiro, diluídos e subtraídos no convívio inter-racial. Marcelo Paixão (2014, p. 304) explica que, "[...] no interior desse ponto de vista, são as disparidades nas condições socioeconômicas que garantem a qualidade dos modelos de interação entre brancos e negros no Brasil".

Grada Kilomba (2020, p. 77), para quem o racismo é um fenômeno psicológico e cotidiano que caminha junto à noção de nação e território, diz aqui que o racismo "se configura quando pessoas negras são excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas, e as instituições agem na perspectiva que privilegiam os/as brancos/as e mantém suas vantagens em detrimento as vidas negras". Doutora em Serviço Social e professora, branca, da Universidade Brasil, Ana Helena Passos em entrevista ao TAB UOL[3] explica que "houve um plano político, social, cultural, econômico de misturar todo mundo, para criar uma identidade única brasileira. O ônus disso foi silenciar uma identidade negra no Brasil" e uma identidade nacional assimilacionista que é incapaz de formular a questão da equidade e cidadania para negros e negras.

A RELAÇÃO SITUACIONAL DA MASCULINIDADE NEGRA: "DUELOS VIRIS"

Esse ônus, dentro das relações situacionais das masculinidades, normaliza comportamentos, olhares, pensamentos que naturalizam o homem negro no imaginário social. Isso porque, segundo a definição do antropólogo Rolf de Souza (2013, p. 36), "[...] a masculinidade é uma experiência coletiva em que um homem busca reconhecimento através de práticas com as quais conquistará visibilidade e status social perante seu grupo". Mas a imagem e semelhança nesse quesito coloca homens brancos e homens negros em patamares diferentes. Ou seja, é a ideia já postulada pela australiana Raewyn Connell (1995): para a cientista social, só pode haver uma valorização desse homem e de sua

3 Ver em: https://tab.uol.com.br/edicao/branquitude/#page4.

masculinidade se o outro, indiscutivelmente, for subalternizado. Os aparatos que agem sobre esses escopos podem ser tantos simbólicos (estereótipos, representações negativas etc.) quanto físicos (aparato policial, prisional, entre outros). Essa perspectiva não é algo novo e faz parte das sujeições e embates aos quais as identidades raciais entre brancos e negros estão sujeitas pelos contextos históricos da agência e das negociações. Osmundo Pinho (2004, p. 65) aponta o seguinte ponto ao tratar da masculinidade:

> [...] quando se fala de hegemonia e subalternidade, fala-se de processos dinâmicos de construção e reconstrução de hegemonias ou de consensos parciais sobre o sentido das relações sociais, seus significados e práticas instituintes. Ou seja, hegemônicos e subalternos não estão definidos essencialmente, mas sim como sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação que ocorrem em contextos sociais estruturados, porém abertos à inovação.

Esse jogo de poder assume outra nomenclatura para Christelle Taraud (2013), intitulado "duelo viril". Objetivamente, trata dos atravessamentos metafóricos entre homens brancos e negros permeados pelas alteridades coloniais e pós-coloniais de virilidade e masculinidade em âmbitos sociais, de poder, afetivo-sexual – relacional. A partir desses marcadores, as tensões raciais presentes nas masculinidades adotam um caráter político e ideológico, em que o homem negro se torna refém e ao mesmo tempo possuidor de elementos discursivos no qual suas características servem de fetiches coloniais e nacionais, tanto para homens (brancos e negros) quanto para mulheres (brancas e negras).

Se aliarmos as ideias viris com o conceito da mestiçagem e a epistemologia da colonização, coube aos homens negros construírem e espraiarem-se num local confinado para subsistir. Assim sendo, se humanidade e virilidade para serem positivadas precisam, concomitantemente, ser vinculadas a fatores e práticas instituintes dos sujeitos na política, religião, cultura, dança, língua, guerras, culinária, entre outras deliberações socioculturais – logo, para desvirilizá-los e, portanto, conferir ganho e valia nesse duelo –, é necessário subtrair as conquistas dos homens negros.

Ou seja, deve-se atribuir reconhecimento e admiração suficientemente capazes de garantirem superioridade de um em detrimento do outro em determinado contexto social. Assim, o homem sem virilidade perde valor e incorpora uma série de valores negativos. Isso por si só se torna eficiente para o embate discursivo entre ambos, em que os estereótipos dos homens negros e as dificuldades para assimilar e alcançar ideologicamente o "ser universal" (o branco) são interrompidos quando ele precisa ser nomeado (homem "negro"), tornando-se o côncavo (o outro) enegrecedor do convexo (o branqueador). Dessa forma chegamos ao que Frantz Fanon já nos informa como boa reflexão sobre a sujeição da masculinidade negra: "o negro não é um homem". Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), Fanon utiliza o signo "homem negro" para falar do sujeito negro nas relações coloniais e processos de desumanização e também para designar a si mesmo e sua experiência masculina.

Diante desse dilema posto, não há respostas ou saídas fáceis para a questão quando se olha para a sociedade brasileira. A fantasia da democracia racial despertou tensões raciais e uma ilusão que, de muitas formas, naturalizou violências simbólicas e reais, criando lugares de privilégio (inclusão) e discriminação (exclusão). Izildinha Nogueira (1998, p. 116) vai dizer que: "'Ser branco' tanto quanto 'ser negro', para além da tonalidade que reveste o corpo dos seres humanos, representam 'valores', significados. Para além do branco, está a brancura, e tudo quanto essa condição de branco 'simbolicamente' representa para o negro".

Portanto, os ressignificados dessa correlação de forças (subordinador *versus* subordinado) passam pela compreensão das construções individuais e coletivas do que é ser negro, ainda atreladas a processos de sujeições hegemônicas, que pautam a forma como a autoestima e identidade são "amarradas".

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E A RACIALIZAÇÃO DO HOMEM NEGRO

Partindo da afirmação de Fanon (2008), chega-se ao entendimento de que para ser um homem em uma sociedade racista, o negro precisa ser sujeito e sujeitar-se a (processo de sujeição). Alcançar esse patamar exige abrir mão de sua identidade e negociar um outro padrão de masculinidade que possa colocá-lo em evidência.

Como diz bell hooks (2004), o homem negro estaria amarrado na dor da masculinidade patriarcal hegemônica, e o padrão hegemônico patriarcal é branco.

Vale dizer ainda o seguinte: o conceito de masculinidade hegemônica aqui colocada não se refere a um simples modelo de reprodução social. Nas pesquisas encontradas sobre o termo, defronta-se com um modelo em que as masculinidades subordinadas precisam ser reconhecidas, a partir das lutas sociais travadas entre privilégio *versus* poder, raça *versus* gênero, e que por isso mesmo influenciam na persistência de formas dominantes de performance social e íntima de ser negro.

A subalternização desses homens não hegemônicos, que são informados pela cor da pele, se traduz em incorporar os valores simbólicos e morais proporcionalmente opostas aos seus desejos. O controle, a rivalidade e a branquitude como universalidade ocupa o espaço necessário para o homem negro que busca ser humanizado em sua subjetividade. Nesse sentido, segundo Montenegro (2011), a identidade é mobilizada na determinação performática (estética), e não como constituição de alteridade das interações sociais. Isso porque:

> [...] uma experiência coletiva onde um homem busca inserções através de práticas com as quais irá garantir para si visibilidade e status social, assim, para compreender a masculinidade devemos analisa-las como um processo social construído por homens e mulheres que, embora com papéis diferentes, são igualmente importantes. (SOUZA, 2009, p. 98)

O desarranjo entre a performance e a identidade é uma consequência inevitável e um deslocamento que se faz necessário quando a masculinidade negra é velada em sua completude. Em outras palavras, podemos traduzir isso numa masculinidade tóxica, isto é, uma dimensão social e íntima em que sua abordagem com o meio social se perfaz complexa e, simbolicamente, como um homem colonizado na prática, ainda que isso não seja algo fixo. A toxicidade reflete-se no fato de que o modelo de masculinidade não foi feito por e para homens negros, mas é absorvido por esses sem que gozem dos mesmos privilégios, sem tempo para maiores diálogos e reflexões sobre a construção de sua sexualidade e afetividade, pois como diz Alan Ribeiro (2014, p. 4):

> Quando se percebe as masculinidades negras a partir da masculinidade hegemônica como símbolo do poder patriarcal racial, este modelo pode nos levar a reduzir as leituras sobre a) as complexidades das subjetividades vividas por homens negros percebidas sobre si mesmos e b) as múltiplas práticas sociais por eles experenciadas ao suposto status subordinado no interior da estrutura racial dominante e do regime de gênero.

Ainda que a luta por essa dimensão de homem esteja calçada dentro da categoria de rivalidade entre brancos e negros e suas masculinidades, vale ressaltar que existe um encadeamento que reverbera isso pela relação de controle. Quem melhor nos informa é Souza (2009, p. 109, grifo do autor):

> Essa luta pelo reconhecimento como um *homem de verdade*, ou como sujeito homem, utilizando uma categoria nativa carioca, é o que eu chamo de *falomaquia*. Esta luta pode redundar não somente na emasculação, morte simbólica de um homem, mas também na sua morte física.

Ainda sobre a "falomaquia" vale ressaltar que a rivalidade, segundo Conell (1995), se dá porque os mitos criados em torno do homem negro e sua sexualidade assombram alguns homens brancos, estabelecendo assim uma relação tensa de contraste na disputa por mulheres brancas e negras. Ou seja, as representações sobre a sexualidade e o tamanho do pênis do homem negro se constituem como uma das maiores interações "viris" em oposição aos homens brancos pelo prestígio da masculinidade hegemônica ocidental.

A disputa pelo reconhecimento, desse jeito, é marcada por uma subjetividade e alteridade pretensamente dupla: uma de si e uma de sujeição. Invariavelmente, o homem negro interdita sua masculinidade numa categoria de desajuste, perante toda a sua potencialidade. A expressão dessa dupla masculinidade ressoa na mesma duplicidade expressa por Fanon (2008, p. 33) quando esse diz que "[...] a adoção da língua francesa é o que torna o homem negro um verdadeiro homem".

Não obstante, é comum repararmos que homens brancos, heterossexuais e de classe média são vistos e tidos como se não tivessem raça, gênero e por isso mesmo são as referências universais de ser humano. Por outro lado, homens negros, além de serem racializados e colocados à margem do "ser universal", são descaracterizados quanto as suas variações polissêmicas, múltiplas e contraditórias de ser homem e/ou masculino.

Logo, ser homem e negro não implica reproduzir a norma heterogênea. Numa sociedade marcada pela não alteridade, o termo "subjetividade" também é atravessado pelo racismo. O impacto dessa situação é a autopreservação, ou seja, se não se pode deixar de ser negro, é preciso negociar códigos morais e comportamentais para ser validado. Essa reintrodução – de ser um "macho-alfa" tal qual os pares brancos estabeleceram como regra – questiona e desloca o homem negro para um padrão heteronormativo.

Diante dessa sexualidade "compulsória", Osmundo Pinho (2004, p. 129) vai dizer que "(o) movimento social negro acabou por produzir um certo masculinismo negro, como a pré-suposição de uma identidade negra que é masculina, exclui a mulher e o homossexual". Assim, cria-se duas lógicas distintas entre as performances masculinas negras: uma em que o homem negro hétero, às vezes, se faz sentir-se superior em relação à mulher e aos LGBTQIA+, e outra em que os homens negros homossexuais aderem à masculinidade compulsória heteronormativa para sobreviver e/ou assumem sua própria sexualidade e são incompreendidos ou rechaçados entre os próprios pares.

Mas esse exercício de categoria, performance e estética celebrado sob bases hegemônicas, e que desloca o sujeito (homem negro) de sua plena realização como indivíduo, não é uma exclusividade das relações interraciais ou das masculinidades. A questão pode ser desdobrada em diferentes esferas da vida, em que os códigos ambivalentes da masculinidade são reconhecidos e colocados em disputas de poder, valores e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão de raça, gênero e sexualidade é central na renovação das Ciências Sociais e no debate público atual. A filósofa Judith Butler, no livro *Corpos em aliança e a política das ruas – notas para uma teoria performativa de assembleia* (2019, p. 52), faz uma crítica a Hannah Arendt, que imagina

uma esfera pública em que o "corpo não entra no ato de fala, e que o ato de fala é entendido como um modo de pensar e julgar", numa divisão rígida entre o domínio da vida/trabalho e da política, do espaço público e privado. Almejando uma esfera pública ampliada em "assembleias", reconhecendo a agência dos vários atores sociais em alianças que rompam com a hipernormatividade e precarização do corpo no espaço público, Butler fala da impossibilidade de se refletir sobre a sociedade sem identificar as diferentes injunções normativas e interdependências que se corporificam na nossa subjetividade e nas performances para negociar as identidades sociais.

As performatividades de raça, gênero e sexualidade são atos de fala e atos políticos[4] que rompem e/ou negociam com o "normal", o senso comum instituído pelos grupos hegemônicos. E, no caso das masculinidades negras, elas se estabelecem a partir de três referências: a branquitude nas sociedades coloniais e pós-coloniais e no Brasil; as disputas de virilidade e as tentativas de subordinação da masculinidade negra; e as fantasias e ideias de normatividade sobre o homem negro construídas no patriarcado racial.

A máxima fanoniana de um mundo colonial que desumanizou e objetificou o sujeito negro, subordinando-o e sujeitando-o à brancura eurocêntrica, tem uma dimensão singular e estrutural quando vista do ponto de vista situacional da masculinidade negra. E este texto teve como objetivo desenvolver esse ponto de vista, explorando uma questão teórica da reflexão sobre os condicionantes das agências e da construção dos sujeitos na pós-modernidade ou, como prefere Hall, na "modernidade tardia" – em que não rompemos com a reflexividade e o ideal de sujeito moderno, mas este se encontra definitivamente deslocado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. (org.). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

4 Sobre o conceito de performatividade em Butler (2003, 2019).

BUTLER, J. P. *Corpos em aliança e a política das ruas* – notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, L. Retrato do branco racista e anti-racista. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 46-76, 2010. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055. Acesso em: 15 jul. 2020.

CARONE, I.; BENTO, M. A. (org.). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

CONNELL, R. W. *Mascu linities*. Cambridge: Polity Press, 1995.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FRANKENBERG, R. *White women, race masters:* the social construction of whiteness. Mineápolis: University of Minnesota, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. *In*: SOVIK, L. (org.) *Da diáspora*: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 276-316.

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri: Puc-Rio, 2016.

HOOKS, b. *Olhares Negros*: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, b. *We Are Cool*: black men and masculinity. New York: Routledge, 2004.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MONTENEGRO, C. *Homem Ainda não existe*: compartilhando reflexões para que ele exista. Rio de Janeiro: Torre, 2011.

NOGUEIRA, I. B. *Significações do Corpo Negro.* 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PAIXÃO, M. *500 anos de Solidão.* Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Paraná: Appris, 2014.

PINHO, O. A guerra dos mundos homossexuais: resistências e contra-hegemonias de raça e gẽnero. *In*: RIOS, L. F.; ALMEIDA, V.; PARKER, R. *et al*. (org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde.* Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 127-135.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S.(org.). *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 59-94.

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. *In*: RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p. 163-215.

RIBEIRO, A. A. M. Homens Negros, Negro Homem: para discutir masculinidades negras na escola. *Gênero e Educação*, [*s. l.*], 2015. Curso Educação, Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade e Raça. Disponível em: https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Homens-negros-Negro-homem-para-discutir-masculinidades-negras-na-escola_AlanRibeiro.pdf. Acesso em: 29 abr.2023.

SOUZA, R. R. As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades*, Rio de Janeiro, ano 3, v. 6, p. 97-115, 2009. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/5500. Acesso em: 15 jul. 2020.

SOUZA, R. R. Falomaquia: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 34, p. 35-52, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41516. Acesso em: 29 abr. 2023.

SOVIK, L. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. *In*: WARE, V. (org.). *Branquidade*: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386.

TARAUD, C. Virilidades coloniais e pós-coloniais. *In*: COURTINE, J. (ed.). *História da Virilidade 3*: a virilidade em crise? séculos XX e XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 454-483.

(IM)PORTA O PESO NO CUIDADO A PESSOAS COM OBESIDADE?

ENREDANDO NOVAS TESSITURAS...[1, 2]

Juliede de Andrade Alves
Lilian Miranda Magalhães
Micheli Soares Dantas
Ligia Amparo-Santos

INTRODUÇÃO

Em 30 de dezembro de 2021, a seção Universa do portal de notícias e entretenimento do *site* UOL apresentou uma matéria sobre as críticas de usuários a uma *digital influencer* e ativista antigordofobia, após um *post* no Instagram.

1 Este texto apresenta resultados da pesquisa de doutorado de Juliede Alves, oriundos do projeto de pesquisa "Corpos, obesidades e práticas integrativas e complementares em saúde: etnografando modos de cuidado em um centro de referência da rede SUS".

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001; pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (408611/2017-0); e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), por meio do Edital de Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada da Saúde (PPSUS/BA), da Fapesb, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), CNPq e Ministério da Saúde (nº 003/2017).

Tratava-se de duas fotomontagens do tipo "antes e depois", comemorando seis anos sem dieta. A primeira imagem comparava uma foto de 2015 ("o antes", à esquerda) com uma foto de 2021 ("o depois", à direita). A segunda imagem seguia a mesma lógica, porém uma foto era de 2020 e a outra de 2021. Nas fotos, a *digital influencer* estava em posições semelhantes e usava a mesma *lingerie*. Parte da legenda do *post* continha as seguintes sentenças: "[...] E aprender a comer, a fazer movimentos pelo meu bem-estar, pela qualidade de vida, aí sim mudou tudo mesmo. É pela saúde. Não é pra ser magra. Não é pra ser sarada. É pra ter um estilo de vida pra sempre. Emagrecimento? Consequência dos meus hábitos".[3]

Na visão dos usuários e *digital influencers* que teceram as críticas, a ativista contradisse o seu discurso antigordofobia ao associar o corpo mais magro à saúde e ao emagrecimento, como consequências de um estilo de vida mais saudável. Eles alegaram que esse tipo de *post* compara um corpo "inadequado" (antes) a um corpo mais próximo do que se considera como "padrão" (depois).

Vale ressaltar que críticas às fotos de "antes e depois" foram também proferidas pela própria *digital influencer*, em 2019, no seu canal do YouTube em um vídeo intitulado "5 razões para não postar antes e depois". Ela analisa que o "antes e depois" é completamente focado na aparência; endossa a cultura do corpo perfeito; pode gerar uma insatisfação com a velocidade das mudanças corporais; pode ter sofrido manipulação na foto que representa o "depois"; além de pessoas que se identificam com o "antes" poderem se sentir "fracassadas".

Desse modo, para os que teceram as críticas, o vídeo tornou ainda mais problemática a incoerência do discurso sustentado pela *digital influencer* de que o peso corporal não importa para ser feliz e de que o peso não determina a saúde ou a beleza. Contudo, no *post* do "antes e depois", a associação do menor peso com um estilo de vida mais saudável estava em destaque, o que remete à percepção estigmatizada da gordura como resultado da preguiça, de hábitos não saudáveis e do descuido consigo. (FISCHLER, 1995; VIGARELLO, 2012)

3 A *digital influencer* apagou o *post*. Para mais informações, acessem: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/12/30/ativista-posta-foto-de-antes-e-depois-e-e-criticada-gatilho.htm.

Diante do exposto, compreendemos que a cena aqui trazida revela que o peso corporal está no centro de uma disputa de narrativas no contexto contemporâneo. De um lado, a ciência da obesidade e a sua episteme evocaram durante quatro décadas (de 1980 a 2020) a importância do seu manejo, delineando um conjunto de ações e estratégias de emagrecimento dos corpos como fundante para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Tal narrativa foi imbricada a outros discursos, como o estético e o midiático-publicitário, a partir dos quais se produziu a referência do corpo magro como a possibilidade unívoca de uma existência plena.[4] De outro, encontra-se uma miríade de narrativas oriundas da própria ciência, a exemplo dos *critical weight studies*, *fat studies*, somados aos movimentos antigordofobia (Health at Every Size, Corpo Livre, Vai ter Gorda, Body Positive, entre muitos outros) que trazem à tona diversas pautas sobre o corpo, dentre elas a do peso corporal como evidência de saúde e beleza.

Decerto que fenômenos e estudos recentes sobre a relação entre o Índice de Massa Corporal (IMC) e a morbimortalidade (KUK et al., 2011), a profusão do estigma corporal (POULAIN, 2013) ou ainda o reconhecimento de que tais estratégias não têm sido efetivas para o controle e prevenção da obesidade no mundo têm trazido conturbações no campo das políticas de saúde, alimentação e nutrição. (SWINBURN et al., 2019) Ralston e demais autores (2018) e Swinburn e demais autores (2019), ao proporem, entre outras estratégias, a centralidade do cuidado da pessoa no lugar do peso corporal, deslocam o enfoque da responsabilização dos sujeitos para a dimensão social. Ademais, ao assumirem a perspectiva sistêmica que alia desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, conformam uma politização do debate sobre o fenômeno da obesidade, alimentando a discussão ao passo que pluralizam as narrativas. No Brasil, a segunda edição do *Guia alimentar para a população brasileira* (2014) tem sido uma das principais ferramentas de promoção de ambientes alimentares mais adequados e saudáveis e de enfrentamento ao elevado consumo de alimentos ultraprocessados. (OLIVEIRA; SANTOS, 2020) Entretanto, para fins deste capítulo, especulamos que há um certo reducionismo nessa arena de

4 Não aprofundamos amiúde a complexidade do estatuto do corpo magro e suas distintas possibilidades aliadas a outros marcadores fundantes: o corpo magro-jovem-branco-eurocentrado e suas relações de opressão.

debates quando tratamos da importância do peso corporal para a promoção da saúde, em especial na atenção primária à saúde: importa ou não importa?

Para tanto, como estratégia de reflexão sobre esse debate, somados à primeira cena apresentada são analisados dois casos selecionados a partir de um estudo etnográfico realizado em um Centro de Atenção Secundária (CAS) do Sistema Único de Saúde (SUS), localizado em Salvador, Salvador (BA). O estudo foi desenvolvido no decurso de uma tese de doutorado entre os meses de janeiro e julho de 2019. Tal estudo teve como objetivo compreender de que modo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) atuam na produção do cuidado às pessoas com obesidade em um serviço de AAE, no qual há distintos espaços de cuidado, com diferentes racionalidades médicas e práticas terapêuticas.

Embora tenham ocorrido no mesmo serviço de saúde, cada caso está situado em um espaço de atenção distinto, considerando a diversidade de práticas de cuidado que o serviço propõe: o Ambulatório de Pics e o Ambulatório de Obesidade da Residência Médica em Endocrinologia do serviço de AAE.

DESCREVENDO OS ESPAÇOS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NO SERVIÇO DE AAE

Inaugurado em 1994, o serviço de AAE é uma unidade de atenção secundária à saúde voltada ao atendimento ambulatorial multidisciplinar de pessoas com obesidade, diabetes e outras endocrinopatias. No período da pesquisa, na Ala do Ambulatório de Obesidade da Residência Médica, os atendimentos eram realizados por residentes. No ambulatório de Pics, por sua vez, a equipe era composta por uma enfermeira, uma psicóloga, uma assistente social, uma técnica de enfermagem e uma voluntária – oriunda de outra unidade de saúde do SUS. Todas no ambulatório de Pics tinham ao menos formação nas seguintes práticas: auriculoterapia, frequência de brilho, *reiki*, reflexologia podal e cromoterapia.

Embora não haja a pretensão de abordar com profundidade a questão de gênero, é importante ressaltar que indubitavelmente o tema atravessa este capítulo. Não foi de modo aleatório o fato de que todos os casos usados para ampliar a discussão sobre o peso corporal foram protagonizados por mulheres (*digital influencer*, usuárias do SUS e profissionais de saúde). O número de mulheres atendidas no Ambulatório de Obesidade do do serviço de AAE é

superior ao dos homens e essa característica se repete na equipe multidisciplinar do Ambulatório de Obesidade da Residência Médica, enquanto a equipe de saúde do Ambulatório de Pics é composta exclusivamente por mulheres. Deve-se considerar também que este capítulo foi escrito por quatro mulheres que lidam cotidianamente com seus próprios corpos e com os corpos de outras pessoas, todos estes envolvidos em múltiplas questões, incluindo o peso.

Interseções entre o feminismo e o corpo gordo marcaram as duas primeiras ondas[5] dos movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa. Durante a primeira onda do feminismo, o corpo gordo foi tratado com hostilidade, enquanto a segunda onda adotou uma postura distinta da anterior e acolheu as mulheres gordas que encontraram espaço propício para lutar pela valorização dos seus corpos e contra os sistemas de opressão. (FARREL, 2011) Nessa perspectiva, Tovar (2008) sugere que o peso está atrelado à misoginia, pois mulheres gordas são interpeladas como menos femininas por não parecerem frágeis e delicadas. A autora analisa que a associação da magreza como padrão de beleza e de saúde exclui outras possibilidades de corpos e coloca todos como alvo da gordofobia, pois mesmo os que não são gordos exercem uma autovigilância para que não se tornem gordos.

No que concerne às protagonistas deste estudo, Sofia era assistente social e reikiana, integrava a equipe de saúde do serviço de AAE, tinha cerca de 40 anos, era parda e magra; Maria era médica, residente em endocrinologia substituir "do serviço de AAE" por: do serviço de A, tinha menos de 30 anos, era branca e magra. Brisa era uma mulher branca, solteira, tinha cerca de 30 anos, não tinha filhos e trabalhava em uma área nobre da cidade de Salvador. Joana era uma mulher parda, tinha 42 anos, residia em um bairro localizado no subúrbio do mesmo município, se dedicava às tarefas domésticas, era casada e tinha uma filha. As últimas eram usuárias do serviço de AAE.

Embora seja diverso quando se trata de questões raciais, geracionais, de classe socioeconômica, dentre outras, esse é um cenário majoritariamente de mulheres elaborando estratégias de cuidado com e para outras mulheres, no

5 A primeira onda do feminismo ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, e a segunda onda emergiu entre os anos 1960 e 1970. (KROLØKKE; SØRENSON, 2006)

qual supõe-se que haja uma relação dialógica a partir do afeto. Ressalta-se que interseccionalmente esses marcadores são também balizadores das dinâmicas estabelecidas nas cenas do cuidado.

"*UMA CADEIRA QUE TEM TRÊS PERNAS PRECISA DE UMA DELAS*": O CUIDADO NO ÂMBITO DO AMBULATÓRIO DE OBESIDADE

Em uma das visitas ao serviço de AAE foi possível assistir ao atendimento médico de Brisa no Ambulatório de Obesidade da Residência Médica, realizado por Maria, uma das médicas residentes em endocrinologia.

Maria chamou Brisa, que estava sentada na sala de espera, e ela prontamente se levantou, pois sabia que deveria acompanhar a médica. Entrei com as duas em uma das salas de atendimento do ambulatório. Maria tinha sobre a mesa o prontuário médico de Brisa aberto e salientou que havia um encaminhamento médico para que esta se consultasse com a psicóloga e a psiquiatra. Brisa, entretanto, não conseguiu estar presente em nenhuma das duas consultas e contou à médica que o resultado de não ter ido aos atendimentos "*não foi bom. Tudo desandou. O desespero tá começando a bater*", pois ela aumentou o peso corporal, apesar de não saber mencionar objetivamente o quanto engordou. Semanas anteriores à consulta, Brisa teve liberação do trabalho para cuidar da mãe que havia sofrido um acidente. O fato de estar em casa durante esse período a deixou mais ansiosa e muito preocupada com o ganho de peso. Parte do seu peso atual não era desejado. Ela não queria que a matéria perdida voltasse, ainda que parcialmente, a fazer parte do seu corpo e estava sendo desesperador ver o "retrocesso" das métricas, o que também parecia ser um "retrocesso" dos seus esforços. O desespero de Brisa representava um corpo sem controle e que não conseguia exercer a autovigilância. Para ela, media-se o fracasso e o sucesso do processo em centímetros e em quilos. Portanto, era necessário retomar o controle que havia sido interrompido.

A residente alegou que naquele momento o ganho de peso não era o maior problema, mas sim o estado da cabeça de Brisa. Leu no prontuário que esta usou fluoxetina por quatro dias (menos tempo do que foi prescrito) e sugeriu que ela voltasse a usar o medicamento. Seria como "*dar um empurrãozinho*". Considerou que no momento Brisa não estava conseguindo seguir a dieta por

causa de problemas familiares e que a medicação seria importante para ajudar no controle da ansiedade, no aumento do estímulo e na redução do apetite.

Contudo, Brisa era resistente a medicamentos. Queria perder peso por outras vias, como havia feito antes de passar por aquele momento desafiador com a mãe. Maria ressaltou a importância de mostrar que se consegue fazer tudo sem precisar de medicação, mas não em todos os contextos. Ela considerou que, em um período de interferências multifatoriais, usar o medicamento não seria uma prova de que não se é capaz, mas sim um reconhecimento de que era necessário ter uma ajuda, que, nesse caso, seria da fluoxetina.

Após os argumentos de Maria, Brisa modificou o seu discurso e afirmou que se fosse para ajudar a perder peso, aceitaria usar o medicamento. Sua ansiedade estava elevadíssima e era necessário reverter a situação. Porém, ela continuou expressando a sua insatisfação com o recente ganho de peso e recordou que chegou ao serviço de AAE almejando fazer a cirurgia bariátrica, mas mudou de ideia após ser atendida pela equipe multiprofissional. Ela ainda destacou que a nutricionista e a psicóloga ajudaram no processo de perda de peso, mas naquele período o peso estava oscilando muito. Apesar de ter consciência de que fatores emocionais "*atrapalharam*" a continuidade desse processo, ela sente que procrastinou e deixou a atividade física "*para depois*", justamente quando não deveria.

Brisa quis saber o peso registrado da última consulta e quantos quilos havia ganhado desde então. Maria respondeu que ela estava com 75 kg e que teve um aumento de 7 kg. O menor peso registrado no prontuário foi de 72 kg. Ela afirmou também que os 11 kg perdidos representaram "*um reflexo na redução da mortalidade. Então a gente considera [a perda] um ganho bem importante*". Ela destacou que Brisa tinha 83 kg e havia perdido cerca de 10% do peso. Os 10% a menos eram "*uma batalha vencida, um excelente resultado*".

A médica continuou explicando que quando há um incômodo com a imagem corporal, as pessoas almejam uma perda de peso "relevante", de 30 kg por exemplo, mas que o organismo trabalhará contra essa perda e usará estratégias para reverter o processo, como reduzir o seu metabolismo e aumentar a sensação de fome. Ela aconselhou Brisa a não se decepcionar com o resultado. Por mais que ela quisesse estar melhor, não deveria se cobrar tanto, porém "*também não é para desligar dessas cobranças. Tem que ficar tentando*".

Depois de toda a tentativa de fazer Brisa entender que aquele era um bom resultado e que o reganho de peso era previsto, Maria perguntou se haveria possibilidade de Brisa comprar outro medicamento, além da fluoxetina, no valor de aproximadamente 600 reais, informando que não seria um tratamento de somente um mês. Brisa prontamente disse que sim. Passaria no cartão, dividiria… Era uma questão de saúde. Tinha que focar nela, cuidar de si. Sua fala foi um imbricamento nebuloso do discurso estético e do saudável: "*Se for pra eu ter resultado, sem sombra de dúvidas eu vou abdicar de comprar algumas coisas pra focar nisso, pois tem uma questão da minha autoestima, do meu bem-estar. Para poder fazer outras coisas eu preciso estar bem*".

Mas não era somente isso. Maria sabia da necessidade de dar continuidade ao tratamento emocional e psicológico e reforçou a importância de Brisa reagendar a consulta com a psicóloga e com a psiquiatra para tentar "*entender a fonte da ansiedade*". Em seguida, voltou ao tema do medicamento e iniciou uma explicação sobre ele. Brisa estava atenta. Maria retomou a sua fala dizendo que a maioria das pessoas que faz uso da liraglutida (o novo medicamento proposto) perde, em média, 10% do peso. A dose maior é introduzida quando não se observa perda de peso. Todavia, cerca de 3% dos que usam não conseguem emagrecer independentemente da dose. O medicamento, além de ter resultado no peso, interfere na vontade de comer doces e no apetite. Maria sabia que Brisa tinha um foco em doces e beliscava comida o dia inteiro.

A médica ressaltou que o efeito colateral desse medicamento é o enjoo, mas que não é muito comum com doses pequenas – inicialmente recomendadas para Brisa. Há os que gostam desse efeito, contou Maria, pois consideram que contribui para que se coma menos. Todavia, enfatizou para Brisa que ela "*tem que se sentir bem com o medicamento*". Querendo saber mais sobre o tratamento, esta perguntou por quanto tempo usaria o medicamento. Maria não pôde especificar, pois não havia um tempo definido de uso, mas enfatizou que Brisa não precisaria se preocupar com reganho de peso após a interrupção do uso, pois a medicação por si não tem proporcionado esse efeito. Por outro lado, Brisa deveria estar ciente de que remover algo que é fruto de um trabalho em conjunto fará com que ela trabalhe sozinha.

Brisa quis saber se haveria possibilidade de ganhar peso com o uso do medicamento. Maria disse que não, mas se a medicação não fizesse efeito,

Brisa estaria entre os 3%. Todavia, destacou que se ela não adotasse as recomendações de alimentação e atividade física, com ou sem medicação, ela ganharia peso. "*Eu sempre reforço, nunca é um pilar só. A medicação vai ajudar, mas é uma perna de uma cadeira. Uma cadeira que tem três pernas precisa de uma delas, mas precisa de alimentação e atividade física. Mas o mais importante é a motivação*", finalizou Maria.

"*A GENTE TENTA VER O SER HUMANO COMO UM TODO. A GENTE VÊ ALÉM DESSE PONTO*": O CUIDADO NO AMBULATÓRIO DE PICS

Sofia, uma das profissionais de saúde que atuava no Ambulatório de Pics, estava sentada em uma das salas de atendimento. Tinha em mãos uma caneta, um formulário e uma folha de anamnese usada para conduzir o atendimento e anotar as respostas dos novos usuários, que depois seria adicionada ao prontuário.

Naquele dia, uma das usuárias acolhidas por Sofia foi Joana. Ela não conhecia o Ambulatório de Pics, não fazia ideia de como funcionava e muito menos se recordava de quem a havia encaminhado para aquele espaço.

Após algumas perguntas voltadas à condição de saúde, Sofia quis saber mais sobre o ganho de peso da usuária que estava acolhendo e se ela associava o peso às dores no joelho relatadas no início daquele atendimento. Joana sentia que os seus 147 kg a prejudicavam e, caso não conseguisse reduzir o peso, possivelmente precisaria ser submetida a uma cirurgia nos joelhos. Sofia pediu para ela relatar o momento em que começou a ganhar peso. Joana olhou para cima, como se estivesse resgatando informações da sua memória, e compartilhou que sempre foi gordinha, "*mas não ao extremo*". Lembrou-se não só de uma, mas de duas circunstâncias, descritas por ela como difíceis, que a fizeram ganhar peso. A primeira foi o processo de separação dos pais (dos 20 aos 22 anos), e a segunda foi durante a doença do pai. Ela disse acreditar que, além desses fatores, a impaciência e a ansiedade colaboraram para que ela comesse "*um pouco mais*", todavia "*sem compulsão*".

Outrora, quando não era usuária do serviço de AAE, Joana não almejava fazer a cirurgia bariátrica porque acreditava que era perigosa. Sua opinião mudou quando passou a assistir vídeos no YouTube com conteúdos que abordavam o "antes e depois" da gastroplastia. Munida desse arcabouço de experiências

alheias, ela tentou convencer o pai de que a cirurgia não representava um perigo e de que precisava fazê-la, pois o peso a atrapalhava de cuidar dele e da filha.

Lembrou-se de uma das últimas coisas ditas pelo pai: "*minha filha, se for para o seu bem, então faça [a cirurgia bariátrica]*". No mesmo dia, recebeu a notícia da doutora Helena de que muito em breve ela faria a cirurgia e saiu chorando da sala da médica ao lembrar das palavras do pai.

Mas o peso não era somente um limitador do exercício do autocuidado. Joana também sentia dores nos joelhos ao andar muito e desconforto por causa do tamanho do seu corpo. Segundo o seu relato, das vezes em que precisou sair de casa, evitou olhar para os lados com vergonha de estar sendo observada. A vergonha também surgiu quando comprar roupa foi necessário, já que nem sempre encontrou peças que coubessem nela. Joana ainda tem que conviver com o constrangimento de andar de ônibus. Uma certa vez ficou presa na catraca e foi "*uma agonia*" para se desprender. Dentro de casa, com o marido e a filha, ela se sente aceita, os olhares ao seu corpo não a incomodam, também por isso tem preferido que as reuniões familiares ocorram na sua casa.

Sofia, atenta aos relatos, disse que aquele era um espaço em que ela seria cuidada. Ressaltou que Joana, no serviço de AAE, fazia acompanhamento médico para tratamento da obesidade, para ter orientação, para saber como proceder, e se precisasse de uma medicação, por exemplo, haveria uma prescrição médica. No Ambulatório de Práticas Integrativas, o cuidado à Joana seria também nesse sentido, mas "*os profissionais desse ambulatório cuidarão […]*" dela "*[...] como um todo*", disse Sofia.

Para exemplificar o que seria "*cuidar como um todo*", Sofia explicou que se uma pessoa sente dor de cabeça e vai ao médico, este, em geral, prescreve uma medicação para dor de cabeça. Porém a dor pode ser consequência de uma discussão, do desemprego, de dívidas, de um parente doente, por exemplo. "*Então a gente [do ambulatório de Pics] tenta ver o ser humano como um todo. A gente vê além desse ponto*". Ela explica que, no caso da obesidade e da diabetes, áreas de atuação do serviço de AAE, o que se percebe é que só a medicação, às vezes, é insuficiente. Nem sempre as pessoas conseguem melhorar a sua condição de saúde; portanto, outras práticas podem ajudar ou potencializar o tratamento médico que tem sido realizado nesse serviço de saúde.

Sofia vê as Pics como outras práticas que podem ajudar no manejo da obesidade, que não se restringem aos aspectos relacionados a esta, mas também

"tratam" a ansiedade que, de alguma forma, "prejudica" a saúde e pode se transformar em doença. "*E à medida que a gente vai curando essas coisas a gente vai se curando também*", complementa Sofia, ao finalizar o atendimento, elaborando uma fala sobre cada uma das Pics ofertadas pelo serviço de AAE. Sofia disse que o ideal seria que Joana experimentasse todas as práticas para que ela conseguisse sentir o efeito de cada uma delas e identificar qual ou quais ela mais gostou.

O "*cuidar como um todo*", dito por Sofia, reflete a percepção de integralidade do cuidado que permeia os princípios do ambulatório de Pics. Na tentativa de exemplificar o que isso significa na prática, Sofia recorreu a uma metáfora sobre uma pessoa com dor de cabeça e trouxe algumas pistas da inseparabilidade de problemas sociais e econômicos e da saúde físico-emocional. Contudo, o exemplo deixou lacunas na tentativa de transpô-lo para o cuidado a pessoas com obesidade, considerando a complexidade do tema.

Na fala de Sofia sobre as atuações das Pics,[6] o cuidado ao corpo gordo parecia estar circunscrito nos aspectos psicoemocionais que envolvem a sensação de bem-estar e a redução da ansiedade, por exemplo. Além disso, o ambulatório de Pics possui uma certa "flexibilidade" ao propor que os usuários experimentem todas as práticas disponíveis e ao considerar essas experiências nas tomadas de decisões. Essa forma de conduzir o cuidado cria a possibilidade do usuário de "escolher" uma ou mais práticas que poderão fazer parte do seu processo de cuidado.

As Pics no ambulatório apresentam-se mediante uma perspectiva que está pautada primordialmente no cuidado biopsicoemocional (redução da ansiedade e aumento da sensação de bem-estar, por exemplo) e na analgesia como meio para atuar no cuidado a pessoas com obesidade.

6 No Brasil, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) foi criada em 2006. (BRASIL, 2015) A PNPIC agrega sistemas médicos complexos (como a fitoterapia, a medicina homeopática) e práticas terapêuticas associadas ou não a racionalidades médicas, mas que não fazem parte da biomedicina (como a acupuntura, a meditação e o *reiki*). Essas práticas são utilizadas em ações de prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde no âmbito do SUS. (BRASIL, 2015; TELESI JÚNIOR, 2016) Além disso, o universo das Pics é amplo e engloba uma diversidade de práticas que podem ser desvinculadas de suas cosmologias ou mesmo não a possuírem, bem como serem apropriadas pela medicina contemporânea como mais um artifício biomédico. (TESSER; DALLEGRAVE, 2020)

Contrária às divergências que ocorrem nas dimensões doutrinárias, cosmológicas e teóricas entre as diferentes Racionalidades Médicas, a dimensão terapêutica (atividades de cuidado) é percebida como o principal ponto de diálogo entre os sistemas médicos. É nesse espaço que ocorrem aproximações dos compromissos éticos dos que estão na posição de curadores. (TESSER; LUZ, 2018)

"*EU NÃO PASSO NA CATRACA*": UMA METÁFORA DO ACESSO AO DIREITO DE EXISTIR

Joana atribuiu ao peso algumas experiências negativas relacionadas à interação do seu corpo com objetos, outras pessoas e na execução de determinadas ações. Diferentemente de algumas condições de saúde que não se apresentam de maneira evidente, o peso é uma condição perceptível para a sociedade, por se expressar no campo material e visível. (BERTRAN; SÁNCHEZ, 2009) Parece haver uma antropometria empírica de pesos, de formas e de dimensões corporais introjetada na sociedade que implica na classificação de pessoas como gordas, dispensando quaisquer equipamentos e instrumentos antropométricos. Por mais que ela não quisesse ser notada quando andasse na rua, não havia como esconder o seu corpo gordo. Trata-se, portanto, de um corpo que está sob constante observação e sujeito a reprovações. (BERTRAN; SÁNCHEZ, 2009)

Esse fato remete às análises cultural e histórica de Jean-Jacques Courtine (2008) sobre as deformidades, tomando como ponto de partida a espetacularização de corpos anormais no século XIX. O autor observou que corpos que desviavam do que era culturalmente construído como normal atraíam olhares curiosos que se empenhavam em ver aquilo que os tornava "monstruosos". Suas "deformidades", por estarem inscritas na morfologia corporal, permitiam essa espetacularização visual. Salvo distinções entre os corpos monstruosos retratados no estudo de Courtine e o corpo gordo na sociedade contemporânea, é possível observar similaridades entre esses corpos, que devido à aparência parecem "perturbar" os corpos "normais" e a "norma". Desse modo, as exibições dos corpos anormais no século XIX e do corpo obeso no século XXI serviram e servem para a dedução da "norma" e como um dispositivo de difusão e fixação dessa, pois o que se considera como "o monstro" é sempre a exceção que confirma a regra. (COURTINE, 2009; MAGALHÃES; AMPARO-SANTOS, 2016) Portanto, a sensação de estranheza

do seu próprio corpo perante os outros, ainda que cruel, legitimava o desejo e a obrigação de Joana de emagrecer, pois era nos valores numéricos do peso que se encontrava o limiar entre a condição "normal" e a "anomalia".

Tomando como exemplo o evento da catraca para continuar analisando as experiências de Joana com o seu peso (147 kg), os mesmos ônibus que possuem assentos diferenciados e reservados para pessoas consideradas obesas são os que possuem catracas incompatíveis com tais dimensões corporais e impedem o acesso de cidadãos ao transporte coletivo. Tanto a catraca quanto a maior parte dos assentos propunham a adequação das dimensões dos corpos. Assim, o peso corporal evidencia a complexidade e a contraditoriedade de algumas estruturas sociais e físicas que parecem assumir a existência de um corpo gordo, contudo até um determinado peso. Diante da impossibilidade de passar na catraca, Joana precisava buscar outra forma de acessar o assento, entrando pela porta central, destinada às pessoas que usam cadeiras de rodas. Essa forma de acesso, pautada na abordagem funcional do corpo, reitera a problemática noção de obesidade como uma deficiência (GILMAN, 2004) e nos incita a pensar como "os modos pelos quais as pessoas gordas são oprimidas são indistinguíveis do capacitismo: barreiras arquitetônicas, discriminação, patologização, pena e olhar fixo são respostas sociais comuns tanto à gordura quanto à deficiência".[7] (MOLLOW, 2015, p. 2, tradução nossa)

Ter um peso corporal menor não se limitava a uma questão de saúde e de alívio das dores nos joelhos, intensificada pelo seu excesso de peso – segundo o ortopedista. Assim, a compreensão do problema deve envolver a dimensão subjetiva de como o corpo gordo é percebido, sentido e vivido por cada pessoa (ARAÚJO et al., 2019), considerando que, por ser relacional, as subjetividades estão em um processo contínuo de construção e desconstrução de singularidades e pluralidades.

As narrativas sobre si e o seu corpo ultrapassaram a condição considerada clínica para uma existência digna, do ser e estar no mundo. Assim, ter um peso que a permitisse passar pela catraca poderia também significar acessar ou voltar a ter acesso ao que lhe fora limitado por causa do peso, o direito

7 Texto original: "the modes by which fat people areoppressed are indistinguishable from ableism: architectural barriers, discrimination,pathologization, pity, and staring are common social responses to both fatness anddisability".

de existir. Seria, também, a possibilidade de ampliar a liberdade de ir e vir e de vivenciar experiências "do outro lado da catraca". Por isso, enquanto o seu peso a impedisse de girar a catraca, ela limitava a sua existência ao espaço da casa, que se tornou uma espécie de "exílio".

Em suma, os casos expressam determinadas experiências do corpo. Por outro lado, aquelas que prestam o cuidado também dialogam com essas experiências e com as emoções que essas duas mulheres sentiram. E como essas experiências dialogam? Como essas emoções dialogam? Não é com o cuidado prescritivo como muitos pregam. As cenas de cuidado relatadas neste capítulo efetuam articulações com o terreno da experiência e de suas emoções e, a partir delas, buscam produzir um modo de cuidado que, em face de um mundo refratário aos corpos gordos (ao produzir um sentimento de inadequação), mobiliza tecnologias que se constituem na processualidade das experiências, em consonância com o desejo de ir além de um ponto – o peso corporal. Um cuidado que mobiliza outras disposições de cuidar, a partir das narrativas dessas mulheres com o seu corpo no mundo.

Os corpos afetados pela obesidade são corpos múltiplos, encarnam em sua materialidade versões atualizadas de desigualdades sociais e históricas, expressivas de iniquidades de gênero e de classe e do racismo estrutural (KRIEGER; DAVEY-SMITH, 2004), que fazem pesar sobre o corpo a manifestação metrificada de inadequação. Os relatos que trouxemos à cena para o debate desvelam o sentido de lugar impróprio que esses corpos ocupam no mundo, articulando "uma experiência através da qual tanto o corpo quanto o que o afetam mutuamente se produzem".[8] (DESPRET, 2008, p. 253, tradução nossa)

"*O PESO DO CUIDADO*": O CORPO COMO AGENTE DA PRODUÇÃO DO BEM-ESTAR DE OUTROS

O peso corporal também era compreendido por Joana como limitante para as práticas de cuidado do outro. Para ela, emagrecer ocupava um espaço entre a obrigação e o desejo. Nesse sentido, a decisão de submeter-se à cirurgia

8 Texto original: "una experiencia en la que el cuerpo y a lo que este afecta se fabrican mutuamente".

bariátrica era um ato individual e social, pois possuía uma noção de que a saúde não era apenas para si, mas também para outros (o pai adoecido e a filha pequena). Yates-Doerr (2015) sustenta que a compreensão do significado do peso não pode estar restrita ao indivíduo, isso porque o peso corporal pode ser entendido como um feito social e adquirir uma conotação moral quando os impactos desse peso operam na construção de um bem-estar compartilhado.

Entendendo o corpo também como uma realidade biopolítica, nota-se o exercício do poder político sobre a vida e nos modos de viver através de intervenções e controles e regulações que atuam de modo sutil. (FOUCAULT, 1988) A biopolítica requer o desenvolvimento da autoconsciência de ter saúde e do desejo de ter uma performance física capaz de tornar o corpo mais útil (ORTEGA, 2004) para atender aos fins do Estado e da construção sociopolítica e histórica de associação do cuidado à figura feminina.

Nota-se uma série de contradições a respeito do peso e do cuidado quando se trata de pessoas gordas. Gard e Wright (2007) analisam que pessoas classificadas como obesas são percebidas como incapazes de cuidarem de si. Em decorrência disso, o cuidado deveria ser delegado a profissionais de saúde. Todavia, Joana e Brisa cuidaram do pai, da filha e da mãe e, paradoxalmente, foi exatamente no período em que estavam exercendo esse cuidado que elas engordaram. Ainda assim, Joana almejava emagrecer para exercer melhor o cuidado.

Para Joana, que manteve o mesmo peso ao longo dos atendimentos multidisciplinares no serviço de AAE, a intervenção cirúrgica passou a representar possibilidades e potencialidades de experiências que naquele momento ainda eram vivenciadas de modo "limitante". Não obstante, a gastroplastia atua como um mecanismo disciplinar do corpo gordo, que também incide sobre o controle do comer. É uma estratégia biopolítica de intervenção do Estado que, em determinados casos, custeia o procedimento para emagrecer sob discursos da longevidade (GONÇALVES; MIRANDA, 2012), do controle de doenças e da eficiência dos corpos. Em certa medida, parece haver um desejo de controle desses para que haja controle dos custos com a obesidade.

As narrativas de Brisa sobre o seu peso implicam necessariamente na discussão de outras dimensões do corpo, a exemplo da estética, mas também do compromisso e da responsabilidade de ter sido aceita no serviço de AAE. Brisa não apresentava condições de saúde consideradas graves, porém referia que o fato de não "controlar" a sua aparência física fez com que ela sofresse.

Não há dúvidas de que a busca por um "peso saudável" é também resultante de um ideal de beleza feminino socialmente construído em torno do corpo magro, que aconteceu mais expressivamente a partir da década de 1920 e que nas últimas quatro décadas teve nuances importantes. É certo também que a estigmatização do corpo gordo incrementa o desejo de emagrecer, tendo em vista que esse corpo hegemonicamente não é desejado (nem pelo indivíduo, nem pela sociedade) por ser lido como feio, negligenciado, doente e anormal. (FISCHLER, 1995; VIGARELLO, 2012)

O corpo classificado como obeso se apresenta pela forma corporal (BERTRAN; SÁNCHEZ, 2009) antes mesmo do uso de métricas. Brisa não tinha ideia do quanto havia engordado, contudo sabia que as suas dimensões haviam aumentado. E, segundo o seu relato, o "descontrole" surgiu como um retrocesso face aos esforços empreendidos anteriormente para a perda de peso. Segundo o seu relato, ela passou por uma experiência que envolveu um cuidado multidisciplinar que a ajudou a alcançar o resultado que almejava: perder peso. Sentiu-se capaz de cuidar de si e mostrar para a equipe que estava comprometida com o processo.

Porém, diante das dificuldades enfrentadas, desejava ao menos ter mantido o peso obtido no período de condições particularmente favoráveis. A insatisfação por ter aumentado de peso e os perigos que novos "descontroles" poderiam oferecer fizeram com que ela estivesse disposta a usar diversas ferramentas com o intuito de mostrar que não estava no serviço de AAE em vão e ainda de voltar a se sentir bem, pois para ela o peso interfere na relação consigo. Essa última ideia está imbuída de uma percepção de que o peso está atrelado ao sucesso profissional, pessoal e prediz boas relações consigo, com outros e com o mundo. Trata-se, portanto, do que Santos (2018, p. 32) descreve como "uma proposta de reconstrução do eu a partir da reconstrução do corpo".

Duas dessas ferramentas eram medicamentosas. Era compreensível que Brisa inicialmente preferisse perder peso sem esses recursos, primeiro por ter conseguido perder peso sem usar medicamento; e segundo, como revelam Araujo e demais autores (2019), porque o uso de medicamentos alopáticos para perder peso, por vezes, é entendido como um risco de tornar-se refém da indústria farmacêutica e do profissional prescritor. Isso poderia também significar um marcador de um nível mais avançado da obesidade. Assim, abster-se desse recurso é entendido como uma forma de cuidar de si, mas também

pode ser expressivo de uma recusa ao emprego de algo que se situa fora do seu domínio e do exercício do controle de si, alusivo de um modo de pensar a obesidade como decorrente de escolhas e de comportamentos pessoais.

Nas experiências de produção de cuidado, os corpos solicitam diferentes disposições do cuidar, que é ao mesmo tempo singular, coletivo e múltiplo, ou seja, que diz respeito tanto ao que se sente no mais íntimo quanto àquilo que está fora, no mundo da rua, da casa, nas responsabilidades, nas catracas de ônibus etc. Assim, o cuidar não se encerra exatamente em uma coisa, porque está sempre entre o que está disponível e se apresenta nas cenas da vida desses corpos.

"*A NOSSA MAIOR PREOCUPAÇÃO AGORA É SABER COMO ESTÁ A SUA CABEÇA*": ARTICULANDO DIMENSÕES E TESSITURAS NO CUIDADO

As duas cenas revelam experiências cotidianas nos Ambulatórios de Obesidade e de Pics no lidar com pessoas classificadas como obesas, e o peso corporal é o mediador central nas interlocuções. Foi por causa do peso, muitas vezes associado a outras condições de saúde, que as usuárias foram encaminhadas para o serviço de AAE e lá permaneceram em acompanhamento longitudinal.

No diálogo entre Sofia e Joana, a realização das Pics no serviço de AAE parece não confrontar ou contestar a ciência biomédica. Além disso, a Pics não está estruturada como uma medicina alternativa de assistência à saúde e, portanto, as(os) usuárias(os) não podem escolher entre uma ou outra terapêutica. Desse modo, as Pics nesse campo de estudo assumem uma função complementar, agregadora e potencializadora do cuidado, como ilustra Joana no diálogo com Sofia: "*esse tratamento [com as Pics] vai potencializar o que você já faz*", mas "*a gente [do ambulatório de Pics] tenta ver o ser humano como um todo. A gente vê além desse ponto*". A perspectiva holística de saúde, presente no discurso de Sofia, tem como um dos princípios compreender o ser humano como uma unidade individual e como parte de macro e microuniversos e, portanto, o seu existir implica na integração com dimensões sociais, biológicas, culturais, espirituais e com a natureza. Dessa maneira, a doença representa o efeito das rupturas simultâneas da homeostase interna e do equilíbrio da integração com as dimensões. (TESSER; LUZ, 2008) Por

isso, Sofia explica que "*à medida que a gente vai curando essas coisas, a gente vai se curando também*".

Por sua vez, a racionalidade empírico-teórica da biomedicina está ligada à ciência moderna ocidental. Como consequência desse processo, a medicina contemporânea tende a se restringir às dimensões biológicas e biomecânicas das doenças (LUZ, 2019; TESSER; LUZ, 2008), e sua conformação estrutural possui potencial medicalizante. (TESSER; DALLEGRAVE, 2020) Assim, sua atenção, em geral, é centralizada no diagnóstico, no estudo da causalidade, na erradicação da doença, na prática clínica cada vez mais especializada em órgãos, aparelhos e sistemas do corpo humano, na intensificação do uso de tecnologias diagnósticas e na padronização de terapias. (LUZ, 2019; TESSER; LUZ, 2008)

No entanto, Sofia e Maria conduziram o atendimento numa tentativa de conhecer o contexto de vida das usuárias e de entender as correlações entre o peso, as experiências vivenciadas e as demais condições de saúde de Joana e de Brisa, respectivamente, para então construírem estratégias de cuidado.

Para a médica, os 7 kg a mais não pareciam ter a mesma relevância que tinham para Brisa. Naquele momento os aspectos psicoemocionais eram mais "urgentes" do que o peso. O aumento do peso não era uma preocupação por estar dentro do que a ciência considera como "aceitável". Assim, durante o atendimento, métricas e percentuais foram usados para se referir ao grau de obesidade, ao "sucesso", ao "fracasso", aos "ganhos", aos "riscos", à "saúde" e à perda de peso.

A biologia humana também emergiu para complementar a explicação científica da manutenção e do reganho de peso. Maria usou esses recursos para tentar mostrar a Brisa que o processo de emagrecimento não era linear e que ela teve bons resultados. Importava, no entanto, "*saber a fonte dessa ansiedade*". Os discursos de associação bidirecional entre ansiedade e o aumento do apetite estiveram presentes nas duas cenas do serviço de AAE.

Contudo, o medicamento (liraglutida) proposto para "*dar um empurrãozinho*" no processo de emagrecimento foi prescrito diante da insistência e da insatisfação de Brisa com o reganho de peso. Todavia, ele não aparece sozinho nessa empreitada. Previu-se a articulação do medicamento com outras estratégias terapêuticas (alimentação saudável, prática de atividade física e uso de fluoxetina) associadas ao acompanhamento psiquiátrico e psicológico para ajudar Brisa a lidar com a ansiedade, a controlar o apetite e possibilitar

a perda de peso. O diálogo estabelecido na prática de cuidado buscou uma certa fusão de horizontes para chegar a um comum. Assim, Maria, no seu ir e vir durante a consulta, foi tecendo a conduta com Brisa até chegar no que ela mais tarde chamaria de "pernas da cadeira". Sob a sua ótica, representada por uma linguagem metafórica, todas as pernas seriam necessárias para sustentar a cadeira, ou seja, todos os pilares atuariam conjuntamente para a perda de peso. O peso corporal seria, portanto, o resultado da combinação dos diferentes pilares e também resultado do cuidado de si. A consulta de Maria não seguiu todos os preceitos atribuídos à biomedicina, anteriormente descritos. Houve um ir e vir na construção das estratégias que ultrapassaram o mantra "coma menos e faça mais atividade física" das condutas direcionadas ao peso corporal. Tal fato reforça o pensamento de que, na experiência cotidiana, o limiar entre as distintas racionalidades é tênue; mesmo tendo um histórico de formação biomédica, as contradições podem surgir e as tessituras do cuidado podem tomar formas mais humanizadas.

Para além do peso, o cuidado estava também focado nas tentativas do estabelecimento de um bem-estar psicoemocional. Havia um entendimento de que era preciso lidar também com a ansiedade, considerada um obstáculo importante naquele momento, e, portanto, era preciso limpar o terreno para que a perda de peso se configurasse na sua plenitude idílica. Logo, o cuidado psicoemocional foi também direcionado aos membros da equipe multidisciplinar (psicóloga e psiquiatra), bem como reforçado o uso da fluoxetina, almejando restabelecer a rede de suporte à saúde mental para Joana.

Há evidências de que a ansiedade é mais frequente em pessoas classificadas como obesas (AMIRI; BEHNEZHAD, 2019); no entanto, não há um consenso sobre a relação direta entre obesidade e ansiedade, em nenhuma das direções. (GARIEPY; NITKA; SCHMITZ, 2009; GOMES et al., 2019) Para os estudos que afirmam haver uma associação, o mecanismo que explicaria a relação causal ainda é uma espécie de caixa preta. (GARIEPY; NITKA; SCHMITZ, 2009) Por outro lado, Kathleen LeBesco (2001 apud MELLO, 2021) alerta sobre a construção do conceito de gordura a partir de condições problemáticas e negativas. Isso porque a gordura tem sido identificada como um fator etiológico de doenças ou compreendida como resultado de condições psicológicas e patológicas. Esse fato contribuiu para a promulgação da lipofobia e da estigmatização do corpo obeso.

Com efeito, um corpo que produz ansiedade, como vimos nos dois casos, e que por ela é produzido requer estratégias de cuidado para além do peso corporal, é necessário ir "além desse ponto", sem dele prescindir. As metáforas de produção do cuidado do corpo obeso são indissociáveis da sua materialidade, mas as narrativas revelam outras disposições que são solicitadas em cena. Negar a importância do peso corporal – historicamente indicador sensível da saúde humana anterior à própria antropometria – pode incidir em uma negação do próprio corpo concreto, o qual sente, é produzido e afetado pelo mundo que também o produz.

O conselho de Maria para que Brisa não se decepcionasse com o resultado previa uma medição entre o controlar-se e o cuidar-se, pois a cobrança excessiva poderia não fazer bem, mas seguir sem "cuidar-se", sem atentar-se para os recursos prescritos e para o peso não seria uma alternativa. Assim, o emagrecimento e a autovigilância do peso eram condutas que deveriam ser permanentes. Transpondo as reflexões de Villela e Azevedo (2021, p. 10) sobre o cuidado de si e o controle de si no campo das ciências da nutrição para pensar esse caso, elas apontam que "apesar da aparente oposição de duas categorias – controle x cuidado [...] compreende-se que não existem abordagem puras ou tipos ideais". Enquanto o controle de si está mais voltado a atitudes repressoras, normativas e ao cumprimento de práticas prescritivas, a prática do cuidado de si é um processo de transformação, exige sensatez, desenvolvimento do autoconhecimento e da autonomia. Tendo em vista a relação entre cuidado e saúde, mas também do (auto)cuidado com questões estéticas, as autoras compreendem a relevância de revisitar e refletir sobre o conceito de saúde.

A definição de saúde não é estática, atemporal ou universal, mas suas definições são construídas em movimento diante da vida, de contextos temporais, culturais e sociais. Acrescenta-se a essa perspectiva a saúde como potência e criatividade para lidar com a existência e de adaptar-se aos desafios. A noção de saúde mais ampla e contemplativa está relacionada com a experiência de vida e as formas de existência. (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013) Esse conceito de saúde se contrapõe aos moldes da biomedicina hegemônica, a qual faz interface com a noção de saúde como negativo de doença, difundida pelo médico francês René Leriche, e se aproxima da definição adotada pela Organização Mundial de Saúde, a qual entende a saúde como um estado de

completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade. No entanto, além de essa definição ser considerada utópica, se configura como um "tipo ideal" e abre espaço para a extensa medicalização, desconsiderando o fato de que não é possível conceber uma vida sem desafios, sem adoecimento, sem angústias ou tensões, por serem elementos que fazem parte da existência humana. (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013)

O CAMINHO DO MEIO: PRODUZINDO NOVAS VERSÕES DO CUIDADO A PESSOAS COM OBESIDADE

Para concluir este texto, retomamos aqui a continuidade da cena que abre este capítulo. Diante da repercussão do *post* do "antes e depois", a *digital influencer* e ativista antigordofobia publicou, no dia 30 de dezembro de 2021, um vídeo se pronunciando sobre as críticas recebidas e explicando quais eram as suas intenções com o *post*. A ideia de trazer esse vídeo não é analisá-lo na sua completude – isso renderia outro texto –, mas é analisar quais elementos presentes nele se somam a essa interconexão entre as três cenas anteriormente apresentadas.

No seu discurso, a *digital influencer* expressou que o *post* foi uma tentativa de burlar o sistema usando o formato de "antes e depois" para compartilhar o processo de emagrecimento como consequência da busca por uma relação saudável com o corpo e a mente, e não como resultado de dietas. Ela ainda afirmou que não previu que ativaria gatilhos emocionais em alguns seguidores. Entretanto, afirmou continuar concordando com o vídeo anteriormente produzido por ela e intitulado "5 razões para não postar antes e depois", no qual ela critica esse tipo de *post*. Expressou que errou, que todos erram e que todos são incoerentes. Ela avaliou que o *post* também gerou discussões importantes como, por exemplo, o fato de ser acompanhada por nutricionista e *personal trainer*, cujo acesso pode ser considerado parte dos seus "privilégios".

Além dessas questões, ela argumenta que, embora tenha emagrecido, continua sendo uma mulher gorda, inclusive pelos parâmetros do IMC – o qual ela disse não acreditar. Ao analisar os comentários, a *digital influencer* alegou que não se "*vendeu para o outro lado*" e que não é uma fraude por ter emagrecido. Afirmou estar em constante mudança e que, para ela, trata-se de um processo

de construção e desconstrução de si. Em vários momentos a *digital influencer* assumiu que errou e expôs que poderia ter escolhido uma outra maneira de compartilhar o seu processo de emagrecimento, como, por exemplo, por meio de um vídeo. Reiterou que a sua felicidade e o fato de amar não estavam atrelados à estética e ao peso, pois "*nunca foi sobre ser gorda ou ser magra, sempre foi sobre saúde*". E, ao referir que estava trilhando o caminho do meio, parece constatar que esse "*ainda não existe*".

Assim, dentre os diversos argumentos usados pela *digital influencer*, o "*eu errei, eu errei, eu errei*" e o "*caminho do meio*" são trazidos aqui não apenas pela ênfase atribuída no discurso, mas pelas conexões com as cenas do serviço de saúde e, por seu turno, o propósito deste texto.

O "erro" da *digital influencer* pode ser compreendido como um mal-entendido promissor descrito por Vinciane Despret, como aquilo que: "produz novas versões disto que o outro pode fazer existir. O mal-entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento". (DESPRET, 1999, p. 328-330 apud MORAES, 2010, p. 29) Portanto, é a partir dessa repercussão não esperada pela *digital influencer* que se abre a possibilidade de refletir sobre outras versões de como pensar e fazer o caminho do meio. Nesse momento em que consideramos imperar uma possível virada epistêmica sobre o modo de pensar e agir no cuidado a pessoas com obesidade, o caminho do meio evocado está em devir. A noção de devir é oriunda da perspectiva de Deleuze e refere-se a um processo de interação, construção e movimento constante ao que se busca, contrapondo a lógica estática das coisas. De acordo com Deleuze (1998, p. 10), "devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade". O devir se desdobra em "vir a ser" e "vir a não ser", conceitos fundamentais para ajudar a pensar as coisas não como lineares, mas como resultados em constante transformação.

Porém, o caminho do meio evocado pela *digital influencer* parece não se confundir com o caminho da neutralidade, uma espécie de terceira via, resultante de consensos harmoniosos; muito menos é o perfeito equilíbrio entre duas coisas. Yates-Doerr (2015) analisa que a noção de equilíbrio advinda da mecânica se dá na estase, na qual 1 - 1 = 0 (zero), pois quando todos os corpos se equilibram, quando não há movimento, a aceleração é nula. Isso configura o resultado de uma harmonização imaginária incompatível com a

dinâmica da vida e dos corpos que estão em constante fluxo. A autora considera um paradoxo a "busca pela ausência, de fato, marcada pela presença de ação".[9] (YATES-DOERR, 2015, p. 148, tradução nossa) Assim, embora tenhamos uma noção de equilíbrio como a perfeita homeostase, o equilíbrio, contrariamente, surge na inconstância, na instabilidade, pois o equilíbrio não é neutro ou estático.

No que diz respeito ao IMC, diversas limitações do uso desse índice são reconhecidas pela literatura científica. Há debates sobre o uso único dessa medida para o diagnóstico e determinação do risco à saúde no âmbito individual, o que não contempla diferenças existentes entre sexos, gêneros, etnias, tipos físicos, mestiçagens, faixas etárias e algumas condições patológicas, por exemplo. Além disso, os números das tabelas representam não somente os valores médicos como também padrões estéticos. (VIGARELLO, 2012) Porém, não se desconsidera a importância científica do IMC na predeterminação de controles e de intervenções no nível populacional (WHARTON et al., 2020) e da sua atuação como um ponto de convergência entre as pesquisas sobre o estado nutricional de populações, permitindo comparações entre elas. (POULAIN, 2013) Destarte, o problema parece estar mais nos equívocos do uso do IMC do que no índice *per si*. É necessário que a reflexão transcenda a dualidade que também é estabelecida sobre o IMC – de estar dentro ou fora dos parâmetros da "normalidade" –, pois a concepção de um corpo gordo ou magro se estabelece a partir das dimensões corporais que estão imbricadas ao peso. Todavia, o peso, as formas e as dimensões corporais constituem a materialidade da existência dos seres humanos, marcam as suas identidades, medeiam a experiência. Portanto, negar o peso corporal como uma dimensão que não importa pode representar a própria negação de uma existência tangível, sensível, concreta.

O discurso da *digital influencer* expressa, ainda, contradições e circularidades que estão em consonância com dilemas e dissensos presentes na discussão do fenômeno. E isso também transpassa a ciência e os pesquisadores. Ademais, quando analisamos o ato de cuidar nos casos de Brisa e Joana, não estamos lidando simplesmente com prescrições normativas, unívocas. Maria e Sofia também apresentam circularidades e controvérsias ao tecer as próprias estratégias de cuidado. Ao serem atuados no cotidiano, os movimentos de ir

9 Texto original: "whereas the zero purports to be outside of time, bodies are always in time".

e vir e esse jogo de "importa, não importa e quando importa" dialogam com a fala da *digital influencer* de que "*sempre foi sobre saúde, no fim das contas. Nunca foi sobre ser gorda, nunca foi sobre ser magra […]. Sempre foi a busca da liberdade, do caminho do meio*".

Dessa forma, admitindo-se, primeiramente, que em tempos de defesa da ciência[10] é inegável constatar o aumento do peso da população mundial (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017); segundamente, que dados apresentados no relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021* (2021) e no artigo "The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: the lancet commission report" (2019) apontam que, apesar das ações e das estratégias empreendidas para frear o aumento global e local da obesidade em adultos, as taxas de prevalência continuam aumentando em todas as regiões do mundo; e, terceiramente, que, se há uma demanda concreta de criação novas versões e formas de tecer o cuidado, por que não discuti-las e criá-las?, ressalta-se que a sugestão de criar novas versões não é uma imposição e nem deve ser. A proposição emerge do entendimento de que não é só o peso que importa. E essa percepção, que parecia se restringir ao discurso teórico dos estudos críticos da obesidade e dos movimentos, é também entendida por profissionais de saúde, inclusive aqueles que sustentam a importância do peso pelo fato de ser ainda considerado fundamental no âmbito profissional.

Nesse sentido, o caminho do meio parece ser promissor quando se trata de provocar deslocamentos nos modos de cuidado em busca de estratégias que não considerem a redução do peso corporal como a única via para o alcance da saúde, que não estigmatizem os corpos e que não promovam olhares inquisidores sobre eles. Seguindo essa linha reflexiva, a mediação do peso corporal pelos profissionais de saúde deve primar as singularidades, as contextualidades e os marcadores interseccionais que delineiam os viventes e, como descrevem Czeresnia, Maciel e Oviedo (2013), o lidar com a saúde como potência do existir por meio de disposições para produzir vidas justas e dignas.

10 Essa defesa política da ciência decorre dos ataques negacionistas de viés ideológico sofridos pelas instituições de produção do conhecimento científico durante a pandemia da covid-19.

REFERÊNCIAS

AMIRI, S.; BEHNEZHAD, S. Obesity and anxiety symptoms: a systematic review and meta-analysis. *Neuropsychiatrie*, Paris, v. 33, n. 2, p. 72-89, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30778841/. Acesso em: 20 jan. 2022.

ARAUJO, F. M.; GONZÁLEZ, A. D.; SILVA, L. C. *et al*. Obesidade: possibilidades de existir e práticas de cuidado. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 249-260, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/KhTZ6XNnvJRKmdKBGJbSZfH/?lang=pt. Acesso em: 12 mar. 2022.

ARAÚJO, K. L.; MARINHO, M. C. G.; MACHADO, V. C. *et al*. O fenômeno da obesidade como experiência subjetiva. *In*: AMPARO-SANTOS, L.; FRANÇA, S. L. G. *et al*. (org.). *Obesidade(s)*: diferentes olhares e múltiplas expressões. Salvador: Universidade Federal da Bahia: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Universidade do Estado da Bahia: Ministério da Saúde, 2020. p. 69-87.

BERTRAN, M. V.; SÁNCHEZ, M. C. U. Continuidades en la estigmatización social del cuerpo enfermo: una comparación entre la lepra y la obesidad. *Tramas*, México, DF, n. 32, p. 147-168, 2009. Disponível em: https://tramas.xoc.uam.mx/index.php/tramas/article/view/547. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS*: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

COURTINE, J.-J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). *História do corpo*: as mutações do olhar. O século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 253-340.

CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M. G. S.; OVIEDO, R. A. M. *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

DELEUZE, G. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

DESPRET, V. *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999.

DESPRET, V. El Cuerpo de Nuestros Desvelos. Figuras de la antro-zoo-génesis. *In*: SÁNCHEZ-CRIADO, T. (org.). *Tecnogénesis*: la construcción técnica de las ecologías humanas. Madrid: Antropólogos Americanos, 2008. p. 229-661.

FISCHLER, C. Obeso maligno, obeso benigno. *In*: SANT'ANNA, D. B. (org.). *Políticas do corpo*: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 69-80.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT; UNICEF; WORLD FOOD PROGRAMME; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO, 2021. Disponível em: https://www.fao.org/3/cb5409en/cb5409en.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FARREL, A. E. *Fat shame*: stigma and the fat body in American culture. New York: New York University Press, 2011.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

GARD, M.; WRIGHT, J. *The obesity epidemic*: science, morality and ideology. New York: Routledge, 2007.

GARIEPY, G.; NITKA, D.; SCHMITZ, N. The association between obesity and anxiety disorders in the population: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Obesity*, London, v. 34, n. 3, p. 407-419, 2009. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19997072/. Acesso em: 11 jan. 2022.

GILMAN, S. L. Obesidade como deficiência: o caso dos judeus. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 329-353, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/8GyvC5yDZdBh3KdMVH4W3XP/?lang=pt#:~:text=Desde%20o%20s%C3%A9culo%20XIX%2C%20a,ricos%20(homens)%20eram%20gordos%2025. Acesso em: 18 out. 2021.

GOMES, A. P.; SOARES, A. L. G.; MENEZES, A. M. B. *et al*. Adiposity, depression and anxiety: interrelationship and possible mediators. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 53, n. 103, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/164354/157650. Acesso em: 11 jan. 2022.

GONÇALVES, S. D.; MIRANDA, L. L. Biopolítica e confissão: cenas do grupo terapêutico com pacientes obesos. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 24, p. 94-103, 2012. Número especial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/5Jf8gHctCQLWZkv6x5RRsDb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 mar. 2022.

IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa nacional de saúde*: atenção primária à saúde e informações antropométricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KRIEGER, N.; DAVEY-SMITH, G. "Bodies count" and body counts: social epidemiology and embodying inequality. *Epidemiologic Reviews*, Oxford, v. 26, p. 92-103, 2004. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15234950/. Acesso em: 16 nov. 2022.

KROLØKKE, C.; SØRENSEN, A. S. Three waves of feminism: from suffragettes to girls. *In*: KROLØKKE, C.; SØRENSEN, A. S. *Gender communication theories & analyses:* from silence to performance. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2006. p. 1-24.

KUK, J. L.; ARDEN, C. I.; CHURCH, T. S. *et al*. Edmonton Obesity Staging System: association with weight history and mortality risk. *Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism*, Ottawa, v. 36, n. 4, p. 570-576, 2011. Disponível em: https://cdnsciencepub.com/doi/10.1139/h11-058. Acesso em: 16 fev. 2022.

LEBESCO, K. Queering Fat Bodies Politics. *In*: BRAZIEL, E.; LEBESCO, K. (ed.). *Bodies Out of Bounds*: fatness and transgression. Los Angeles: University of California Press, 2001. p. 74-90.

LUZ, M. T. *Natural, racional, social*: razão médica e racionalidade moderna. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

MAGALHÃES, L. M.; AMPARO-SANTOS, L. Os riscos de estar "além do peso": uma análise do discurso sobre a obesidade proferido nos meios de comunicação de massa. *In*: PRADO, S. D.; AMPARO-SANTOS, L.; SILVA, M. *et al*. (org.). *Estudos socioculturais em alimentação e saúde*: saberes em rede. EdUERJ, 2016. p. 215-230.

MELLO, J. A. Revealing Brazilian fat activism through visual arts: the cases of elisa queiroz and fernanda magalhães. *Fat Studies*, Bielefeld, v. 10, n. 3, p. 253-267, 2021. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21604851.2021.1907098. Acesso em: 24 fev. 2022.

MOLLOW, A. Disability Studies Gets Fat. *Hypatia*, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 199-216, 2015. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24542067. Acesso em: 30 mar. 2022.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. *In*: MORAES, M.; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver*: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2010. p. 26-51.

OLIVEIRA, M. S. S.; SANTOS, L. A. S. Guias alimentares para a população brasileira: uma análise a partir das dimensões culturais e sociais da alimentação. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2519-2528, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/fygwP4WtxNyXvKPmrxKJ46m/?lang=pt. Acesso em: 6 dez. 2021.

ORTEGA, F. The biopolitics of health: reflections on Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. *Interface*: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 9-20, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/KRqrqqJGqK6vshf4KKrkCbw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 jan. 2021.

POULAIN, J. P. *Sociologia da obesidade*. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

RALSTON, J.; BRINSDEN, H.; BUSE, K. *et al*. Time for a new obesity narrative. *The Lancet*, New York, v. 392, n. 10156, p. 1384-1386, 2018. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32537-6/fulltext. Acesso em: 4 nov. 2021.

SANTOS, L. A. S. *O corpo, o comer e a comida*: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2008.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S. *et al*. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: the lancet commission report. *The Lancet*, New York, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext. Acesso em: 2 fev. 2021.

TELESI JÚNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/?lang=pt. Acesso em: 12 nov. 2022.

TESSER, C. D.; DALLEGRAVE, D. Práticas integrativas e complementares e medicalização social: indefinições, riscos e potências na atenção primária à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/fNcSWwm5tSXLjcxYV7ncj5p/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

TESSER, C. D.; LUZ, M. T. Racionalidades médicas e integralidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 195-206, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/dXWYqZpL6fwdfdVhGmMLqxQ/?lang=pt. Acesso em: 1 nov. 2022.

TOVAR, V. *Meu corpo, minhas medidas*. São Paulo: Primavera Editorial, 2018.

VIGARELLO, G. *As metamorfoses do gordo*: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX. Petrópolis: Vozes, 2012.

VILLELA, M. C. E.; AZEVEDO, E. Controle de si e cuidado de si: uma reflexão sobre a ciência da nutrição. *Demetra*: alimentação, nutrição e saúde, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/47183. Acesso em: 21 mar. 2021.

WHARTON, S.; LAU, D. C. W.; VALLIS, M. *et al*. Obesity in adults: a clinical practice guideline. *Canadian Medical Association Journal*, Ottawa, v. 192, n. 31, p. 875-891, 2020. Disponível em: https://www.cmaj.ca/content/192/31/E875. Acesso em: 20 nov. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity and overweight. *WHO*, [Genebra], 2021. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/. Acesso em: 16 nov. 2022.

YATES-DOERR, E. *The weight of obesity*: hunger and global health in postwar Guatemala. University of California Press, 2015.

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E REPERCUSSÕES NAS MÍDIAS SOCIAIS

AVANÇOS E RETROCESSOS

Érica de Aquino Paes
Luciane da Costa Moás
Gabriela Quinhones de Souza

INTRODUÇÃO

As violências que atentam contra as mulheres – suas vidas, seus corpos, saúde e patrimônio – estão relacionadas com as construções sociais de gênero e são um fenômeno global. Essa é uma leitura e interpretação que floresce entre disputas nos campos do conhecimento, inclusive nas Ciências Sociais, a partir da ação política das mulheres no sentido de deter o controle do seu próprio corpo, da sua fecundidade e de sua saúde. Essa ação expressou-se publicamente na formalização da ideia de defesa dos direitos reprodutivos, cuja formulação e tradução em

termos de políticas públicas é bastante recente (anos 1980), e colocou o corpo como tema da política. Um corpo que possui dois sexos, de acordo com os fundamentos da biologia, e que, na perspectiva dos estudos de gênero, é modelado por relações sociais e elaboração cultural que hierarquizam esses sexos a partir da sua diferenciação. Ademais, as iniciativas governamentais para a prevenção e o combate à violência e às vulnerabilidades através de políticas públicas são incipientes e fragmentadas e, como resultado dessa baixa institucionalidade, as escassas ações são pouco efetivas e eficazes para proteger as mulheres.

A emergência do discurso das mulheres sobre suas experiências corporais ganhou institucionalidade nos diferentes campos do conhecimento e variados meios de comunicação. Isso não significa que o entendimento das relações sociais de gênero e suas interseções com os mais variados temas seja hoje facilmente perceptível nos estudos acadêmicos, ainda que tenha se tornado mais amplamente difundido. Ao contrário, o fenômeno do sujeito, da identidade, do eu, que envolve dois polos hierarquicamente constituídos e ativos numa correlação de forças permanentemente tensionadas e em disputa, necessita ser analisado na dinâmica contraditória de constituição da relação entre a singularidade e o universal. Desse modo, participar de relações sociais implica em encarnar uma identidade, e os mecanismos por meio dos quais ela é forjada, e constituir-se como sujeito.

Para os estudos de gênero, a violência doméstica se apresenta como uma modalidade específica de violência que não se origina exclusivamente das desigualdades de classe, sendo essa sua grande contribuição à discussão acerca das relações violentas e sua rotinização tradicionalmente voltada ao espaço público presente na tradição sociológica. Nessa direção, a análise do par conjugal e aquela que envolve a relação entre mulheres e homens (parentes ou afins, maridos, ex-companheiros, pais, padrastos e namorados) no espaço doméstico e no grupo familiar ganham relevância como dimensão na análise do fenômeno da violência contra as mulheres. Cabe destacar que essa problemática não se encontra isolada de tantos outros temas envolvendo outras violências e vulnerabilidades, como podemos vislumbrar na alimentação, nas práticas alimentares e na comensalidade, o que mereceria uma maior atenção de nossa parte. Exemplificando, podemos citar alguma asa temática em que as violências, simbólicas ou não, se instauram: o trabalho doméstico remunerado e não remunerado (o que inclui o fazer a comida e o cuidado com as crianças); trabalho fora

de casa, em restaurantes/escolas ("teto de vidro", assédio); a amamentação; os programas governamentais de distribuição de renda (que tem a mulher como figura central para receber o benefício). Enfim, a violência baseada no gênero é um problema social que se conecta a outras violações de direitos que afetam o desenvolvimento adequado e livre de meninas, jovens e mulheres.

É nesse contexto que pretendemos analisar e problematizar o processo de emergência das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deam) nos anos 1980, pois é de extrema relevância para a compreensão de como essa política pública de proteção às mulheres, em que pese ter sido um enorme avanço à época, vem se mostrando insuficiente, como se verifica, também, em razão da repercussão nas redes sociais dos casos de violência em que se busca atendimento nas delegacias de polícia e nos quais as vítimas são mulheres.[1]

Entre permanências e mudanças quanto aos mais diversos aspectos implicados na violência de gênero, tais como os tipos de crimes mais praticados, o perfil das vítimas e dos agressores, os recortes de classe e raça, entre outros, permanece inalterada a tolerância dos órgãos de Justiça e da sociedade com os crimes que envolvem casais e ex-casais. Não tratamos de algo novo. Sem voltarmos muito no tempo, basta trazer à tona os nomeados "crimes passionais" nos quais os homens – autores de atos criminosos, principalmente o homicídio contra suas esposas, companheiras, namoradas e afins – eram absolvidos com base no reconhecimento da "legítima defesa da honra".[2] Décadas depois ainda encontramos argumentos que desqualificam, desacreditam e culpabilizam as mulheres vítimas de violência e, assim, não contribuem com o debate e não favorecem a busca de caminhos capazes de romper com o próprio o ciclo de violência.

---

1 Essa iniciativa está vinculada ao projeto de extensão intitulado: "Prática Jurídica em Direito das Famílias sob a Perspectiva de Gênero", que conta com as alunas Ana Carolina dos Santos Gomes, bolsista do Programa de Apoio À Extensão Universitária (Proext) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – *campus* Seropédica e Mariana da Silva Pinto Maia Gomes, na qualidade de aluna voluntária.

2 As primeiras manifestações públicas de denúncia da violência contra as mulheres no Brasil foram contra a impunidade dos homicidas que, agindo motivados pelo desejo de controlar suas (ex-)companheiras ou (ex-)esposas, acabaram sendo beneficiados pelo argumento da "legítima defesa da honra". O crime era tratado como de natureza íntima, encerrado no espaço privado, sem representar um perigo para a ordem social, contornando, dessa forma, as tentativas de criminalização e intervenção da Justiça.

O presente capítulo está dividido em três partes. Na primeira, aspectos normativos da dominação patriarcal são apresentados como o pano de fundo para explicar a situação estrutural de desigualdade que inferiorizou e subordinou as mulheres aos homens e alimentou os sentimentos de controle e posse sobre o corpo feminino. A defasada mas tradicional divisão de gênero colocou a mulher responsável apenas pelo trabalho reprodutivo, de cuidadora do marido e dos filhos; portanto, limitada ao espaço privado da casa. De outro lado, ao homem coube a posição privilegiada de titular de direitos em todos os espaços da vida pública. É através dessa perspectiva que as violências contra as mulheres são analisadas e estão diretamente relacionadas com a emergência de movimentos sociais e, em especial, feministas que contribuíram para a criação das Deam.

Na segunda parte são apresentados os avanços introduzidos pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e pela Lei n° 13.104/2015, que tipificou a morte de mulheres em razão do gênero como feminicídio. De outro lado, os dados estatísticos sobre as violências analisados demonstram o imenso abismo entre o plano normativo, a realidade social de mortes e outros crimes evitáveis que vitimam cotidianamente as mulheres. Por isso, é relevante demonstrar que a culpabilização (revitimização) das mulheres apenas contribui para a subnotificação dos casos e normalização da própria violência.

Na terceira e última parte colocamos em análise um episódio que mobilizou as redes sociais e a mídia tradicional: o caso de Leda Mercia Mota Ribeiro da Silva, na cidade de Resende, que, vítima de violência por parte de seu marido, o qual quebrava móveis e eletrodomésticos da residência do casal, ao chegar à delegacia para efetuar o registro da ocorrência terminou presa, sob a alegação dos policiais de terem sido desacatados e terem sido atrapalhados no atendimento regular da delegacia pela vítima.[3]

A repercussão, principalmente nas redes sociais, que vem exercendo um papel fundamental para a propagação acelerada das informações, fez surgir uma série de relatos de mulheres que, em delegacias especializadas ou não, continuam sofrendo as mesmas intimidações, embaraços e humilhações,

3 A notícia pode ser lida em: https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/10/23/mulher-e-presa-por-desacato-ao-ir-a-delegacia-de-resende-denunciar-agressao-do-marido.ghtml.

como há décadas na reprodução de condutas machistas e misóginas no lidar com as violências contra mulheres. A mídia virtual, em comparação com a tradicional,[4] atinge uma dimensão espacial cada vez maior. É um poder desmaterializado, mas capaz de legitimar discursos e interferir nas relações sociais e culturais em dado lugar e tempo histórico.

A partir da repercussão desse caso, colhemos os comentários de duas páginas com amplo alcance da rede social Facebook, quais sejam, Quebrando o Tabu e Mídia Ninja, e buscamos identificar, a partir dos comentários públicos ali postados, quais são as dificuldades e problemas enfrentados pelas mulheres vítimas que buscam a delegacia policial na tentativa de iniciar um procedimento para fazer cessar as violências sofridas. As estratégias metodológicas adotadas são descritas oportunamente.

É um viés inovador e absolutamente relevante, num cenário em que, desde o início, a proteção das mulheres por parte do Estado, através das Deam, segue a lógica da manutenção da submissão e do estereótipo de histérica, numa prática de silenciamento e imputação de medo àquelas que ousarem desafiar o sistema patriarcal.

A CRIAÇÃO DAS DELEGACIAS DE MULHERES: A PRIMEIRA TENTATIVA DE FREAR AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

As violências contra as mulheres não são um fenômeno novo na sociedade brasileira. Muito da sua naturalização decorre, inclusive, do arcabouço jurídico que garantia privilégios aos homens, seja na sociedade, seja na esfera familiar. Cabem aqui, como exemplos, o art. 6°, II, do Código Civil de 1916 (vigente por muitas décadas), que considerava as mulheres casadas como relativamente incapazes para a prática de atos da vida civil, e o art. 233, do mesmo diploma legal, que considerava o marido como chefe da sociedade conjugal, sendo sua atribuição administrar os bens particulares da mulher, bem como autorizar a profissão desta. Ao colocar as mulheres em condição de inferioridade, tanto no ambiente público como no privado, autorizados estavam os homens

4 As mídias hegemônicas, em geral, são uma ferramenta que contribui negativamente para reafirmar posições socialmente impostas, em especial pela divulgação de manchetes que induzem à culpabilização da mulher pela violência da qual foi vítima.

a colocar as mulheres como objetos de sua propriedade e, como tal, sujeitas ao domínio e, além disso, às violências de seus titulares.

As violências estavam, também, naturalizadas na sociedade, uma vez que o dito popular "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" fazia com que as violências domésticas fossem toleradas.

Os movimentos de mulheres, na segunda metade do século XX, no Brasil, passaram a denunciar as violências domésticas e, em especial, os homicídios de mulheres[5] que ganhavam destaque na mídia,[6] tanto pelo seu aumento como por atingir, também, mulheres conhecidas socialmente, como Ângela Diniz.

Com maior visibilidade das violências, em especial dos homicídios de mulheres, como dito anteriormente, o Estado foi compelido a reconhecer a necessidade de uma política pública com o objetivo de tentar frear as violências contra mulheres. Tal reconhecimento se deu com a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher e fora bastante tímido, uma vez que somente duas delas foram criadas inicialmente no Brasil, uma em São Paulo, em 1985, e outra no Rio de Janeiro, em 1986, a qual aproveitou o contexto favorável, como revelam Lana Lage da Gama Lima e Suellen André de Souza (2009, p. 64),

> a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM no Estado do Rio de Janeiro, identificando as forças sociais que atuaram nesse processo e analisando a conjuntura que permitiu ao movimento feminista obter sucesso em sua reivindicação de que fosse criada uma delegacia especial para atender mulheres vítimas de violência, particularmente sexual e conjugal. Porque, efetivamente, a DEAM foi uma conquista das mulheres organizadas, as quais se valeram de um momento político particularmente favorável, para conseguir dos governos da época a implantação desse serviço policial especializado.

5 De maneira breve, podemos dizer que o feminicídio é a morte violenta de mulheres por questões de gênero, em razão do menosprezo à condição feminina. Por isso, é normalmente considerado um crime de ódio. (BRASIL; IPEA, 2015)

6 Ver em: https://oglobo.globo.com/rio/dez-crimes-que-chocaram-rio-de-janeiro-17845895.

A emergência dessas delegacias fissurou as estruturas sociais, uma vez que alterou as relações de poder entre homens e mulheres, não só no campo público, como também na esfera privada. Aqui entendemos as relações e exercícios de poder e, também, suas hierarquias na sua dimensão relacional, conforme Foucault (1979, p. 175), uma vez que "o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação"; e, aqui complementamos, o poder só se dá em inter-relação. Nesse contexto de violências e exercício de poder, as delegacias de mulheres colocaram estas como protagonistas, principalmente no que toca às policiais mulheres e à visibilização das vítimas, começando um processo de publicização da ocorrência das violências, retirando do âmbito privado questões antes naturalizadas como exclusivamente particulares.

Entender as delegacias como um novo lugar de protagonismo das mulheres, sejam como policiais e, principalmente, como vítimas, além de quais demandas cabiam naquele novo espaço de exercício de poder e para quais mulheres elas foram pensadas, nos ajuda a refletir como, apesar dos avanços, chegamos aos anos 2020 ocupando o quinto lugar no *ranking* de países com mais mortes violentas de mulheres no mundo.[7]

Entretanto, a compreensão da vida das mulheres não mais como questão de interesse exclusivamente privado, mas público e, também, do Estado, uma vez que as delegacias são um de seus braços de força punitiva, mostra que aquela fissura poderia representar um perigo. Ao publicizar as violências contra as mulheres, buscava-se a criminalização de condutas historicamente já tipificadas pelo Código Penal, mas que por ocorrerem dentro dos lares, privadamente, não eram visíveis e, assim, não eram consideradas problemas a serem solucionados socialmente, seja pela punição penal, seja por abrir caminho a uma possível modificação nas estruturas e hierarquias sociais. (PAES, 2018)

Assim visibilizar as violências contra as mulheres, em especial as violências domésticas, poderia representar uma possibilidade de fraturar as estruturas patriarcais e machistas que mantinham – e ainda mantém – a sociedade e o Estado

7 O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de homicídios de mulheres, segundo a ONU Mulheres Brasil e o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU. Ver em: http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/brasil-e-o-quinto-pais-do-mundo-em-ranking-de-violencia-contra-mulher.html.

brasileiros. Ao colocar as vidas das mulheres à luz das ruas, ou seja, fora das paredes de suas casas, tornou-se necessário medir os passos dados para a instalação das delegacias de mulheres, que foram cuidadosamente traçados para que fosse atendida a demanda do movimento feminista,[8] mas sem causar tantos riscos à manutenção das condições de hierarquia e poder já estabelecidas no Brasil.

Nesse contexto, da necessidade de um avanço na tutela das mulheres e do receio do que o reconhecimento do fato de que elas são vítimas de violências expusesse as violentas estruturas sociais e familiares brasileiras, em 1980, no II Congresso da Mulher Paulista, as violências contra as mulheres foram tema da pauta que levou à criação do SOS Mulher, programa voluntário que envolvia psicólogas e advogadas no acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violências (TELES, 1999), que foi o embrião das delegacias especializadas no atendimento à mulher.

No entanto, apesar da possibilidade de atendimento no programa SOS Mulher, muitas das mulheres vítimas de violências eram constrangidas, além das tentativas de dissuadi-las de efetivarem os registros das ocorrências de violências nas delegacias de polícia. (TELES, 1999) Por isso, com a intenção de minorar os constrangimentos sofridos por elas quando das realizações dos atendimentos para registro das ocorrências de violências, uma delegacia especializada para tanto, composta somente por policiais mulheres, poderia ser a solução.

A questão, dessa forma, ia além do referido constrangimento, chegando muitas vezes à impossibilidade de acesso real e efetivo à proteção estatal através da força policial às mulheres em uma delegacia na qual os homens eram os responsáveis pelo atendimento às vítimas de outros homens. Assim, para que a mulher que sofreu uma violência perpetrada por um homem fosse à delegacia buscar orientação acerca da forma de agir para que seu agressor respeitasse seus direitos, eram necessárias doses maiores de esforço e coragem, já que seria ela atendida por homens, os mesmos que, muitas vezes, compreendem as mulheres como uma categoria inferior de pessoas.

8 Acerca das demandas do movimento feminista brasileiro, em especial vinculadas às questões das violências, Lia Zannota Machado (2016, p. 6) é precisa: "A especificidade do movimento brasileiro que ganha maior visibilidade política no país são os assassinatos de mulheres e não a crítica à violência cotidiana e crônica contra as mulheres, tema candente com os grupos SOS".

No histórico modelo social e institucional brasileiro, dominado pelo pensar e agir masculino, heterossexual, branco e economicamente privilegiado, as mulheres estão em posição de subalternidade, uma vez que o sistema de justiça produz e reproduz hierarquias, principalmente quando até mesmo a legislação previa o amplo domínio do corpo e das vontades das mulheres pelos homens que as cercavam, notadamente seus pais e maridos, e romper com esse sistema era – e ainda é – uma missão dificílima.

É preciso lembrar também que, à época da instalação e criação das Deam no Brasil, o homem era, institucional e juridicamente, o chefe da família, instituição cujo escopo era resistir até que a morte separasse o casal, e fazer esse movimento – de retirar do âmbito privado e trazer para o público as violências contra as mulheres – fazia com que fosse necessário também criar-se os conceitos e delimitar seus espaços de atuação, definindo quem eram as mulheres-vítimas, as mulheres-policiais, o espaço da delegacia, o que deveria ou poderia ser nelas tratado. Deve ser destacado, ainda, que havia um movimento que buscava reduzir o papel das delegacias especializadas de atendimento à mulher, buscando evidenciar o caráter assistencialista das Deam, enfraquecendo sua função de persecução criminal, deixando assim de cumprir sua função principal. (PAES, 2018)

Essa aproximação das Deam com o assistencialismo procurava manter as mulheres como hipossuficientes[9] nas relações violentas em que estavam envolvidas, ou seja, em se evitando a caracterização das violências contra as mulheres como condutas criminosas passíveis de punição, que seria capaz de alijar os homens agressores do convívio social, elas permanecem subjugadas àqueles aos quais estão vinculadas (namorados, maridos, companheiros etc.), mantendo-se invioláveis as dimensões patriarcais e machistas das famílias e da sociedade. (PAES, 2018)

Em outras palavras, não se queria, nem se pretendia, alterar a cultura masculina hegemônica, nem diminuir os privilégios masculinos, aqui incluídos o acesso à instituição Polícia e à carreira policial, mas tão somente prestar uma satisfação aos movimentos que pressionavam pela instalação das Deam, sem

9 A expressão hipossuficiente é polissêmica. Utilizamos aqui para traduzir a posição de extrema vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência de gênero.

que se alterasse, efetivamente, as estruturas sociais que poderiam colocar as mulheres em condições de hipossuficiência.

Assim, a recusa dos policiais, das delegacias de atendimento geral, em realizar os registros de ocorrências relacionados às violências contra as mulheres era tão corriqueira que pode ser facilmente percebida nos jornais da época. Uma matéria publicada no jornal *O Globo*, de 7 de agosto de 1986, quinta-feira, na seção "Barra", página 9, sob o título "Comissão Feminina exige que DP registre 'surra'",[10] inicia da seguinte forma, *in verbis*: "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Esta foi a resposta ouvida por uma moradora de Jacarepaguá, no dia 19 de julho, ao tentar registrar na Delegacia de Polícia, uma queixa contra os espancamentos impostos a ela pelo seu companheiro". No caso citado, a mulher vítima buscou ajuda da Comissão Feminina[11] da 32ª Subseção da OAB (RJ) e só assim conseguiu ver seu registro realizado para que providências[12] fossem tomadas. (PAES, 2018)

As Deam foram criadas, mas os problemas que já haviam sido diagnosticados no século XX seguem impedindo mulheres de registrar as ocorrências – mesmo nas delegacias especializadas. São vários os relatos e as notícias acerca da dificuldade atual das mulheres em registrar ocorrência policial nas delegacias, sejam especializadas no atendimento às mulheres ou não,[13] e

10 Ver em: https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=comiss%C3%A3o+feminina+exige+que+DP+registre+&anyword=&noword=&exactword=.

11 As Comissões Femininas das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil eram grupos formados por advogadas que buscavam auxiliar as mulheres que não podiam arcar com os custos de pagamento de advogados nas questões que envolviam violações de seus direitos.

12 As providências para casos de violência como o narrado são: o registro da ocorrência na delegacia de polícia, identificando-se vítima, autor da conduta criminosa, a descrição da violência praticada; após, dá-se o encaminhamento para a realização do exame de corpo de delito, no qual a vítima é direcionada para o Instituto Médico Legal para que os médicos afiram se as lesões presentes no corpo da vítima coincidem com o tipo de violência que ela afirma ter ocorrido e enviem o relatório com as conclusões para a delegacia responsável pelo registro; assim, a autoridade competente, via de regra, o(a) delegado(a), diante das alegações e do laudo médico, decidirá acerca do envio do inquérito para que o Ministério Público ofereça denúncia em face do agressor, instalando-se o processo judicial contra este.

13 A título de exemplos: https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/advogadas-e-vitima-relatam-dificuldades-no-registro-de-casos-de-violencia-na-regiao.ghtmlehttp://azmina.com.br/2016/10/quando-a-delegacia-e-uma-nova-violencia.

Lana Lage da Gama Lima e Suellen André de Souza (2009, p. 69) nos ajudam a compreender as razões, pois

> a conseqüência da não assimilação dos conceitos feministas que estiveram na base da formulação das DEAMs pelos policiais foi – e continua sendo – a desqualificação, não somente desse tipo de conflitos, considerados problemas de ordem privada, como também do próprio atendimento a esses casos, considerado um trabalho de pouca importância, de cunho mais assistencial do que policial. Essa dupla desqualificação, do conflito e de sua administração, pode ser inferida dos termos usados nas delegacias distritais, para designar esses conflitos: 'feijoada', 'fubá', 'fubasada'. Não por acaso, todos referidos à cozinha, como representação do lugar tradicionalmente destinado às mulheres: o espaço doméstico. Mesmo nas delegacias especializadas, onde se aponta a necessidade do policial ter uma 'visão' diferenciada desses conflitos, esse trabalho é concebido mais como 'assistencialista' do que policial.

É fato demonstrado por inúmeras pesquisas, dos mais diversos órgãos,[14] que as violências contra as mulheres estão em constante crescimento – com destaque ao período de isolamento decorrente da pandemia de coronavírus, em que o aumento foi ainda maior e em escala global –, conforme alertou o secretário-geral da Organização das Nações Unidas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020)

Além disso, mais recentemente, o ataque ao direito das mulheres de registrar ocorrências de violências vem ganhando novos contornos. Para além dos constrangimentos e das tentativas de dissuasão, como antes já revelado dentre as estratégias de manutenção da submissão e hipossuficiência feminina, vem ganhando relevo a intimidação através da ameaça e até mesmo da prisão das mulheres vítimas que buscam registrar as violências sofridas em delegacias de polícia, o que será objeto de estudo nas seções a seguir.

14 Por todos, podemos citar: Manso e Campagnac (2019).

AS VIOLÊNCIAS E AS MULHERES VÍTIMAS – ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS NO COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Considerando o contexto descrito anteriormente, no campo normativo é possível perceber importante novo avanço com a criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, quando nomeia a violência doméstica e familiar contra a mulher como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (art. 5º); afirma que essa violência "constitui uma das formas de violação dos direitos humanos" (art. 6º); e amplia sua definição para contemplar a violência física, violência sexual, violência psicológica, violência moral e violência patrimonial (art. 7º). Além disso, instituiu uma abordagem integral com ações para prevenir, responsabilizar, proteger e promover direitos de mulheres vítimas.

Desde então passou a ser possível a prisão em flagrante do agressor, ou mesmo a prisão preventiva, quando houver indícios de ameaça à integridade física da mulher. Para mais, medidas protetivas foram estabelecidas, tais como: afastar o agressor do domicílio em situações de risco de vida da vítima ou, ainda, proibir que ele se aproxime dela, dos filhos, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre todos; suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor, com comunicação ao órgão competente; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; prestação de alimentos provisionais ou provisórios.[15]

Uma das constatações mais importantes do relatório bianual do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) (2008-2009) foi a classificação da Lei Maria da Penha como uma das três legislações mais avançadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres no

15 Os alimentos devem satisfazer as necessidades vitais do alimentando (pessoa que solicita), pois o objetivo é a manutenção de sua dignidade. Por isso, deve compreender: a alimentação, a saúde, a moradia, o vestuário, o lazer, a educação, entre outros. Alimentos provisórios e provisionais são fixados de imediato pelo juiz, porque visam manter o sustento de quem os pleiteia durante a ação de alimentos ou de qualquer outra natureza, como é o caso de uma ação que visa evitar ou suspender a violência contra a mulher.

mundo. Está ao lado da Lei de Proteção contra a Violência de Gênero da Espanha (2004).[16]

Quase uma década depois, uma nova lei, de n° 13.104/2015, dentre outras modificações que promoveu no Código Penal, alterou o art. 121 para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio nos seguintes termos: "se o homicídio é cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

Ocorre que, não obstante ambas as leis tenham alcançado bastante evidência e sejam extremamente relevantes, a eficácia[17] é reduzida, conforme dados estatísticos que passamos a analisar sobre as violências que vitimam todos os dias as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres.

Tais violências apresentam características muito singulares: quanto ao tipo de violência, o predomínio é a agressão física; mulheres com menor nível de instrução são as mais atingidas; a primeira agressão tende a ocorrer na juventude (para 31% das vítimas, a primeira ocorrência se deu antes dos 19 anos); o marido ou ex-marido, o companheiro ou o ex-companheiro é o principal agressor. O percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019, incluindo situações em que os agressores eram ex-maridos e, também, ex-namorados no momento do ataque. Em razão de uma série de fatores, como o medo do agressor, a dependência econômica, a preocupação com a criação dos filhos, a descrença nos instrumentos de Justiça, apenas uma em cada três mulheres denunciou a violência da qual foi vítima. E somente uma em cada quatro mulheres buscou atendimento médico após a agressão. Para as que resolvem denunciar,

16 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Relatório Global do Unifem aponta a Lei Maria da Penha entre as três mais avançadas do mundo. Ver em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2009/04/not_rel_glo_do_unifem_apo_lei_mar_pen_ent_tre_mai_ava_mun.

17 Uma lei tem eficácia quando produz, realmente, os efeitos sociais planejados. Para que a eficácia se manifeste é indispensável que seja observada socialmente. Pressupõe efetividade – consiste no fato de a lei ser observada tanto por seus destinatários quanto pelos aplicadores do Direito. Segundo Barroso (2001, p. 147), "simboliza a aproximação tão íntima quanto possível entre o dever ser normativo e o ser da realidade social".

os órgãos mais procurados são: a polícia (50%), as delegacias da mulher (31%) e as delegacias comuns (9%). (BRASIL, 2019)[18]

Os dados estatísticos sobre mortes de mulheres são tão alarmantes e impressionantes quanto os anteriormente apresentados. Em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. (IPEA, 2020)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que tem abrangência nacional, informa que os feminicídios correspondem a 29,6% dos homicídios dolosos de mulheres em 2018, quando ocorreram 1.151 casos em 2017 e 1.206 em 2018, um crescimento de 4% em números absolutos.

As Mortes Violentas Intencionais (MVI) voltaram a crescer no Brasil. Nos primeiros seis meses de 2020, acumularam um crescimento de 7,3%. Foram 25.699 mortes no primeiro semestre de 2020 contra 23.953 no mesmo período de 2019. Em 2019, as MVI tiveram uma redução de 17,7% em relação a 2018, saindo de 57.592 em 2018 para 47.796 em 2019. Contudo, essa oportunidade não foi aproveitada pelo país e, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, os homicídios voltaram a crescer. (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

O marcador de raça é de extrema relevância, pois se entre 2017 e 2018 houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020), entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. A taxa de homicídios ocorridos fora da residência da vítima segue a mesma tendência da taxa geral de homicídios e da taxa total de homicídios de mulheres no país, com quedas nos períodos entre 2013 e 2018 e entre 2017 e 2018 (redução de 11,8% em ambos os períodos), e aumento no decênio 2008-2018 (3,4%). Por

18 Pesquisa de violência doméstica e familiar contra a mulher em dezembro de 2019 no Instituto de Pesquisa DataSenado. Desde 2005, a cada dois anos, são ouvidas mulheres sobre as violências contra as mulheres no país. A amostra é estratificada, totalmente probabilística, com alocação proporcional à população segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A margem de erro é de dois pontos percentuais com nível de confiança de 95%. Ver em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes--em-8-anos-1.

sua vez, a taxa de homicídios na residência segue outro padrão: enquanto a taxa ficou constante entre 2008 e 2013, aumentou 8,3% entre 2013 e 2018, havendo estabilidade entre 2017 e 2018.

Outras formas de violência também têm seus números bastante altos, como os estupros, que em 2018 somaram 66.041 casos, em que 63,8% têm como vítimas crianças de 0 a 13 anos e 36,2% vítimas a partir de 14 anos de idade, sendo que 75,9% das vítimas têm algum vínculo com os autores dos crimes, como, por exemplo, os companheiros, parentes e amigos, conforme nos mostram os dados da pesquisa de âmbito nacional. De acordo com o *Dossiê Mulher* (2019), os estupros no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, totalizaram 4.543 vítimas, em que 44,8% dos autores de tais crimes têm algum tipo de relação próxima com as vítimas e, em 71,9% dos casos, tais violências ocorreram no interior das residências das vítimas.

Os dados estatísticos corroboram a naturalização das violências, em particular contra o corpo e a vida das mulheres. Em paralelo, há nesse debate duas questões que também merecem destaque: as subnotificações – é grande o número de mulheres que não denunciam os crimes dos quais são vítimas – e a revitimização, ambas diretamente relacionadas.

O conceito de revitimização tem sido aplicado para descrever a situação enfrentada quando vítimas de violência têm o sofrimento prolongado potencialmente pelo atendimento inadequado nos serviços públicos (hospitais, delegacias de polícia etc.) em que buscam atendimento. Verifica-se através do atendimento negligente, do descrédito na palavra da vítima, do descaso com seu sofrimento físico e/ou mental, com o desrespeito à sua privacidade, com o constrangimento e a responsabilização da vítima pela violência sofrida. (PAES; MOÁS, 2018) Em alguns casos, a mulher é discriminada ou culpabilizada também pelas pessoas que deveriam constituir sua rede de apoio, como a família, por exemplo.

Assim, é forçoso reconhecer que é preciso aprimorar as respostas institucionais, desde a investigação policial até o resultado final do processo criminal, incluindo a perspectiva de gênero – de modo a evidenciar as razões de gênero como causas da violência – não somente no processo judicial, mas também nos serviços de saúde e demais instâncias que lidam com mulheres vítimas. É igualmente necessária a criação de uma nova pedagogia, que perpasse por todas as camadas da sociedade e seja isenta de estereótipos e preconceitos de gênero,

posto que esses contribuem para a impunidade, criam obstáculos ao acesso à Justiça e limitam as ações preventivas nos casos de violência contra as mulheres.

É importante lembrar que, quando o Estado não responsabiliza os autores de atos de violência e a sociedade também tolera de forma expressa ou tácita essa violência (o famoso "em briga de marido e mulher não se mete a colher"), a impunidade não só estimula novos abusos como também transmite a mensagem de que a violência masculina contra a mulher é aceitável, ou natural, como se a agressividade fosse uma característica masculina inata e não produto da sociedade machista e misógina em que estamos todas e todos inseridos. O resultado dessa impunidade não consiste unicamente na denegação da justiça às mulheres vítimas, mas também no fortalecimento das relações de gênero reinantes, que reproduz as desigualdades.[19] É nessa direção que precisamos de uma política criminal que preste atendimento integral às vítimas de violência e suas famílias e de políticas públicas que visem atenuar as desigualdades de gênero.

CASO LEDA E ANÁLISE DAS MÍDIAS SOCIAIS

Neste tópico será abordado o caso real da sra. Leda Mercia Mota Ribeiro da Silva, na cidade de Resende, que, vítima de violência por parte de seu marido que quebrava móveis e eletrodomésticos da residência do casal, ao chegar à delegacia para efetuar o registro da ocorrência terminou presa, sob a alegação de desacato e interferência no atendimento regular da delegacia pela vítima.[20]

A notícia repercutiu de forma imediata, em especial nas mídias sociais, em que mulheres de diferentes regiões relatam suas dificuldades em efetuar registros de violência doméstica nas delegacias, sejam especializadas ao atendimento à mulher ou não, o que leva à continuidade da violência e intimidação das mulheres que estão vivenciando tal agressão.

19 Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios). Ver em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf.

20 A notícia pode ser lida em: https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/10/23/mulher-e-presa-por-desacato-ao-ir-a-delegacia-de-resende-denunciar-agressao-do-marido.ghtml.

Para a análise da repercussão do caso em tela foram escolhidas duas páginas do Facebook, quais sejam Quebrando o Tabu e Mídia Ninja, em razão do alcance que tais páginas produzem nas redes sociais, influenciando a opinião dos leitores e, a certa medida, proporcionado o debate entre aqueles que deixam seus comentários. A página Quebrando o Tabu recebeu 2.300 (dois mil e trezentos) comentários e 2.200 (dois mil e duzentos) compartilhamentos, informações essas colhidas em novembro de 2020. Já a página do Mídia Ninja recebeu 537 (quinhentos e trinta e sete) comentários e 896 (oitocentos e noventa e seis) compartilhamentos, cujas informações foram colhidas no período já indicado.

A pesquisa desenvolvida buscou analisar os comentários deixados pelos leitores das páginas de forma livre, sendo este o público-alvo considerado: total de comentários em cada uma das páginas mencionadas. Na sequência, os comentários foram selecionados de forma cronológica (dos mais recentes para os mais antigos) e de forma a atender critério equitativo numérico em relação ao gênero masculino e feminino – constituindo-se o grupo de amostra. O quantitativo de amostra levou em consideração o total de comentários em cada página, com possibilidade de margem de erro de 5% (cinco por cento), definindo-se o quantitativo da amostra para a página do Quebrando o Tabu em 244 comentários a serem analisados e da página Mídia Ninja, 182 comentários.[21]

A partir dos comentários públicos ali postados, buscou-se identificar quais são as dificuldades e problemas enfrentados pelas mulheres vítimas que buscam a delegacia policial na tentativa de iniciar um procedimento para cessar as violências sofridas.

ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DA PÁGINA MÍDIA NINJA

A página do Mídia Ninja publicou a notícia do caso da sra. Leda no dia 23 de outubro de 2020. Dos comentários da amostra selecionada, pode-se identificar comentários aleatórios; relatos pessoais de terceiros que passaram por situação semelhante; defesa da prisão por desacato; e indignação com a situação relatada.

21 O cálculo para a indicação da amostra foi realizado por meio de Calculadora de Amostragem, ver em: https://solvis.com.br/calculos-de-amostragem/.

De acordo com a amostra, foram colhidos 26 (vinte e seis) relatos pessoais, todos feitos por mulheres. Desses relatos, 7 (sete) indicam circunstâncias de roubo, extorsão, maus tratos de animais, em que as denunciantes indicam não receberem o tratamento adequado na delegacia; e 19 (dezenove) são vítimas de violência doméstica.

Dos relatos pessoais das vítimas de violência doméstica, todos indicam que as vítimas não receberam o acolhimento e tratamento adequado no âmbito da delegacia (especializada ou não) quando da denúncia da agressão física, moral ou psicológica sofrida, em que apenas 4 (quatro) relatam que conseguiram efetivamente fazer o Boletim de Ocorrência, ou seja, aproximadamente, apenas 20% (vinte por cento) da amostra conseguiu concluir a denúncia de agressão sofrida.

Dessa forma, divide-se os comentários sobre a atuação da autoridade policial em relação às vítimas de violência doméstica em: (i) julgamento dos policiais sobre a conduta da vítima; (ii) descrédito da narrativa da vítima; (iii) agressão por parte da autoridade policial.

Dos "julgamentos" perpetrados pela autoridade policial pode-se destacar alguns relatos que indicam que a autoridade policial questionou o comportamento da vítima para receber a agressão, como: "*o que você fez para ele te bater?*"; "*você é prostituta?*"; "*como provocou ele?*". Assim, pode-se observar que a autoridade que deveria acolher e ouvir a vítima da violência doméstica acredita que o comportamento dela é capaz de justificar a agressão sofrida.

No que tange ao descrédito da narrativa, a autoridade policial (de acordo com os relatos pessoais) indica que a vítima está "se vingando" do agressor, apresenta quadro de "carência emocional"; porém o maior indicativo de desacreditar a narrativa está no fato de a vítima ter de esperar por horas pelo atendimento e na sequência ser questionada se o relacionamento continuará ou não. Assim, a autoridade policial entende que a denúncia da agressão só será concluída se a vítima indicar que não terá mais convivência com o agressor.

Contudo, a autoridade policial parece não perceber que os motivos de continuidade de convivência com o agressor vão muito além do que a intenção da vítima, conforme antes já discutido. Fatores econômicos, guarda de filhos, moradia não são levados em consideração para relativizar a agressão e desacreditar da versão da vítima, que em algumas situações chegou ao

ambiente da delegacia apresentando machucados, hematomas, escoriações que comprovavam a agressão sofrida.

Já com relação às agressões sofridas pelas vítimas pela própria autoridade policial, relatos descrevem humilhação, assédio e abuso sexual. As vítimas indicam a falta de credibilidade da própria autoridade policial que não atua na prevenção ou na repressão das agressões; ao revés, praticam atos semelhantes dos próprios agressores domésticos. E mais, se aquele que deveria noticiar o crime e investigar as suas circunstâncias também age da mesma forma, podemos questionar: como as vítimas podem desenvolver uma relação de confiança na autoridade policial? Parece que existe grande contradição entre o dever de proteger e a agressão sofrida no ambiente da delegacia.

Outro fato que chama a atenção é que as vítimas de violência doméstica relatam a autoridade policial como sendo do sexo masculino, ou seja, o descrédito, a humilhação e a agressão por outro homem, confirmando, assim, a tese do heteropatriarcado que trata as mulheres como objetos e corpos, meramente.

Do grupo da amostra, também, foram colhidos depoimentos de homens que deixaram comentários sobre o fato noticiado. Na sua maioria deixaram comentários aleatórios e outros defendendo a conduta da autoridade policial.

Destaca-se comentário reproduzido por um leitor do sexo masculino, que de tão agressivo chegou a ser denunciado por mais de uma leitora, e não houve exclusão do comentário por parte do administrador da página do Facebook. Tal situação pode indicar que o administrador da página ou não se preocupa com comentários ofensivos às mulheres, ou concorda com os comentários. Ambas as situações devem ser revistas pelo administrador da página do Facebook, haja vista a proteção constitucional prevista no art. 1º, III, que indica a dignidade da pessoa humana como o principal axioma constitucional.

Ainda no que concerne a comentários masculinos, alguns indicam a desvalorização de movimentos feministas, com utilização de palavras de baixo calão, na tentativa de minimizar as agressões sofridas pelas mulheres no ambiente doméstico.

Cumpre destacar que, embora em pequeno número (cerca de quatro comentários), homens indicaram apoio às vítimas, reprovação à conduta da autoridade policial e censura aos agressores de forma geral.

ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DA PÁGINA QUEBRANDO DO TABU

O caso da sra. Leda também foi noticiado em 23 de outubro de 2020 na página do Quebrando o Tabu, no dia seguinte à ocorrência do fato em si. De acordo com a amostra selecionada, cujos critérios foram anteriormente descritos, pode-se indicar a existência de (i) comentários aleatórios; (ii) depoimentos de outras vítimas; (iii) relatos de companhia de terceiros; (iv) críticas e apoio à conduta da autoridade policial.

De acordo com a amostra, verificou-se a existência de 112 (cento e doze) relatos pessoais, todos de mulheres vítimas de violência doméstica. Não foi identificado nenhum caso de relato pessoal feito por pessoa da comunidade LGBTQI+.

Dentre os relatos pessoais, apenas 17 (dezessete) mulheres indicam que conseguiram concluir o Boletim de Ocorrência, ou seja, aproximadamente 16% (dezesseis por cento) – índice bastante semelhante ao apurado na página do Mídia Ninja.

Algumas mulheres, ainda, relatam situações em que a autoridade policial duvidou da versão apresentada, perpetrou violência e fez julgamento de valores do comportamento da vítima. Assim, percebe-se que as situações descritas na outra página da rede social também se repetem na página do Quebrando o Tabu. Dentre as falas das autoridades policiais, podem ser destacadas: "*você não tem pai ou irmão que possa resolver isso?*"; "*você bebeu?*"; "*perito disse que denúncia é perda de tempo*"; "*depois vocês vão voltar, né?*" "*o que você fez para ele te agredir*"?; "*isso se chama casamento*".

Percebe-se semelhança no comportamento da autoridade policial como já relatado na análise da outra página, em que a vítima não é ouvida de forma cuidadosa ou por equipe multidisciplinar e não existe o acolhimento, mas sim desestímulo à denúncia em relação à violência doméstica, seja de forma direta ou de forma indireta – com julgamento de valor do comportamento ou situação em que a vítima se encontra.

Mais uma vez a questão da continuidade do relacionamento abusivo é trazido à baila pela autoridade policial como fator determinante à realização ou não do Boletim de Ocorrência, em que a situação da violência é abrandada, sem levar em consideração circunstância de moradia, filhos e/ou dependência econômica da vítima.

Chamam-nos a atenção dois relatos que indicam que o Boletim de Ocorrência só foi realizado após a chegada de uma delegada, do gênero feminino; e outro que aponta a conclusão da denúncia por estar acompanhada de assistente social. Tais fatos confirmam a tese da necessidade de equipe multidisciplinar em delegacias para atendimento às vítimas de violência doméstica, bem como a capacitação acerca de questões de gênero dos profissionais que atendem nesses ambientes.

Ressalta-se, ainda, comentários sexistas e machistas feitos às vítimas, como se o fato de serem mulheres ou os seus comportamentos ou vestuários fossem suficientes para permitir abusos e para que esses sejam considerados como legítimos.

Diante de tais situações, novamente, percebe-se que o machismo está arraigado em nossas estruturas e que existe uma espécie de proteção ou de conivência para com os agressores, que, em regra, são homens.

De acordo com a amostra, 70 (setenta) comentários foram realizados por homens: 1 (um) relato de tentativa de denunciar furto/roubo; 28 (vinte e oito) relatos que defendem a vítima de abuso e criticam de forma geral/específica a atuação policial; 2 (dois) comentários sobre machismo e revitimização; 2 (dois) comentários informando que não poderiam opinar sobre o fato; 37 (trinta e sete) comentários em que foi feita defesa da prisão e que o comportamento da vítima não foi adequado.

Em que pese nessa página existir comentários de pessoas do sexo masculino defendendo as vítimas, aproximadamente 53% (cinquenta e três por cento) de comentários masculinos se posicionaram a favor da prisão da vítima de abuso de violência doméstica por desacato.

Nota-se que, como muito bem colocado por um dos comentários, a prisão da denunciante é fator que leva a revitimização, ou seja, uma nova violência perpetrada contra a mulher que é vítima de abuso físico, sexual, moral, psicológico e econômico, e que, no caso concreto, ainda estava sendo vítima de dano e espoliação patrimonial.

Assim, podemos concluir que as redes sociais refletem o comportamento social e o pensamento das pessoas, que estão impregnados de conceitos deturpados sobre a igualdade de gênero entre homens e mulheres a justificar abusos e violações não só dos corpos femininos, como também em seu psicológico.

Importa salientar que o caso Leda, que aqui tratamos como uma amostra da inadequação do socorro do Estado às mulheres vítimas de violência, em específico nas delegacias de polícia, não é uma exceção. Notícias publicadas em *sites* de grande repercussão[22] dão conta de que, no dia 11 de maio de 2021, um policial civil interrompeu um protesto de mulheres em frente à delegacia da cidade de Paraty (RJ), disparando dois tiros para o chão. As mulheres reivindicavam, em frente à Câmara de Vereadores da cidade, pela criação do Observatório do Feminicídio de Paraty e seguiram em direção à delegacia para reivindicar melhor atendimento por parte da polícia em casos de violência contra a mulher. Uma frase da reportagem do G1 reflete a revitimização de que tratamos anteriormente: "as mulheres estavam pedindo o fim da violência contra as mulheres e receberam mais violência da polícia".

Assim, se faz urgente e necessária a mudança no atendimento à mulher vítima de violência doméstica na seara policial, garantindo a sua adequada oitiva, acolhimento e encaminhamento para o sistema de abrigamento, de forma que a vítima possa, de fato, sentir-se segura não só a denunciar, mas também em relação à sua vida e a dos entes que na maioria das vezes também são ameaçados.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. *Direito Constitucional e a eficácia das normas*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. Lei n° 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.

22 Ver em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/11/protesto-paraty-tiros-de-policial-video.htm e https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/05/11/manifestacao-de-mulheres-em-frente-a-delegacia-de-paraty-termina-com-tiros-policiais.ghtml.

BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. Lei n° 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 46, p. 1, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20 ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos; IPEA. *Violências contra a mulher e as práticas institucionais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça: IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, n. 52).

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa Data Senado. *Pesquisa violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacoesportema?tema=Mulher. Acesso em: 13 maio 2021.

BUENO, S.; LIMA, R. S. de. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, 2019.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/ Acesso em: 13 maio 2021.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. *Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009*. Quem responde às mulheres?: género e responsabilização. [*S. l.*]: Unicefem, 2008-2009. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Media/Publications/UNIFEM/ProgressOfTheWorldsWomen-2008-ExecutiveSummary-pt.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

IPEA. *Atlas da violência 2020*. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020. Acesso em: 13 maio 2021.

LIMA, L. L. G.; SOUZA, S. A. Representações De Gênero E Atendimento Policial A Mulheres Vítimas De Violência. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 61-85, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p61. Acesso em: 5 mar. 2021.

MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/nkwrNPSknZmz5PRVLPMTF3D/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 mar. 2021.

MANSO, F. V.; CAMPAGNAC, V. *Dossiê Mulher 2019*. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus. *Nações Unidas Brasil*, [Brasil], 6 abr. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/amp/. Acesso em: 30 abr. 2020.

PAES, É. A.; MOÁS, L. C. O masculino, o feminino e o esporte – o projeto de lei João Nery e um olhar sobre a jogadora de vôlei Tiffany. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 133-149, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/39333. Acesso em: 5 mar. 2021.

PAES, É. A. *Violência contra Mulheres em uma Delegacia de Mulheres do Rio de Janeiro*: uma Análise Histórica da Hipossuficiência Feminina nos anos 1980-1990. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

TELES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

“É VOCÊ QUE COMPLETA O NOSSO CUIDADO”

REFLEXÕES SOBRE O AUTOCUIDADO, GÊNERO, GERAÇÃO E CONSUMO NA PUBLICIDADE DE POLIVITAMÍNICOS[1]

Juan da Cunha Silva
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado
Eliane Portes Vargas

1 As reflexões reunidas neste capítulo emergem das problematizações realizadas no projeto de tese de doutorado do primeiro autor que traz como título provisório *Medicalização, farmacologização da comida e autocuidado do homem idoso: os discursos na publicidade de polivitamínicos*. O estudo está em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

INTRODUÇÃO

A temática do cuidado vem sendo explorada nos últimos anos de diferentes formas pela publicidade,[2] a qual expressa variadas modulações desse conceito, como aquelas que indicam haver no contexto da saúde o "cuidado certo" ou "o melhor cuidado". Observa-se, após o alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, ao declarar o estágio de pandemia da covid-19, um exponencial incremento do uso dessa categoria nas peças publicitárias no cenário brasileiro. Desde então, pode-se observar a veiculação dos anúncios produzidos por grandes corporações em diversos meios de comunicação de massa que fazem menção ao termo "cuidado" e o relacionam ao consumo dos produtos anunciados; como exemplo ilustrativo, podemos citar: os polivitamínicos Centrum;[3] a linha de produtos de limpeza Cif;[4] os produtos alimentícios Itambé;[5] e os produtos e serviços da SulAmérica.[6] No presente capítulo, nos empenhamos em discutir as imbricações entre autocuidado, gênero, geração e consumo na campanha publicitária "É você que completa o nosso cuidado", do polivitamínico Centrum, considerando o direcionamento dos discursos publicitários às mulheres e aos homens de diferentes idades.

Com vistas a atingir esse objetivo, levantamos os vídeos das campanhas publicitárias de Centrum disponíveis no canal Centrum Brasil no YouTube.[7] Selecionamos para análise a campanha "É você que completa o nosso cuidado".[8] em razão de esse ser um vídeo que reúne discursos publicitários em torno do autocuidado. Ao longo do levantamento, os discursos dispostos no

2 Como exemplos ilustrativos, podemos destacar as campanhas: "Amil 50 anos", disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2bjoLer9Qrs; e "Chegou o novo OMO Puro Cuidado", ver em: https://www.youtube.com/watch?v=7yNbzEEyXE0.

3 Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=tIRn2dHsv_4.

4 Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=BZmSwb9hrqg; e https://www.ciflimpadores.com.br/nossa-missao/proposito.html.

5 Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=Pk9Fl_dReu0.

6 Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=bXhtYLaESd8; https://www.youtube.com/watch?v=OJ3v2Ft2u_I; e https://www.youtube.com/watch?v=pAj2jPGszjs.

7 O canal Centrum Brasil compila vídeos das campanhas produzidas entre 1999 e 2022, sendo que a temática do cuidado emerge a partir de 2011. O repositório está disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC-eTpzTrvo9Zx6g_bQ83GgA.

8 Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=tIRn2dHsv_4.

vídeo foram analisados, permitindo apontar algumas questões e discussões a partir dos construtos das Ciências Sociais e Humanas e da Saúde. Nesse percurso, consideramos necessário discutir o não dito, contemplando alguns dos sentidos que são evitados no contexto da campanha, "[...] que poderiam instalar o trabalho significativo de uma 'outra' formação discursiva, uma 'outra' região de sentidos". (ORLANDI, 2007, p. 73-74)

UM CENTRUM PARA CADA CUIDADO? REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, GERAÇÃO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O AUTOCUIDADO

O vídeo da campanha citada passou a ser veiculado em setembro de 2020 em meios de grande circulação como a TV Globo e em anúncios nas redes sociais como YouTube, Facebook e Instagram. A campanha de Centrum foi construída a partir de cenas que visam representar a vida no ambiente urbano e doméstico. Nas cenas podemos localizar quatro personagens, sendo duas mulheres (uma jovem e negra e a outra branca) entre dois homens (um pardo com cabelos grisalhos e um jovem branco). Ao longo do vídeo é reproduzida uma trilha sonora enquanto uma voz feminina em *off* apresenta as potencialidades dos produtos Centrum Mulher, Centrum Homem e Centrum Select. O vídeo possui 30 segundos de duração e 23 *frames*. A fim de organizar nossa análise, transcrevemos os discursos, a ambiência da filmagem no Quadro 1. As principais características dos *frames* foram dispostas em quatro blocos, seguindo a organização do discurso publicitário ao apresentar os produtos.

Quadro 1 – Transcrição dos discursos e descrição das imagens da campanha: "É você que completa o nosso cuidado"

	Descrição
Bloco 1 **Centrum Homem**	Este bloco é composto por nove *frames*. Na abertura é veiculada a mensagem narrada pela voz em *off*: "*Centrum tem uma fórmula completa com vinte e seis vitaminas e minerais, mas com você pode ficar ainda melhor*". O frasco de Centrum é focado em primeiro plano. No ambiente doméstico, um homem adulto carrega uma bicicleta e coloca uma máscara de tecido. Em seguida, é reproduzida a imagem do frasco de Centrum Homem e é narrada a mensagem: "*quando a nossa vitamina C é combinada com o seu cuidado, ajuda a fortalecer a imunidade*". Nos *frames* seguintes, o homem usando máscara anda de bicicleta pela cidade.

	Descrição
Bloco 2 Centrum Select	Ao longo de seis *frames*, são registradas as imagens do Centrum Select e, nas cenas no ambiente doméstico ao ar livre, uma mulher rega as plantas enquanto um homem manipula alimentos, o casal brinca e troca afetos. Entre os *frames*, é narrada a mensagem: "*o complexo B, junto com o seu bom-humor, ajuda a melhorar a sua energia e disposição*".
Bloco 3 Centrum Mulher	Nessa sequência de quatro *frames*, uma mulher jovem no ambiente doméstico realiza exercícios físicos. A imagem do frasco de Centrum Mulher é acompanhada da mensagem narrada em *off*: "*E a vitamina D fica melhor somada à sua dedicação*".
Bloco 4 Mensagem final	No último bloco composto por quatro *frames*, as imagens dos personagens da campanha são novamente reproduzidas enquanto é narrada a mensagem: "*A final é você que completa o nosso cuidado*". Na sequência, é veiculada a mensagem final: "*Centrum, o número 1 no mundo de A a Zinco*".

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir dessa organização, compreendemos que o discurso da campanha de Centrum tem como eixo transversal o autocuidado, uma prática que demanda o engajamento e agência dos indivíduos no cuidado de si. Não obstante, são criados segmentos de mercado voltados a "oferecer" informações, serviços e produtos voltados ao autocuidado. Na perspectiva de Nogueira (2003, p. 187), emerge na contemporaneidade um

> [...] estilo de vida, que se funda na idolatria do corpo e da saúde do corpo, não é criado por uma simples expropriação profissional: é alimentado pela mídia, pelas academias de cultura física, pela indústria da 'dieta' e pela indústria em geral, e, enfim, pelos que estão sempre interessados em vender este novo produto – o autocuidado.

Diante desse estilo de vida, o mercado do autocuidado constrói novas estratégias de *marketing* que refletem os interesses econômicos do complexo industrial da saúde. Na visão de Vaz (2015), a indústria farmacêutica, mobilizada pelo ensejo de vender novas moléculas, produz discursos em torno da doença que reverberam nas concepções de saúde-doença dos indivíduos; nessa relação, as novas substâncias são anunciadas como inovações, e os sujeitos são vistos como consumidores de tecnologia e desejantes de diagnóstico e tratamento.

Em nossa análise sobre o discurso publicitário da campanha de Centrum, não localizamos menções diretas à doença, encontramos um direcionamento ao consumo de um suplemento relacionando-o à melhoria do estado de saúde; fazendo menções indiretas às concepções de prevenção, essa mensagem vai na contramão das estratégias de comunicação das empresas farmacêuticas. Segundo Conrad (2007), esses conglomerados passaram a comercializar doenças e não apenas medicamentos. As estratégias de comunicação dos potenciais benefícios de Centrum não são feitas a partir de discursos de especialistas, contudo a mensagem está estruturada em prescrições em torno do autocuidado mediado pelo consumo de polivitamínicos.

Na campanha em tela, os enunciados foram construídos em torno do autocuidado e são relacionados a comportamentos ditos como saudáveis. Entretanto, a compreensão dos comportamentos relacionados à saúde necessita ser ampliada, contemplando outras dimensões como a social e cultural, como aduz Godin (2019, p. 18), ao afirmar que "[...] não há comportamentos de saúde, mas sim comportamentos sociais relacionados por provas científicas à saúde".

> Um comportamento é antes de tudo observável. No caso de um comportamento relacionado à saúde, deve-se deixar claro que não são os motivos pessoais de adoção a ele subjacentes que o ligam à saúde, mas sim suas repercussões. [...] Os comportamentos relacionados à saúde são antes de mais nada comportamentos sociais como tantos outros [...]. Um comportamento relacionado à saúde é uma ação feita por um indivíduo e que exerce uma influência positiva ou negativa sobre a saúde. (GODIN, 2019, p. 17-18)

Os enunciados publicitários são construídos a partir de recursos imagéticos, sonoros e textuais que visam aproximar os expectadores/consumidores das marcas e seus produtos; nesse ensejo, é empregado um conjunto de representações com o potencial de mobilizar sensações e emoções nos consumidores e estabelecer uma relação de identidade. A linha Centrum possui polivitamínicos voltados a mulheres, homens e pessoas acima dos 50 anos. A cor prata é utilizada no rótulo de Centrum Select, enquanto os rótulos do Centrum Mulher e Centrum

Homem são, respectivamente, rosa e azul. Essa distinção reflete as concepções de gênero que são usadas na campanha para reforçar o direcionamento dos produtos a mulheres e homens. As representações utilizadas nas peças publicitárias de Centrum refletem, portanto, os diferentes sentidos atribuídos às mulheres e aos homens, incluindo-se os estereótipos de gênero e geração socialmente valorizados, que abordamos em seguida.

Os estudos de gênero vêm sistematizando e problematizando historicamente as dicotomias entre os espaços privados e públicos no que tange à divisão sexual do trabalho. Tal divisão, imposta pelo modo capitalista de produção e a ascensão da burguesia, apontou, naquele momento histórico, para atribuições sociais distintas delimitadas a partir da lógica da diferença sexual entre homens e mulheres. Nessa organização, cabia às mulheres a realização do trabalho doméstico, considerado de menor valia, enquanto o espaço público era reservado aos homens. Na esteira dos movimentos feministas, as fronteiras entre o privado e o público vêm sendo demarcadas por meio da reorganização desses atributos sociais. Em meios aos avanços desse debate, algumas marcas de delimitação dicotômica desses espaços se fazem ainda presentes, como podemos observar no material analisado.

Dada a forte representação feminina como cuidadora, a utilização de uma voz feminina pode ser vista como um recurso para aproximar os expectadores/consumidores do discurso publicitário. Nessa direção, a campanha em tela aciona estereótipos de gênero, visando vender um produto, associando-o ao cuidado de si. Encontramos nas cenas da linha Centrum as personagens femininas e masculinas em diferentes ambientes. Logo nos primeiros *frames*, um homem jovem carrega uma bicicleta em casa e, em seguida, pedala no ambiente urbano, já as personagens femininas estão dispostas no ambiente doméstico,[9] praticando exercícios ou manejando plantas. Ao analisarmos as imagens, podemos atribuir diferentes sentidos a essas ambiências: o homem de máscara que transita pela cidade representa a força, vigor, coragem e o cuidado de si; enquanto as mulheres no contexto doméstico representam o papel de pessoas que se cuidam e de

9 Destacamos que, em 2020, as medidas sanitárias visando ao controle da pandemia da covid-19 recomendavam o distanciamento social, havendo, dessa forma, uma valorização do espaço doméstico.

cuidadoras; o homem ao manipular alimentos representa o cuidado, a felicidade, o bem-estar em meio às medidas de controle sanitário.

Na análise das diferenças do autocuidado entre mulheres e homens, nos parece relevante identificar algumas assimetrias presentes nessas representações e práticas a partir das categorias analíticas gênero e classe social. Na visão de Heilborn (2003), o processo saúde-doença-cuidado é atravessado por diferenças que abarcam o gênero e a classe social. Outros autores como Arenas-Monreal, Piña-Pozas e Gómez-Dantés (2015) sistematizam as discrepâncias na prática do autocuidado entre as mulheres e os homens. As mulheres mantêm uma relação mais próxima com as práticas de cuidado em razão das atribuições inerentes ao papel social de cuidadoras, entre elas o autocuidado possui duas dimensões relacionadas à classe social. Nos extratos sociais mais baixos, as mulheres priorizam o cuidado com a saúde de terceiros, limitando, dessa forma, o próprio autocuidado. Nas camadas sociais mais altas, o acesso a recursos e apoios tende a facilitar a prática do autocuidado. (ARENAS-MONREAL, PIÑA-POZAS; GÓMEZ-DANTÉS, 2015) Entre os homens as práticas de autocuidado são atravessadas por fatores relacionados à identidade de gênero, como: os papéis sociais de provedor; as relações de poder nos ciclos sociais e profissionais; o reforço da masculinidade por meio de comportamentos de risco; o controle das emoções; e as concepções do corpo como um instrumento de trabalho e não de cuidados. (ARENAS-MONREAL, PIÑA-POZAS; GÓMEZ-DANTÉS, 2015)

Nos diferentes grupos etários, os homens apresentam maior morbimortalidade; ainda assim, persistem a negação e distanciamento do cuidado à saúde, o que pode estar relacionado às concepções e às representações de que apenas os corpos frágeis e doentes necessitam de cuidado. (SILVA, 2020) Os estudos de Cavalcante e demais autores (2015, p. 619) indicam que os prescritivos culturais em torno dos papéis de gênero no preparo de alimentos podem ter repercussões na racionalidade alimentar dos homens idosos que moram sozinhos, os autores destacam que os "[...] fatores de ordem biológica, psicológica e social, como aposentadoria, viuvez e saída dos filhos de casa, estão relacionados às mudanças nas práticas alimentares de homens idosos que vivem sozinhos".

O Centrum Select é dirigido às pessoas acima de 50 anos. Podemos observar que não são usadas as expressões "idoso", "pessoa idosa" ou "pessoas da

terceira idade". No Brasil, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), as pessoas acima de 60 anos são classificadas como idosos. Compreendemos que a escolha do termo "pessoas acima de 50 anos", além de promover a inclusão das pessoas nessa faixa etária, tem por finalidade se distanciar dos aspectos negativos atribuídos à velhice; o termo "50+"[10] reforça os ideais de juventude e vitalidade tão almejados por alguns consumidores. As cenas com personagens acima de 50 anos, na peça publicitária de Centrum, visam representar os ideais de vitalidade e felicidade. A valorização das representações de juventude e suas associações à vitalidade e as trocas de afetos na campanha visam construir identidades com os expectadores/consumidores. Na sociedade de consumidores, os símbolos são consumidos e vendidos e são fortemente empregados na construção de identidades. (BAUMAN, 2008)

Goldenberg (2021), ao realizar uma pesquisa com mulheres e homens sobre o envelhecimento, aponta que os participantes compreendem que na juventude o corpo é visto como um capital, enquanto na velhice o corpo acumula perdas. As mulheres, quando comparadas aos homens, apresentam mais preocupações com a aparência e sofrimento na busca do corpo jovem, magro e *sexy*; em contrapartida, elas afirmam ser mais felizes e saudáveis. Em relação aos medos em torno do envelhecimento entre as mulheres e homens, destacam-se as "[...] doenças, limitações físicas, dependência, dar trabalho aos outros, perder a memória, solidão, abandono, desrespeito, falta de dinheiro e morte" (GOLDENBERG, 2021, p. 117), entre os homens inclui-se o medo de arrepender-se, frustrar-se, de serem vistos como inúteis, deprimidos e chatos e de perderem o papel de provedor.

Debert (2020) sinaliza que a manutenção da aparência e a conservação do corpo e da longevidade demandam dos indivíduos um "hedonismo calculado" e a autovigilância da boa aparência e da saúde corporal por meio de dietas, exercícios, entre outros cuidados. Ainda segundo a autora, "[...] a juventude perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio na vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas". (DEBERT, 2020, p. 21)

10 Encontramos o uso desse termo em alguns produtos, dentre eles os polivitamínicos da linha Vitasay.

As estratégias utilizadas na construção da publicidade de polivitamínicos, entre elas a de Centrum, ao adotar a imagem do "corpo saudável" como um modelo a ser alcançado, se estruturam na estetização da vida e da saúde. As representações de saúde, felicidade, bem-estar são anunciadas na campanha de Centrum a partir da imagem de corpos de mulheres, homens e idosos que são ativos, magros e urbanos. A seleção desses modelos de corpos tende a representar os ideais de saúde-juventude-beleza-vigor, para tanto são utilizados corpos que reúnam essas marcas.

Embora a construção do discurso publicitário explore o corpo "bem-cuidado", "saudável", "jovem", "desejável", Costa (2004, p. 197) aponta que o corpo na publicidade "[...] não se dirige diretamente a nenhum de nós ou considera as peculiaridades de nossas histórias de vidas, ao provocar o nosso desejo de imitá-lo". Santaella (2004) coaduna, ao afirmar que as representações midiáticas, incluindo a publicidade, produzem efeitos sobre a experiência do corpo, à medida que criam representações que suscitam a construção de fantasias pelos expectadores em torno do "corpo ideal".

Por meio dos recursos imagéticos, textuais e sonoros, a campanha em tela prescreve cuidados com a saúde e utiliza representações do corpo "bem-cuidado" e valoriza "bons" hábitos de saúde. Em tempos "pós-modernos", no entendimento de Bauman (2001), a comunicação das lições-objetivo é acompanhada de exemplos que permitem a identificação das causas e a construção de meios de resolução com o empenho de esforços individuais; no escopo do cuidado com o corpo, o uso de exemplos é permeado por noções de responsabilização e culpabilização.

Santaella (2004, p. 127) destaca que na atualidade "a palavra de ordem está no corpo forte, belo, jovem, veloz, preciso, perfeito, inacreditavelmente perfeito". A par disso, ao analisarmos os discursos da campanha de Centrum, compreendemos que o corpo "bem-cuidado" ascende à dimensão de um capital na contemporaneidade, à medida que esse modelo de corpo imprime marcas de sucesso e felicidade. O corpo "bem-cuidado" credita valor aos seus portadores na sociedade de consumidores, na qual os membros passam a ser vistos como "mercadorias de consumo". (BAUMAN, 2008) Buscamos nos aportes de Luz (2003, p. 11) a compreensão do investimento no corpo e seus desdobramentos nos modos de distinção social.

> No universo simbólico da cultura contemporânea há um conjunto de representações relativas aos valores dominantes na sociedade, como o individualismo (a compreensão dos sujeitos como unidades pontuais autônomas), a competição entre os indivíduos como regra básica do relacionar-se, o consumismo, entendendo por esse termo a disposição dos indivíduos para adquirir bens materiais ou simbólicos que possam diferenciá-los hierarquicamente dos outros indivíduos como objetivo do viver, o cuidado do corpo como unidade central (e muitas vezes única) delimitadora do indivíduo em relação aos outros, bem como de estratégias de valorização desse corpo para obter, a partir dele, dinheiro, status e poder. As estratégias dominantes concernindo a essa valorização são basicamente estéticas e incluem representações e imagens corporais de juventude, beleza e vigor.

O cuidado à saúde passa a demandar a incorporação de hábitos e comportamentos "saudáveis" e o consumo de produtos e serviços; na publicidade, tais prescrições são transmitidas suscitando o engajamento e a agência dos indivíduos na construção de suas "melhores versões". De acordo com Viana e demais autores (2020), na contemporaneidade a "escolha" subjetiva de alimentos e produtos farmacêuticos/alimentares é considerada nos discursos circulantes no mercado desses insumos. As escolhas dos alimentos e produtos passam a considerar ainda as experiências, demandando, assim, o redirecionamento subjetivo daquelas, uma vez que

> [...] já não se trata mais apenas de vender serviços, é preciso oferecer experiência vivida, o inesperado e o extraordinário capazes de causar emoção, ligação, afetos, sensações. [...] a civilização do objeto foi substituída por uma 'economia da experiência', a dos lazeres, do espetáculo, do jogo, do turismo e da distração. É nesse contexto que o hiperconsumidor busca menos a posse das coisas por si mesmas que a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência,

> a embriaguez das sensações e das emoções novas: a felicidade das 'pequenas aventuras' previamente estipuladas, sem risco nem inconvenientes. (LIPOVETSKY, 2007, p. 63)

Os enunciados publicitários se concentram em comunicar as potencialidades dos produtos e, nesse jogo discursivo, o texto e os recursos imagéticos não são selecionados aleatoriamente. As mensagens são construídas a partir das características do produto, do público-alvo, do tipo de mídia, entre outros parâmetros; para tanto, são realizados estudos considerando desde o perfil do consumidor, bem como as dimensões subjetivas e culturais envolvidas nas práticas de consumo.

A construção de discursos publicitários vem sendo reorientada, focando em primeiro plano os estilos de vida e o potencial das experiências em promover felicidade e sensações de pertencimento por meio da identidade; em segundo plano, as mensagens sobre o produto e a marca são associadas aos "desejos" e "necessidades" dos potenciais consumidores. Destacamos que a peça publicitária que analisamos segue essa tendência ao associar um conjunto de práticas de autocuidado ao consumo de um suplemento alimentar.

Na campanha de Centrum, encontramos um direcionamento dos polivitamínicos, que é operado a partir de um recorte de gênero e geração; contudo, compreendemos que os discursos acerca do autocuidado desconsideram os aspectos estruturantes da construção social do cuidado à saúde com enfoque de gênero e mimetizam os aspectos negativos e estigmatizantes da velhice. Predomina, portanto, um discurso estruturado no autocuidado mediado pelo consumo, que nos empenhamos em discutir em seguida.

O AUTOCUIDADO MEDIADO PELO CONSUMO: REFLEXÕES A PARTIR DOS DISCURSOS PUBLICITÁRIOS DE POLIVITAMÍNICOS

No campo da Saúde, observamos uma transição epidemiológica e nutricional e um crescimento progressivo da busca por melhorias no estado de saúde, que são acompanhadas por uma profusão de discursos em torno da prevenção primária das doenças e agravos e suas associações ao consumo de diferentes tecnologias com fins preditivos e de tratamento de doenças.

Tais processos em curso são alguns dos fatores que podem produzir reverberações nas práticas de autocuidado e no consumo de produtos e serviços no "mercado da saúde".

O culto da saúde é mediado pelo consumo de tecnologias, serviços, produtos e por agentes que prescrevem a incorporação de hábitos "saudáveis" como modalidades de aprimoramento do corpo. A vida cotidiana torna-se um campo de aplicação dos saberes e práticas da biomedicina, à medida que esta produz classificações de normalidade e de doenças e transtornos acerca dos comportamentos e sinais e sintomas do corpo; e intervém por meio de prescrições de condutas e hábitos previamente validados pelo crivo da ciência e também através de procedimentos e o consumo de insumos do complexo industrial da saúde.

Na esfera do cuidado à saúde, as práticas corporais, a alimentação e outros hábitos são chancelados por evidências do campo sanitário. Nesse âmbito, encontra-se ainda uma realocação dos papéis dos profissionais de saúde, tidos até então como os "únicos" especialistas autorizados a prescrever e acompanhar as práticas de cuidado, surgindo nesse contexto outros agentes e meios de acesso às informações. Nas redes sociais, alguns *influencers* registram em seus *posts* e/ou *stories* suas rotinas de cuidado com o corpo, essa encenação gera dividendos para as plataformas e para os comunicadores digitais. Tais rituais de autocuidado se concentram na publicidade de produtos cosméticos, suplementos alimentares, equipamentos esportivos, entre outros.

O desenvolvimento de produtos médicos passa a considerar com mais atenção os desejos e necessidades dos pacientes/consumidores e a flutuação nos padrões da "saúde perfeita". O desejo de "aprimoramento" entre as pessoas saudáveis constituí um capítulo da história humana; contudo, na atualidade esse desejo é mediado pelo consumo de medicamentos. (WILLIAMS; MARTIN; GABE, 2011) A "sociedade dos consumidores" provém as "[...] ferramentas", os instrumentos exigidos pelo trabalho individual de "autofabricação". (BAUMAN, 2008, p. 79) O cuidado de si, nesse contexto, passa a incorporar, com mais força, as "soluções" oferecidas pelo "mercado da saúde".

A organização da vida em torno do consumo é permeada por "[...] novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções". (BAUMAN, 2001, p. 90-91) Os desejos em torno da melhoria do estado de saúde, bem-estar e aparência promoveram a expansão do mercado médico,

culminando na transformação de pacientes em consumidores, modelando, de alguma forma, o escopo do mercado da saúde, o que não configura uma surpresa, mediante o progressivo crescimento da cultura de consumo de produtos relativos à saúde. (CONRAD, 2007) A sociedade de consumo promete satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade até então alcançou. (BAUMAN, 2008)

Os suplementos polivitamínicos, como "soluções" ou produtos da indústria farmacêutica, são apresentados pela publicidade como modalidades de aprimoramento da saúde. Conrad (2007, p. 87, tradução nossa) compreende os aprimoramentos como "uma intervenção que leva o corpo ou a performance a um lugar onde nunca esteve antes", esses aprimoramentos incluem as cirurgias, a farmacologia e a intervenção genética, alguns desses recursos são consumidos sem a supervisão médica, como os fitoterápicos, drogas voltadas à melhoria do desempenho e os suplementos. Nos discursos da campanha de Centrum, não localizamos menções diretas ao uso do suplemento sob prescrição de nutricionistas ou médicos, dada a sua apresentação na publicidade como um "alimento".

Nascimento (2007, p. 202) sinaliza haver um aumento na demanda por produtos médicos entre as pessoas saudáveis, o autor cita como exemplo ilustrativo o "estímulo à utilização de preparados polivitamínicos como substitutos de uma dieta adequada, que não é valorizada como fonte privilegiada de nutrientes". Em contrapartida, o *Guia alimentar para a população brasileira* (2014) destaca que a ingestão de nutrientes presentes em frutas, verduras e legumes é mais eficaz quando comparada ao uso dos suplementos alimentares na prevenção de doenças cardiovasculares e de certos tipos de câncer.

O consumo de suplementos alimentares no início da pandemia foi objeto de pesquisas de mercado[11] realizadas em março de 2020 pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres (Abiad). Descrevemos os principais achados que guardam relação com a nossa análise: 70% dos entrevistados relataram que consumiam suplementos alimentares

11 Os resultados da pesquisa podem ser acessados em: https://abiad.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Infografico-2-Pesquisa-Suplementos-Alimentares-2020.pdf; e https://abiad.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Infografico-1-Pesquisa-Suplementos-Alimentares-2020.pdf.

no período da quarentena, afirmando ainda que farão uso definitivo desses produtos; 48% dos entrevistados aumentaram o consumo de suplementos, com destaque para o segmento de vitaminas e minerais. O consumo de suplementos em março de 2020 era frequente em ao menos uma pessoa em 59% dos domicílios; 90% dos entrevistados compreendem que os suplementos alimentares são complementos da alimentação; e 91% dos entrevistados adotaram cuidados à saúde relativos à imunidade.

No vídeo da campanha de Centrum, a vitamina C é relacionada à melhoria da imunidade, as vitaminas do complexo B fazem alusão ao bom humor e energia. Numa das cenas um homem manipula alimentos e ao final do vídeo são reproduzidos a fala em *off* e o texto: "O #1 do mundo: de A a Zinco". Na análise dos discursos, compreendemos que os nutrientes ganham centralidade em detrimento da comida. A mensagem que se destaca é a necessidade de"completar" a ingestão de micronutrientes através do consumo de um fármaco-nutricional.

No discurso publicitário da campanha de Centrum, encontramos a menção: "Centrum tem uma fórmula completa com vinte e seis vitaminas e minerais, mas com você fica ainda melhor", que é veiculada nos *frames* iniciais do anúncio. Compreendemos que essa sentença tem por objetivo convencer o expectador/consumidor em relação aos potenciais benefícios do polivitamínico. Em relação às estratégias de construção do texto publicitário,

> Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: 'Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?' [...] *a publicidade visa seduzir, para, em última instância, vender um produto*. [...] um texto publicitário põe em relação uma marca e um consumidor. (MAINGUENEAU, 2001, p. 66, grifo nosso)

Considerando os estudos de Viana e demais autores (2020), compreendemos que os anúncios se concentram em deflagrar nos potenciais consumidores a necessidade de suplementação de suas dietas, os enunciados publicitários se apropriam do discurso científico sobre os micronutrientes como um

mecanismo de definição, legitimação e verdade. Ainda segundo os autores supracitados, o acesso às informações nutricionais

> [...] guardam o potencial de despertar a necessidade de consumir determinado alimento e/ou produto de caráter fármaco-nutricional por ter sido apontado como veículo de algum elemento em evidência, exaltado como causador da prevenção de algum risco de adoecimento ou de melhoramento específico de saudabilidade. (VIANA et al., 2020, p. 288)

Frente aos novos padrões de saúde-beleza-juventude-vigor, o complexo industrial da saúde lança, continuamente, novos produtos voltados a atender aos desejos de seus clientes. (CONRAD; LEITER, 2004) De acordo com Viana e demais autores (2020, p. 287), "os anúncios de nutrientes na forma de cápsulas ou similares suscitam no consumidor a necessidade daquele produto, uma vez que apresenta a solução prática que vai ao encontro de suas ansiedades". No transcorrer da pandemia, a tônica dos discursos publicitários se concentrou no "reforço da imunidade" mediada pelo consumo de micronutrientes, como a Vitamina D e o Zinco.

Ao longo da pandemia, os conglomerados da indústria farmacêutica lançaram novos suplementos, se valendo de linhas de polivitamínicos já comercializadas, como foi o caso de Addera + Imunidade e de Centrum Pro-Imunidade. O conteúdo disposto nos *sites*[12] dos fabricantes contém mensagens sobre a melhoria ou manutenção da imunidade e os mecanismos envolvidos na resposta imunológica, construídos a partir das vertentes do discurso científico. O vídeo da publicidade de Centrum Pro-Imunidade[13] segue a tendência da campanha "É você que completa o nosso cuidado", relacionando os nutrientes às funcionalidades, e reproduz estilos de vida de pessoas ativas em sua maioria jovens.

12 As informações sobre o suplemento Addera+ Imunidade podem ser acessadas em: https://mundo.addera.com.br/imunidade. O *site* de Centrum Pro-Imunidade está disponível em: https://www.centrum.com.br/produtos/focados-em-beneficios/centrum-pro-imunidade/.

13 O vídeo da campanha foi publicado no canal de CentrumBrasil no YouTube em 27 de setembro de 2021. Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=W469oGhCh2M.

Nos *frames* finais da campanha de Centrum, encontramos o enunciado: "Afinal, é você que completa o nosso cuidado", uma sentença direcionada ao expectador/consumidor que possui a conotação de responsabilidade. Buscamos nas considerações de Santos e demais autores (2019) a compreensão do fluxo de produção de discursos sobre a "saúde perfeita". De acordo com os autores: "o receituário da saúde para assegurar a conquista da longevidade com saúde plena é claro e transparente: todos nós sabemos que é preciso comer com moderação, fazer uma dieta saudável e exercitar-se regularmente". (SANTOS et al., 2019, p. 247) O mercado de consumo, ao se apropriar do discurso científico, reproduz esse receituário de forma reduzida, os consumidores por sua vez são responsabilizados pela incorporação das práticas de autocuidado, sob o risco de serem classificados como refratários, desviantes. (SANTOS et al., 2019)

> Indivíduos que não conseguem se adequar à norma da boa forma e das práticas alimentares legitimadas como saudáveis são relegados à categoria de rebeldes, não colaboradores e negligentes em termos de autocuidado. Desse modo, são colocados à margem, como desviantes da norma, dissidentes do corpo idealizado em sua condição naturalizada. (SANTOS et al., 2019, p. 247)

Observamos em nossa análise exploratória da publicidade de suplementos alimentares que os discursos em torno do corpo "saudável-jovem-magro-ativo-produtivo-desejado" passam a ser fortemente relacionados às práticas de autocuidado e ao consumo de produtos da indústria farmacêutica. Contudo, os pressupostos descritos por Conrad (2007, p. 11, tradução nossa) apontam que "Muito do que é chamado de autocuidado envolve o uso de abordagens médicas por pessoas leigas na ausência de tratamento médico profissional".[14]

No escopo do anúncio de Centrum encontramos o emprego da dimensão pedagógica da publicidade, à medida que os discursos se estruturam na prescrição de hábitos e estilos de vida "saudáveis" que podem ser melhorados por meio do aprimoramento farmacológico disfarçado de autocuidado.

14 Texto original: "Much of what is called self-care involves the use of medical approaches by lay people in the absence of professional medical treatment".

REFLEXÕES FINAIS

Os discursos da publicidade da campanha "É você que completa o nosso cuidado" foram construídos a partir de representações de saúde que são reconhecidas pela ciência e valorizadas socialmente como modelos a serem reproduzidos. Na "pós-modernidade", o corpo "ideal" e "bem-cuidado" passa a ser um projeto de mulheres e homens, sendo alvo de pequenos retoques ou grandes intervenções; nessa engenharia, engendram-se as "soluções" do complexo industrial da saúde, entre elas os polivitamínicos.

Na campanha, a seleção dos modelos de corpo tem por objetivo vender um produto associando-o ao autocuidado. A publicidade de Centrum representa os interesses da indústria farmacêutica, os discursos visam construir identidades com os potenciais consumidores a partir de estilos de vida que representam os parâmetros de saudabilidade e da imagem de corpos que carregam marcas de sucesso, bem-estar e felicidade. Os desejos e necessidades em torno da melhoria e/ou manutenção da saúde são abordados por meio de sentenças que responsabilizam os potenciais consumidores e reforçam que o cuidado de si pode ser "complementado" por meio do consumo de um fármaco-nutricional. O direcionamento dos produtos anunciados é feito por meio do uso de imagens e representações de gênero, corpo e geração e adotam como referência imagens do corpo "bem-cuidado", ativo, produtivo, belo e jovem.

No discurso da campanha publicitária de Centrum, encontramos a recorrência de menções diretas e alusões ao autocuidado com diferenças significativas no que concerne ao gênero. A marca apresenta um polivitamínico para cada grupo, embora o autocuidado possua diferenças de ordem social e cultural entre mulheres e homens de diferentes gerações. Os aspectos negativos atribuídos ao processo de envelhecimento e os fatores presentes na construção social das identidades de gênero e as diferenças no processo saúde-doença-cuidado de homens e mulheres não são considerados, prevalece uma perspectiva hedonista e estetizada, a vertente explorada em "É você que completa o nosso cuidado" se estrutura no consumo de um produto aliado ao autocuidado.

Compreendemos que o desenvolvimento de novos estudos sobre as estratégias de *marketing* dos suplementos alimentares permitirão a compreensão da associação das práticas de autocuidado mediadas pelo consumo de fármaco-nutricionais.

REFERÊNCIAS

ARENAS-MONREAL, L.; PIÑA-POZAS, M.; GÓMEZ-DANTÉS, H. Aportes y desafíos del enfoque de género en el estudio de las enfermedades transmitidas por vector. *Salud Pública de México*, Cuernavaca, v. 57, n. 1, p. 66-75, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342015000100010. Acesso em: 15 abr. 2022.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Vidas para consumo*: a transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 192, p. 1-6, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

CAVALCANTE, C. M. S.; CARVALHO, M. C. V. S.; FERREIRA, F. R. *et al.* Sentidos da alimentação fora do lar para homens idosos que moram sozinhos. *Revista Brasileira* de *Geriatria* e *Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 611-620, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342015000100010. Acesso em: 15 abr. 2022.

CONRAD, P. *The Medicalization of Society*: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins Press, 2007.

CONRAD, P.; LEITER, V. Medicalization, Markets and consumers. *Journal of Health and Social Behavior*, Washington, D.C., v. 45, p. 158-176, 2004. Número especial. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3653830. Acesso em: 15 abr. 2022.

COSTA, J. F. *O Vestígio e a Aura*: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DEBERT. G. G. *A reinvenção da velhice*: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EdUSP, 2020.

GODIN, G. Introdução. *In:* GODIN, G. (org.). *Os comportamentos na área da saúde*: compreender para melhor intervir. Campinas: Ed. UNICAMP, 2019. p. 17-20.

GOLDENBERG, M. *A invenção de uma boa velhice*: projetos de vida e a busca da felicidade. Rio de Janeiro: Record, 2021.

HEILBORN, M. L. Articulando gênero, sexo e sexualidade: diferenças na saúde. *In*: Goldenberg, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (org.). *O clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 197-208.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal:* ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUZ, M. As novas formas de saúde: práticas, representações e valores culturais na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira Saúde da Família*, Brasília, DF, v. 9, p. 9-18, 2003. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2481.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, A. Propaganda de medicamentos: como conciliar uso racional e a permanente necessidade de expandir mercado?. *Trabalho,* Educação *e* Saúde, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 189-250, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/SsnvSKFP9y9DkV3sHyfj4Wy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 abr. 2022.

NOGUEIRA, R. P. A segunda crítica social da Saúde de Ivan Illich. *Interface*: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 185-190, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/g3LsjkVBnQQck7bB4LhZkjF/abstract/?lang=pt#:~:text=Na%20segunda%20cr%C3%ADtica%20social%20da,em%20aparente%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20autonomia. Acesso em: 15 abr. 2022.

ORLANDI, E. P. *As formas do Silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

SANTAELLA, L. *Corpo e comunicação*: sintomas da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, M. A.; OLIVEIRA, V. H.; PERES, R. S. *et al*. Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 239-252, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/96j6vDCX8Kcv7s94yQ7KNHS/?lang=pt. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, J. C. *Identidade Masculina e o Cuidado à Saúde entre Jovens*: problematizações e reflexões a partir do documentário *"The Mask You Live In'.* 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

VAZ, P. Do normal ao consumidor: conceito de doença e medicamento na contemporaneidade. *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 51-68, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/vJ4mJgJjt5Szmpc88NKPvdj/?lang=pt#:~:text=Concretamente%2C%20a%20

mudan%C3%A7a%20no%20conceito,e%20s%C3%A3o%20concebidos%20como%20doentes. Acesso em: 15 abr. 2022.

VIANA, M. R.; NEVES, A. S.; CAMARGO JUNIOR, K. R. *et al.* Comida, filosofia e ciência: existencialidade da comida e racionalidade nutricional. *In*: BARCELLOS, D. M. N.; AMARO, F.; FREITAS, R. F. F. *et al*. (org.). *Consumos alimentares em cenários urbanos*: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: EdUERJ: GRAMMA, 2020. p. 277-298.

WILLIAMS, J. S.; MARTIN, P.; GABE, J. The pharmaceuticalisation of society? A framework for analysis. *Sociology of Health & Illness*, Malden, v. 33, n. 5, p. 710-725, 2011. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21371048/. Acesso em: 15 abr. 2022.

PARTE II

COMENSALIDADES

COMENSALIDADES DE OFICINA

ESTRATEGIAS COLECTIVAS PARA COMER EN EL TRABAJO[1, 2]

Aldana Boragnio

UNA SÍNTESIS A MODO DE INTRODUCCIÓN

La alimentación en el ámbito laboral se encuentra subsumida al proceso de racionalización a partir del cual se busca la normalización como eje central para la eficacia, con el fin último de la eliminación de todo tiempo no productivo. (RITZER, 1996) En este sentido, la alimentación en el horario de trabajo suele ser considerada por los empleadores – y hasta por los trabajadores mismos – como el momento de no-trabajo, por lo tanto, como un momento improductivo, un "estorbo" o una "pérdida de tiempo". (WANJEK, 2005)

Pero, para los trabajadores, la alimentación durante el horario laboral conlleva una necesidad básica asociada a las capacidades cognitivas y energías disponibles, al tiempo desocupado y al dinero que se destina a adquirir los

1 Este texto surge de la investigación "Comer en la oficina: Prácticas del comer y emociones de mujeres trabajadoras en el ámbito de la Administración Pública Nacional Argentina".

2 El estudio fue financiado por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), Argentina.

alimentos. Al mismo tiempo, las condiciones de trabajo en relación al horario, la ubicación del puesto de trabajo, la estructura edilicia y la actividad realizada, influirán de forma determinante en las condiciones de posibilidad para la alimentación del trabajador. (ORMAZABAL, 2008)

Es necesario hacer hincapié en que comer en el horario laboral implica no sólo estas cuestiones, sino también las ligadas a los sujetos y al comer social, por ende, las distintas maneras en que la biografía personal, los gustos, las elecciones y la comensalidad son puestos en práctica. De este modo, las estrategias de alimentación dentro del ámbito laboral se ponen en juego junto a las relaciones y significados a través de los lugares sociales diferenciados. Por ello, hablar de prácticas del comer en personas que comparten el ámbito de trabajo no es simplemente presentar diferentes dietas en relación al salario. Se trata de observar que, la triada "nutrición/desnutrición/existencia constituye el anverso necesario de la triada abstinencia/despilfarro/consumo" (SCRIBANO, 2016, p. 84), la cual no sólo tendrá diferentes sentidos entre las distintas posiciones organizacionales, sino que, esta práctica estará influenciada por experiencias pasadas que dada su capacidad estructural, performan el futuro de la misma. En este sentido, comer en el trabajo es un momento necesario que restaura las energías necesarias para continuar el día, a la vez que la mesa simboliza el lugar que los sujetos ocupan en la sociedad, basándose en relaciones de poder y autoridad. (GORBAN, 2013)

Reflexionar sobre las prácticas del comer que se dan durante el horario de trabajo se vuelve central ya que no solo nos permite poner el eje en las relaciones sociales y en las prácticas alimentarias que se configuran en los espacios de oficina, sino que permite analizar y reflexionar en torno a la reproducción de la fuerza de trabajo, lo cual constituye un nodo central en la relación entre cuerpos, emociones y procesos para la estructuración social.

El presente escrito parte de una investigación previa cuyo objetivo general fue conocer la configuración de las emociones y las prácticas del comer de mujeres trabajadoras en oficinas de la Administración Pública Nacional (APN) ubicadas en la ciudad de Buenos Aires, durante periodo 2017-2018. La misma fue realizada mediante una estrategia cualitativa, a partir de la cual realizamos entrevistas en profundidad a 24 mujeres empleadas de diferentes Organismos y oficinas de la Administración Pública Nacional, de entre 22 y 56 años y con una antigüedad laboral que variaba

desde los seis meses a los 23 años. Luego, conformamos tres grupos específicos que nos permitieron agrupar las entrevistas: 1) "administrativas": mujeres que llevaban adelante puestos de trabajo administrativo; 2) "profesionales": mujeres con estudios universitarios completos y que trabajaban en puestos relacionados a su profesión; y 3) "jóvenes": menores de 30 años con puestos administrativos o profesionales, sin hijos y que vivían de modo independiente de sus padres.

Desde la perspectiva teórica de la sociología de los cuerpos/emociones y la socio-antropología de la alimentación pudimos conocer diversas características del comer en la oficina a la vez que analizamos la relación cuerpos/emociones de las mujeres entrevistadas. Sintéticamente, y para brindar información que nos permita enriquecer la presentación, indicamos los principales resultados obtenidos:

a) Caracterizamos la comida elegida por las mujeres trabajadoras, las cuales se centraban en ensaladas, sándwiches y tartas[3] durante el horario de almuerzo,[4] incorporando a lo largo de la jornada galletitas y mate[5] (BORAGNIO, 2020);

b) Identificamos el gusto que se configura al comer en la oficina, el cual se organiza a partir del gusto de necesidad (BOURDIEU, 1988), buscando comida "rápida, liviana y sin olor". Rápida, en relación al formato, al consumo; liviana, en función de su digestión, los nutrientes y la energía corporal, y sin olor, acorde a la política de los sentidos del comer en la oficina (BORAGNIO; SORDINI, 2019; BORAGNIO, 2020a);

3 Se utiliza la palabra "sándwich", en otros países también llamado bocadillo, bocata o emparedado, sin especificidad del pan con el que está elaborado. En Argentina la tarta es una masa redonda, salada, rellena de diferentes variedades y cocida al horno.

4 En el ámbito rioplatense el almuerzo suele ser una comida principal (junto a la cena, con mayor importancia) que se lleva adelante entre las 12 del mediodía y las 14 horas. El horario más común en los trabajos de oficina es a las 13 horas.

5 "Galletitas" es el término con el cual, en Argentina, se denomina a las galletas. Las mismas suelen ser pequeñas y se pueden comer en uno o dos bocados. Por su parte, el término "mate" proviene del quechua *mati* ("calabacita") en alusión al recipiente donde se toma la infusión de yerba-mate, hecho de una calabaza pequeña o de otra materia, en los países de Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Uruguay y sur de Brasil. El recipiente desde donde se consume la bebida y la bebida poseen el mismo nombre.

c) Analizamos las prácticas de alimentación cotidianas, las cuales se encuentran estructuradas en la relación mal-comer/mal-estar incorporándose como práctica del sentir cotidiana (BORAGNIO, 2020a, 2020b);

d) Identificamos al asco, la culpa y la vergüenza como las principales emociones vinculadas a las prácticas del comer en las mujeres entrevistadas (BORAGNIO, 2020b);

e) Profundizamos en la relación espacio/tiempo de trabajo/comer de la oficina pública, la cual configura un régimen del comer "siempre igual" y una "comensalidad descartable". (BORAGNIO, 2018)

Los relatos de las entrevistadas permitieron conocer qué y cómo comen en el horario laboral de forma cotidiana. Si bien encontramos algunas diferencias entre las mujeres con puestos laborales administrativos, las mujeres con puestos laborales profesionales y las mujeres jóvenes, es posible observar claramente que el espacio físico disponible es el factor que toma mayor preponderancia en las diversas estrategias de elección de los alimentos. (BORAGNIO, 2020a) No disponer de comedor ni horario de almuerzo implica que las trabajadoras lleven adelante el acto de comer en un ámbito de trabajo donde lo que prima es el espacio de trabajo, el mobiliario de trabajo, las actividades de trabajo y no las del comer. De este modo, las estrategias de elección alimentaria se organizan en la articulación entre el espacio y el tiempo, conformando a la comida de oficina como rápida y liviana, de modo que la comensalidad de oficina, (se) configura (en) una "comensalidad descartable". (BORAGNIO, 2018) En este sentido, en las oficinas de la Administración Pública Nacional Argentina, ubicadas en la Ciudad de Buenos Aires, las prácticas del comer se organizan en comensalidades. diferenciales entre cotidianas y extra cotidianas.

En lo referente a los modos de llevar adelante estás prácticas, las mujeres ponen en funcionamiento diferentes estrategias que implican gestionar el hecho de comer todos los días: llevar la comida desde el hogar, comprar en las cercanías de la oficina, comprar a trabajadoras-cocineras o no comer en el horario del almuerzo. (BORAGNIO, 2021)

Como pudimos observar, comer en la oficina implica una serie de complicaciones cotidianas. Entre las más mencionadas por las entrevistadas encontramos la falta de espacio para comer y la falta de espacio cómodo

para trabajar. Luego, la higiene del lugar es un tema recurrente. La mayoría de las mujeres trabajadoras indicó que la falta de higiene en el lugar de trabajo implicaba no solo una tarea extra que ellas debían llevar adelante – limpiar sus escritorios y organizarse para limpiar la heladera el microondas – sino también una complicación al momento de comer ya que no se desea llevar adelante el acto en esas condiciones. En este sentido, la higiene se entrelaza con la falta de espacio específico para comer como con la falta de un horario estipulado para ello, generando que la incomodidad al momento de llevar adelante la comida sea la práctica del sentir preponderante. La relación espacio/tiempo/adecuación no se produce fácilmente e implica una energía extra para las trabajadoras. Dicho de otro modo, las mujeres trabajadoras se encuentran con las incomodidades y malestares surgidos de compartir el lugar conformando por dos espacios diferentes, el espacio de trabajo y el espacio de comer, donde el espacio de trabajo se impone como único espacio al que adecuarse durante toda la jornada. (BORAGNIO, 2018)

Ante estas condiciones, el comer en la oficina se estructura a partir de comer sin lugar, sin espacio y sin horario, por lo tanto, en la incomodidad de comer en el escritorio y rápido. En este sentido, entendemos que el "no" organiza y estructura la jornada de trabajo, en la cual no tener dónde comer, ni las condiciones para ello, naturalizan lo concreto de comer "siempre lo mismo", modulando el hambre a partir del mal-estar y del mal-comer. (BORAGNIO, 2020b) Así, la elección de lo que se va a comer se articula con la correspondencia sujeto/espacio a partir de la cual se limitan las posibilidades de plantear una relación en torno a la sociabilidad de la comensalidad y a la restauración de las energías que debería brindar el comer en el trabajo.

Por otro lado, observamos que se llevan adelante prácticas colectivas cuya finalidad es retomar y reproducir lo social del comer. Pero, a la vez, estas prácticas exponen conflictos y reglas en torno a la política de los sentidos del comer en la oficina.

El objetivo del presente texto se focaliza en analizar las prácticas alimentarias llevadas adelante de modo colectivo en las oficinas públicas de la Administración Pública Nacional Argentina, siendo algunas cotidianas y otras extra-cotidianas. La presentación se organizará del siguiente modo: a) expondremos los principales conceptos que se presentan en torno a

las prácticas alimentarias y a la comensalidad; b) desarrollaremos las estrategias para llevar adelante prácticas de comensalidad de modo cotidiano; c) presentaremos las prácticas alimentarias colectivas y, por último, d) expondremos algunas conclusiones a modo de cierre, articulando el concepto de comensalidad y el de prácticas alimentarias con las emociones del comer en la oficina.

PRÁCTICAS ALIMENTARIAS Y COMENSALIDAD, UN ACERCAMIENTO A LOS CONCEPTOS

La comensalidad es un concepto central en los estudios sobre la alimentación el cual alude a "la forma que adquiere el compartir los alimentos en el interior de los grupos humanos". (AGUIRRE; DÍAZ CÓRDOVA; POLISCHER, 2015, p. 217) La comensalidad se encuentra constituida por el conjunto de relaciones sociales que hicieron posible que ese alimento sea comida, entonces, sus reglas estarán centradas en las maneras legítimas de llevar adelante el compartir. Así, las reglas de comensalidad regularán la cantidad de veces al día que se come, cómo será el servicio del acto de comer, qué preparaciones serán las adecuadas según el momento del día, cuáles serán de consumo cotidiano o festivo, cuál y cómo será el espacio donde se come, cómo se regulará la conducta de los participantes del evento y hasta qué flexibilidad y qué "incumplimientos" se permitirán según la ocasión. Por lo tanto, ante lo que puede parecer un simple acto de consumo de alimentos, el concepto de comensalidad nos permite observar que "la comida como tal no existe separada del comensal y de la sociedad concreta que la come". (AGUIRRE, 2010, p. 30)

Por otra parte, al mismo tiempo que se ingieren alimentos, se incorporan valores vinculados con éstos, de modo que "la noción de comensalidad reúne las características de la hospitalidad y de la mesa y tiene un fuerte vínculo con el acto de convivir, no resumiéndose en el comer, sino también en ser visto comer y saber comer en común". (BOM KRAEMER; GRACIA-ARNÁIZ, 2015, p. 460) Entonces, si la comensalidad crea lazos y establece la sociabilidad, también pondrá en acto efectos de exclusión hacia aquellos que no comen "como yo" configurando de este modo un "nosotros".

El gusto es el principal sentido que organiza la vivencia del comer y uno de los primeros sentidos en ser regulado socialmente. Simultáneamente, es el sentido que "justifica" la elección de la comida. En esta línea, es importante no perder de vista que el gusto se formará dentro de las pautas culturales que nos brinda la sociedad y que estas pautas culturales serán parte de las reglas de la comensalidad. A la vez, estas últimas implicarán más que un simple conjunto de modos y normas. Comer siempre involucra un comensal, una comida, un tiempo-espacio, y un conjunto de reglas que organicen la acción. De manera que, a partir de este sistema de relaciones socioculturales en el que se constituirá el comer, el ser humano siempre estará llevando adelante un comportamiento comensal.

Como se puede ver, la riqueza de la comensalidad como concepto no reside sólo en la especificidad del acto de compartir la comida y las reglas que se encuentran implicadas en ese acto, sino también, en que la pluralidad de significados y modos que posee estará relacionada con los diferentes espacios sociales.

Los especialistas en estudios sociales indican que, en las sociedades occidentales, a partir del siglo XX comenzó el proceso de cambio denominado "Modernidad alimentaria" o "tardomodernidad". Este se centra en el proceso de cambio del consumo alimenticio y en la crisis de la comensalidad donde, actualmente, las reglas compartidas no son sostenidas y se produce una desestructuración de los comportamientos alimentarios. (AGUIRRE, 2004; CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005; FISCHLER, 2010)

A la vez, la entrada de las mujeres al mercado laboral, la extensión de las horas de escolarización y de las distancias laborales, el desarrollo de la industria alimenticia a nivel masivo y la producción de ultra-procesados, así como la creación de un mercado segmentado por ingresos cada vez más intenso, modificaron la vida cotidiana.

La especificidad de la modernidad alimentaria se centra no sólo en el aumento de las ingestas en solitario sino en comer "sin las normas que forman el 'otro' de la cultura". (AGUIRRE; DÍAZ CÓRDOVA; POLISCHER, 2015, p. 220) Ahora bien, que el sujeto abandone las reglas de comensalidad no significa que coma fuera de una mesa o lo que desee en el momento de sentir hambre, sino que come sin regla alguna, guiado por su apetito del momento y/o sus emociones, sin "otro" cultural, sin pautas, sin reglas compartidas, quedando en

el sujeto la decisión de elección sobre lo que se come. Así, estás modificaciones se centran, principalmente, en "la des-estructuración, la des-socialización, la des-implantación horaria y la des-ritualización". (POULAIN, 2002 apud DÍAZ MÉNDEZ, 200, p. 50), de modo que las reglas de comensalidad se modifican y desregulan las pautas de cuándo, dónde, qué y cómo comer. Pero comensalidad implica reglas y normas culturales que van más allá de la organización de qué es comida y qué no lo es; organiza los tiempos del comer, los modos, los platos y la secuencia de los mismos. En síntesis, la comensalidad organiza todo el acto del comer.

El ser humano no ingiere solo nutrientes, sino que ingiere elementos comestibles que se convierten en alimentos a partir de participar en un sistema de prácticas y categorías que forman parte de la cultura y dan forma y sentido a ese comestible. (AGUIRRE, 2010) Estas representaciones culturales se presentan de tal modo en la vida de los sujetos que suelen considerarse naturales, despojadas de historia y con un carácter hasta biológico. Una vez que tenemos los alimentos, las reglas de cocina de un grupo humano los combinan de modo que éstos se transforman en plato. A partir de aquí, ese comestible se encuentra integrado al sistema cultural y lo habilita para ser consumido en función de normas de combinación con ciertos alimentos y no con otros, de horarios, de lugares, de modos – frío, caliente, tibio.

Las prácticas alimentarias, como concepto, engloban los diversos elementos y acciones necesarias para llegar al acto de ingesta. Definimos a las prácticas alimentarias como "las acciones de obtención, acumulación, preparación, conservación de los alimentos, junto a los saberes al respecto, que detenta un grupo determinado en un contexto histórico concreto". (BORAGNIO; SORDINI, 2019, p. 74)

Es importante no perder de vista la interacción entre ambos conceptos. Mientras las prácticas alimentarias poseen un carácter dinámico, por lo cual son factibles de reajustarse en función del sistema sociocultural que le da sentido, la comensalidad le dará normatividad a la acción y al acto en sí mismo. Si bien la comensalidad actual no está estrictamente desestructurada, por las características de las sociedades industrializadas en relación al valor del tiempo, a los tiempos laborales, la tecnificación de la vida cotidiana y la cosificación del cuerpo, se vienen transformando continua y profundamente las formas del comer, del pensar y del compartir la comida. Por todo ello, si

aceptamos que la comensalidad puede ser definida como "la concordancia entre algún elemento comestible y las reglas sociales que rigen el compartirlo, comprendiendo las que definen qué es un alimento y qué no" (AGUIRRE; DÍAZ CÓRDOVA; POLISCHER, 2015, p. 219), entenderemos que, en el marco de los cambios que se impusieron a partir de la Modernidad Alimentaria, las reglas de comensalidad y las prácticas alimentarias se encuentran hoy en una importante tensión.

La alimentación cotidiana tiende a vincularse con una carga extra a la jornada de trabajo, la cual es solucionada en el ámbito doméstico de forma rápida, con productos industriales ultra-procesados. Pero en el ámbito laboral, la alimentación también se relaciona con una carga a resolver y se organiza en relación a la racionalización del tiempo. En este sentido, las estrategias para darle solución a la alimentación cotidiana, ligada a la falta de tiempo, se centran en el individualismo y en la desestructuración de las ingestas, con la consecuencia de un incremento en el número de las mismas. De modo que la relación entre las prácticas alimentarias y la comensalidad nos permite adentrarnos tanto en el "qué" de las prácticas del comer como en sus particularidades.

ESTRATEGIAS DEL COMER CON OTROS: BUSCANDO LA COMENSALIDAD

Creando un sector comedor

Como indicamos con anterioridad, las mujeres trabajadoras no tienen un horario estipulado de almuerzo y llevan adelante la comida dentro de la oficina, principalmente en el mismo escritorio en el que trabajan. Pero una diferencia notoria es que las trabajadoras de puestos administrativos almuerzan menos cantidad de veces en el escritorio, frente al monitor de la computadora, ya que ellas establecieron un espacio para comer.

> *En el momento de almorzar, generalmente almorzamos en este sector [señala un grupo de cuatro escritorios enfrentados en los que estamos sentadas]. Este sector es un sector que lo tomamos como un recreo del momento ¿no? Entonces nos juntamos todos los compañeros acá y almorzamos, charlamos, intercambiamos opiniones, pero si bien está*

> *dentro de la oficina, pero es como que hicimos nuestro propio sector de comedor, una cosa así*. (2adm, 40 años)

El "*sector comedor*"[6] se encuentra dentro de la misma oficina y suele estar formado por uno, dos o hasta cuatro escritorios que están sin uso laboral y que se destinan a hacer actividades grupales o específicamente para comer en el horario de almuerzo. Como primer eje, entendemos que las trabajadoras que pueden consolidar un espacio para comer cuentan con elementos para ello, principalmente un espacio físico concreto y mobiliario.

En segundo lugar, disponen de un tiempo para comer. Las trabajadoras administrativas tienen un horario de almuerzo fijo, aunque no esté estipulado con anterioridad, ellas almuerzan siempre más o menos a la misma hora.

> *Nosotros, en nuestra oficina, nos pusimos, y acá en el sector de registro que nos acoplamos como compañeros, si bien somos dos oficinas distintas, nos pusimos a partir de la una generalmente a la una empezamos a almorzar. […] Y ya te digo, sí tomamos el momento como para nosotros, es como que el momento es nuestro, no es que estamos atendiendo los teléfonos, comiendo ahí o estamos, no no.* (2adm, 40 años)

La posibilidad de "*tomarse el momento*" que tienen las entrevistadas refleja una autonomía sobre el tiempo y una capacidad de manejo de la distribución de las tareas a realizar; (YOPO DÍAZ, 2015) la factibilidad de manejar el tiempo de almuerzo implica una posibilidad de control sobre el ritmo de las actividades laborales. Por lo tanto, entendemos que las mujeres que trabajan en puestos administrativos poseen una mayor capacidad de agencia temporal. Con agencia temporal nos referimos al "esfuerzo intencional de autodeterminación que despliegan los individuos, utilizando conocimiento y prácticas, para producir las condiciones que posibilitan la emergencia o resistencia de una experiencia temporal particular". (YOPO DÍAZ, 2015, p. 104)

6 En adelante emplearemos el uso de cursiva y comillas para destacar y señalar las categorías y palabras textuales empleadas por las mujeres entrevistadas.

Esta noción de agencia temporal supone que los sujetos ponen en juego conocimientos y prácticas para manejar y determinar la forma particular de su experiencia temporal. Esto no implica que el tiempo sea una construcción subjetiva, sino que la experiencia temporal de los sujetos es más que la vivencia de un recurso objetivo y externo, ya que las prácticas de gestión del mismo buscarán modos de organización, adaptación y determinación propios. (YOPO DÍAZ, 2015)

Es importante remarcar que la agencia temporal estará condicionada tanto por el contexto como por las dimensiones relacionales. De este modo, algunas trabajadoras podrán agenciar sobre el tiempo laboral en base a la especificidad de sus tareas, mientras otras dependerán de imposiciones de tiempo que refieran a sus circuitos de trabajo.

Entre las mujeres entrevistadas, las empleadas administrativas son quienes dieron cuenta de tener la posibilidad de manejar de modo más flexible el trabajo y sus horarios, pudiendo así institucionalizar el almuerzo como un momento de la jornada laboral en donde se come y no se trabaja. El espacio de oficina es apropiado por las trabajadoras convirtiéndolo en su "sector *comedor*". Las prácticas que llevan adelante reproducen y refuerzan este espacio como una producción social en tanto las prácticas y experiencias lo confirman, al mismo tiempo que las posibilita. De este modo, las trabajadoras constituyen un "espacio vivido" (*sensu* Lefebvre) en donde este se tensiona con las estructuras sociales en las que se inscribe. (CERVIO, 2015) El espacio vivido es una experiencia en permanente redefinición, que dependerá de los ritmos de trabajo, de las prácticas llevadas adelante por las trabajadoras y de la materialidad de los elementos que se dispongan para crear el espacio. En este sentido, el "sector comedor" se produce y se mantiene no solo a partir de un espacio construido, sino a través de las prácticas que llevan adelante y reproducen comunitariamente, sin buscar la aprobación de la institución.

Esta posibilidad de agencia que tienen las trabajadoras de puestos administrativos no es la misma que tienen las mujeres en puestos profesionales, quienes no cortan el trabajo para comer, ni tienen las posibilidades. "*Sé que en otras áreas del organismo, de 13.30 a 14.30, creo que es que no se puede molestar porque es horario de comida. Nosotros no tenemos ningún horario en el cual se respete el momento de comida*". (2prof, 38 años)

La disponibilidad de tiempo para comer formula y enfatiza la idea de "ellos" y "nosotros", ya no en relación a lo que se come, ni a quienes comen juntos – como plantean las investigaciones socio-antropológicas de alimentación, sino a quienes tienen un tiempo respetado y quiénes no. Se conforma un "ellos" que tienen cuándo y dónde comer y un nosotros que "*no tenemos ningún horario en el cual se respete el momento de comida*". (2prof, 38 años)

Como podemos observar, las trabajadoras administrativas almuerzan en compañía de forma cotidiana, sea de a dos, en grupos pequeños o más amplios que pueden incluir trabajadores de otros sectores. En este caso, el hecho de tener un espacio destinado a almorzar permite tener un momento destinado a ello y posibilita que el corte de actividad y la charla en compañía se produzcan cotidianamente. Pero, las trabajadoras de otros puestos laborales, aunque no cuentan con las condiciones necesarias para organizar un sector comedor, llevan adelante diversas estrategias que les permiten comer con otros en la oficina.

La búsqueda del almuerzo compartido

Ante la pregunta de cómo les gusta almorzar, todas las entrevistadas dijeron preferir hacerlo en compañía. Para ellas, compartir el momento de la comida, comer con otros, es la forma más placentera de almorzar. Cuando almuerzan en grupo, las trabajadoras dicen que no sólo se relajan, distienden y charlan, sino que es un momento del día que disfrutan.

Los datos nos muestran que las entrevistadas que trabajan en puestos profesionales y las trabajadoras más jóvenes no tienen conformado un espacio para almorzar – ya sea por el ritmo de la jornada laboral, por el poco control que tienen sobre esta y sobre el tiempo o por la no disponibilidad de mobiliario –, por lo tanto, almorzar en compañía es una condición del comer esporádica. Pero, en la cotidianeidad de la oficina las mujeres ponen en juego diferentes estrategias para que el almuerzo logre ser un momento con otros, más "*relajado*" y "*distendido*". En este sentido primero buscan el almuerzo compartido, el cual será compartido en el tiempo o en la comida elegida.

Entre las prácticas para lograr almorzar en compañía, la principal es esperar a la compañera para comer. Aunque la infraestructura no sea propicia

para compartir un almuerzo, con frecuencia se espera a la compañera del escritorio de al lado o de enfrente para almorzar al mismo tiempo.

> *[…] cada uno comía a su horario y capaz no sé, según, si tenías más amistad con una persona se veía que en general que por grupo comían, yo comía con mis compañeras de trabajo, pero porque teníamos eso también, que no sé qué es, pero decir 'bueno, comamos todas juntas' o 'esperemos a tal, que recién llega de Tribunales o de su otro trabajo', como para no comer sola. Pero eso más entre el círculo íntimo de las que trabajábamos juntas*.[7] (1jov, 27 años)

En las oficinas de planta abierta[8] o en las que tienen alta circulación de gente, se intenta esperar y almorzar entre quienes comparten "isla de trabajo".[9] En este caso, vemos que se atrasa el momento de comer esperando al otro, buscando no comer en soledad. Pero también queda claro que no se espera a cualquier trabajadora, sino que se espera a quien comparte una relación de intimidad. De este modo se busca, mediante el comer "*todas juntas*", la conformación de un momento de almuerzo en donde la intimidad entre las trabajadoras le transmita intimidad al momento de comer en un espacio abierto que no la brinda.

> *Tratamos de enganchar con dos, con una o, si podemos, más. Tratamos de ser un par más como para distender un poco más en general porque también es difícil, si uno come, el otro está con el trabajo, no hay diálogo, comés callado, mirás el diario mientras comés para hacer algo porque es inevitable tenés la computadora y el teclado adelante. Pero si yo trato, tratamos de ponernos de acuerdo, con una compañera seguro y si podemos. A veces uno*

7 En el periodo entre coordinar la entrevista y su realización, la entrevistada dejó de trabajar en una oficina de la APN, pero desempeñó su profesión allí durante cuatro años.

8 Las oficinas de planta abierta son oficinas de gran tamaño que no tienen divisiones internas y cuentan con varias áreas de trabajo en un mismo lugar.

9 Las oficinas de planta abierta se organizan en áreas de trabajo que se ubican en grupos de escritorios enfrentados a los que se denomina "isla".

abre la comida y tienta y le decís: 'Esperame que caliento y comemos juntos', pero cada uno en su espacio. No nos sentamos uno al lado del otro, donde estás trabajando sacas tu comida y comés. (2prof, 38 años)

A diferencia de las trabajadoras con puestos administrativos que lograron instituir un sector comedor, para las trabajadoras jóvenes y profesionales, el almuerzo no se conforma como comunitario ni compartido, sino "al mismo tiempo". Las entrevistadas intentan coincidir en el momento del almuerzo para que, aunque cada una se mantenga sentada en su escritorio, frente a la computadora, estén compartiendo el mismo hacer, comiendo. De este modo se busca posibilitar lo social de la práctica, generando un momento para conversar y distenderse.

En diversas ocasiones este almuerzo compartido no se puede lograr en la oficina – porque no se coincide en los horarios o porque no hay una relación de intimidad para compartir el almuerzo –, en este caso, se busca ir a otra oficina buscando la conversación más que el espacio.

"*Si voy es a la oficina de otra amiga que está en iguales condiciones que yo [se ríe] pero podemos chusmear*[10] *un ratito*". (3prof, 36 años)

Comer con otros no solo es una práctica que refuerza las relaciones que ya existen, sino que permite conocer a los compañeros por fuera de la conversación laboral. En este sentido, no importa tanto las condiciones en las que se está y en las que se come, sino que la posibilidad de conversación y compartir el momento – y las condiciones – con otros ya es una mejora en el momento de comer.

Comer es un acto social que, en la cotidianeidad, está asociado a la intimidad, por eso se busca compartir con quienes más relación se tiene. A la vez, comer no solo nos pone en primer plano como seres animales que se someten a una necesidad física/biológica, sino que también nos expone como seres sociales que incorporaron normas de comportamiento específicas ante esta acción. (ELIAS, 2009) El espacio de trabajo en donde las trabajadoras se

10 "Chusmear" es un verbo de uso coloquial y refiere a charlar de modo informal sobre chismes o noticias. También se utiliza para las conversaciones sin importancia, sobre cuestiones cotidianas y con tono festivo con personas de confianza.

desempeñan no brinda las condiciones para llevar adelante las normas de comportamiento y lograr que el momento de comer íntimo y social se configure.

Si bien los escritorios son objetos centrales que anclan a las trabajadoras al espacio, limitándoles el accionar a un metro veinte de ancho por donde pasan todas las tareas y momentos del día, la conversación se vuelve la actividad clave del momento de almuerzo. La conversación es la actividad que modifica la acción y posibilita el contacto con el otro. Ante la imposibilidad de moverse del escritorio, la conversación moviliza las relaciones y hace más ameno y distendido el espacio y el ambiente, creando un momento de intimidad en el espacio que no lo produce.

Como expusimos, las mujeres trabajadoras ponen en funcionamiento diversas estrategias que le permitan administrar y organizar el espacio/tiempo del almuerzo para que este se logre configurar como un momento compartido. Pero, como veremos en las próximas páginas, también se llevan adelante estrategias económicas colectivas que colaboren a mitigar el gasto de tener que comer cotidianamente fuera de casa.

PRÁCTICAS ALIMENTARIAS COLECTIVAS: ENTRE LOS CONFLICTOS Y LA COMENSALIDAD

Entre las prácticas que se realizan de forma colectiva en la oficina, encontramos que lo que prima es juntar dinero para comprar productos de consumo cotidiano, como son yerba, café y té, en primer lugar, y galletitas y condimentos – azúcar, aceite, mayonesa, limón, sal – en segundo. La principal razón de este modo de compra es el consumo del mate de forma grupal, la facilidad de preparar café para el consumo de muchos y el alto costo de los productos. De modo que, la práctica colectiva, también organiza la adquisición de los productos que se consumirán de modo individual. (BORAGNIO, 2020c)

"*Bueno, [compramos] esas cosas como para tener en la oficina y no tener que salir todo el tiempo a comprar, que de hecho sale más barato que si te tenés que ir a tomar un café todos los días a un kiosco, a buscarte café*". (1prof, 56 años)

El dinero se junta entre todos en las oficinas más chicas. Pero, en las oficinas de planta abierta, se suelen organizar pequeños grupos entre áreas de trabajo o entre quienes comparten "isla" para juntar el dinero y comprar

las cosas que consumirán quienes pongan dinero. Muchas veces la compra de productos se realiza en comercios alejados al lugar de trabajo para evitar el sobreprecio de la zona o para aprovechar ofertas específicas. En otros pocos casos, alguien se hace cargo de la compra para realizarla en supermercados mayoristas.

"*La yerba también se compra. Y es más, hay una compañera que la trae de la casa, que la compra cuando va a hacer las compras del supermercado como para que no sea el precio de acá*". (1Prof, 56 años)

Por fuera de estos productos que se compran para consumir cotidianamente, la mayoría de las entrevistadas nos dijeron que juntan dinero con sus compañeros de oficina para comer todos juntos un día por semana, preferentemente el viernes. Estos almuerzos en grupo suelen ser de "comida chatarra", la cual permite que muchas personas coman al mismo tiempo, y casi siempre, sin vajilla ni cubiertos.

> *Cuando nos reunimos los viernes, a veces se hace picada en la oficina, ahí si comemos todos juntos, […] comemos todos juntos, ponemos entre todos, no sé, depende, a veces comemos picada o compramos fiambre, otras veces pizza, otras veces cocinamos, cocinan y traen y compartimos y compramos las gaseosas entre todos*. (4Adm, 35 años)

> *ya te digo hay los 'viernes de sushi' que le dicen, acá es como mimo del grupo, entonces... 'viernes, sushi' dicen (risas) […] /P: ¿está estipulado ya que los viernes...? ¿son todos los viernes, cada tanto como..?/R: E: no, emm hay un grupo de varones, te diría que es del que empuja el 'viernes sushi' y no es todos los viernes exactamente, porque por ahí algún viernes se da que alguno no puede sumarse, pero bueno, sí, es dentro de lo que puede darse de los viernes es el permitido de los viernes en el sentido de bueno, gastamos un poco más y comemos algo que nos gusta, si*. (4prof, 56 años)

El día de comensalidad colectiva – todos juntos, al mismo tiempo, comprando la comida colectivamente – es un día esperado ya que se comparte

en grupo y se suele realizar un corte en el horario de almuerzo. Si no se puede organizar la comensalidad colectiva, compartir la comida entre compañeros también es una forma de almorzar en compañía; se comparte la comida buscando crear un "momento de almuerzo" compartido por todos donde la comida une y junta al grupo.

"*Por ahí hacemos, es cada uno come en su escritorio, pero compramos pizza o compramos empanadas, entonces como para compartir, como para compartir y aunque sea comer lo mismo*". (3prof, 36 años)

En estos momentos, las empanadas, la pizza o comprar en Mc Donald's son la posibilidad de lo comunitario. Colectivamente se elige qué comer, se junta el dinero para comprar en grupo y todos comen lo mismo. Este evento no solo es compartir con otros el almuerzo, sino que también es el día en el cual las mujeres modifican su alimentación cotidiana, cortando el "siempre igual". (BORAGNIO, 2018) Y, aunque no se almuerce todos juntos, ni se encuentre el momento de distención y charla, ni la comida sea nutricionalmente lo mejor – detalle que varias entrevistadas remarcaron –, el comer lo mismo une, permitiendo constituir el grupo mediante lo que se come en donde no hay un nosotros y ellos porque todos comen lo mismo.

Por otro lado, todas las mujeres entrevistadas dieron cuenta de que, en grupo o en toda la oficina, se juntaba dinero para momentos específicos como son los cumpleaños o el festejo de fin de año, ya sea para comprar un regalo como para comprar algo para comer y beber entre todos. Como tradición el cumpleañero lleva algo para comer y compartir, mayormente la elección es torta, pero también se suele llevar facturas.[11] Esta práctica se repite en su conjunto (compra de regalo, de comida y de bebida) cuando alguien se despide de la oficina.

Para quienes trabajan en oficinas pequeñas este evento se realizan entre todos los compañeros y toma entidad de festejo: pausan el trabajo, se sientan, comen, brindan, festejan.

11 "Factura" es el nombre genérico con el cual, en Argentina, se denomina a la variedad de piezas de panadería dulce. Las facturas más populares son las medialunas (que pueden ser de manteca o de grasa) y diversas variedades que incluyen dulce de leche, dulce de membrillo y/o crema pastelera.

> *Si, tipo para las fiestas, fin de año y esas cosas sí. Si tenemos que hacerlo acá, bueno, compramos sandwichitos entre todas y nos sentamos todas a comer, brindamos, festejamos, lo que sea, más de una hora no porque si no se enteran todos los demás y se te arma un re quilombo*.[12] (3jov, 28 años)

En cambio, en las oficinas de planta abierta, la mayor cantidad y circulación de personas, las diferentes relaciones y jerarquías entre ellas y no disponer de lugar produce que no se pueda establecer un momento de festejo, por lo que estos eventos se llevan adelante compartiendo la comida, no el momento. Así, se logra celebrar el cumpleaños entre todos, aunque sea de modo breve y no sea realmente con todos.

> *Depende de cada uno, pero en general se lleva algo en el horario en que uno está y se comparte. Yo cumplí, llegué a la mañana, y llevé medialunas para desayunar, entonces todos los que estábamos comimos medialunas juntos. El año pasado estuve a la tarde y llevé unas tortitas para después de comer. Pero eso depende de cada uno, es como que depende, hay gente que no lleva nada y hay gente que lleva mucho, hay gente que lleva menos*. (2prof, 38 años)

Dentro de las prácticas colectivas que se dan esporádicamente encontramos que casi todas las entrevistadas dijeron haber puesto dinero para comprar electrodomésticos relacionados a las comidas que se consumen en el horario laboral. A la falta de elementos de trabajo y de espacio, se le suma la falta de elementos para llevar adelante un almuerzo o pasar una jornada laboral en la oficina.[13] Ante ello, en la mayoría de las oficinas en las que trabajaron o trabajaban las entrevistadas se había juntado dinero para comprar

12 Quilombo es un término del lunfardo rioplatense y refiere a "lío, barullo, gresca, desorden". (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2021)

13 La Secretaría en donde realizamos las entrevistas brinda servicio de agua con un dispenser por piso y, por lo que pudimos saber, algunas oficinas pequeñas, pagan y mantienen un dispenser aparte.

cafeteras y microondas y, en menor medida, heladeras. Y, aunque en algunas oficinas hay heladeras que se compraron oficialmente desde el presupuesto de la institución, llama la atención el no conocimiento concreto de la procedencia de los electrodomésticos.

"*Sí, tenemos microondas, heladera, cafetera común, cafetera eléctrica […] /P: ¿Es de ustedes o es de la secretaría?/R: No, es, me parece que es nuestra. El microondas es nuestro, sí, todo es nuestro*". (1adm, 43 años)

Junto a los electrodomésticos y sus usos vuelve a aparecer la higiene como temática a tener en cuenta. Las trabajadoras son quienes se encargan de ello ya que este mantenimiento no está incorporado a las tareas del personal de limpieza. En algunos casos, las trabajadoras limpian los electrodomésticos y, en otros, los integrantes de la oficina juntan dinero para pagarle al personal de limpieza de la institución.

"*Lo limpia mi compañero o yo, pero tiene que estar… a veces lo dejo que quede sucio, pero me ganan porque no lo aguanto y lo termino limpiando*". (4adm, 35 años)

Como podemos ver, la higiene es otra tarea extra que se carga a la jornada laboral, al mismo tiempo que es una práctica que presenta conflictos, los cuales muchas veces no se exponen, pero se mantienen latentes. A continuación, presentaremos los conflictos más cotidianos que aparecieron de modo espontaneo en el desarrollo de las entrevistas.

PRÁCTICAS COLECTIVAS, PRÁCTICAS CONFLICTIVAS

Lo primero que surge ante las prácticas alimentarias colectivas es que juntar dinero para comprar artículos que serán compartidos puede generar conflictos en relación a quién junta el dinero, quién compra los productos y cómo y cuándo se consumen.

> *Nos dividíamos para comprar la yerba, que era todo un tema porque se hacían los boludos, siempre poníamos los mismos y pasaba eso que, no sé, un día una compraba yerba, iba yo y compraba el paquete de yerba yo sola o faltaba yerba y poníamos entre todos cinco pesos y comprábamos, las galletitas casi siempre eran de alguien que*

las había llevado, que en general eso es siempre lo mismo, en general siempre hay un par que son los que toman mate, los que tienen hambre y van a comprar galletitas y los que no, nunca comen pero siempre sacan, ¿viste? Que son las que mejor la hacen, básicamente, porque nunca compran, pero comen de lo del resto. […], lo que traía era sí comentarios de 'esta nunca pone' o cuando algunas personas se llevaban el paquete de yerba para tomar mate con gente que no tenía nada que ver, el abuso de los jefes que ganan el doble de los que están más abajo y no compraban yerba y siempre pedían, entonces te veían con el mate, '¿me dan un poquito de yerba?' Y viste, ¿qué le ibas a decir? 'No, comprate que siempre nos sacás yerba', Se daban ese tipo de conflictos, pero entre mis más amigas más íntimas no porque poníamos siempre nosotras y nada, viste, te llevabas mejor, entonces que a una amiga no le vas a cobrar más yerba. (1Jov, 27 años)

Como podemos observar, el otro no íntimo es quien expone el conflicto. Aunque la actitud de no poner dinero, de consumir más de lo que se puso también puede venir de una compañera-amiga, la intimidad en la relación habilita a que, al igual que se comparte el almuerzo, se compartan los alimentos. Así, el alimento une y refuerza la relación de un "nosotros" que comparte la intimidad y la comida.

Si bien ante los superiores jerárquicos tampoco se dice nada porque la jerarquía no lo permite, ante los compañeros se buscan estrategias para poner freno al consumo que no condice con el dinero aportado. Como primera y rápida solución a estos posibles conflictos, se deja de juntar el dinero y se comienza a solucionar de modo individual.

P: ¿Juntan plata para comprar algo en conjunto?/R: Lo hacíamos, lo que pasa que ¿viste? siempre toda organización hay veces que cuesta. Yo era la única que iba al supermercado entonces y hay veces que el que consume mucho café no consume yerba y así se empieza a cuestionar, entonces todo eso desgasta y dije: 'bueno listo, ya está, cada uno lleva lo suyo'. Total, o sea, yo no

> *soy así pero bueno realmente no, pero bueno cuando te empiezas con el 'no, yo me bajo porque este mes no voy a comer'. Cuando traigo todos usamos, comemos, no me estoy fijando. Si, con Oscarcito que tomamos mate nos vamos turnando, un día compro yo, un día comprás vos o compro yo y nos repartimos, así…* (3prof, 36 años)

Nuevamente se conforma un "ellos/nosotros", a partir de la relación con el dinero. Por un lado, quienes ponen dinero para comprar y a la vez consumen lo mismo, quienes participan de la compra gestionada colectivamente y quienes no, pero "comen lo del resto".

Un dato que llama la atención y es necesario tener en cuenta es que, como pudimos observar, la alimentación cotidiana de oficina es una cuestión femenina. En todos los casos, la planificación, organización y compra de los productos como de la colecta del dinero depende de las mujeres. Esta actividad, se suma a las actividades cotidianas como carga extra de trabajo al horario laboral, sosteniendo y reproduciendo los estereotipos de género y el lugar de la mujer en tanto "agente de cuidado". (JELIN, 2010) De este modo, se refuerza la práctica de la mujer como encargada y responsable de las prácticas alimentarias, pero ya no solo de la reproducción doméstica, sino también de la reproducción en la oficina.

UN CIERRE A MODO DE CONCLUSIÓN

En estas páginas se buscó hacer hincapié en las prácticas alimentarias colectivas y en los almuerzos compartidos ya que desde allí es posible adentrarse en la cotidianeidad de las estrategias alimentarias, la economía doméstica, el capital cultural, la división entre los géneros, las relaciones laborales y los rituales específicos del compartir la mesa.

Como presentamos, las trabajadoras jóvenes y de puestos profesionales almuerzan en sus escritorios, frente a sus computadoras. De este modo, las prácticas del comer en la oficina se estructuran desde el "no", no tener espacio,no tener mobiliario y no tener tiempo, a partir de donde las mujeres se acostumbran al mal-estar-en-la-oficina (BORAGNIO, 2020a). Por su parte, las trabajadoras de puestos administrativos, al disponer de una mayor capacidad

de agencia temporal y de dominio del flujo del trabajo, lograron instituir un "sector comedor" que no solo crea un espacio, sino que conforma un tiempo para comer. Dentro de estas diferencias se conforman las prácticas del comer en la oficina que se organizan a partir de un "nosotros" y un "ellos", en donde unos pueden almorzar y otros se acostumbran a pasar la jornada sin moverse de la computadora.

Dentro del ámbito laboral de oficina, estas estrategias y distancias se juegan junto a las relaciones y significados a través de los lugares sociales diferenciados. En este sentido, investigar el comer en la oficina implica acercarnos a una serie de conflictos, entre ellos remarcamos la relación con el espacio, la higiene, la falta de electrodomésticos, la incomodidad de compartir el lugar con quienes no están en horario de almuerzo, ni de descanso. Dicho de otro modo, las incomodidades y malestares surgidos de compartir el lugar conformando dos espacios diferentes tanto como las prácticas colectivas ligadas a consumos individuales.

En el desarrollo del presente texto nos centramos en observar las prácticas alimentarias colectivas de oficina, que buscan contrarrestar estos malestares. Observamos que, aunque las prácticas del comer en la oficina se estructuran a partir del "no", las trabajadoras llevan adelante acciones que buscan que el almuerzo sea un momento de comensalidad con otros presentes en donde se re-instaure lo social del comer. Para ello, las trabajadoras esperan a los compañeros de "isla" o van a comer a oficina de otras compañeras que tengan "sector comedor" o que estén en la misma situación. De este modo, se intenta que el vínculo de intimidad dote de esta al momento de comer.

Por último, presentamos las prácticas colectivas de compra, las cuales se centralizan en tres acciones: comprar productos alimenticios en conjunto para ahorrar dinero, comprar electrodomésticos ligados a la necesidad de comer o crear momentos de comensalidad extra-cotidianos en donde se pueda compartir el almuerzo y así modificar la rutina de estar-en-la-oficina como un "siempre igual". Pero, estas prácticas no se encuentran exentas de conflictos, ya que llevarlas adelante es una tarea a cargo de las mujeres, mientras que la relación entre dinero y comida encuentra rápidamente tensiones en torno a su participación, disposición y consumo.

La comensalidad siempre es una práctica colectiva, aunque el otro no se encuentre físicamente presente, se encuentra organizando y dándole sentido

al momento de comer. Pero, muchas veces, el otro efectivamente está físicamente presente. Esta co-presencia se articula con lo esencial de la característica humana del comer – comer con otros – a la vez que con los cambios de la modernidad alimentaria y con los posibles conflictos que se derivan del compartir espacio y tiempo. En este sentido, hablar de prácticas colectivas ligadas al comer en personas que comparten el ámbito de trabajo, con diferentes posiciones organizacionales – y por lo tanto, salarial – o no, no es simplemente presentar diferentes dietas en relación al ingreso, sino que es notar que estas relaciones inciden en las prácticas alimentarias, en el "qué" del comer, y en la comensalidad y en las emociones que se configuran en la cotidianeidad de las mujeres trabajadoras. A la vez que, estas prácticas, no solo pueden traer consecuencias nutricionales actuales y futuras, sino que estarán influenciando la proximidad de las relaciones sociales entre las personas, que se pueden expresar tanto mediante los tipos de alimentos y comidas que comparten juntos, como en la frecuencia de las mismas. (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 1995)

REFERENCIAS

AGUIRRE, P. La construcción social del gusto en el comensal moderno. *In*: KATZ, M., AGUIRRE, P.; BRUERA, M. *Comer*. Puentes entre la alimentación y la cultura. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2010. p. 13-63.

AGUIRRE, P. *Ricos flacos y gordos pobres*. La alimentación en crisis. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004.

AGUIRRE, P.; DÍAZ CÓRDOVA, D.; POLISCHER, G. *Cocinar y comer en Argentina hoy*. Buenos Aires: Fundasap y Sociedad Argentina de Pediatría, 2015.

BOM KRAEMER, F.; GRACIA-ARNÁIZ, M. Alimentarse o nutrirse en un comedor social en España: reflexiones sobre la comensalidad. *Demetra*: alimentação, nutrição e saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 455-466, 2015. Disponible en: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16173. Acceso en: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A. "Compro", "llevo", "elijo no comer": emociones, estrategias y prácticas alimentarias de mujeres trabajadoras de oficinas públicas. *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, Río Piedras, 2021. Disponible en: http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/boragnio2.pdf. Acceso en: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A. Disposable commensality: strategies for the selection of meals in the office. *Eureka*: Social and Humanities, [*s. l.*], n. 5, p. 16-28, 2018. Disponible en: http://www.eu-jr.eu/social/article/view/724/703. Acceso em: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A. El malestar como práctica del sentir femenino. *In*: D'HERS, V.; BORAGNIO, A. (comp.). *Sensibilidades y feminidades*: mujeres desde una sociología de los cuerpos/emociones. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Ed., 2020a. p. 77-96. Disponible en: http://estudiosociologicos.org/portal/sensibilidades-y-feminidades-mujeres-desde-una-sociologia-de-los-cuerpos-emociones/. Acceso em: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A. Las emociones del comer cotidiano: mujeres entre el asco, la culpa y la vergüenza. *Polis*: revista latinoamericana, Santiago del Chile, n. 55, p. 56-70, 2020b. Disponible en: http://www.polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/1444/2613. Acceso em: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A. Qué comen las mujeres trabajadoras de oficina? Prácticas del comer de mujeres empleadas de la Administración Pública Nacional. *Estudios Sociales, Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional*, [*s. l.*], v. 56, n. 31, 2020c. Disponible en: https://www.ciad.mx/estudiosociales/index.php/es/article/view/891. Acceso em: 21 mayo 2023.

BORAGNIO, A.; SORDINI, V. Gustos y prácticas alimentarias de mujeres empleadas de oficinas públicas y mujeres destinatarias de programas alimentarios en Argentina", en Aposta. *Revista de Ciencias Sociales*, Río Piedras, n. 81, p. 69-86, 2019. Disponible en: http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/boragnio.pdf. Acceso em: 21 mayo 2023.

BOURDIEU, P. *El sentido social del gusto*. Elementos para una sociología de la cultura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

BOURDIEU, P. *La distinción*. Criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1988.

CERVIO, A. Experiencias en la ciudad y políticas de los sentidos. Lecturas sobre la vista, el oido y el olfato. *In*: SANCHEZ AGUIRRE, R. (comp.). *Sentidos y sensibilidades*: exploraciones sociológicas sobre cuerpos/emociones. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Ed., 2015. p. 17-48.

CONTRERAS HERNÁNDEZ, J. La modernidad alimentaria. Entre la sobreabundancia y la inseguridad. *Revista Internacional de Sociología*, Madrid, n. 40, p. 109-132, 2005. Disponible en: https://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/191/. Acceso em: 21 mayo 2023.

CONTRERAS HERNÁNDEZ, J. *Alimentación y cultura*. Necesidades, gustos y costumbres. Barcelona: Edicions Universitat, 1995.

DÍAZ MÉNDEZ, C. Los debates actuales en la sociología de la alimentación. *Revista Internacional de Sociologia*, Madrid, n. 40, p. 47-78, 2005. Disponible en: https://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/189. Acceso em: 21 mayo 2023.

ELIAS, N. *El proceso de la civilización*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2009.

FISCHLER, C. Gastro-nomía y gastro-anomía. Sabiduría del cuerpo y crisis biocultural de la alimentación moderna. *Gazeta de Antropología*, Granada, v. 26, n. 1, 2010. Disponible en: https://www.ugr.es/~pwlac/G26_09Claude_Fischler.html. Acceso em: 21 mayo 2023.

GORBAN, D. El trabajo doméstico se sienta a la mesa: la comida en la configuración de las relaciones entre empleadores y empleadas de Buenos Aires. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 45, p. 67-79, 2013. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2013000100006&script=sci_abstract&tlng=es. Acceso em: 21 mayo 2023.

JELIN, E. *Pan y afectos*. La transformación de las familias. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ORMAZABAL, J. Alimentación y trabajo. *La Mutua*, Madrid, n. 20, p. 151-156, 2008. Disponible en: https://www.rincondelasalud.com/sites/default/files/descargas-fm/FM-REVLM-20-11_796_Alimentacion_y_trabajo.pdf. Acceso em: 21 mayo 2023.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua Española.* 23. ed. Madrid: Real Academia Española, 2014. Disponível em: https://dle.rae.es/. Acesso em: 4 jul. 2022.

RITZER, G. *La McDonalización de la sociedad*. Un análisis de la racionalización en la vida cotidiana. Barcelona: Ariel, 1996.

SCRIBANO, A. Con el sudor de tu frente: una sociología de los cuerpos/emociones en Marx desde la comida y el hambre. *In*: SCRIBANO, A. *La sociología de las emociones en Carlos Marx*. Estados Unidos: A Contracorriente, 2016. p. 51-64.

WANJEK, C. *Food at work*. Workplace sollutions for malnutrition, obesity, and chronic diseases. Geneva; International Labour Office, 2005.

YOPO DÍAZ, M. El tiempo de las mujeres en Chile: repensar la agencia. *Revista de Estudios Sociales*, Madrid, n. 57, p. 100-109, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/revestudsoc/9976. Acesso em: 6 maio 2022.

COMIDAS DA MODERNIDADE E A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BANANEIRAS, ILHA DE MARÉ[1]

Lílian Lessa Andrade

INTRODUÇÃO

Este capítulo é derivado de estudo realizado junto a pescadores e marisqueiras da comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, que faz parte da cidade de Salvador no estado da Bahia, Brasil. Nesta pesquisa de cunho etnográfico foram entrevistadas cinco pescadoras (marisqueiras) e um pescador artesanal, tendo como campo epistemológico a multirreferencialidade apresentada por Fróes-Burnham (2012) e Macedo (2004).

A aproximação com estudos sobre a abordagem qualitativa permitiu projetar a pesquisa com elementos etnográficos a partir da etnopesquisa crítica implicada, descrita por Macedo (2012), considerando a teoria interpretativista,

1 Este capítulo corresponde a desdobramento da tese doutoral intitulada *Consciência alimentar: memórias e práticas alimentares em Bananeiras, Ilha de Maré*, concluída pela autora em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

tratada na Interpretação das Culturas. (GEERTZ, 2012) Neste texto apresento algumas questões que emergiram das entrevistas em relação às escolhas alimentares atuais, suas lógicas e reflexões permeadas pelo discurso biomédico, os padrões midiáticos e a escolha dos onívoros.

A centralidade deste capítulo consiste em levantar questões que expressam a coexistência de múltiplos sentidos do comer na contemporaneidade, a partir das falas e vivências com moradores da Ilha de Maré, dialogando com autores que tratam da Antropologia da Alimentação. Poulain (2013), Harris (1999), Singer e Mason (2007), Montanari (2013), Bontempo (2003), entre outros, abordam a questão das mudanças alimentares e seus impactos na vida humana e no ambiente do qual somos parte.

Nossa relação de pesquisa com pescadores e pescadoras da Ilha de Maré foi anterior ao início do doutorado, tendo se iniciado cinco anos antes (em 2008). Então, minha inserção em atividades de pesquisa na ilha se deu a partir de projetos relacionados à saúde ocupacional de pescadores e marisqueiras, e o projeto do doutorado tornou-se um dos produtos da pesquisa que realizávamos à época.

Antes do doutorado, a principal demanda para mim, como professora da área de técnica dietética, permeava o desenvolvimento de produtos com matérias-primas da ilha, em prol da sustentabilidade ambiental e melhoria econômica dos envolvidos, no intuito de contribuir com a prevenção de doenças ocupacionais e/ou reabilitação de pessoas que já estivessem com algum grau de comprometimento físico decorrente da atividade da mariscagem. No diálogo com esses pescadores e pescadoras artesanais, as questões da pesquisa foram sendo delineadas, e os saberes e práticas alimentares me motivaram a investigar mais de perto questões que emergiam nas entrelinhas, nos sentidos que o comer se apresentava, nas mudanças das práticas alimentares, nos valores que se expressavam ao falar do pescado e de outras comidas, sobre o que era bom e o que se acreditava fazer bem para a saúde.

Este capítulo é dividido em duas partes, sendo a primeira com a abordagem sobre as comidas "da cidade" na ilha e a segunda com dilemas expressos nas falas, os quais o comer contemporâneo oportuniza.

COMIDAS DA CIDADE NA ILHA

Viver na ilha impõe um distanciamento decorrente de questões geográficas e econômico-sociais, além das escolhas dos moradores, oportunizando experiências relacionadas ao contato direto e frequente com elementos da natureza como o mar, o mangue e os produtos da ilha e distantes de prédios, carros e ruas pavimentadas. Esse distanciamento marca sobremaneira a oferta de alimentos e as práticas alimentares locais.

Para abordar a questão da alimentação na ilha, sob o aspecto mais social que biológico, é importante traçar uma breve caracterização sobre sua localização e o sentimento de pertencimento do seu povo. A Ilha de Maré, de acordo ao ordenamento urbano municipal, é parte da cidade de Salvador (capital da Bahia), mas sua localização descontínua do continente por ser uma ilha e, portanto, distante do centro comercial da capital, com precariedade ou ausência de acesso aos serviços públicos, entre outros fatores, favoreceu algumas características relacionadas à sensação de pertencimento à ilha e distanciamento da capital. Por exemplo, quando tratam sobre a chegada de um familiar, falam que chegou da capital, como se viesse de outra cidade, trazendo novidades e/ou alimentos de lá, ou comercializados lá. Do mesmo modo, quando precisam de algum atendimento ou serviço que não esteja disponível na ilha, falam que precisam ir a Candeias (cidade geograficamente mais próxima da região de Bananeiras do que o centro de Salvador) ou à capital, se referindo a Salvador como outra cidade.

Essa sensação de pertencimento é fundamental para o diálogo sobre o comer na ilha, sobre o valor dos ingredientes e das comidas que são produzidas lá, diferenciando-se daquelas adquiridas de outros centros comerciais. Souza (2013) expressa com precisão essa questão, contextualizando território e territorialidade em sua pesquisa. Traz esse tema do pertencimento *versus* a divisão administrativa de Salvador, destacando a diferença entre a demarcação institucional e o sentimento de quem vive no local, sugerindo que: "Trata-se de classificações arbitrariamente definidas, que pouco ou quase nada nos informam sobre as dinâmicas e relações sociais que agregam e criam proximidades e distanciamentos social, cultural e historicamente produzidos". (SOUZA, 2013, p. 109)

Considerando a construção social do comer, essas aproximações e distanciamentos entre cidade (Salvador) e ilha expressam a identidade da culinária

e hábitos locais, com todas as suas diversidades e desejos de integração ou distanciamento. Essa distinção entre Salvador e ilha permeia toda a construção da memória e hábitos alimentares, tornando-se fundamental para compreender a busca por aproximação nos hábitos relativos ao aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados, ou ainda para ressignificar alimentos de outrora, que assumem outro valor e importância social, a exemplo de aipim, camarão e banana verde. Percebe-se ainda a substituição de alguns alimentos locais pela necessidade de comercialização dos produtos da ilha com maior valor comercial como mariscos, em substituição ao consumo de frango, cujo valor econômico é menor, sendo mais rentável vender o marisco e comprar frango, por exemplo.

Assim como na maioria das localidades conhecidas, a alimentação tem passado por inúmeras mudanças, tanto relacionadas ao intercâmbio de alimentos de diversas partes do mundo, como também às transformações do alimento em produtos alimentícios, com valor econômico agregado, para quem produz e comercializa esses produtos.

A localidade em que foi realizada a pesquisa denomina-se Bananeiras, uma referência à presença dessa planta na região; no entanto, em função de diversas condições ambientais (especialmente a poluição do entorno, decorrente da proximidade da Refinaria Landulpho Alves, do Centro Industrial de Aratu e do Porto de Aratu, que contribui com a poluição das águas) e extrativismo descontrolado e não assistido, observa-se atualmente pequena área coberta de bananeiras. Associado a essas questões, o consumo de banana, especialmente banana verde, referido como um hábito em épocas remotas, tem sido pouco frequente.

Dialogando com algumas marisqueiras sobre as motivações para essa redução do consumo de banana verde, uma delas relatou que comer banana verde "lembra quando não se tinha outra coisa para comer". Essa fala teve um impacto muito significativo para mim, pois a mudança de valor desse ingrediente desencadeou uma série de outras questões, tornando o consumo desse ícone anterior como algo socialmente proibido – esse tema foi objeto de um dos capítulos da tese da autora, sobre consciência alimentar e a memória de pescadoras e pescadores artesanais.

Dialogando sobre a produção e consumo de banana verde na ilha, algumas questões foram surgindo: ninguém plantava bananas, elas cresciam

livremente e algumas famílias se responsabilizavam pela colheita e comercialização na Feira de São Joaquim, em Salvador, e todos encontravam bananas para comer em todos os estágios de maturação. Quando verdes, elas serviam para acompanhar o café da manhã na forma de paçoca ou pamonha de banana verde e no almoço acompanhavam os mariscos, encontrados também com fartura. Nos relatos, ninguém passava necessidade (fome), pois sempre havia banana e aipim na terra e mariscos, que bastava chegar ao mangue e coletá-los para preparar uma comida para qualquer horário. A produção de mandioca (para fazer farinha e beiju) e de aipim também era frequente. Mas na contemporaneidade referem que não há interesse dos jovens nessa produção vinculada à terra, as casas de farinhas não são mais vistas, numa associação à falta de conhecimento técnico para a lida com a terra e para a pesca artesanal (extrativista). Os mariscos estão cada vez mais escassos, o camarão pouco se vê; demandando maior esforço de deslocamento até áreas menos exploradas e maior esforço físico para coleta. Diante disso, jovens têm se envolvido em outros trabalhos, devido às dificuldades ambientais e interesses atuais, e desenvolvido outros hábitos alimentares, mais próximos da globalização alimentar.

Poulain (2013, p. 27), abordando a mundialização e os movimentos de deslocalização e de relocalização da alimentação, relata que "na França, por exemplo, vários produtos desconhecidos há trinta anos, como abacate, o kiwi, o abacaxi, tornaram-se alimentos de consumo corrente". Essa oferta de alimentos exóticos para uma localidade traz um sentido de pertencimento ao contexto global, e Regina[2] relata sua experiência de comer kiwi pela primeira vez, por volta dos 16 anos (correspondente ao final da década 1980):

> *... certa época a gente conseguiu uma chance de botar uma cantinazinha lá no porto, que foi uma época muito boa de fartura, né, as coisas melhorou. Aí a gente começou a ter facilidade em comprar as coisas, né? Em comer fruta, né? Que não era nossa fruta de época, fruta que a gente não tinha aqui. Eu lembro mesmo a minha primeira*

2 Regina é uma das marisqueiras entrevistadas em 2016. Os nomes, a pedido dos entrevistados, foram mantidos os originais, e as citações são transcrições dos trechos das falas.

> *vez que eu comi um kiwi, eu me senti tão* [pausa]... *uma sensação que você é gente, que você tá incluída, que você tem direito, coisas que a gente não sabia o que era, não tinha, foi uma época de mudança, de renovação, de melhora, de saber que a gente tinha um camarão e que ele não só se comia de escaldado de moqueca como a gente fazia, a gente tinha outras possibilidades, outra descoberta de fazer algo diferente com ele*. (Regina)

Regina expressa tanto a satisfação de estar incluída nesse mundo de possibilidades – conquistado a partir do aumento do poder aquisitivo, que permitiu o acesso a alimentos desconhecidos e/ou que não podiam ser comprados – quanto a felicidade de conhecer novos modos de preparo para alimentos conhecidos, como o camarão. Ao menos dois aspectos nos chamam atenção: primeiro, o sentido que o conhecimento de alimentos exóticos promove, a sensação de pertencer a um mundo maior, de poder consumir esse mundo, fazendo parte da mundialização da alimentação e, segundo, a valorização de um produto local, a partir do conhecimento do valor que esse produto representa em outras localidades. O tradicional e o novo se misturam, resinificando e construindo novos saberes e novos hábitos.

Nessa fala de Regina, o conceito da sociedade de consumo fica bastante explícito, demonstrando a centralidade do consumo no viver da contemporaneidade, temática tão bem apresentada pelo filósofo Jean Baldrillard. Ao perguntar se ela (Regina) achou bom o sabor do kiwi, imediatamente disse que não, que não gostou do sabor. Mas aqui não nos aprofundamos nesse conceito da sociedade do consumo, seus prazeres e desprazeres, volvemos o olhar para questões alimentares que nos aproximam ou distanciam do novo e do local.

Em *O dilema do onívoro: uma história de quatro refeições* (2007, p. 315), Pollan fala sobre a "neofilia inata do onívoro – o prazer proporcionado pela variedade – como da neofobia – o sentimento de segurança oferecido pelo que é familiar", nos diferenciando dos animais e aproximando do homem descrito por Brillat-Savarin, que experimenta os prazeres e dores do comer. Brillat-Savarin afirma que um dos privilégios humanos é comer sem ter fome e beber sem ter sede, descrevendo, inclusive, desprazeres causados pelo desejo de prolongar a duração do prazer. (BRILLAT-SAVARIN, 1995) A comercialização

de alimentos, que oportuniza o consumo de produtos que fizeram grandes viagens da produção à distribuição, carrega tanto os problemas ambientais decorrentes do emprego de combustíveis fósseis nesse trajeto, quanto possibilita a subvalorização do produto local, elevando-se o valor social e financeiro de itens importados.

Poulain (2013, p. 63), apresentando as dimensões contraditórias e a multiplicação dos discursos sobre o alimentar, dialoga com escritos de Cloud Fischler, considerando a "gastroanomia" em meio a discursos dietéticos, morais, identitários. Essas pressões múltiplas e contraditórias relacionadas a publicidade, sugestões e prescrições exacerbam a ansiedade no ato da alimentação, se expressando no "paradoxo do honívoro" (*le paradoxe de l'homnivore*).

O conceito da mundialização ou globalização alimentar compete com o conceito de soberania, que valoriza o local e regional, mas, ao mesmo tempo, a valorização do consumo de alimentos locais e regionais não vai reprimir o convívio com o diferente, o diverso, o novo, inclusive porque localmente não se produz toda a diversidade alimentar consumida cotidianamente.

Conhecer o diferente não significa desprezar o local, pode também contribuir para reconhecer o valor do produto local, e, nesse sentido, a soberania se fortalece, sendo importante reconhecer e preservar o direito de produzir e consumir os alimentos locais. Ao falar sobre o camarão, Regina reconhece que aprendeu novas formas de consumi-lo, possibilitando maior diversidade nas preparações, assim como o aipim, ao qual ela desenvolveu aversão, de tanto que teve que consumir durante um período da infância e juventude, e depois reconsiderou, ao aprender novos pratos como purê, bobó e vaca atolada, que utilizam o aipim como matéria-prima essencial. O ingrediente local assume formas de consumo que fortalecem seu valor e evitam a monotonia, porém a cultura vai incorporando outros hábitos.

Tratando desse assunto, Poulain (2013) apresenta conflitos relacionados à *world cuisine* e à cozinha tradicional francesa, em que os cozinheiros franceses contemporâneos, interagindo com outras cozinhas, sem subalternizá-las, sofrerão influências dessas outras cozinhas. Tal situação é temida por alguns *chefs* e o autor reconhece que essas interações sempre existiram, que a cozinha francesa teve múltiplas influências, sem perder sua identidade (talvez assim tenha construído a sua identidade). Isolamento é uma opção cada vez mais difícil com o nível de comunicação mundial. Além disso, viver é estar em relação, e nela tanto nos expressamos quanto entramos em contato com os

conhecimentos e experiências do outro. Quando nos expressamos, temos oportunidade de nos autoconhecermos, além de nos aproximarmos do conhecimento do outro, construindo novos conhecimentos. A socialização do conhecimento possibilita a apropriação e (re)construção de significados relevantes e novos conhecimentos. (LAGE, BURNHAM; MICHINEL, 2012)

Montanari (2013, p. 14), tratando do gosto enquanto um produto cultural, ressalta as diferenças entre as preparações em diversos momentos históricos, não sendo reprodutível a sensação, por diversas questões, dentre as quais as mudanças dos sujeitos que preparam a comida, os ingredientes e utensílios e também quem a degusta: "O objeto mudou (os produtos de hoje não são mais aqueles de mil anos atrás, mesmo que levem o mesmo nome) e, o que mais importa, mudou o sujeito: os consumidores não são mais os mesmos, e sua educação sensorial é imensamente diversa".

O intercâmbio de ingredientes e preparações possibilita a difusão de algumas práticas mais comuns em determinadas regiões, bem como seus ingredientes mais utilizados. A criação de pratos diferentes e o deslocamento de espécies vegetais e animais é descrito em toda história humana, e observamos espécies que se aclimatam ou não em ambientes diferentes, dificultando por vezes identificar a localidade de origem de algumas espécies, como maçã.

Independentemente do deslocamento do cultivo, o transporte de alimentos providencia o atendimento à oferta, mesmo a custos elevados. Parece haver um interesse natural de grande parte de seres humanos em conhecer alimentos de origens diversas da sua. Poulain (2013, p. 27) relata que: "para os que dispõem de recursos financeiros, os feijões-verdes do Senegal e as cerejas do Chile, por exemplo, são apresentados nas prateleiras europeias em pleno inverno, no mês de dezembro".

Montanari (2013, p. 21) sugere que a "passagem da economia da predação para a economia da produção representou uma mudança decisiva na relação entre homem e território e na cultura dos homens". Enquanto anteriormente a passagem da caça e coleta para a agricultura foi descrita como uma violência à mãe terra, as mudanças do mundo natural para a utilização do cozimento contribuíram para passar de "selvagem" a "civil". Porém, no transcorrer do século XX, as descobertas científicas das vitaminas recolocaram o olhar sobre o valor do alimento cru. (MONTANARI, 2013) Na história,

têm sido descritas essas "dobras", quando a hegemonia de um pensamento se sobrepõe a outro, havendo novamente outras "dobras" ou mudanças de paradigmas, apresentando novos olhares ou revisão das questões anteriormente aceitas. Contemporaneamente, uma pluralidade de "verdades" coexiste e muitas formas de vida e prazer se configuram como possibilidades, mas norteadas sempre pela geração de consumo.

Os sentidos das comidas e do comer, o valor do tradicional e do novo se misturam e se apresentam com diversas lógicas coexistindo e justificando o consumo alimentar, se expressando na complexidade que é o viver/comer. Ao tempo em que questionam o consumo de alguns alimentos ultraprocessados, relacionando-os ao enfraquecimento do corpo e necessidade de valorização e defesa da produção de mariscos na ilha, consomem e comercializam uma série de outros alimentos também ultraprocessados, de maneira desapercebida ou não questionada.

COMER: UM DILEMA

Para além das questões orgânicas, são os valores que estão sendo construídos, reproduzidos ou reprimidos, a partir das práticas alimentares. Os mais velhos às vezes questionam o consumo dos alimentos ultraprocessados, sugerindo que não fortalecem como o alimento local, consumido em preparações habituais. "Seu" Djalma[3] relata sobre a alimentação ofertada ao neto pela mãe deste, sua filha:

> *... ela só dava Danoninho,[4] potinho, a gente reclamava, mas ela, nada. Era para se aparecer: – Não, porque os médicos... Só dava isso para o menino, o menino ficou fraco, não aguenta pegar uma caixa de cerveja. Na idade dele, que eu já peguei dois sacos de cimento, não aguenta pegar um caixa de cerveja que vamos dizer que não tem a metade,*

3 Seu Djalma é um dos pescadores entrevistados em 2016. Os nomes, a pedido dos entrevistados, foram mantidos os originais, e as citações são transcrições dos trechos das falas.

4 Danoninho é um produto lácteo da Nestlé, popularmente é utilizado para denominar produtos similares, comercializados em porções individuais.

> *fraco, fraco, não comia feijão, não comia escaldado de peixe, não comia aratu que nós fazia escaldado, dava o caldo, não comia nada disso, só era potinho, Danoninho, aqueles negócios aguado. Só era aquilo, e ele agora tá vendo os reflexos, só quer comer pizza essas coisas besta, entendeu?* (Seu Djalma)

Nas falas dos entrevistados, o pescado (mariscos ou peixes), na forma de escaldados e moquecas, é o alimento, juntamente com a farinha, que garante a força e a resistência. A valorização do pescado local fortalece a identidade, os diferencia de outras pessoas "da cidade" que não têm essa oportunidade de comer um alimento fresco, recém capturado ou colhido.

Ao tempo em que Seu Djalma critica a utilização da alimentação industrializada em detrimento dos alimentos produzidos localmente, demonstra que há um discurso médico sustentando essa prática e segue com uma crítica mais profunda, relacionando que esse costume de comer os industrializados quando pequeninos leva ao hábito do consumo de "coisas besta" como "pizza", ou seja, da continuidade do distanciamento da alimentação com produtos cultivados, coletados ou capturados no entorno da ilha. De maneira contraditória, poucos são os itens da alimentação diária produzidos/coletados na ilha e seu entorno, atualmente sendo adquiridos em mercados e feiras. Essa é uma questão que nos direciona para a discussão da consciência alimentar, partindo dos conceitos da segurança e soberania.

O conceito da mundialização ou globalização alimentar compete com o conceito de soberania, que valoriza o local e regional, mas, ao mesmo tempo, observa-se que localmente não há fornecimento de toda a diversidade alimentar consumida cotidianamente. No entanto, é importante reconhecer o que é local e o que vem de fora e de longe, o que é natural e o que é processado ou ultraprocessado, para que o conhecimento não seja uma restrição ao consumo, mas uma oportunidade de escolhas mais responsáveis e sustentáveis.

Conhecer o diferente pode também contribuir para reconhecer o valor do local, e, nesse sentido, a soberania se fortalece, sendo importante reconhecer e preservar o direito de produzir e consumir o local. Nessa comunidade de Bananeiras, observamos recentemente, em outro trabalho desenvolvido sobre o valor do pescado para pescadores artesanais, que o peixe não é adquirido

em mercado, independentemente do custo, em função do reconhecimento do sabor e valor desse produto fresco, recém-capturado, assim como os mariscos, que após passarem uma semana congelados já são reconhecidos como produtos com sabor e textura diversos do fresco e, portanto, de menor valor para o consumo familiar. O mesmo não acontece com a carne bovina, frango e seus derivados, que são adquiridos congelados e/ou processados. (ANDRADE; FERREIRA; LÓPEZ, 2016)

Essa é uma questão importante para diferenciar a soberania de consciência alimentar. Enquanto na soberania a questão da valorização e preservação situa-se no local, a questão da consciência amplia-se para pensar nos "locais de outros locais". É fundamental e indispensável garantir o direito à produção e o respeito aos modos de fazer e viver de cada comunidade, porém faz-se necessário refletir de maneira ampliada esse mesmo valor e respeito ao que é produzido distante, mas que consumimos cotidianamente.

Não é apenas o valor do consumo do pescado fresco, ambientalmente sustentável e economicamente seguro, mas pensar como é produzido o ovo comercializado a 30 unidades por cerca de R$10,00 (dez reais) em 2016, por exemplo. Qual o custo humano e ambiental para produção de carnes, leites, frutas e hortaliças? O valor monetário pago pelo consumidor é apenas uma parte do custo, o desgaste humano, animal e ambiental nesse processo precisa entrar nessa conta, pois temos acompanhado adoecimento e desgaste ambiental cada vez maior. Harris (1999, p. 15) confirma essa questão afirmando que "un punto importante que debe retenerse es que los costes y beneficios nutritivos y ecológicos no son siempre idénticos a los costes y beneficios monetarios, medidos en 'dólares y centavos'".

Para falar de consciência alimentar, importa pensarmos na ética da alimentação descrita por Singer e Mason (2007) e nos princípios do Slow Food, relacionado ao alimento bom, limpo e justo. Não apenas no conveniente, mas no equilíbrio entre o individual, social e ambiental. Ainda temos um caminho a percorrer nesse sentido e dispomos de muitos parâmetros para escolher o que comer, mesmo que seja exigente para o onívoro e para a ciência, que é diversa e plural, reconhecendo os mesmos alimentos como benéficos ou prejudiciais, a depender da época e/ou do pesquisador.

Muitas vezes tendemos a generalizar que alimento industrializado é ruim, mas parece que se isentar do consumo de qualquer alimento processado

e/ou ultraprocessado não é mais uma opção disponível, ao menos em larga escala, pois o ambiente urbano limita os espaços produtivos locais, de forma que a diversidade de alimentos possíveis se torna restrita. Diante dessa diversidade, o *Guia alimentar para a população brasileira* (2014) apresenta os conceitos de alimentos *in natura*/minimamente processados, processados e ultraprocessados, como uma forma de distinção entre os tipos de processamento e seus reflexos nos ingredientes naturais. O processamento mínimo realiza desde a padronização de tamanho, lixamento e enceramento de laranjas para dar brilho, ou a desidratação de uma fruta; o processamento envolve a inclusão de ingredientes como sal, açúcar e óleo no preparo de conservas e pães, por exemplo; o ultraprocessamento desenvolve preparados em pó para refresco, com 1% de fruta desidratada e muitos aditivos alimentares.

Mas, de maneira geral, quando se fala sobre a industrialização, tende-se a pensar nos aspectos negativos dos processos industriais. Anelita[5] representou o refrigerante como algo que caracteriza como não saudável, mas é utilizado em casa:

> *... mas hoje minha casa tá assim, se comprar hoje uma garrafa de dois litros, eu tomo meio copo, porque eu não gosto muito dele, e eles dois* [marido e filho] *tomam uma garrafa toda* [risos]. *Aí eu nem costumo comprar assim. De vez enquanto, as vezes dia de domingo, que meu marido tá de ressaca que bebeu no sábado. Aí ele diz: Ah! Hoje eu vou comprar um refrigerante, mas ou dois brigam por causa desse refrigerante.* (Anelita)

Geralmente, há conflitos na definição das compras alimentares para a família, em relação a determinados alimentos ultraprocessados. Os produtos mais artificiais são considerados ruins para a saúde e, ao relatar que consome, apresenta uma justificativa relacionada à frequência e quantidade, reduzindo o impacto dessa ação. Anelita, nesse caso, opta por não comprar o que avalia como ruim para a saúde, mas também não quer deixar de fora produtos que

5 Anelita é uma das marisqueiras entrevistadas em 2015. Os nomes, a pedido dos entrevistados, foram mantidos os originais, e as citações são transcrições dos trechos das falas.

o marido e o filho apreciam. O cuidado afetivo e o cuidado relacionado ao que considera saudável coexistem, mas nem sempre são contemplados numa mesma escolha, sendo privilegiado um ou outro, como pode ser percebido a partir dos fragmentos a seguir:

> [suco] *Artificial que eu nem tomo, quem toma é eles dois. Ele: – Ah, você não vai tomar o suco não?* [Anelita:] *Não, prefiro minha água*. ... *Às vezes, não é todo dia não, às vezes eu faço de beterraba com cenoura, eu faço também de..., teve uma vez mesmo que eu achei engraçado aquilo, que eu fiz suco de beterraba não, foi cenoura com laranja e limão, a senhora acredita que esses dois tomou o suco todo depois que tomou que perguntou de que era? ... eu fiz com água normal, eles tomaram o suco e, depois que tomou, que já não tinha mais nada: De que é aquele suco mesmo? Eu disse: se fosse veneno vocês ainda morriam (risos).* (Anelita)

Ao descrever um preparo de suco de cenoura com limão, que se aproxima ao refrigerante sabor laranja, ela exemplifica como é possível trazer o sabor do produto industrializado a partir de ingredientes naturais, mas também demonstra como essa substituição não é frequente; portanto, percebe-se a importância do consumo do refrigerante ou suco artificial, que costumam consumir com alguma frequência, e a possibilidade de preparar algo mais natural com aceitação pela família.

O preparado em pó para refresco, consumido como suco artificial tem sido muito difundido. Sua aparência similar aos sucos de frutas (aroma e cor), associada a diversidades de sabores, aparentemente de baixo custo e com praticidade, contribui para essa aceitabilidade retratada por Anelita. A imagem da fruta e a designação "sabor artificial de...", além da afirmação no rótulo – contém suco natural (1%) –, que é o exigido legalmente, podem contribuir para a ilusão de se consumir suco de frutas com esse produto. A relação dos ingredientes, quando possível de ser lida, inicia por açúcar (quando presente); em seguida, 1% de suco de fruta em pó e uma imensa lista de aditivos alimentares, como corantes, aromatizantes, estabilizantes, adoçantes, antiumectantes e, às vezes, espumífero ou antiespumífero.

Quanto mais se conhece os produtos naturais, mais evidentes ficam as diferenças quando se lê um rótulo de produtos ultraprocessados – podemos reconhecer ou não as substâncias ali descritas. Não devemos generalizar as indústrias de alimentos como mal-intencionadas, nem tampouco os seres humanos como inocentes, pois a indústria atende ou cria desejos humanos quanto à aparência, sabor e/ou valor calórico. Seu Djalma, no pequeno comércio ao lado da sua casa, vende produtos que avalia negativamente e os considera recém-chegados à localidade:

> *Suco de pó tem dois anos ou três, no máximo de três a quatro anos por aí, de pó, esse* Maratá *não tinha. Suco só era natural. Até hoje eu só gosto de natural. Tem caju, tem cajá, tem jenipapo tudo que tem natural para mim, acerola é natural... tem muita coisa no meu quintal de suco, tem limão que gosto do suco*.

> *Aí nós vai utilizando essas coisas naturais, aí chega jenipapo, nós tem jenipapo, chega cajá nós tem cajá não falta cajá aqui também nós utiliza sempre natural, se Vilma bota na geladeira ai agora acerola ou goiaba, não desses aqui que eu vendo* [*referência aos preparado em pó para refresco*]. *Eu vendo Sazón aqui mesmo porque eu não tenho jeito; o povo fica pedindo, aquele outro de galinha* Knnor, *tudo para mim é química*. (Seu Djalma)

Seu Djalma revela insatisfação pelo interesse das pessoas da ilha em consumir esses produtos, mas os coloca à venda para manter a freguesia. Harris (1999, p. 15) confirma essa distinção entre o que é comercializável e o que é bom para comer, considerando que, "en economías de mercado como la de los Estados Unidos, bueno para comer puede significar bueno para vender, independientemente de las consecuencias nutritivas".

As frutas que ele se refere são as da época, que vão aparecendo no decorrer do ano, de acordo às estações, demonstrando como funciona o movimento natural. De maneira geral, todos os entrevistados fizeram comentários negativos sobre os alimentos industrializados, apresentando-os como inferiores

aos naturais. Apesar do diálogo poder estar direcionado para a entrevistadora que é nutricionista, demonstra uma argumentação coerente e condizente com o que costumam fazer.

Há incerteza sobre a composição dos alimentos industrializados, desconfiança no que se relaciona a produtos químicos presentes – a experiência da ilha com contaminantes químicos que os adoecem talvez favoreça essa associação. Regina questiona a veracidade do que está escrito nos rótulos:

> *... Mas aí quem garante o que tá escrito no rótulo realmente, as substâncias que eles colocam, porque assim confiando, eu sou uma pessoa que confio e desconfio. Eu não tenho 100% de segurança que o que tá ali no rótulo, explicando que o frango é zero gordura é zero isso e aquilo, que realmente seja; aí eu fico sempre com essa preocupação*.

Apesar das críticas aos alimentos industrializados, parece haver uma hierarquia entre os aceitáveis e os que representam produtos inaceitáveis, dentre os quais foram relatados: "*Sazón eu não como*"; ou "*tem muita coisa que não entra lá em casa, que eu não compro (alho amassado embalado)*"; ou ainda "*essa feijoada enlatada, que já vem pronta, que só é esquentar, nada disso, que isso não faz bem a ninguém*". E a indústria vai buscando reverter essa visão de que o industrializado se distancia do naturalmente produzido, oferecendo, por exemplo, temperos como título de "meu arroz", "meu feijão", se propondo a simular o que é feito em casa. Vende-se a ideia de que parecer tem a mesma função de ser. A partir das percepções sensoriais, acessamos nossa memória gustativa, contribuindo para a aceitação ou não de determinados alimentos, em função da representação que temos deles.

Há uma pressão social para o consumo de alimentos industrializados, com o sentido de modernidade. A formação dos hábitos alimentares se dá na família inicialmente, mas se expande à medida que o convívio social se amplia. A escola é um local significativo de relações em que a reflexibilidade se apresenta e hábitos são desenvolvidos e expressos na convivência de maneira dialógica. Freitas e demais autores (2013) salientam a importância de a alimentação escolar ser repensada para atender à cultura dos escolares em seus contextos

sociais, para enfrentar com criatividade o comer saudável na escola. Diante da oferta irregular e/ou distante do hábito alimentar do escolar diverso da alimentação disponibilizada pela escola, Rejane descreveu algumas situações:

> *... muita mãe tá mandando refrigerante, suco de caixa e aí por isso ela (a professora) ia proibir, mas eu continuo mandando, porque eu não tô nessas mães que se encaixa; que tá mandando refrigerante, porque eu não bebo refrigerante, então eu não vou mandar. Eu vou mandar o que sei que é bom, mas tem muitas crianças com esse problema.*

A questão da alimentação escolar e da educação nutricional enquanto tema transversal no ensino brasileiro ainda constitui um desafio, tanto relacionado à qualificação docente quanto à implementação da Política Nacional da Alimentação Escolar em termos de sua operacionalização (do planejamento à fiscalização). Ainda que não seja esse o objeto central desta pesquisa, pontuamos para registrar a sua importância e reconhecer que iniciar a questão da consciência alimentar na educação infantil muito pode contribuir com a educação alimentar e nutricional.

Quando delegamos à agroindústria alimentícia a responsabilidade de produzir alimentos, aos órgãos governamentais a fiscalização e estabelecimento de normas e aos profissionais de saúde a responsabilidade pelo nosso corpo, delegamos ao outro funções importantes, relacionadas à autopercepção e autoconhecimento. Todos esses profissionais e órgãos são especializados e capacitados para essas funções, mas a pedagogia proposta por Paulo Freire e muitos outros na área da educação já asseguram que não somos uma página em branco, nem aprendemos passivamente obedecendo a ordens. Essa permissividade tem um impacto significativo na saúde integral do ser humano.

Freitas e Santos (2014, p. 37) apresentam sentidos do comer saudável no mundo da vida, descrevendo o diálogo reducionista do modelo biomédico, pautado em parâmetros estatísticos e biológicos em relação à obesidade, que poderiam dialogar com a narrativa do obeso, "seu mundo da vida com a subjetividade de valores sobre seu corpo". Nesse sentido, buscam uma aproximação da fenomenologia hermenêutica do campo da alimentação

e nutrição, sugerindo que esta pode ser "fundamental para explicar e interpretar narrativas de comer no mundo da vida". (FREITAS; SANTOS, 2014, p. 39)

Relacionar-se com essa enxurrada de informações e discursos sobre o comer exige um esforço no sentido de compreender o que essas falas e imagens reverberam individualmente. Além de conhecer os alimentos e o que os rótulos informam, é fundamental aprofundar quanto ao que estamos buscando nos alimentos e na alimentação. Isso pode fazer diferença para que se possa desfrutar da felicidade de comer, sem culpa e sem medo de viver. Nesse sentido, a consciência alimentar pode servir como uma bússola no caminho da liberdade da escolha. Quando permitimos o questionamento quanto ao querer, necessitar e dever, promove-se uma abertura para a flexibilidade, para uma ação mais adequada momentaneamente, pois não somos obrigados a aceitar tudo que nos é oferecido pela mídia, nem nos limitar ao consumo de alimentos conhecidos ou recomendados. Educar o paladar é algo que fazemos desde a mais tenra infância. A educação do paladar não é instintiva como em outros animais, que identificam o que é ou não comida para eles; aprendemos convivendo, experimentando, reflexionando.

Em seu livro *Alimentação para um novo mundo* (2003) Bontempo traz o *slogan* da consciência ao se alimentar como garantia para a saúde e o futuro da vida na Terra. Propõe a mudança interior como única saída para o mundo. Abolir o consumo da carne, adotar uma alimentação vegetariana, rica em cereais integrais e frutas naturais, evitando frituras, laticínios, o *fast food*, as batatas fritas, os refrigerantes, os produtos artificiais, estabelecendo uma alimentação sem excessos, bem balanceada, variada, sem açúcar e outros desmineralizantes. O autor apresenta informações quanto às suas percepções relacionadas aos efeitos dessa alimentação para o corpo e para o ambiente, incluindo as relações sociais e a violência. É como se indicasse um caminho certo que, seguido por todas as pessoas, o mundo estaria a salvo. Mas será que existe apenas um caminho a ser seguido por brasileiros, indianos, estadunidenses e japoneses? Esse modelo expressa a sua visão de mundo e sua forma de alertar para o perigo que vislumbra nessa forma de vida industrializada, mas é possível que haja possibilidades de equilíbrio diversas daquela. Ainda assim, é reconhecida a importância desse estudioso e sua proposta para um mundo melhor.

Partindo da compreensão de que cada organismo é único, os efeitos possíveis da alimentação são diversos, ainda que experiências tenham demonstrado

relação positiva para a longevidade, associando hábitos de vida incluindo alimentação natural e prática de atividade física. A relação não é linear, é complexa; comer o que é dito como saudável e cumprir práticas de atividade física não são dízimos que garantem um "pedaço do céu". Será que é possível comprar esse pacote como vida saudável sem se implicar com sua autotransformação? Por isso, podemos refletir sobre o conceito do saudável reconhecendo distintas lógicas para essa compreensão, e especialmente considerando que o saudável está mais próximo da relação entre o indivíduo e o alimento do que de uma característica intrínseca ao alimento, de maneira dissociada do consumo.

O pensamento oposto também integra o discurso do prazer desmedido, uma vez que morreremos algum dia, sendo justificado assim o desregramento como padrão de ação para o comer. Exemplos desse contexto são observados nas propagandas de rodízios, recomendando comer e beber livremente e associar medicamentos que prometem aliviar os sintomas do consumo desmedido de bebida alcoólica, com um comprimido antes e outro após, ou o efeito da indigestão com um comprimido efervescente. Por diversas vezes ouvimos frases do tipo: "se eu comer eu morro, se não comer morro também; então pelo menos morro feliz". Mas não há garantia sequer de uma morte feliz, pois há complicações relacionadas à saúde que podem comprometer essa sensação de prazer em função dos procedimentos médicos e limitações que o adoecimento traz. Da mesma forma e pela mesma questão, comer de maneira infeliz o que é dito como saudável não tem garantia de um futuro feliz e saudável.

Sobre a mortalidade física, Galeffi (2009, p. 14) traz uma reflexão interessante ao afirmar que

> ... haveremos de compreender que vida e morte não se negam e sim se complementam na cena do aparecer e desaparecer recorrente: fluxo infinito sem começo, sem fim – fluxo como o meio do aparecer e desaparecer do que é e não é, sendo: projetar-se em possibilidades já disponíveis. Um abismo extraordinário em relação ao qual não se deve temer ou tremer e sim ressoar na leveza do raio perpassante.
>
> O autoconhecimento é, assim, uma autocompreensão articuladora que permite o desabrochar reluzente da

> potência ígnea do ser-com-ser-mundo. Entretanto, como ensinar e aprender o autoconhecimento? Esta é a questão relativa à educação como atividade de cuidado do ser humano em seu ciclo de vida-morte-transformação.

Se não há garantia do fim com morte no dito padrão saudável, nem no prazer pelo prazer, nos resta a labuta da consciência alimentar como ferramenta para equacionar os prazeres e desprazeres do alimentar-se, até que, de tal forma integrados com o que somos, podemos nos identificar com o que comemos, e só. O efeito é consequência, sem culpa, medo ou apego!

Há muitas questões envolvidas no processamento dos alimentos, não sendo possível caracterizá-lo pela lógica simples de que tudo processado é ruim. O processamento é fundamental para disponibilizar alimentos durante todo o ano, distribuindo-o num país de dimensões continentais como o nosso e permitindo o intercâmbio com outros países, além de manter os alimentos excedentes na safra, em condições de consumo por maior tempo. Esse movimento econômico precisa ser atrativo financeiramente para que possa se manter nessa sociedade capitalista, porém produzir produtos comestíveis sem princípios éticos tem contribuído mais com o desequilíbrio humano e ambiental, tornando-se mais insustentável a cada dia.

As escolhas alimentares não estão revestidas de questões nutricionais apenas, essas se inserem na representação do que é bom para comer, a partir de critérios internos de cada pessoa, construídos a partir da convivência com o grupo social do qual se faz parte ou se deseja estar incluído, do acesso a informações, de questões religiosas, humanitárias e econômicas.

> Se debe insertar cada producto alimentício desconcertante en el marco de un sistema global de producción alimentaria, distinguir entre las consecuencias a corto y a largo plazo, y no olvidar que los alimentos no son sólo fuente de nutrición para la mayoría, sino también de riqueza y poder para una minoria. (HARRIS, 1999, p. 16)

O cotidiano alimentar é cercado de possibilidades alimentares que oportunizam experiências e também trazem conflitos sobre as melhores escolhas. Buscar a ética na alimentação, como descrito por Singer e Mason (2007), nos

direciona para a consciência alimentar, em que as ações autônomas podem caminhar no sentido da sustentabilidade.

Por fim, toda escolha oferece benefícios e riscos, tanto relacionados à socialização quanto à saúde como um todo. Assim como na maioria das localidades conhecidas, a alimentação tem passado por inúmeras mudanças, tanto relacionadas ao intercâmbio de alimentos de diversas partes do mundo, como também às transformações do alimento em produtos alimentícios, com valor econômico agregado, para quem produz e comercializa esses produtos.

Dessa maneira, o que cerca as escolhas e restrições alimentares está revestido de valores amplos e profundos, relacionados às condições sociais e ambientais, além das imposições econômicas. No entanto, o cotidiano alimentar é cercado de possibilidades alimentares que oportunizam experiências e também trazem conflitos sobre as melhores escolhas, e melhores escolhas não podem ser definidas a partir da visão de mundo dos pesquisadores sobre as comunidades, mas de um diálogo que oportunize uma maior compreensão do que se constitui equilíbrio individual, coletivo e ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. L.; FERREIRA, T. C. B.; LÓPEZ, M. C. Pescado Social: peixes e mariscos no cotidiano da comunidade quilombola de Bananeiras, Ilha de Maré. *In*: LODY, R. (org.). *Águas de Comer.* São Paulo: Ed. SENAC, 2016. p. 121-138.

BONTEMPO, M. *Alimentação para um novo mundo*: a consciência ao se alimentar como garantia para a saúde e o futuro da vida na terra. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRILLAT-SAVARIN, J. *A fisiologia do gosto.* São Paulo: companhia das Letras, 1995.

FREITAS, M. C. S.; MINAYO, M. C. S.; RAMOS, L. B. *et al*. Escola: lugar de estudar e de comer. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 979-985, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/wFPcYQBZmN4pqBQxDH8YNLF/abstract/?lang=pt#:~:text=School%3A%20a%20place%20for%20studying%20and%20eating&text=Utiliza%2Dse%20uma%20abordagem%20qualitativa,e%20familiar%20-e%20vice%2Dversa. Acesso em:

FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L A. S. Sobre a fenomenologia do comer saudável no mundo da vida – breve ensaio. *In*: FREITAS, M. C. S.; SILVA, D. O. (org.). *Narrativas sobre o comer no mundo da vida*. Salvador: Edufba, 2014. p. 33-39.

FRÓES-BURNHAM, T. *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012.

GALEFFI, D. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. *In*: MACEDO, R. S. *Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa*: educação e ciências humanas. Salvador: Edufba, 2009. p. 1-74.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HARRIS, M. *Bueno para comer*: enigmas de alimentación y cultura. Madri: Cultura Libre, 1999.

LAGE, A. L.; BURNHAM, T. F.; MICHINEL, J. L. Abordagens epistemológicas da cognição: a análise cognitiva na investigação da construção de conhecimento. *In*: FRÓES BURNHAM, T. *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012. p. 79-100.

MACEDO, R. S. *A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2004.

MACEDO, R. S. *A etnopesquisa implicada*: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

POLLAN, M. *O dilema do onívoro*: uma história de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

POULAIN, J. *Sociologias da alimentação*: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

SINGER, P.; MASON, J. *A ética da alimentação*: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SOUZA, C. S. *Trajetória de migrantes e seus descendentes*: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

IDENTIDADE À MESA

AS COMIDAS DOS IMIGRANTES GALEGOS EM SALVADOR[1, 2]

Fabiana Paixão Viana

INTRODUÇÃO

Os seres vivos necessitam de alimentos para a sobrevivência de seus organismos. Porém, o ser humano vai além: além da subsistência física e biológica, entre nós, a comida também possui importância social. Assim, pode-se considerar que ela "[...] não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que ingere". (DAMATTA, 1986, p. 56)

Ao redor de uma mesa podem ser observadas relações de afeto e cordialidade, afinidade de interesses ou discussão desses e pertencimento social ou étnico, por exemplo. (BLEIL,1998) De forma semelhante, através da escolha da

1 Este capítulo decorre de pesquisa realizada durante o curso de doutorado da autora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

2 O estudo contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e doutorado sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela, com bolsa cedida através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Processo nº 99999.003707/2014-08.

comida, pode-se identificar a religião, a ideologia, o pertencimento étnico, as prescrições relacionadas à saúde e os cuidados com o corpo dos comensais.

Sabores, cheiros, cores, ingredientes e formas de preparo das comidas podem estimular lembranças positivas e negativas nas pessoas. E isso não é diferente entre os migrantes. No processo de saída de seu local de origem em busca de outras oportunidades em novos lugares, o emigrante leva consigo além dos pertences materiais, uma enorme bagagem imaterial, como idiomas, crenças, costumes e gostos alimentares. Entre eles, a alimentação, por poder ser reproduzida em âmbito doméstico, é o traço que se mantêm mais duradouro e fiel à sua origem, apesar das adaptações de ingredientes e formas de preparo, e é transmitido às gerações seguintes.

Nesse sentido, o presente capítulo busca compreender as mudanças e permanências alimentares entre os imigrantes galegos residentes em Salvador (BA) e seus descendentes que nasceram na capital soteropolitana. Secundariamente, é realizada uma breve apresentação da Galícia, incluindo as motivações sociais e econômicas para a emigração massiva dessa região espanhola, e o processo de adaptação alimentar nas terras baianas e a transmissão para as gerações seguintes.

A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2013 e 2016 em Salvador e na província de Pontevedra, na Galícia. Além da observação em campo, em festas públicas, cursos e eventos relacionados à cultura galega realizados na capital baiana, também foram analisadas feiras, festas e eventos públicos realizados em aldeias galegas. Concomitantemente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com imigrantes galegos residentes em Salvador e seus descendentes, cônjuges brasileiros de galegos imigrantes e retornados, que na época da pesquisa viviam nas aldeias galegas.

Para fins analíticos, foi estabelecida a seguinte categorização: 1) primeira geração, formada por imigrantes galegos, independentemente da idade e do período de chegada em Salvador; 2) segunda geração, composta por filhos de imigrantes galegos que nasceram na capital baiana; e 3) terceira geração, formada por netos soteropolitanos de imigrantes galegos, com pais nascidos em Salvador.

GALÍCIA: TERRA DE EMIGRANTES E DE *MORRIÑA*

A Galícia é uma comunidade autônoma espanhola localizada no noroeste da Península Ibérica, formada por quatro províncias: A Coruña (onde está

localizada a capital administrativa, Santiago de Compostela), Lugo, Ourense e Pontevedra. Por ser uma região com altos índices pluviométricos, o excesso de chuva era recorrentemente apontado como principal causa para a perda de plantações inteiras, tanto que "se dizia que na Galícia a fome entrava nadando". (CASTRO, 2010, p. 81)

Assim, nos períodos de escassez alimentar, para garantir a sobrevivência, restavam a ajuda mútua entre parentes e vizinhos, a coleta de frutas, raízes e sementes que cresciam nos bosques e florestas (prática realizada, majoritariamente, pelas crianças), a fé e, para aqueles que podiam partir, a emigração.

A emigração galega iniciou-se no século XVI e perdura até os dias atuais. Nesses cinco séculos foram identificados três ciclos migratórios: 1) emigração peninsular; 2) emigração americana; e 3) emigração europeia. (PALMÁS, 1984) Vale salientar que esses períodos não ocorreram isoladamente e de forma exclusiva, eles foram assim classificados pela literatura devido aos elevados percentuais de saídas registradas.

O primeiro ciclo migratório, com a emigração galega para a Península Ibérica, iniciou-se no século XVI. Inicialmente, ela possuía caráter sazonal, ou seja, migrava-se para suprir demandas momentâneas, principalmente colheitas, e após curto período retornava-se à terra de origem. Porém, com o desenvolvimento das grandes cidades espanholas e portuguesas, a exemplo de Madri e Lisboa, inaugurou-se um novo tipo de emigração de caráter permanente, composta majoritariamente por homens jovens e solteiros que se dedicavam, em grande medida, ao setor de serviços, como vendedores e "aguadores".

A emigração americana teve seu apogeu entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ela foi distinta da emigração realizada pelos habitantes das demais regiões espanholas. Enquanto nessas, a exemplo da andaluza, predominava a emigração recrutada com subsídio do governo do país receptor e envolvia-se grande parte do grupo doméstico, entre os galegos prevaleceu a emigração individual, jovem, masculinizada, custeada com recursos próprios ou empréstimos.

A emigração europeia, por sua vez, iniciou-se no final da década de 1950. Esse período foi marcado por retornos constantes ao local de origem e os emigrantes possuíam perfil distinto da emigração americana, sendo majoritariamente formado por chefes de família, casados e com atividades relacionadas à agricultura. (BERTRAND, 1999) Nos anos finais do século XX, perdurando nas duas

primeiras décadas do século XXI, além das viagens em busca de oportunidades de empregos, há destaque para movimentos migratórios visando o aperfeiçoamento educacional, principalmente nos níveis mais elevados de escolaridade.

Além do desejo de prosperar economicamente e retornar triunfante para a aldeia de origem, ou pelo menos realizar benfeitorias pessoais, familiares ou sociais – a exemplo de construção de casas vistosas e obras públicas –, os emigrantes sofriam de *morriña*, ou seja, uma forma de saudade, sobretudo das paisagens, cheiros, sabores e cores da terra natal.

GALEGOS NA BAHIA: ADAPTAÇÃO E INFLUÊNCIAS NA SOCIEDADE BAIANA

O auge da emigração galega para o Brasil ocorreu entre 1880 e 1970, quando esse país recebeu cerca de 490 mil galegos. No entanto, esse número não é preciso, pois havia problemas de identificação nos portos, tais como a contagem duplicada de uma mesma pessoa ou a omissão no registro de entrada. (SILVA, 2014)

Os imigrantes galegos que chegaram ao Brasil vieram através da chamada migração espontânea. Eles eram, em grande parte, homens, jovens, campesinos, alfabetizados e possuíam recursos financeiros para o financiamento de suas viagens. A migração subsidiada pelo Estado não foi popular na Galícia, sendo as hipotecas, os empréstimos e a contratação de pessoas que intermediavam a viagem – denominados "ganchos" – os meios mais comuns para seu custeio. (CAGIAO VILA, 1992)

As cadeias migratórias possibilitaram a regionalização da imigração galega na América. No Brasil, os imigrantes galegos se estabeleceram, principalmente, nos seguintes estados: Pará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo. A maioria dos galegos que emigraram para o Pará foi oriunda de Ourense, enquanto aqueles que foram para o Rio de Janeiro e para a Bahia eram provenientes de Pontevedra. Entre as quatro províncias galegas, Lugo foi aquela com menores índices de emigração para o Brasil, predominando a saída para Argentina e Cuba. (SILVA, 2014, 2017).

A Bahia recebeu no final do século XIX aproximadamente 50 mil imigrantes espanhóis oriundos da Galícia. Salvador foi o terceiro local de maior atração entre as cidades brasileiras, recebendo cerca de 3.500 espanhóis, sendo 98% provenientes dessa região espanhola. (BRAGA, 1995) Esses homens e mulheres

não passaram despercebidos e deram significativas contribuições à capital baiana, especialmente nos setores de comércio e serviços. Os imigrantes galegos em Salvador se destacaram principalmente nas áreas relacionadas à construção civil, à hotelaria e à alimentação, sobretudo padarias, pastelarias e armazéns de secos e molhados.

As condições de trabalho dos imigrantes desde meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX eram, na maioria das vezes, árduas, com extensas jornadas diárias de atividades, que se iniciavam nas primeiras horas do dia, se estendendo às altas horas da noite. As situações das moradias tampouco eram melhores, grande parte dos galegos morava em cortiços espalhados pela cidade ou no próprio estabelecimento comercial – prática que facilitava a exploração da mão de obra por parte dos patrícios donos ou sócios do comércio.

Além das precárias condições de trabalho e moradia, os galegos também não eram bem-vistos pelos soteropolitanos que os consideravam pouco higiênicos, brutos e desonestos. Por outro lado, os galegos também não viam os soteropolitanos com bons olhos, principalmente os negros, mestiços e pobres. (BACELAR, 1994) Esse preconceito bilateral, aliado a outros fatores, impulsionou a aglutinação desses imigrantes em associações galegas, estimulando assim o estreitamento das redes sociais, de solidariedade e os casamentos endogâmicos. (CAGIAO VILA, 2020)

No entanto, essas redes não se limitavam somente à Bahia, uma vez que elas eram importantes para a circulação de dinheiro e produtos tradicionais, incluindo comidas, entre Salvador e as aldeias galegas, além de serem chamarizes para novos imigrantes.

INFLUÊNCIAS ALIMENTARES ENTRE A BAHIA E A GALÍCIA

Alguns fatores foram capazes de auxiliar no processo de adaptação dos imigrantes galegos em Salvador, como as redes de sociabilidade, proximidade da língua e partilha da mesma fé católica. Porém, essas pessoas enfrentaram muitas outras barreiras sociais – como o preconceito bilateral observado entre os primeiros imigrantes –, econômicas e também alimentares.

No que se refere às preferências culinárias dos imigrantes, vale destacar que o cozido sempre foi o prato eleito para

as reuniões familiares dos galegos. Isso já em uma época em que a mulher começou a acompanhar seus maridos na emigração. Também os baianos comiam cozido, porém este prato era distinto daquele preparado pelos galegos. Estes não deixavam que faltasse um pedaço de presunto serrano e algum chouriço dos que traziam da 'terrinha' ou que lhes eram enviados pelas mães por meio de algum vizinho. Os baianos, sem dúvidas, também comiam chouriço, porém ele era preparado, com outros condimentos aos quais não agradavam aos galegos, que davam muito valor aos 'repotes' ou 'petotes', bolos feitos com farinha de milho e cozidos no caldo do cozido, bolos que os baianos ainda hoje desconhecem. Por falar ainda no que comiam os galegos na Bahia, o peixe sempre foi abundante ao redor da Baía de Todos os Santos, e as portas dos galegos eram as metas dos peixeiros que percorriam as ruas de Salvador, levando nas cabeças uma grande variedade de peixes. Não havia a 'merluza', mas sim algumas variedades muito apreciadas, como a pescada, semelhante a merluza galega, porém em tamanho menor. Também havia o vermelho, parente brasileiro do ollomol, e tantos outros que terminavam sendo preparados à galega pelos imigrantes. Já o polvo, capturado nas rochas costeiras do litoral baiano, só era apreciado pelos baianos que viviam próximos ao mar. Para a população urbana da Bahia e para os procedentes do interior, o polvo era tão estranho que lhes acusavam repulsa, e muitas empregadas domésticas não o cozinhavam de forma confortável quando lhe eram pedidas porque tinham medo. Porém os galegos, como sabemos, o apreciavam e seguem apreciando muitíssimo.[3] (SUÁREZ ALBÁN, 2007, p. 451)

3 Texto original: "No que se refire ás preferencias culinarias dos inmigrantes, compre dicir que o cocido sempre foi o prato elixido para as reunións familiares dos galegos. Isso xa nunha época en que a muller comezara a acompanhar ós seus homes na emigración. Tamén os baianos comían cocido, pero distinto daquel que preparaban os galegos. Estes non deixaban que faltasse um anaco de xamón e algún chourizo dos que levaban

Salvador é banhada pela Baía de Todos os Santos, mas o consumo de peixes, moluscos e mariscos não é cotidiano entre os soteropolitanos, que preferem outras proteínas animais, a exemplo do gado e do frango. (VIANA, 2016) A carne suína, muito apreciada nas aldeias galegas, também não é comumente ingerida nos lares da capital baiana.

Com o intuito de driblar a ausência e a dificuldade de acesso aos alimentos fundamentais para o preparo dos pratos tradicionais da Galícia, os primeiros galegos em Salvador se valeram de arranjos comerciais e redes de solidariedade entre seus conterrâneos, como a comercialização de produtos típicos nos seus armazéns de secos e molhados (o *chorizo*, por exemplo) e as remessas de alimentos enviados, principalmente pelas mães, através de amigos e conhecidos que visitavam a Galícia.

As estratégias para obtenção de ingredientes não sofreram grandes alterações nos dias atuais, sobretudo entre os imigrantes da primeira geração e filhos de imigrantes galegos que nasceram em Salvador – segunda geração. Nesse sentido, a busca por armazéns de secos e molhados dos patrícios foi substituída pela oferta nas redes de supermercados e delicatessens que comercializam produtos espanhóis. De mesmo modo, a importação através de viagens de verão às aldeias galegas e o trânsito de alimentos nas malas de familiares e amigos continuam vigentes.

No entanto, apesar das buscas por produtos galegos, adaptações nas receitas e nas formas de preparo foram necessárias, assim como a progressiva

---

da 'terriña' ou que lles eran enviados polas nais por médio dalgún veciño. Os baianos, sen embargo, comían tamén chourizo, pero preparado con outros condimentos dos que non apetecían ós galegos, que lle daban moito valor ós 'repotes' ou 'petotes', bolos feitos com fariña de millo e cociñados no caldo do cocido, bolos que os baianos ainda hoxe descoñecen. Por falar aínda do que comían os galegos en Bahia, o peixe sempre foi abundante ó redor da Bahia de Todos os Santos, e as portas dos galegos eran as metas dos peixeiros que percorrían as rúas de Salvador, levando á cabeza unha grande variedade de peixes. Non había 'merluza', pero si algunhas variedades moi apreciadas, como a pescada, semellante á 'merluza' galega, pero de tamaño máis pequeno. Tamén había o vermelho, parente brasileiro do ollomol, e tantos outros que terminaban sendo preparados 'á galega' polos inmigrantes. Xa o polbo, capturado nas rochas costeiras do litoral baiano, só era apreciado polos baianos que vivían ó pé do mar. Para a poboación urbana de Bahia e para os procedentes de zonas do interior, o polbo era tan estraño que lles causaba repulsa, e moitas empregadas domésticas non o cociñaban de boa gana cando lles era encargado porque lle tiñan medo. Pero os galegos, como sabemos, o apreciaban e seguen apreciando moitísimo".

influência alimentar que ocorreu na convivência dos galegos em Salvador através de relações familiares, de aliança, de amizade ou comercial, principalmente por meio dos armazéns de secos e molhados, restaurantes, bares e padarias.

Não obstante as resistências iniciais, é fundamental salientar a efetiva influência dos gostos e hábitos alimentares entres os imigrantes e a população soteropolitana, tanto nos processos adaptativos quanto na inserção de ingredientes e modos de preparo, geralmente até então desconhecidos por uma das partes. Mesmo após o processo de inserção e adaptação no cotidiano e na cultura soteropolitana, os galegos continuam preservando sua cozinha nativa em Salvador – ainda que com a presença de adaptações de ingredientes e formas de preparo –, principalmente naqueles grupos domésticos em que há a presença feminina nascida na Galícia.

Isso ocorre, em grande parte, porque o ambiente doméstico tende a sofrer menos resistência externa ao ser compartilhado por familiares e pares que comungam muitas características entre si. De igual forma, é preciso atentar para a transmissão e preparação da alimentação por parte das mães, somando-se ao predomínio do gosto paterno. (GIARD, 1997; WOORTMANN, 1987)

Porém, nem todos os pratos preparados no continente europeu são reproduzidos na América, seja pela dificuldade de acesso aos ingredientes, seja por motivos de aceitação no paladar nos comensais baianos. Por outro lado, não é possível identificar no repertório da cozinha baiana qualquer prato que sofreu influência galega. De forma similar, também não há influência baiana, ou até mesmo brasileira, na cozinha tradicional ou contemporânea galega.

O que se observa em ambos os locais são influências pontuais, como a inserção de ingredientes nativos como estratégias de substituição, em preparações típicas, porém elas não extrapolam o ambiente doméstico e, tampouco, cruzam o Atlântico. É curioso destacar que há pratos com o mesmo nome na Galícia e em Salvador, mas com ingredientes distintos e muito particulares à oferta local, como é o caso do *cocido*/cozido. Ou ainda pratos com ingredientes similares com desprestígios turísticos semelhantes, a exemplo dos *callos*, preparados com grão-de-bico e bucho, que são comumente presentes nas memórias dos imigrantes e seus descendentes, mas que não são encontrados na maioria dos livros de culinária espanhola. De forma semelhante, em Salvador é possível encontrar a dobradinha, preparada com

feijão branco e bucho, que também não ocupa lugar de destaque nos livros de receitas brasileiros.

A IDENTIDADE GALEGA NA MESA SOTEROPOLITANA

Os imigrantes galegos da primeira geração, independentemente do período da emigração, sentem impactos alimentares no novo local de moradia. Durante o processo de adaptação são estabelecidas distintas estratégias para garantir a manutenção, sempre que possível, dos gostos alimentares, mas a inserção de novas técnicas de preparo, ingredientes e formas de consumo são inevitáveis. Vale destacar que a construção das casas em Salvador, com ausência dos fogões a lenha que aqueciam os tradicionais lares nas aldeias galegas nos dias frios, por exemplo, também foi fator preponderante para a mudança das formas de preparo dos alimentos, sobretudo aqueles embutidos, como o *chorizo* e a *morcilla*. (CORNER, 2017)

A globalização possibilitou o conhecimento de ingredientes e produtos de diversas partes do mundo, mesmo que com acesso limitado e com preços elevados. Porém, em grande medida, os primeiros grupos de imigrantes galegos tiveram resistência às frutas tropicais, como "o abacaxi, a jaca, a carambola" (SUÁREZ ALBÁN, 2007, p. 452), que somente foram assimiladas a partir da segunda geração.

Os membros da segunda geração, ou seja, filhos soteropolitanos de imigrantes galegos, encontram-se entre duas tradições culinárias. Se, por um lado, eles foram inseridos na tradição culinária galega através dos gostos e preferências alimentares dos pais e demais familiares; por outro, eles acessam facilmente a culinária baiana, sobretudo nos espaços públicos e casas de outros soteropolitanos, através das redes de sociabilidade.

Nesse sentido, a partir da segunda geração, os pratos mais característicos da cozinha baiana começam a ser incorporados no cotidiano gastronômico e já se fazem presentes e tradicionais em datas pré-estabelecidas, como a Sexta-Feira da Paixão ou Sexta-Feira Santa, além das comemorações dedicadas aos santos gêmeos, São Cosme e São Damião, de acordo com a tradição da Bahia.

A partir da terceira geração (netos de galegos com pais nascidos em Salvador), os hábitos alimentares são mais fluidos, com maior incidência das comidas baianas e brasileiras, a exemplo da tríade arroz, feijão e alguma proteína

animal, mais comumente carne bovina e aves. A comida galega não se caracteriza como comida cotidiana, mas sim como comida festiva, com a eleição de pratos-totens, capazes de acionar a identidade galega, que se torna coadjuvante por ser, muitas vezes, relegada em relação à identidade soteropolitana.

Os pratos-totem possuem a capacidade de rememoração de situações, emoções e identidades vividas e/ou compartilhadas pelo coletivo familiar ou de redes de amizade.

> Algumas destas práticas não fazem mais que persistir: adquirem um lugar ainda mais importante na sociedade receptora. Aqueles que as levam consigo lhes atribuem uma considerável significação, que supera aquela que poderia ter a cultura e o país de origem. Certos pratos, por exemplo, se convertem em 'pratos-totem' (Calvo, 1982): lhes atribui desde então um papel simbólico muito peculiar, que faz deles, definitivamente, uma chave de identidade e não somente os 'marcadores' de certas ocasiões festivas, rituais ou religiosas, como na sociedade de origem. Os 'pratos-totem', que são a oportunidade de rememoração e de emoção, se convertem também em 'marcadores' de especificidade e de diferença. Também servem para a transmissão de um mesmo patrimônio de pertencimento que servirá mais tarde, por sua vez, para a rememoração emotiva para a geração seguinte.[4] (FISCHLER, 1995, p. 148-149, tradução nossa)

4 Texto original: "Algunas de estas prácticas no hacen más que persistir: adquieren un lugar aún más importante en la sociedad receptora. Quienes las llevan consigo les atribuyen una significación considerable, que supera la que podían tener en la cultura y el país de origen. Ciertos platos, por ejemplo, se convierten en 'platos-tótem' (Calvo, 1982): les atribuyen desde entonces un papel simbólico muy peculiar, que hace de ellos, en definitiva, una clave de identidad y ya no solamente los 'marcadores' de ciertas ocasiones, festivas, rituales o religiosas, como en la sociedad de origen. Los 'platos-tótem', que son la oportunidad de la rememoración y de emoción, se convierten también en 'marcadores' de la especificidad y de la diferencia. Sirven además para la transmisión de un mismo patrimonio de pertenencia que servirá más tarde, a su vez para la rememoración emotiva por parte de la generación siguiente". (FISCHLER, 1995, p. 148-149, tradução nossa)

Não há uma homogeneização em relação à escolha de um prato-totem entre os imigrantes galegos e seus descendentes em Salvador. Há pelo menos dois grupos de pratos-totem na capital baiana: aqueles oferecidos nas festas das associações e aqueles consumidos durantes as comemorações celebradas pelas famílias. Nas reuniões e festividades públicas promovidas pelas associações culturais galegas em Salvador, percebe-se a presença da *sardiñada*, da *paella*, da empanada, do churrasco (*parrillada*) e da *queimada*. Entre os grupos familiares é possível identificar: *callos*, *paella*,[5] empanada, rabanada, *cocido* e *tortilla*.

Em Salvador, a identidade de "descendente de galego" é suprimida por "descendente de espanhol", sem a especificação da região espanhola de origem. A identificação quanto a aldeia, quando ocorre, é perante a outro igual, quando em confronto com as origens, por exemplo.

A autoidentificação entre os mais jovens é ainda mais difusa, antes de serem descendentes de espanhol, ou de galego, mais especificamente, eles são baianos; nasceram naquele Estado e compartilham cotidianamente o repertório cultural dessa terra, mesmo que não desconheçam e, tampouco, recusem as origens galegas. Há momentos para a exacerbação da hispanidade e da galeguidade em Salvador, como nos festejos e cursos promovidos pelas associações culturais hispânicas e galegas, ou até mesmo em datas esportivas, como quando há jogos da seleção espanhola e times espanhóis renomados em campeonatos importantes, ou até mesmo em partidas do time Esporte Clube Galícia.

No âmbito doméstico, essa identidade é resgatada, sobretudo à mesa, tanto nas conversas entre os comensais, quanto na degustação dos pratos que, atualmente, dialogam com a cultura baiana, como a inserção de verduras e legumes nativos no *cocido*. No âmbito público, não podemos deixar de apontar para a mixagem entre a cultura baiana e a cultura galega nos pratos e nas tradições, ou seja, tanto nos cardápios apresentados nos restaurantes espanhóis quanto nas festas promovidas pelas associações de cultura galega e espanhola em Salvador, que, comumente, mesclam pratos brasileiros, como o churrasco, e galegos, como a *sardiñada*.

5 A *paella* está presente nos dois grupos; apesar de não ser um prato tradicional da cozinha galega, ela remete fortemente à cozinha espanhola, sendo, inclusive, categorizada como prato típico da Espanha, principalmente por comensais de outros países.

AS COMIDAS NAS MESAS: BRASILEIRAS, BAIANAS, ESPANHOLAS OU GALEGAS?

Apesar de a comida espanhola estar presente, com maior ou menor intensidade, nas mesas dos descendentes de galegos na Bahia, a comida brasileira predomina. Os pratos preparados a partir de vísceras foram os mais repudiados entre os descendentes de imigrantes galegos, entre as segunda e terceira gerações. Além do sarapatel, os interlocutores entrevistados para esta pesquisa também citaram o meninico e o xinxim de bofe como pratos tradicionais brasileiros menos apreciados.

A farinha de mandioca, considerada vilã do sobrepeso por alguns nutricionistas, caiu nas graças dos imigrantes espanhóis da primeira geração. No entanto, é arriscado afirmar que ela se tornou substituta do pão nas refeições, posto que apesar de ser diferente daquele feito na Galícia, em Salvador havia pão em abundância desde as primeiras levas de migração, incluindo muitas padarias pertencentes a galegos; assim, a permanência desse hábito não seria algo que necessitasse grande esforço de manutenção.

O pão foi, aos poucos, suprimido no almoço e, entre os membros da terceira geração, não houve qualquer relato de sua permanência, exceto nos restaurantes étnicos que mantém esse hábito, mediante pagamento da porção. Vale salientar que a farinha não encantou somente os imigrantes da primeira geração, seus descendentes de todas as gerações seguem consumindo-a, em diferentes proporções, de forma similar ao restante da população baiana, sobretudo com feijão e arroz e em moquecas.

A comida baiana, principalmente o caruru, não foi bem aceita entre os galegos da primeira geração, a justificativa mais recorrente perpassa pela consistência do prato e pela "baba" liberada pelo quiabo. Em contrapartida, o vatapá foi mais bem absorvido entre esses imigrantes, essa preferência deu-se pela utilização da farinha ou do pão como ingrediente base. A partir da segunda geração, os pratos à base de azeite de dendê começaram a ser incorporados no cotidiano gastronômico e se fazem presentes nos almoços tradicionais baianos, principalmente em datas religiosas.

A comida galega, apesar de estar presente nas mesas dos descendentes na Bahia, é considerada comida para os dias de festa ou, em menor medida, para ser apreciada em momentos específicos, como as *tortillas* e as *empanadas*

consumidas como merendas ou opções rápidas para o jantar, devido a sua facilidade de preparo e obtenção dos ingredientes.

Na primeira refeição do dia, os imigrantes e seus descendentes em Salvador comumente consomem pão, café, leite, sucos de frutas, iogurtes, achocolatado, biscoitos, cereais e frutas. No almoço geralmente são ingeridos arroz, feijão, verduras e algum tipo de carne, geralmente gado, frango e, em menor medida, peixe. Poucas variações ocorrem nesse cardápio, podem ser notados macarrão e alguma receita nova utilizando as porções de carne, como estrogonofe e ensopado, por exemplo. O jantar permanece mais ou menos fixo, com o consumo de alimentos de fácil digestão, tais como pães, empanadas e *tortillas*.

O preparo das refeições em grande parte dos grupos domésticos analisados é responsabilidade feminina. Os homens somente fazem churrasco ou polvo à feira em ocasiões especiais ou em finais de semana festivos. No dia a dia, a cozinha pertence à mulher: a mãe ou a empregada doméstica, ou as duas simultaneamente, quando coexistem.

ENTRE MEMÓRIAS, LIVROS, CADERNOS DE RECEITAS E RESTAURANTES: A TRANSMISSÃO ALIMENTAR

A sociedade moderna oferece liberdade de escolha aos indivíduos, e não poderia ser diferente com a alimentação. Através do acesso a receitas e ingredientes importados e a restaurantes étnicos, é possível consumir comida chinesa, japonesa, tailandesa, italiana e espanhola, por exemplo, em qualquer parte do mundo.

No entanto, a oferta de uma ampla gama de restaurantes tradicionais e étnicos não indica que os comensais consumirão todos os pratos disponíveis – apesar de assim o poderem fazer, caso desejem e tiverem condições econômicas e físicas para tal – e tampouco que haverá uma reprodução fiel das receitas, principalmente porque alguns ingredientes são difíceis de serem adquiridos devido às barreiras legais de aduana e à aceitação local,[6] mas não obstante essas barreiras existe a possibilidade de escolha e, com ela, as incertezas.

6 As inovações nas receitas tradicionais não são exclusivas aos restaurantes étnicos e, tampouco, aos descendentes de imigrantes ao fazerem comidas tradicionais dos países de seus antepassados; elas ocorrem também em seus próprios repertórios alimentares, incluindo a cozinha

O sistema alimentar não é fixo, ele se renova cotidianamente, mesmo que não percebamos tais alterações. A inserção, a substituição ou a eliminação de um ingrediente na receita, a variação na forma de preparo, a utilização de um novo utensílio durante a confecção de um prato ou um método distinto de conservação são alguns exemplos possíveis de como ocorre a renovação deste sistema diuturnamente.

De forma similar, suas constantes alterações podem ser reconhecidas como inovadoras e receberem novas denominações no âmbito público, ou ficarem restritas ao ambiente doméstico, como uma receita própria da família, compartilhada somente com os membros que a compõem e passada através das gerações.

A transmissão culinária ocorre de muitas formas; ela pode acontecer de mãe para filhos, através de observação, por um caderno de receitas que pertenceu a algum parente ou, ainda, por mãos e ensinamentos de pessoas não pertencentes à família. Nesse último caso, pode-se identificar, por exemplo, transmissoras próximas como vizinhas, patroas, empregadas domésticas, comadres, amigas e escolas destinadas a esse fim.

Não se pode desconsiderar o mercado de livros de culinária destinados aos distintos grupos etários e de gênero, abordando os mais diferentes níveis de complexidade e cozinhas mundiais. Nos dias atuais, também é possível consultar qualquer receita através da internet. Essas facilidades de acesso têm impulsionado a extinção de cadernos de receitas, tal como as gerações passadas faziam, com comentários pessoais, desenhos de como preparar, ou ornamentar, um prato e abreviações e medidas que somente faziam sentido para aqueles cujo código era compartilhado. Vale salientar que muitas vezes as receitas contidas nesses cadernos eram resultados de trocas de experiências com pares e selecionadas a partir dos gostos e preferências alimentares vigentes em cada grupo doméstico.

Algumas vezes esses cadernos revelam mais do que receitas, eles podem indicar quem possui a autorização para manipulá-los, evidenciado pela variedade de caligrafias contidas ao longo de suas páginas e demonstram quais comidas foram preferidas em detrimento de outras – através das folhas

brasileira – e, mais amiúde, a baiana –, e em todos os estabelecimentos que comercializam alimentos prontos para o consumo, independentemente das especialidades oferecidas.

manchadas de óleo e outros ingredientes ou ainda a utilização de adesivos que indicam o destaque. A localização e a setorização das receitas também apresentam valiosas informações sobre quais pratos se relacionam entre si – petiscos, entradas, pratos principais, sobremesas e bebidas que se harmonizavam entre si.

Ainda nas entrelinhas dos cadernos de receitas, eles demonstram informações sobre o gosto familiar, já que a comida preparada em casa é confeccionada a partir do repertório de ingredientes aceitos ou, pelo menos, tolerados pelos comensais. Na contramão, as comidas dos restaurantes e dos livros de receitas comerciais seguem uma padronização que desconsidera a facilidade de acesso a ingredientes (barreiras geográficas, climáticas e econômicas) e gostos alimentares locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brillat-Savarin no livro *A fisiologia do gosto* (2001, p. 15) provoca o leitor com o aforismo: "diz-me o que tu comes e eu te direi quem és". Ao ingerir as comidas tradicionais de seu local de nascimento, ou de seus pais, é possível resgatar memórias individuais e coletivas, através de suas próprias experiências ou relatos transmitidos por familiares mais próximos, mesmo que essas memórias estejam adormecidas no dia a dia. Assim, *tortilla*, *cocido* ou *callos* são mais do que meios para a manutenção do corpo, eles são representantes de identidade nas mesas dos imigrantes galegos e descendentes na capital baiana, mantendo também a história familiar e a memória dos comensais.

Isso, em grande medida, ocorre porque, ao fixar raízes em um novo destino, o migrante mantém sua própria "bagagem imaterial", mas também absorve, utiliza, se apropria e se adapta aos aspectos culturais e sociais do local que o acolheu. No entanto, apesar da adaptação e integração no país recém-chegado, ele transmite os ensinamentos e as experiências trazidos de sua terra natal para seus descendentes. Assim, relatos de histórias, músicas, objetos mnêmicos e receitas ajudam a compor o cenário vivenciado antes da emigração.

Os imigrantes galegos que se instalaram em Salvador foram integrados à cultura baiana sem abandonar seus próprios costumes. A primeira geração emigrada nos séculos XIX e XX foi caracterizada pelo sonho de "fazer a América" e retornar triunfante à Galícia, com a possibilidade de aquisição

de terras, construção de casas confortáveis, que ainda hoje se destacam na arquitetura das aldeias galegas e fundação e reformas de espaços comuns, como praças, escolas e áreas de lazer.

Alguns imigrantes retornaram para suas aldeias de origens vitoriosos, outros voltaram para a Galícia pobres ou com problemas físicos e mentais e muitos deles permaneceram na capital baiana, seja por impossibilidade de retorno – por motivos financeiros, emotivos ou de saúde –, seja por prosperidade dos negócios e constituição de família.

Nas décadas de maior fluxo migratório galego para a Bahia, as associações tiveram o papel de mediar as relações sociais dos imigrantes com a sociedade local, mantendo a cultura de origem, auxiliando no processo de adaptação e manutenção social e econômica na sociedade soteropolitana, sendo espaços propícios para uniões matrimoniais, principalmente em casamentos endogâmicos.

Nos dias atuais, apesar de estarem mais esvaziadas do que outrora, essas associações funcionam como espaços de manutenção e reprodução da cultura hispano-galega em Salvador, a partir da oferta de cursos de idioma, culinária, dança, canto e pandeireta, e realização de encontros e comemorações relacionadas às culturas galegas e espanholas, a exemplo do Dia das Letras Galegas (17 de maio), Dia do Apóstolo (25 de julho) e Dia da Hispanidade em Salvador (12 de outubro). Destaca-se que grande parte das festividades nas associações tem comidas e bebidas galegas oferecidas aos participantes; esse repasto é formado, na maioria das vezes, por pratos-totem capazes de estimular a memória afetiva, individual ou coletiva, dos comensais. No entanto, também estão presentes comidas brasileiras, a exemplo do churrasco e da feijoada (no dia 2 de fevereiro).

A alimentação não é fixa, ela se renova a todo o momento. Ela sempre foi objeto de decisões cotidianas, sobretudo para as pessoas responsáveis pela escolha e preparo do repasto doméstico. Nesse momento, gostos e preferências individuais, situação econômica, problemas de saúde, escolhas ideológicas, preceitos religiosos e tabus alimentares são ponderados, visando o equilíbrio ou, pelo menos, a minimização de conflitos entre diferentes pessoas que compõem o grupo doméstico. Salienta-se ainda que, nesse jogo de força, o gênero e a idade fazem diferença na escolha e na quantidade de oferta de determinados alimentos.

A primeira geração de imigrantes encontra-se em uma situação limítrofe (DAMATTA, 2000) entre ser galego e ser brasileiro, preservando marcadores identitários da Galícia no Brasil e, ao mesmo tempo, diferenciando-se dos pares galegos que permanecem nas aldeias, por reproduzirem, consciente ou inconscientemente, costumes e práticas brasileiras. A partir da segunda geração de descendentes de imigrantes, os laços com o local de origem dos pais começam a se afrouxar, prevalecendo os traços culturais e identitários soteropolitanos.

Após 160 anos da chegada dos primeiros galegos em Salvador, é possível perceber a diminuição desse grupo de imigrantes nessa cidade, sobretudo nas reuniões e festas promovidas pelas instituições e associações existentes na capital baiana, que são cada vez mais esvaziadas, em comparação com décadas anteriores. Porém, isso não significa que os imigrantes galegos e seus descendentes foram extintos ou que eles negam sua herança galega; pelo contrário, eles foram plenamente absorvidos pela sociedade baiana, considerando-a inclusive, como sua própria sociedade.

A identidade galega, entre os imigrantes e seus descendentes, pode ser acionada a partir das sensações promovidas por um prato (cheiro, sabor e mistura de cores, por exemplo), através dos assuntos debatidos ao redor da mesa ou ainda com a oferta de alimentos responsáveis pela evocação mnêmica de um passado, quase sempre rememorado como glorioso, com pouco destaque para momentos de sofrimento, exploração e escassez alimentar e econômica.

As mesas, com seus comensais, assuntos e ingredientes, têm vida própria e guardam consigo surpresas. Ou seja, nenhuma refeição é capaz de ser reproduzida fielmente: os pratos sofrem alterações a depender da disposição e origem do cozinheiro, da oferta e qualidade dos ingredientes e utensílios domésticos. De forma semelhante, as histórias contadas e rememoradas mudam a depender dos interlocutores e das situações desencadeadoras. Porém, é inegável que as mesas dos imigrantes galegos e seus descendentes em Salvador, assim como as cozinhas durante o preparo das refeições são espaços propícios para perceber a identidade galega e o elo entre os dois lados do Atlântico.

REFERÊNCIAS

BACELAR, J. *Galegos no Paraíso Racial*. Salvador: Centro Editorial e Didático: Ianamá: Ceao, 1994.

BERTRAND, J.-R. La imigración Gallega ¿sistema original?. *Sémata*: Ciencias Sociais e Humanidades Santiago de Compostela, v. 11, p. 439-455, 1999.

BLEIL, S. I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 6, p. 1-25, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3322764/mod_resource/content/1/o-padrao-alimentar-ocidental-consideracoes-sobre-a-mudanca-de-habitos-no-brasil.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRAGA, C. *Memórias de Imigrantes Galegos*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

BRILLAT-SAVARIN, J. A. *Fisiología del Gusto*. Barcelona: Óptima, 2001.

CAGIAO VILA, P. Cinco Siglos de Emigración Gallega a América. *In*: CAGIAO VILA, P. *Historia general de la emigración española a iberoamerica*. Madrid: Historia 16, 1992. p. 293-316.

CAGIAO VILA, P. Iniciativas Gallegas Sobre la Memoria de las Migraciones. *Americanía*: Revista de Estudios Latinoamericanos, Sevilla, n. 12, p. 10-24, 2020.

CASTRO, X. *Yantares Gallegos:* historia de la dieta atlántica. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010.

CORNER, D. M. R. *Sabores, Memórias e Imigração*: galegos e andaluzes. Curitiba: Prismas, 2017.

DAMATTA, R. Individualidade e Liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/LGrnPBFmYhGZKwBmz447KYS/?lang=pt Acesso em: 20 set. 2022.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FISCHLER, C. *El (H)omnivoro.* El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

GIARD, L. Cozinhar. *In*: CERTEAU, M.; LUCE, G.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2*. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 211-332.

PALMÁS, R. La Emigración. *In*: BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R.; DÍAZ-FIERROS, F.; FABRA BARREIRO, G. *et al*. *Los Gallegos*. Madrid: Istmo, 1984. p. 503-537.

SILVA, E. S. *Galegos nos Trópicos*: invisibilidade e presença de imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.

SILVA, E. S. Rumbo a los Trópicos.La emigración gallega a Brasil. *In*: CAGIAO VILA, P (org.). *La Emigración Gallega a América del Sur.* A Coruña: Hércules, 2014. p. 199-234.

SUÁREZ ALBÁN, M. R. A muller galega na Bahia dos anos 50. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS GALEGOS, 7., 2007, Barcelona. *Actas* [...]. Barcelona: ADHUC, 2007. p. 451-456.

VIANA, F. P. *Menus dos Trabalhadores Urbanos:* estudo do Calabar da Ezequiel Pondé em Salvador. Salvador: Edufba, 2016.

WOORTMANN, K. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1987.

CHEFS USAM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE O CONSUMO DE ALIMENTOS[1, 2]

Clarissa Magalhães
Flávia Milagres Campos
Fabiana Bom Kraemer

INTRODUÇÃO

O debate sobre os processos de produção e consumo de alimentos sustentáveis vem sendo pautado por pesquisadores e movimentos sociais frente à expansão dos sistemas agroalimentares globalizados indutores do consumo de agrotóxicos, transgênicos, empobrecimento de culturas alimentares e uma

1 Este trabalho é oriundo da tese ora intitulada *Sentidos e práticas do consumo dos alimentos da agricultura familiar por atores gastronômicos na cidade do Rio de Janeiro*, desenvolvida pela primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento n° 001 – e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, aproximando os campos da agroecologia e saúde coletiva no Brasil. A tensão entre esse modelo de produção de alimentos, designado no Brasil de agronegócio, e os direitos ambientais e o direito à saúde tem sido denunciada por esses grupos. Assistimos, em várias regiões do planeta, a concentração de terra e a transformação de grandes áreas em campos de monocultura alimentar, com impacto, entre outros, na degradação dos ecossistemas, que afeta principalmente indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores dedicados à agroecologia, e na contaminação por agrotóxicos das populações expostas.

Diante dessa problemática, a agricultura familiar, com seu modo de produção fundado em diversidade produtiva, e os mercados de cadeia curta se colocam como agentes e redes relevantes para o desenvolvimento econômico em marcos opostos ao dos oligopólios concentradores de renda e produtores de desigualdades sociais e iniquidades em saúde (SCHNEIDER, 2003; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; WILKINSON, 2008), trazendo para o debate o papel dos consumidores na produção e comercialização de alimentos.

No bojo desse debate, autores nacionais (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011) posicionam o consumo alimentar como uma forma de materializar e tornar público valores e preocupações como as ambientais e sociais, o que Portilho (2005) chamou de "ambientação e politização do consumo". Movimentos que questionam um padrão de consumo dito globalizado emergem e trazem propostas de reaproximação entre o consumo e a produção de alimentos distanciados pelo sistema agroalimentar transnacional. Sob essa perspectiva, as preocupações privadas dos consumidores podem se encontrar com as questões públicas possibilitando a construção de novas formas de ação política que busquem criar espaços de atuação mais socialmente ativos. Os consumidores portadores desse projeto podem fortalecer a cidadania ao trazer problemas coletivos para vida pessoal e expandir experiências cotidianas e participação na esfera pública. (PORTILHO, 2005)

Assim, aspectos relacionados à sociobiodiversidade e sustentabilidade despontam como valores sociais que passam a ser levados em consideração pelo consumidor e a produzir demandas. Para Portilho (2005), o consumo político é um movimento que vai contra o consenso e valoriza escolhas que favorecem aqueles usualmente desfavorecidos pelo sistema alimentar. Dessa maneira, alguns valores passam a ser levados em consideração pelo consumidor na hora

de fazer a compra, como a origem do produto, a forma da produção, a sustentabilidade e a tradição. Nesse sentido, emergem os assim chamados novos mercados, cujos produtos são associados a modos de produção tradicionais (coloniais, caipiras), a sistemas étnicos-culturais como quilombolas ou indígenas, à origem reconhecida, a sistemas sustentáveis de manejo e a determinadas formas sociais de produção, como a agricultura familiar. (NIEDERLE, 2017)

Essa tendência de consumo pode ser observada na gastronomia, através dos *chefs* de cozinha que procuram na cadeia produtiva de alimentos formas de estabelecer sua identidade e reconhecimento profissional, assim como minimizar a exploração econômica de pequenos produtores através do uso de ingredientes singulares (ZANETTI; SCHNEIDER, 2016) para elaboração das preparações em seus restaurantes. Ganha destaque o uso de produtos considerados regionais, de produção local e pouco conhecidos fora do seu lugar de origem. Essa regionalização dos sabores e valorização de produtos considerados locais tem sido considerada por alguns grupos como uma maneira de fortalecer o comércio local e promover a reaproximação entre produção e consumo. A contribuição dessas iniciativas vem sendo reconhecida como uma inovação social (SCHNEIDER, 2003) na medida que propicia novas possibilidades aos agricultores familiares e contribui para processos de desenvolvimento local.

Ainda que considerada uma inovação social, não se pode desconsiderar que existe uma estrutura operante na formação das disposições dos indivíduos para perceber, apreciar e agir no mundo social. (BOURDIEU, 1989) Engendrando relações de força e de sentido e exercendo o poder consentido, os *chefs* de cozinha, nesse contexto, podem ser vistos como principais produtores dos instrumentos de construção da realidade social, e os agricultores, dotados de um capital cultural desigual, podem se adequar a uma força de alguma forma dissimulada que os mantém em uma posição de dominados, evidenciada, por exemplo, na capacidade ou não de decisão sobre o que produzir.

Dessa forma, considerar que a interação comercial estabelecida entre *chefs* e agricultores é uma das formas de incentivar a produção de alimentos por agricultores familiares não significa olhar para esse objeto de forma ingênua. Para Bourdieu (2004, p. 28),

> o desejo ingênuo de todo o sujeito social: pretendendo permanecer senhor e possuidor de si mesmo e de sua

> própria verdade, desejando conhecer apenas o determinismo de suas próprias determinações (embora as considere inconscientes); o humanista ingênuo que existe em todos os homens sente profundamente como uma redução 'sociologista' ou 'materialista' qualquer tentativa para estabelecer que o sentido das ações mais pessoais e mais 'transparentes' não pertence ao sujeito que as realiza, mas ao sistema completo das relações nas quais e pelas quais elas se realizam.

Explorar essa aproximação entre os *chefs* e os agricultores familiares, buscando revelar o poder nas situações em que ele se deixa ver menos, pode contribuir de forma singular para análise das relações sociais nesse espaço de práticas, sendo raros os estudos sob essa perspectiva, assim como aqueles sobre narrativas midiáticas construídas sobre essa interação.

Partimos da premissa de que os meios de comunicação, em geral, são importantes agentes de produção de significados e, assim, as narrativas construídas sobre os processos de produção de alimentos desempenham papel fundamental na formação das percepções do público sobre o tema. Ao mesmo tempo, entendemos que os processos de comunicação não podem ser compreendidos apenas a partir das mídias quando o que a mídia produz nas pessoas só pode ser entendido em referência às transformações do modo urbano de se comunicar, ou seja, em uma cidade cada dia mais conformada pelos fluxos de comunicação e informação. (MARTÍN-BARBERO, 2015) No entanto, narrar é um dispositivo de linguagem persuasivo e que envolve o ouvinte na enunciação da realidade narrada; assim, é uma atitude e produz certos efeitos de sentido. (MOTTA, 2013)

As narrativas estão inseridas na ação social e, portanto, estão na cultura. Sua análise passa a lidar com a construção dos significados para "observar os valores canónicos de uma cultura e os seus desvios" (MOTTA, 2013, p. 80), não se limita ao texto e "*cresce para situar-se ao nível das relações culturais, dos atos de fala em contexto, aos usos pragmáticos da linguagem em situações e sociedades culturalmente localizada*". (MOTTA, 2013, p. 81, grifo nosso)

O objetivo geral deste texto é analisar as narrativas jornalísticas sobre o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar por *chefs* de

cozinha e concentra-se em discutir os sentidos produzidos pela imprensa brasileira quando o tema é produção de alimentos e consumo. Nesse âmbito, pensamos o jornalismo, assim como Siqueira, Majerowicz e Dantas (2021, p. 2), como aparato de comunicação que ajuda "a inventar a realidade ao atuar na produção, reprodução, difusão e reconstituição de sentidos"; a partir dele, pode-se captar sinais de visões de mundo que atravessam grupos sociais de uma sociedade e de um tempo. Assim, consideramos que as narrativas podem nos dar pistas sobre as formas de consumo que vêm estruturando as interações entre *chefs* e agricultores.

JORNALISMO DIGITAL: SELEÇÃO DO *CORPUS* E CÓDIGOS PARA INTERPRETAÇÃO

A pesquisa se inscreve em uma abordagem qualitativa e tem como recorte empírico publicações textuais sobre o tema em jornais brasileiros sob o controle de grandes grupos de comunicação e no jornalismo independente, ambos disponíveis em plataformas digitais. A escolha por estudar a questão em dois tipos de organização de comunicação, uma que produz informação condicionada às diretrizes ideológicas e comerciais dos grupos que controlam a chamada grande imprensa, a qual designamos de imprensa tradicional, e outra que não está vinculada a compromissos com anunciantes, grupos políticos ou instituições governamentais, foi no intuito de buscar uma maior heterogeneidade e identificar se há diferenças nas abordagens jornalísticas de uma mesma questão dentro da mesma cultura.

Miranda e Shuen (2018) afirmam que no Brasil os jornais da imprensa tradicional não dialogam com o público leitor comum, mas com as elites econômicas e políticas das quais os jornais fazem parte quando a cobertura é sobre os assuntos econômicos e políticos. Assim como os autores, compreendemos a necessidade de os meios de comunicação garantirem o espaço do contraditório nas narrativas jornalísticas e a pluralidade de vozes. Com isso, contudo, não afirmamos que os textos do jornalismo independente são neutros e imparciais, pois seria desconsiderar a linguagem e os meios de comunicação como manifestação cultural, desvinculando-os de um meio social e do processo formador de sentido. (MARTÍN-BARBERO, 2015)

Desse modo, a perspectiva adotada considera que, ao tomarmos os discursos midiáticos de diferentes organizações como lugar privilegiado de análise, diluímos a oposição entre realidade e fantasia, fato e relato, "pois o que temos são fabulações narrativas tecendo imaginários sociais". (SILVA; SOARES, 2013, p. 113)

A seleção das reportagens foi intencional e de acordo com certos critérios. No caso dos jornais tradicionais, os critérios de inclusão foram: jornais de circulação diária, com perfis editoriais diferenciados e que alcançam a totalidade do país. Assim, foram selecionados *Folha de S. Paulo*, que teve maior média mensal de circulação digital (236.059), e *O Globo*, alcançando 213.352 na média mensal da circulação digital.[3]

Para análise no jornalismo independente foram contemplados os jornais: *O Joio e o Trigo* (2021), *De olho nos ruralistas* (2021) e *Brasil de fato* (2021). *O Joio e o Trigo* (2021) é um *site* fundado no ano 2011 por dois jornalistas e se apresenta como um projeto sobre o comer como um ato político, considerando a complexidade em torno do fenômeno da alimentação. Tem apoio de organizações que fomentam ações de controle do tabagismo, alimentação saudável, uso abusivo de álcool e promoção da atividade física e defesa de liberdades e processos de democratização no Brasil e em outros países; além de doações de pessoas físicas. *De olho nos ruralistas* (2021) é um observatório do agronegócio no Brasil fundado em 2016 enquanto *site* e em 2017 formalizado como associação. Com financiamento coletivo, é coordenado por um jornalista e se apresenta como crítico, que se faz necessário para a "construção de um novo país, com um tratamento mais humano às pessoas e ao meio ambiente". Por fim, o *Brasil de fato* (2021) é um *site* de notícias criado em 2003 por movimentos populares, com financiamentos oriundos de anúncios de sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs).

O período analisado foi entre 2007 e 2020. O ano de 2007 foi marcado pela fundação do Instituto Maniva e do grupo dos Ecochefs, ONG sem fins lucrativos que se apresenta com o objetivo de promover a melhoria da qualidade alimentar das sociedades rural e urbana, agregando valor aos agricultores familiares agroecológicos através da gastronomia e favorecendo a biodiversidade

3 Dados divulgados pelo Instituto Verificador de Comunicação no Brasil (IVC), responsável pela auditoria e circulação dos principais jornais do país. Ver em: https://ivcbrasil.org.br/#/home.

local. (INSTITUTO MANIVA, 2020) Nesse mesmo ano, um restaurante brasileiro foi o primeiro a compor a lista dos 50 melhores restaurantes do mundo (THE WORLDS 50 BEST, 2020) e ganhou destaque por usar ingredientes nacionais.

Os critérios de inclusão foram aquelas reportagens capazes de responder às seguintes perguntas: Quais as narrativas construídas? Qual o contexto em que ocorrem? Quem são os agentes? Como os agentes se posicionam? Quais os efeitos da escolha pelo uso de ingredientes oriundos da agricultura familiar no cardápio dos restaurantes? Quais os efeitos para os agricultores familiares? Quais são as razões pelas quais se dão essas interações? E como elas se desenvolvem?

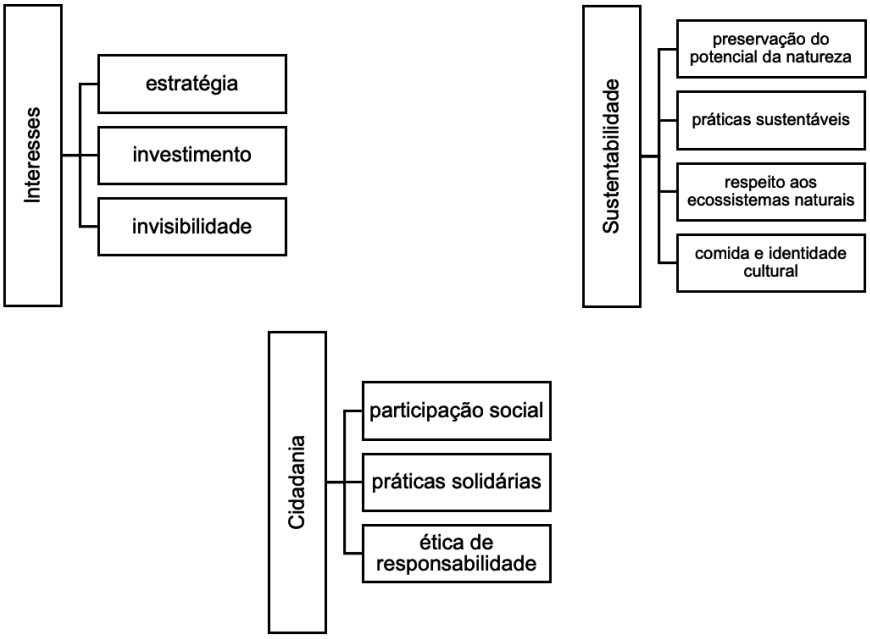
As reportagens foram coletadas a partir das ferramentas de busca disponíveis nas edições digitais das mídias selecionadas utilizando-se das palavras: gastronomia, agricultura familiar, agroecologia, agroecológico, *chef*(e). Elas foram combinadas entre si ou usadas de forma isolada de acordo com as ferramentas disponíveis nos *sites*. Posteriormente, a primeira seleção foi feita a partir da leitura da manchete, seguida da leitura das matérias. O *corpus* de reportagens foi de um total de 26 publicações jornalísticas, entre notícias, reportagens, divulgações de eventos, distribuídas da seguinte maneira:

- *Folha de S. Paulo* – dez publicações jornalísticas;
- *O Globo* – cinco publicações jornalísticas;
- *O Joio e o Trigo* – três publicações jornalísticas;
- *De olho nos ruralistas* – quatro publicações jornalísticas;
- *Brasil de fato* – quatro publicações jornalísticas.

As publicações selecionadas na imprensa tradicional aparecem com maior frequência nas seções destinadas à gastronomia (38%). Na imprensa independente, as matérias estão distribuídas nas seções "Cidade", "Direitos Humanos", "Ambiente" ou em uma aba denominada "Geral", com assuntos diversos.

O processamento e análise das informações coletadas foram realizados procedendo a redução dos dados em categorias por meio de um processo de criação e condensação dos códigos. (CRESWELL, 2014) Os dez códigos (Figura 1) foram classificados em três categorias: interesses, sustentabilidade e cidadania.

Figura 1 – Categorias e definições



Fonte: elaborada pelas autoras (2021).

No presente texto, optamos por analisar as categorias sustentabilidade e interesses, uma vez que a categoria cidadania emerge de um momento que o país e o restante do mundo enfrentam, entre tantos desafios, o acirramento das desigualdades sociais decorrentes da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. No Brasil, a fome avança entre a população e ações solidárias vêm ganhando destaque na imprensa.

INTERESSES EM JOGO

Narrar é uma atitude argumentativa que agentes sociais constroem sobre um tema para dar significados a uma série de situações ao mundo; sendo assim, é possível, a partir dela, observar valores de uma cultura em um determinado tempo e espaço. (MOTTA, 2013) Dessa maneira, é utilizada de acordo com as pretensões sociais de seus grupos envolvidos e é possível identificar que

os acontecimentos narrados pelo jornalismo possuem formas distintas de acordo com quem narra – os agentes.

Nos remetemos a Bourdieu (1989) para compreender os interesses tácitos dos agentes no valor que está em jogo quando os diferentes tipos de jornais acionam reportagens sobre o tema. Bourdieu recorreu ao conceito "interesse" e mais tarde à noção de *illusio* para marcar a ruptura com as palavras do senso comum como "motivação" e "esforço" para se referir a interesses específicos, histórico e socialmente constituídos, que variam quase infinitamente em função do tempo e lugar, no qual certas coisas são importantes e outras não.

O autor situa essa noção na sua discussão sobre campo e o que nele está em jogo; ambos são produtos das relações de poder e das lutas para transformar essa relação constitutiva nesse campo. Apesar de não tratarmos a discussão sobre o estímulo à agricultura familiar situada em um campo nos moldes de Bourdieu, a noção de interesse contribuiu na análise dos investimentos dos agentes. Assim como as atividades religiosas do padre e do rabino devem ser consideradas formas específicas de trabalho destinadas a preservar e manter ou aumentar formas específicas de capital, os interesses dos jornais, anunciantes, promotores de eventos, *chefs* e agricultores "encorajam as pessoas" para que as estratégias de promoção à agricultura familiar funcionem, incluindo a importância de instituições econômicas e circunstâncias sociais na definição dos interesses que os orientam e motivam as ações.

É nesse sentido que, ao identificar no jornalismo tradicional uma maior concentração de reportagens nas seções de gastronomia e/ou comida, consideramos existir um interesse comercial na promoção de festivais gastronômicos, algumas vezes realizados com apoio dos próprios jornais. Essas feiras caracterizam-se por acontecimentos programados com o protagonismo de elementos gastronômicos e se inserem em diversas outras atividades atualmente relacionadas ao turismo gastronômico como uma forma de atrair pessoas a uma determinada região e incentivar a produção e o comércio local, podendo gerar implicações ambientais, sociais, culturais e financeiras de impacto local. (MINASSE, 2020) De uma forma geral, a divulgação desses eventos nos jornais é fruto de um interesse comercial entre os promotores das feiras e os jornais, uma vez que o consumidor assinante desses meios de comunicação é formado por 50% de pessoas da classe média (IVC, 2021) e possivelmente consumidores que costumam

frequentar as feiras gastronômicas em busca de "experiências" e, assim, se distinguem nesse tipo de consumo.

Existe uma questão polêmica envolvendo a exploração do *marketing* pelo uso dos produtos da agricultura familiar na gastronomia fazendo referência explícita ao caráter local dos ingredientes como uma forma de promoção de vendas de seus pratos a partir da ressignificação desses produtos. (ZANETTI; SCHNEIDER, 2016) O baru, castanha nativa do cerrado, passa ser a estrela do *cookie* de baru de uma *boulangerie* no Distrito Federal (Brasil) comandada por um padeiro francês. Assim como os cardápios são elaborados a partir desses ingredientes e também se distinguem: *"eu não faço pratos com aviú, faço pequenas amostras, um croquete, um pequeno escondidinho. Para degustar, provar aquele produto e respeitar a sazonalidade dele. Se acabar, compro um pouco, guardo e se acabar, acabou"*. (FS 1 L25) O local que remete à origem rural, à tradição ou a produtores com identidades étnicas passa a identificar uma forma de fazer gastronomia daqueles que manipulam os ingredientes e criam os pratos, os *chefs*. (ZANETTI; SCHNEIDER, 2016) Dessa forma, o movimento que parece oportunizar o pequeno produtor, valorizar seus produtos e os modos de produção integrados aos modos de vida se apropria desses ingredientes com identidades e estas são reconstruídas e atribuídas aos *chefs* que usam "produtos locais". A pouca menção nas publicações dos agricultores e/ou suas organizações corrobora com essa reconstrução e, parece-nos comprometer a narrativa de "retroalimentação" entre a cozinha sofisticada dos restaurantes e o agricultor familiar. Ainda que exista não se apresenta tão equilibrada quanto tenta se configurar.

Se, por um lado, as feiras gastronômicas podem ser consideradas uma estratégia para fomentar mercados de produção de alimentos locais, principalmente de alimentos agroecológicos; por outro, capitalizam aqueles que as promovem e frequentam. Os *chefs* das reportagens selecionadas escolhem trabalhar com esses produtos e destacam o quanto consideram importante e diferencial para seus trabalhos o uso de alimentos regionais e sazonais, porém não citam a origem e quem produziu. Nessas notícias valoriza-se o *chef* e seu restaurante, e o uso desses ingredientes da agricultura familiar ou do pequeno agricultor mobiliza um capital simbólico. Ao mesmo tempo, observa-se uma ausência do agricultor nas matérias, são os ingredientes os objetos das reportagens, como pode ser observado na transcrição a seguir.

> *[...] o elegante Quintal das Letras, onde o chef Bertrand Materne criou uma entrada para o evento, de peixe crocante com minialface, chutney de banana, rabanete e brotos [...] Mas a folia não se restringiu à cozinha desses endereços sofisticados. Na área de exposição da agricultura familiar era oferecida ao grande público possibilidade de conhecer de perto esses ingredientes locais a preços baratos*. (FS4)

O *chef* é nomeado na matéria, mas perguntamo-nos quem são os agricultores. Apesar do espaço destinado a estes, são agricultores que produzem minialface, banana, rabanete, entre outros ingredientes, e que os vendem a preços baratos, diferentemente dos preços dos pratos dos elegantes restaurantes. Ao mesmo tempo, nesses espaços, os agricultores encontram um local para escoar seus produtos e nessa dinâmica não são vistos, aderindo às ações sem seu consentimento intelectual, imersos nas lógicas que essas ações sustentam.

O valor monetário a ser pago pelos pratos também funciona como um componente de distinção, e a possibilidade de experimentar a comida elaborada pelos *chefs* nos eventos gastronômicos, geralmente a preços acessíveis, coloca o sujeito mais próximo a bens de consumo até então reservados aos mais privilegiados. Nesse jogo, os jornais, as feiras e o *chefs* são mobilizados pela necessidade do mercado de incluir em suas estruturas os bens simbólicos tradicionais nos circuitos massivos de comunicação, para que as camadas populares menos integradas à modernidade sejam alcançadas (CANCLINI, 2008), criando as necessidades de consumo, valorizando determinados bens materiais, promovendo seu leitor a um comportamento baseado no consumo como forma de alcançar a distinção social. No entanto, a experiência habitual de consumir os pratos elaborados pelos *chefs* em seus restaurantes continua sendo prerrogativa das classes dominantes, mantendo a sua hegemonia. (BOURDIEU, 1989)

Observa-se nas matérias uma relação desigual entre *chefs* e agricultores, tomada como natural pelos que estão imersos nessas práticas, e mesmo internos à lógica das ações não identificam a hierarquia definida nesses espaços sociais, o que podemos evidenciar no trecho de um jornal tradicional: "*O interessante é que esse festival anual não celebra somente os restaurantes locais, o que já seria natural num destino turístico de fama internacional como*

esse, mas também, e cada vez mais, vem dando visibilidade aos produtos e ingredientes locais – e a seus produtores". (FS4)

O destaque é em primeiro lugar para os restaurantes, depois para os ingredientes e os produtores somente são citados como uma possibilidade. É plausível afirmar que os interesses dos *chefs* passam por firmar sua posição dentro da gastronomia, construir sua imagem e a do restaurante. Nesse sentido, a origem da matéria-prima ganha destaque, em um contexto de intensificação dos debates e demandas a respeito da sustentabilidade e da preservação da biodiversidade. Não se pode deixar de notar que o reconhecimento dos produtos por suas características singulares – forma de produção, procedência –, embora seja expressão de valores que se contrapõem à lógica hegemônica no sistema alimentar atual, é também apropriado pelos agentes dominantes e se molda à lógica concorrencial do mercado.

Nos jornais independentes, a alimentação é pauta e se aproxima mais de um fenômeno complexo. As notícias não estão dispersas em divulgação de eventos, mas configuram-se como narrativas construídas em relação a direitos humanos, soberania alimentar e ao meio ambiente, como evidenciado nos trechos seguintes:

> *[...] O espaço contou com a presença da chef de cozinha Bel Coelho... Eu passei a pesquisar produtos nativos brasileiros ... Então comecei a me atendar muito ... a essa agricultura ... E do ponto de vista gastronômico isso é muito interessante. Eu tenho um menu dedicado aos biomas brasileiros*. (BF2)

> *José Sebastião Romano, mais conhecido como 'seo Zezinho', é um dos agricultores da Cooperativa Agropecuária de Produtores Familiares Irituienses que faz parte da rede dos paneiros. Filho da terra, teve pai que plantava em agrofloresta, o sistema de plantio em que coexistem espécies frutíferas, arbóreas e hortas*. (JT3)

O investimento aqui nasce de uma relação encantada com um jogo que tem em comum expectativas e disposições que se adequam e se ajustam às regularidades desse universo social. São essas regularidades que ao serem

incorporadas resultam em disposições, estratégias, maneiras de agir e investir, que traduzem um sentido do jogo. O reconhecimento e a adesão também acontecem de imediato. Jornal, *chefs* e agricultores, que podem parecer desprovidos de agentes externos, estão totalmente imersos nas práticas que os sustentam e esse modo de agir e estar no jogo os distingue daqueles que nele não participam. Nesse sentido, podemos pensar em um caminho para inovação social e/ou para o exercício da cidadania.

De maneira geral, os alimentos, sua origem e modo de produção continuam sendo mote das publicações. Contudo, organizações e movimentos de agricultores, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ganham espaço nas publicações e permitem, de certo modo, desinvisibilizar a situação dos agricultores. Ao apresentar outros atores, os jornais independentes incluem na narrativa outros modos de compreensão da realidade, o que pode abrir brechas para a identificação dos mecanismos de dominação que estão postos em jogo e o questionamento do papel da própria gastronomia. A substituição da menção ao *chef* pela menção ao cozinheiro em uma publicação; a diferenciação entre cultura alimentar e gastronomia, sendo mencionada em mais de uma publicação; e publicações envolvendo um *chef* e suposta apropriação indevida de ingrediente culinário tradicionalmente cultivado em território quilombola são elementos que podem ser destacados.

Os agentes externos à essa lógica são indiferentes a esse movimento porque não reconhecem como algo a investir. O episódio ocorrido em 2017, quando fiscais da vigilância sanitária inutilizaram produtos oriundos dos agricultores familiares utilizados por uma renomada *chef* brasileira em seu quiosque em um megaevento por não serem dotados de selo de inspeção federal, deixa claro a inoperância do Estado no conjunto de ações de promoção à agricultura familiar. Externo a esse debate, se insere no jogo simbólico de atores sociais que participam em prol de disputas e interesses no universo do agronegócio. A inexistência até então de uma legislação para comercialização de alimentos artesanais impedia que esses produtos fossem comercializados de forma legal em todo o território nacional, mesmo que fossem alimentos largamente consumidos e de reconhecida qualidade: "*A vigilância sanitária decretou que meus fornecedores há pelo menos 20 anos não são bons o bastante para comercialização*". (JT1)

A *chef* e outros atores dotados de um domínio prático do funcionamento do jogo repercutiram o assunto em meios de comunicação dando visibilidade ao debate. Diversos movimentos surgiram, principalmente em redes sociais, em prol dos pequenos agricultores, trazendo para a pauta a importância de se debater uma legislação de 1950 e aprovar uma lei para comercialização dos alimentos artesanais.

Atribuir importância aos modos de produção de alimentos no planeta e investir em pautas sobre alimentação que muitas vezes ocultam os interesses em jogo parece ter sido o investimento feito pelos jornais independentes.

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: DIFERENTES FORMAS DE COBRIR A TEMÁTICA

"*A agricultura familiar precisa do entorno protegido para se manter e poder oferecer sua diversidade. Por isso, contribui para preservação da floresta amazônica*". (FS1)

"*Eu acho que a agricultura familiar, agroflorestal e orgânica, ou seja, o manejo orgânico consciente, é o futuro pra gente conseguir manter as florestas em pé, pra gente conseguir alimentar o Brasil inteiro*". (BF2)

As citações anteriores representam os significados atribuídos à agricultura familiar como sendo a forma de produção de alimentos capaz de proteger o meio ambiente com nítida pretensão política e transformadora e, em ambos os tipos de jornais, o consumo oriundo desses agricultores se coloca como uma forma de estimular padrões de "consumo sustentáveis", capazes não só de diminuir os impactos ambientais do consumo como os impactos da distribuição desigual dos recursos naturais. Para tanto, as matérias jornalísticas apresentam as estratégias adotadas pelos *chefs* que vão desde a inserção dos produtos produzidos pelos agricultores familiares nos cardápios de seus restaurantes e a criação de projetos para promover ações em prol dos agricultores locais e produção agroecológica ou orgânica até a participação em manifestações em defesa ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

Essas estratégias se aproximam, em alguma medida, à noção de consumo sustentável (PORTILHO, 2005), uma vez que enfatiza o consumidor, mas priorizando suas ações individuais ou coletivas enquanto práticas políticas. Assim, o consumo é afetado pelas ações dos *chefs* que indiretamente moldam

a procura e a compra de bens e serviços. Embora o impacto físico do consumo seja uma preocupação, a dimensão social e política não é menosprezada.

No entanto, nos jornais tradicionais essa noção aparece nas entrevistas com os *chefs* em matérias que objetivam a divulgação deles e seus restaurantes ou de projetos em que estão inseridos. O debate sobre formulação e implementação de políticas públicas não é feito e a agricultura familiar como uma estratégia de distribuição de recursos, com seus limites e desafios, não é pauta da matéria jornalística. As matérias selecionam as falas dos chefes entrevistados que se remetem a questões tecnológicas e econômicas reduzindo o debate a formas de produção e consumo de alimentos diluído em uma narrativa jornalística que simplifica e dissimula fatos complexos de seus vínculos originais a fim de alentar-nos para o consumo e de preferência dos grandes conglomerados de alimentos.

Isso fica evidente em uma matéria, de uma websérie, em que um dos entrevistados sugere que pequenos agricultores são incapazes de atenderem à demanda por produtos orgânicos, ao mesmo tempo em que um produtor em larga escala é um dos protagonistas em evento relatado em uma outra matéria da série. Ignorando a tensão posta em jogo, o mesmo jornal apresenta as falas em defesa da produção e consumo local, ao passo que remete à necessidade de a produção e consumo de alimentos orgânicos ganharem escala.

Nesse evento, um seminário, reuniu-se ONGs, *chefs* de cozinha e multinacionais, e foram debatidos temas relacionados à sustentabilidade. É relevante apontar que, segundo dados divulgados pelo IVC, o jornal que promoveu esse seminário é o jornal de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Esses dados sustentam a ideia de ser um periódico com grande influência no processo de formação de opinião da população. Apesar de ter em seus princípios editoriais divulgados no *site* "pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência", selecionam aspectos do evento que incentivam a produção comercial em larga escala e constroem uma narrativa de que a gestão familiar não consegue se voltar para o mercado ou, ainda, de que a sua adequação ao mercado, pautado na relação comercial de bases concorrenciais, seria o único caminho possível. A narrativa assim construída acaba por reforçar a ideia de desenvolvimento pautada no aumento de produtividade e inclusão social via mercado, sem considerar os impactos para as

práticas e saberes social e culturalmente localizados. Aparentemente, ainda que se mencione a necessidade de valorização de práticas agrícolas camponesas, as estratégias e limites para a preservação desse saber frente aos objetivos perseguidos nas transações mercantis não são problematizados.

Um dos empresários participantes aponta a produção agrícola orgânica ou agroecológica como um importante mercado a ser explorado, e, portanto, para ele, seria possível atender a grandes demandas visando principalmente o lucro, excluindo os trabalhadores rurais e as práticas tradicionais de plantio. Um outro contesta dados já mais que exaustivamente comprovados pela Ciência de que o Brasil é líder em consumo de agrotóxicos no mundo. "*O negócio de fibras orgânicas representa US$ 15,8 bilhões de dólares hoje, no mundo inteiro. É um vulto incontestável. A nossa potencialidade de produção de fibras orgânicas, falando de Brasil, é imensa*". (FS10)

> *Ninguém é contra o orgânico, somos todos favoráveis. Mas eu não vejo como produzir 2 bilhões de toneladas de alimentos por ano, no mundo, somente com orgânico. É impossível fazer isso, não teria terra suficiente. Uma outra contestação que eu queria fazer é sobre o Brasil ser líder mundial de consumo de agrotóxico. O consumo no mundo é de US$ 51 bilhões por ano, US$ 9 bilhões no Brasil e US$ 8 bilhões nos Estados Unidos. É verdadeiro [que é líder], mas não acho justo. Produzimos muito mais alimentos. Para ser justo, temos que comparar por quilos*. (FS10)

As narrativas podem ser interpretadas como argumentações consideradas verdades por quem as diz. Para ilustrar, uma fala de um *chef* durante um evento promovido por um jornal de grande circulação em que diversas empresas com grande poder aquisitivo estavam presentes mostra o quanto eles podem estar alinhados com essa estratégia de mercado. Esse mesmo *chef*, no jornal independente, é denunciado por explorar comunidades quilombolas.

> *Você só vai fazer comida deliciosa se tiver ingredientes deliciosos e, para ter ingredientes deliciosos, você precisa*

> *de um outro homem que tenha a mesma paixão que você, que é o produtor. A cadeia do alimento é transformadora. A maior rede social do mundo, que conecta 7 bilhões no planeta Terra, se chama comida. Não haverá futuro sem alimento.* (FS10)

Nos jornais independentes o debate ganha uma maior profundidade nas discussões e fica ancorado na questão ambiental, preservação de ecossistemas, práticas sustentáveis e a necessidade de produção e uso de alimentos orgânicos, trazendo à tona as desigualdades sociais que estão postas pelo agronegócio e que a simples mudança na tecnologia de produção não dará conta de superá-las.

A menção à reforma agrária ou redistribuição de terras no Brasil, por exemplo, relacionadas aos aspectos social e econômico da sustentabilidade, aparece em algumas das publicações selecionadas dos jornais independentes. Os *chefs* entrevistados nos jornais independentes são ativistas em causas ligadas a tradições culinárias, em geral envolvidos com projetos coletivos de base comunitária, e mostram-se preocupados inclusive com o escoamento da produção durante a pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV-2.

> *Foi um caminho muito longo, mas aos poucos eu fui conhecendo pessoas. Hoje em dia, eu posso te falar que eu sei que o porco quem entrega e quem faz, no Arturito, a carne quem entrega é quem cria, cuida e sacrifica, só um fornecedor. Eu não faço cotação de preço, eu compro carne só de uma pessoa, eu compro porco só de uma pessoa.* (JT L473)

Nesse sentido, observamos que a noção do consumo sustentável engloba "grupos sociais que buscam refletir sobre a racionalidade, os valores e objetivos das relações sociais e da relação sociedade-natureza". (PORTILHO, 2005, p. 160)

É plausível afirmar que nos jornais independentes há um investimento maior na politização do debate acerca do consumo de alimentos, com repercussões para a agricultura familiar. Identifica-se, por exemplo, uma preocupação com a apropriação por agentes dominantes, como corporações e empresariado, não somente dos alimentos/produtos associados à agricultura familiar e de base agroecológica, mas também dos valores a eles associados, como preservação de recursos naturais, tradição, saudabilidade, origem e artesanalidade. Dessa

forma, o debate amplia a consciência tanto das relações capital/trabalho como sociedade/natureza, envolvidas nas relações de produção.

De maneira geral, o que se identifica é a proposição de uma mudança em relação ao consumo através de respostas políticas que evitem a exploração aumentando a proporção de consumo realizado fora do mercado convencional. O *chef* pode ser um dos propagadores desse ideal, selecionando bens e serviços para seus restaurantes que sejam considerados ambiental e socialmente responsáveis, como o uso de gêneros alimentícios provenientes de agricultores familiares. Ou ainda participando de ações de protesto como o Banquetaço promovido para reivindicar a manutenção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e em defesa da comida de verdade. Essa iniciativa consiste na distribuição de refeições gratuitas, em sua maior parte preparadas com produtos da agricultura familiar e agroecológica.

Não podemos deixar de mencionar e problematizar o acionamento aos *chefs* feito por ambos os tipos de jornais como atores de um processo de ação e transformação. Entendemos que o *chef* é o indivíduo com maior destaque na gastronomia, e por isso tem suas práticas em sintonia com aquelas já perpetuadas dentro do seu espaço e admitidas por seus pares. Logo, seu reconhecimento é legitimado e produzido dentro do próprio campo, inclusive dá margem para romper ou alterar suas práticas dentro do espaço cultural em que está inserido, no meio das disputas simbólicas de posições e de capitais. No entanto, apesar de sedutor olhar para o *chef* como novo ator social nas práticas de consumo, essa percepção também pode ser problemática como debatido por Portilho (2005). O consumidor percebido dessa maneira, principal ator da mudança social, representa um falso alento na resolução de problemas ambientais frente a perda da capacidade política do Estado, sindicatos, movimentos sociais, entre outros atores tradicionais.

As ações individuais dos *chefs* ou mesmo as coletivas, de buscar produtos locais exclusivos para dessa maneira diferenciarem seus cardápios, quase se assemelham ao discurso análogo da indústria de *greenwashing*[4] e pouco se

4 Em uma tradução livre "lavagem verde". Consiste em discurso de promoção e de campanhas publicitárias ecologicamente sustentáveis por parte de grandes empresas enquanto na prática real não é o que acontece. O *greenwashing* tem a intenção de criar uma falsa aparência de sustentabilidade, induzindo o consumidor ao erro.

aproximam a projetos coletivos. Acreditamos na possibilidade de consumidores cidadãos, mas, para isso, a participação dos *chefs* deve procurar extrapolar soluções íntimas em prol de experiências coletivas e participação na esfera pública, como foi visto nas entrevistas dos *chefs* que buscam alianças com movimentos e projetos sociais para aquisição de produtos e serviços associados positivamente a atributos ambientais e éticos, assim como para dar visibilidade ao consumidor das origens dos alimentos. Diante disso, do ponto de vista analítico, suscita-se o questionamento: como o jornalismo colabora na (re)constituição dos sentidos sobre o consumidor cidadão?

Ainda que os jornais não façam referências à relação entre consumo e cidadania, nossa pesquisa verificou indícios de narrativas de um consumo sustentável em direção à politização da alimentação que enfatizam a dimensão política da compra e do consumo alimentar através dos *chefs* nos jornais independentes. Enquanto as narrativas produzidas pelos jornais tradicionais funcionam como uma maneira de perpetuar os atributos tecnológicos e econômicos como forma de solucionar os problemas ambientais, as escolhas individuais dos *chefs*, enquanto consumidores, são retratadas como formas de produzir mudanças no sistema de produção.

Em ambas as narrativas, percebe-se uma dimensão que religa o consumo à ética (PERES-NETO, 2014), em torno da discussão sobre as práticas de consumo dos *chefs* com efeitos nas questões relacionadas à sustentabilidade. O consumo dos alimentos provindos da agricultura familiar apresenta-se como um potente veículo para comunicação da sustentabilidade enquanto um valor contemporâneo que pode vir a ser ajuizado como bom, uma vez que beneficiaria o funcionamento da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das relações entre meio ambiente e desenvolvimento relacionadas aos padrões de produção e consumo dos alimentos de uma determinada sociedade nos instigou à análise das narrativas sobre o tema veiculadas pela mídia jornalística digital no Brasil, tendo como recorte o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar por *chefs* de cozinha. Como aponta Peres-Neto (2014, p. 243), "os discursos que circulam pelos meios e redes de comunicação têm um papel preponderante na maneira como os sujeitos poderão

acessar a realidade e negociar a atribuição de valores morais ao seu próprio agir". E, nesse sentido, a mídia tem papel destacado na produção dos sentidos e os *chefs* têm sido acionados como dispositivos argumentativos na construção de significados em torno dos modos de produção e consumo de alimentos.

As publicações jornalísticas selecionadas nesta pesquisa permitiram sugerir discursos narrativos para causar efeitos de sentido em duas direções: uma delas no sentido de limitar a ajustes econômicos e mudanças tecnológicas de produtos e serviços o debate sobre os padrões de consumo, observados nos jornais tradicionais; e a outra, nos jornais independentes, que procura incluir ao debate processos políticos de distribuição dos recursos politizando o consumo de alimentos. Dessa forma, observou-se que os jornais tradicionais centram-se no discurso da possibilidade de inserção produtiva dos pequenos agricultores e agricultores familiares em mercados varejistas, baseada na sua adequação aos valores de produtividade e eficiência, e tendendo a valorizar a agricultura familiar como uma oportunidade de crescimento a partir de uma demanda que surge do consumidor, encorajando a responsabilidade individual, enquanto nos jornais independentes observou-se uma abordagem mais ampla e que envolve redes e relações entre produtores e consumidores que compartilham valores semelhantes, como a participação dos *chefs* em projetos e movimentos sociais que fomentam mercados para os agricultores familiares e reivindicam o papel do Estado no desenvolvimento de políticas que ampliem o tema da agrobiodiversidade, por exemplo.

As narrativas nos jornais tradicionais são construídas através de matérias publicadas em grande parte nas seções de gastronomia e/ou comida e relacionam-se com eventos, feiras e oficinas de promoção do *chef* de cozinha, de seu trabalho e de empresas patrocinadoras. Esses, assim como os frequentadores de tais eventos, são agentes que se capitalizam com o discurso de um consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar. Os agricultores são invisibilizados pelos ingredientes que produzem, sendo esses os objetos das reportagens.

Nos jornais independentes, os projetos, organizações e movimentos de agricultores ganham espaço nas publicações e permitem, em alguma medida, desinvisibilizar a situação dos agricultores e politizar o debate sobre o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar pelos *chefs*. Ainda assim, essas narrativas são construídas em sua maioria através das entrevistas

com os *chefs* e quase não se tem a escuta dos agricultores. Nos parece uma ambiguidade no debate de consumo sustentável mais politizado.

A abordagem analítica até aqui nos permite apontar que os jornais tradicionais não propõem um debate de transformação da sociedade capitalista e sua racionalidade pelas formas de consumo. As narrativas reforçam os discursos que guiam o indivíduo para processos de produção e consumo que enfatizam as alternativas tecnológicas de produção e consumo de alimentos menos predatórios em que os agentes possam identificar as consequências ambientais de suas práticas. Sob essa mesma abordagem os jornais independentes, mesmo que principiando o debate do consumo sustentável de alimentos, buscam fazê-lo politizando o debate e apontando formas "alternativas" de produção e consumo de alimentos. No entanto, apostar nos *chefs* como principal forma de propagar esse discurso nos parece uma forma que privilegia o olhar a partir das ações e não dos atores sociais.

Não é função deste trabalho oferecer proposições sobre como alterar os atuais padrões de consumo dos alimentos através do incentivo à produção da agricultura familiar e fomento desses mercados de consumo, tampouco debater as interfaces, conexões e conflitos entre os mercados e a agricultura familiar. Cabe-nos mostrar e problematizar, através da relação entre agricultores familiares e *chefs*, como o consumo é um potente veículo para a comunicação de valores, apontando para a necessidade de uma leitura crítica sobre os discursos circulantes nas mídias jornalísticas digitais; assim como dar ênfase à problemática do debate centrado em um único ator. Consideramos ainda necessárias outras pesquisas com abordagens qualitativas no nível da recepção das notícias para auxiliar a compreensão dos efeitos nos leitores das narrativas jornalísticas sobre a temática em questão.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *Ofício do sociólogo*: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL DE FATO. Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2022.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DE OLHO NOS RURALISTAS. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.deolhonosruralistas.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2022.

FOLHA cresce e lidera circulação entre jornais do país em 2019. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2020. Disponível em: https://folha.com/4y8ihtdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

INSTITUTO MANIVA. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.institutomaniva.org/. Acesso em: 25 jan. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. ¿Desde dónde pensamos la comunicación hoy?. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, Salamanca, n. 128, p. 13-29, 2015.

MINASSE, M. H. S. G. G. Food Tourism as research object: analysis of publications in Brazilian journals (2005-2017). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, Cristalina, v. 14, n. 1, p. 92-111, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbtur/a/xJpvXWQMzTPycxJfPq4RtWM/?lang=en. Acesso em: 5 jun. 2021.

MIRANDA, C. M.; SHUEN, L.-C. Narrativas jornalísticas da greve geral da Argentina e Brasil de 2017: intrigas, conflitos e personagens. *Intercom*: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 137-155, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interc/a/ccGdvRGK9GHwL99LHyxT6nw/?lang=pt. Acesso em: 25 jan. 2022.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2013.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. *In*: DELEGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira*: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: MDA, 2017. p. 166-194.

O GLOBO. São Paulo, 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/. Acesso em: 10 jan. 2022.

O JOIO E O TRIGO. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2022.

PERES-NETO, L. A redenção moral pelo consumo: ética, comunicação e o consumo consciente. *In*: FREITAS, R. F. PRADO S. (org.). *Corpo e Consumo nas cidades*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014. p. 231-246.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*,

Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/W4RvpWDBhQGbYZPjFBqhx4f/?lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista brasileira Ciência e Sociologia*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/abstract/?lang=pt#:~:text=Th%C3%A9orie%20sociale%2C%20agriculture%20familiale%20et%20pluriactivit%C3%A9&text=Situa%2Dse%20o%20contexto%20em,%C3%A0%20realidade%20dos%20pa%C3%ADses%20desenvolvidos. Acesso em: 25 jan. 2022.

SILVA, G.; SOARES, R. L. O jornalismo como tradução: fabulação narrativa e imaginário social. *Galáxia*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 110-121, 2013.

SIQUEIRA, D. C. O.; MAJEROWICZ, F. G.; DANTAS, R. G. Lágrimas de papel: Mestre Pastinha e os regimes de afeto no jornalismo impresso. *Intexto*, Porto Alegre, n. 52, 2021. Disponível em: https://www.sumarios.org/artigo/l%C3%A1grimas-de-papel-mestre-pastinha-e-os-regimes-de-afeto-no-jornalismo-impresso. Acesso em: 25 jan. 2022.

THE WORLDS 50 BEST. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://www.theworlds50best.com/. Acesso em: 5 fev. 2022.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos De Desarrollo Rural*, Bogotá, v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v12n75/v12n75a03.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

ZANETI, T.; SCHNEIDER, S. Ingredientes singulares à la carte: implicações do uso de produtos diferenciados na gastronomia contemporânea. *Anthropology of Food*, France, 2016. Disponível em: http://journals.openedition.org/aof/8111. Acesso em: 18 fev. 2022.

CONSTRUCCIÓN DE LO SALUDABLE EN LA INFANCIA DE URUGUAY[1]

Pablo Pereira Álvarez
Miguel Olivetti Espina
Ana Clara Lopez Deluccas

INTRODUCCIÓN

A través del siguiente artículo, realizaremos un análisis reflexivo en relación a la alimentación y los dispositivos de control vinculados al acto de comer. Este hecho particular y necesario para la vida, es campo de múltiples abordajes en los cuales se entablan posicionamientos científicos racionales, basados en la ciencia con el fin de proporcionar hábitos "saludables" acordes al estándar de vida actual. (DONIZETE et al., 2016) Las exigencias de la vida moderna, implican el desarrollo de nuevos humanos, que mantienen una productividad y consumo acorde a las reglas del mercado. Estar activos, sanos y productivos, implica un desarrollo de estrategias que modelan los comportamientos, reproduciendo formas de ser, que promueven un estado de salud, optimizado para el mundo actual. (MARTÍNEZ GUIRRAO, 2014; SIBILIA, 2005) De esta manera, se configuran dispositivos, pensados desde

1 Estudio desarrollado en el ámbito del Programa Apex, Universidad de la República, Montevidéo, Uruguay.

una mirada foucaultiana, como espacios de control, que propicien estilos de vida pautados en base a la configuración de los saludable como opción de vida. (FOUCAULT, 1977)

Las necesidades del mundo actual implican un abordaje de todo el ciclo de vida, dado que no alcanza solo con consumir determinados productos en la adultez. En tal sentido, las estrategias de prevención apuntan a la infancia, como categoría propicia para el desarrollo de seres saludables. La infancia, citada en este caso como una categoría social, con normas y significados propios, conlleva una gran producción académica en relación al cuerpo y la construcción de la niñez. (LEOPOLD COSTÁBILE, 2014)

En consecuencia, nos proponemos reflexionar sobre un dispositivo en particular que en Uruguay, ha condicionado, la alimentación y forma parte de las formas de control social, que se ejercen sobre la infancia. Se plantea realizar un escrito, que procure tensionar debates en relación a visiones hegemónicas de la salud y alimentación.

Para esto, nos basaremos en la aplicación de la Ley n° 19.140, ley de merienda saludable que desde el año 2013 existe en nuestro país como uno de los mecanismos para fomentar los hábitos alimentarios saludables. La misma procura contribuir a la salud, de niñas, niños y adolescentes mediante la regulación de los espacios que habita, es decir el control de las ventas escolares sustentado en la racionalidad de la alimentación.

Considerando el espacio, de esta serie de publicaciones, el capítulo se desarrolla en una primera parte donde se presenta la ley y el contexto, en una segunda etapa una conceptualización de la infancia, el control de los cuerpos en esta etapa y el disciplinamiento como formador de subjetividades.

INFANCIA Y ALIMENTACIÓN

En las últimas décadas la alimentación y la salud forman parte de la agenda pública internacional tanto en la comunidad científica como en los programas y políticas sanitarias. A nivel nacional el Ministerio de Salud, estableció objetivos prioritarios, donde se enlistan varias cuestiones vinculadas a la nutrición y alimentación.

De este modo, los entornos y estilos de vida saludables enmarcan las políticas sanitarias y sitúan a la alimentación como un pilar básico de las

estrategias públicas. Uruguay, en las acciones del Ministerio de Salud, en su agenda hacia el año 2020, enunciaba: "Favorecer estilos de vida y entornos saludables y disminuir los factores de riesgo" (URUGUAY, 2016, p. 9), para cumplirlos enumera acciones tales como:

> Extensión de las prácticas de alimentación saludable y actividad física. Ejecutar Plan Intersectorial de Alimentación Saludable y Actividad Física, Reducción de la prevalencia de la anemia y el retraso del crecimiento en la primera infancia. Disminuir la anemia moderada a 5% de niños de 6 a 23 meses. Disminuir el retraso de crecimiento a 3% de niños de 2 a 4 años. Disminución del sobrepeso y la obesidad en la población. (URUGUAY, 2020, p. 13)

De este modo, vemos como en la agenda sanitaria la alimentación tiene un rol clave y prioritario, donde la misma se prioriza con una serie de objetivos, como los mencionados.

Sin embargo, el fenómeno del binomio alimentaciòn y salud no es una construcción actual, sus orígenes datan desde el surgimiento de la medicina, donde Hipócrates (apud DE DOMINGO-BARTOLOMÉ; LÓPEZ-GUZMÁN, 2014, p. 173) formuló los primeros tratados sobre dietética, mencionando la importancia del alimento en la frase: "Que tu alimento sea tu medicina, y que tu medicina sea tu alimento".

La frase de Hipócrates se mantiene vigente cobrando especial trascendencia ante la situación epidemiológica que describe a las Enfermedades Crónicas No Transmisibles (ECNT) como el principal problema de salud pública. En Uruguay, el sobrepeso y obesidad alcanza en menores de dos años al 9.6%, entre dos y cuatro años un 11.3% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS, 2018), para los 13-15 años 27.2% (URUGUAY, 2012) y desde los 15-64 años un 64.9%. (URUGUAY, 2013) Estos datos, que provienen de diferentes encuestas a nivel nacional, son la referencia conceptual que fundamenta las estrategias a seguir por parte de las autoridades de salud. De esta forma se construye una relación de sujeto, en base a las necesidades marcadas por los estudios epidemiológicos, priorizando la visión de cuerpo supeditado al poder y saber médico. (FOUCAULT, 1977)

La salud y la epidemiología validan de cierta forma los discursos de los dispositivos sanitarios actuales, generando redes en complejos procesos de

control de las prácticas cotidianas. La dieta saludable es un pilar para la prevención y promoción en salud, pudiendo ser contextualizada en un proceso de medicalización de la alimentación, donde un determinado saber científico y racional, se ha apoderado de esta práctica. (RODRIGUEZ ZOYA, 2015)

En Uruguay tanto la academia, el Ministerio de Salud, las asociaciones científicas, la comunidad escolar, las intendencias, el Ministerio de Desarrollo Social, entre otros, mantienen de un modo u otro a la alimentación saludable en sus agendas de trabajo. Esas acciones se suscitan en base a un discurso que posiciona a los hábitos alimentarios como un factor clave para mantener un óptimo estado de salud. Este modelo medicalizador, que surge en el SXVIII, se mantiene vigente en su máxima expresión, tomando en particular a la infancia como campo de trabajo.

La infancia es un campo donde intervienen múltiples actores, con diversas visiones para asegurar un desarrollo integral de niñez. De este modo se actúa directamente sobre esta población a través de varios representantes como son las instituciones educativas, la industria alimentaria, el sistema de salud entre otros. En este sentido los niños y niñas son sometidos a diversos sistemas de control, desde el nacimiento hasta la edad adulta, monitoreoándolos por intermedio de normativas y decretos. En Uruguay, a modo de ejemplo, existe el carné de salud pediátrico el cual estipula una serie de controles obligatorios pautados por edades, lo cual se fundamenta en la prevención e impone una lógica de control asimétrica donde los profesionales de salud actúan como policía sanitaria. (RODRIGUEZ ZOYA, 2015)

Siguiendo estos lineamientos, Uruguay desde sus políticas de salud, viene realizando actividades con el fin de instalar hábitos saludables en la primera infancia, la niñez y la adolescencia, orientando hacia lo saludable con políticas focalizadas hacia niños, niñas y adolescentes.

Como se mencionó antes, lo "saludable" como objetivo a cumplir en la comunidad, configura la instalación de los conceptos de "Municipios saludables", "Escuelas saludables", entre otros, enmarcándose en procesos de globalización más profundos y no solos a coyunturas locales.

En este contexto medicalizador, Uruguay ha puesto en su legislación la merienda saludable, con la promulgación en el año 2013 de la Ley n° 19.140, la cual tiene como fin proteger la salud de niños, niñas y adolescentes para lograr reducir la morbimortalidad cuando estos sean parte de la masa laboral. (PEREIRA, 2019)

La Ley n° 19.140 toma como principales sustentos en su exposición de motivos, la producción académica sobre el estado de salud de los adultos y el efecto en niños y niñas. Los argumentos de esta se basan fundamentalmente en datos sobre la situación epidemiológica de nuestro país, en el cual se recalcan las cifras de sobrepeso y obesidad mencionadas. Solo se hace mención al niño(a) como destinatario de la política de salud bajo el argumento de generar adultos sanos, sin considerar la concepción de niño(a) como sujeto de derecho. Se visualiza a niños y niñas como un estado larvario, como algo a cuidar para asegurar adultos saludables. (BUSTELO, 2007; COREA; LEKWCOVICZ, 2013)

Esta forma de medir la salud, encabezada por la epidemiología del riesgo, se caracteriza por ser una epidemiología focalizada en la fragmentación de la realidad o ciertas variables, que pueden ser modificadas sin preocuparse por la totalidad o por el "mundo externo". El abordajes de los problemas de salud desde esta concepción parten de una interpretación extrasocial, probabilística, que resignifican los procesos de la realidad en "factores de riesgo" y las interpretaciones de los problemas son orientados hacia el terreno de la probabilidad de sucesos manejables. (AYRES, 1997 apud BREILH, 2011)

Bajo la lógica de formar niños y niñas portadores y promotores de salud, insertos en modelo de alimentación saludable, la nutrición como disciplina debe tener un compromiso social y ético para abordar estas situaciones. La visión de salud como desviación de la normalidad anula la complejidad, reduciéndola a un hecho biológico adscripto en un proceso de medicalización, donde se persigue el control social a través de la medicina. La práctica profesional de los(as) licenciadas(os) en nutrición termina naturalizando discursos donde predomina una visión de niño(a) como apuesta a futuro, dejando de lado las relaciones de saber y poder que coexisten entre la infancia y el mundo adulto; en este sentido se conciben redes de poder en el modelo de alimentación saludable que se imponen como una suerte de panóptico para vigilar a la infancia. (BUSTELO, 2007)

Como se ha mencionado con anterioridad, la nutrición como disciplina de la salud funciona bajo este modelo sanitario, posicionándose desde la optimización del estado nutricional por sobre la visión de un sujeto de derecho, quedando la persona como sujeto sujetado en esa relación de satisfacción de necesidades.

Si partimos desde la concepción de la epidemiología crítica, la cual que rompe con la lógica lineal y fragmentaria de la epidemiología clásica, partiremos

de la idea de en el centro a las personas individuales que al mismo tiempo están rodeadas de factores externos o "riesgos" que a veces son calificados como "causas sociales", "causas ambientales" o como "causas de las causas" de un entorno que rodea a los individuos. Desde esta visión, el rol de la epidemiología clásica es agrupar a las personas según sus atributos individuales y mirar cómo estos se correlacionan con riesgos o causas. (BREILH, 2015)

Si la finalidad central de las intervenciones para reducir las cifras de sobrepeso y obesidad, no analizan otras variables que impactan e influyen sobre las mismas y no se las comprende como determinaciones de la vida en sociedad o de formas en como el sistema imperante funciona, se mantendrá la situación de los actuales indicadores sobre el tema de interés a trabajar, sin lograr modificaciones, a pesar de las acciones interventivas de los programas de atención en salud por parte del Estado y organismos Internacionales. (DOMINGO-BARTOLOMÉ; LÓPEZ-GUZMÁN, 2014)

El aporte de otras miradas y lecturas, desde otros paradigmas, que tengan como principios rectores fomentar la participación de niños y niñas en la implementación de propuestas, nos habilitará a discursos y acciones rupturistas en contraposición a la perspectiva que ubica a los actores centrales de esta problemática en objetos de una acción que solo permitirá revertir cifras estadísticas que preocupan y se colocan como dispositivos de análisis en la agenda pública de actualidad.

LEY N° 19.140, BREVE PRESENTACIÓN

El 16 de agosto del año 2011, Uruguay comienza la discusión a nivel del parlamento de un anteproyecto de Ley con el fin de regular la venta de alimentos no saludables en los centros educativos. La misma se dispone a regular la publicidad de alimentos no saludables y obliga a los centros a mantener una oferta constante de alimentos saludables. A su vez da las potestades de definir que es apto o no al Ministerio de Salud.

Dicha iniciativa es obra del diputado nacionalista dr. Javier García. La propuesta del diputado surge de ámbitos de discusión académica en el marco de la Academia Nacional de Medicina, entidad que nuclea a médicos, el Centro de Ciencias Biomédicas de la Universidad de Montevideo, e integrantes de la Sociedad Uruguaya de Pediatría y de su Comité de Nutrición.

El proceso de discusión parlamentaria, iniciado en agosto de 2011, culmina en setiembre de 2013 con la sanción de la Ley n° 19.140 "Alimentación saludable en los centros de enseñanza. Normas para su promoción". (PEREIRA, 2019, p. 34)

Durante ese lapso de tiempo se realizaron cinco sesiones en la cámara de representantes, tres en la de senadores y otras cuatro sesiones en las comisiones de salud de ambas cámaras. Mediante la revisión de la exposición de motivos de la Ley y las versiones taquigráficas de las actas durante el debate parlamentario.

El inicio del trámite en el parlamento tiene una recepción positiva, por lo cual el anteproyecto rápidamente sigue su rutina ordinaria, siendo derivado a la Comisión de Salud de la Cámara de Representantes. En este ámbito se da la discusión detallada del proyecto, totalizando tres sesiones para su aprobación.

La legislación citada, deja en manifiesto como el proceso racionalizador de la alimentación afecta a la niñez. Esto conlleva a repensar estrategias, con el fin de evitar visiones peyorativas del niño y la niña en relación a su propia alimentación.

En este sentido, debemos considerar que el acto de alimentar a un niño o una niña se convierte en una de las primeras pautas a incorporar en la vida cotidiana de la familia. Desde el embarazo hasta el nacimiento existen un sinfín de producciones que establecen criterios claves en base a la evidencia científica para recomendar modelos alimentarios. Estos se fundan, en el mantenimiento de una alimentación "saludable" que permite un óptimo desarrollo desde el punto de vista biológico.

En consecuencia, los niños y niñas son parte de un proceso medicalizador, siendo monitoreados por una serie de dispositivos del ámbito de la salud, tales como los programas o regulaciones que atienden la primera infancia. Dichas intervenciones, ya sean universales o focalizadas, implica una normalización de la infancia apuntando también a la alimentación dentro de sus objetivos.

LOS PROCESOS DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE MONTEVIDEO EN EL MARCO DE LA LEY N° 19.140

En la sociedad actual, la alimentación se posiciona en la salud como parte de un modelo salubrista que intenta el control de un aspecto de la vida cotidiana.

Este proceso se sustenta bajo concepciones biológicas[2] y epidemiológicas de salud (MORAGAS, 1976), donde se gesta un modelo que presenta múltiples redes de las cuales una de ellas recae sobre niñas y niños.

Partiendo de este modelo no siempre se reconoce el proceso histórico de la infancia y su construcción social, generando intervenciones de las disciplinas de salud, donde prima un concepto biológico de esta etapa de la vida. El niño(a) es visto desprovisto de todo poder como una etapa que comprende desde los 0 a los 12 años.

La nutrición como disciplina adjunta de la medicina e históricamente subsidiaria, parte de un concepto de niñez, acotado a lo biológico, sobre el cual justifica sus injerencias sobre estos ya sea mediante diagnósticos nutricionales o talleres sobre alimentación saludable con el fin de generar promotores de salud.

Se interviene en base a la investigación que describe a la infancia desde aspectos biológicos, que se manifiestan en sobrepeso y obesidad para contribuir a la construcción de adultos saludables. En el campo de la salud, específicamente desde la pediatría, existe una producción de diagnósticos de la situación nutricional actual de niños y niñas, confirmando que estamos ante una epidemia de sobrepeso y obesidad. En este sentido el problema está definido y las soluciones posibles se vienen gestando bajo un modelo de alimentación orientado a la infancia con el fin regular un proceso cotidiano, el cual es uno de los primeros vínculos del niño(a), con el mundo adulto. (DÍAZ POLANCO; CANDELA, 2014)

Teniendo en cuenta la situación nutricional de los adultos y niños(as) en nuestro país, la Academia de Medicina y la Sociedad Uruguaya de Pediatría a través del diputado dr. Javier García, genera un documento en el año 2010 que terminará en una de las estrategias sanitarias a nivel político que se viene implementado en Uruguay desde el año 2013. La Ley n° 19.140 tiene por cometido la protección de la salud infantil y adolescente en establecimientos públicos y privados mediante medidas de promoción de salud. Su exposición de motivos se basa en datos y estadísticas epidemiológicas de los adultos posicionando a la infancia como portadora de esperanza y conciencia de salud

2 La nutrición desde sus orígenes como ciencia, ha estudiado al ser humano como una entidad biológica, donde se producen modificaciones por medio de la digestión y en base a estudios tanto a nivel de laboratorio como de ensayos clínicos se conformó el paradigma que la sustenta.

del mundo adulto. La Ley apunta a permitir que exista oferta de alimentos "saludables", pero no tiene en cuenta otros aspectos como el impacto de los mercados y la globalización en la alimentación. (PÉREZ-LÓPEZ; TERCEDOR SÁNCHES; DELGADO-FERNÁNDEZ, 2015)

Esta Ley regula desde la lógica sanitaria y epidemiológica, es decir controla que los centros educativos mantengan opciones de alimentos variados y es el marco legal para el desarrollo de acciones educativas.

Al configurarse esta situación, se genera un espacio propicio para el fomento de los estilos de vida saludables, que se ofrecen en el mercado actual, de este modo el niño y la niña deben ser educados para seleccionarlo, por tanto, necesitamos de nuevos consumidores, para este modelo de lo saludable que nos ofrece, un sinfín de productos "verdes" para mantenernos vigorosos. En consecuencia, un círculo entre la producción de conocimiento avalada por un modelo de alimentación, para construir leyes, establecer prácticas y controlar que las mismas lleguen a poblaciones "cautivas".

En este dispositivo quedan atrapados niñas y niños como de una modelo que parecen aceptar de manera sumisa y sin cuestionamientos. (PEREIRA, 2019)

SUBJETIVACIÓN DEL NIÑO Y LA NIÑA

La niñez, vista como etapa larvaria propicia para la construcción de sujetos, es un estadio clave para el modelaje de los dispositivos de poder. Desde el descubrimiento de la infancia, en la modernidad, se ha procurado generar múltiples instituciones que la modelen, procurando construir ciudadanos para el futuro. (VOLNOVICH, 1999)

La utilización de prácticas discursivas es un modo de hacer realidad y no solamente un reflejo de ella. Eliseo Verón (1993 apud OLIVETTI; VALDÉS, 2017, p. 79) plantea que "[…] toda producción de sentido es necesariamente social y todo proceso social es un proceso de producción de sentido. La circulación social de los enunciados constituye una vía para el conocimiento de las realidades sociales latentes".

El discurso es acción por lo que al observar el discurso en su espacio social es observar aspectos de la sociedad como conjunto simbólico. Introducirse en la profundidad de los discursos implica comprender los mecanismos que se encuentran en el significante del discurso, es decir,

aquellos aspectos de producción, circulación y lectura y a su vez, aspectos que oculta el discurso. En este recorte que realiza el discurso, es decir, ese mostrar y ocultar que se produce al mismo tiempo, se encuentran recursos retóricos que permiten posicionar ciertos valores o ideas en la producción de sentido y establecer las posibilidades de interpretación al momento de la recepción del mensaje. (OLIVETTI; VALDÉS, 2017) Es decir,

> […] mediante el análisis retórico es posible estudiar de qué forma los discursos se plasman en las materialidades enunciativas, de qué manera se establecen las operaciones y las relaciones entre los elementos de los textos (lingüísticos y extralingüísticos) y los contextos discursivos. (OLIVETTI, 2019a, p. 55)

Las prácticas discursivas en los contextos de crianza son una de las principales fuentes de construcción de los marcos de significación que tienen las personas desde su niñez, los cuales influirán fuertemente en sus futuros posicionamientos ideológicos. Es en este sentido que, cuanto más reflexivos y críticos sean los discursos y las prácticas de crianza de las personas y de los grupos encargados de diseñarlas y efectuarlas, más complejos y ricos serán los marcos de significación constructores de los procesos de subjetividad del niño que está siendo criado. (NARDOWSKI, 2007)

La familia, la escuela y los medios de comunicación para el autor Eduardo Bustelo, las principales instituciones formadoras de subjetividad para la niñez. (BUSTELO, 2007)

La familia, entendida como concepto plural que incluye diversas formas de organización, implica una primera aproximación a las formas de ser en el mundo, instituyendo las lógicas del mundo adulto. Este es el primer ámbito de socializaciòn, donde se dan procesos de adquisiciones que a su vez se interrelacionan con el resto de la sociedad. (BUSTELO, 2007)

Los medios de comunicación juegan un complejo rol en la actualidad, siendo formadores de opinión, dialogando directamente con niñas y niños, permitiéndoles acceder a un mundo vedado desde la adultez.

La cantidad de información disponible y las pautas de alimentación y publicaciones destinadas a la familia es variada, desde revistas destinadas a

padres y madres, hasta portales de internet y material oficial de las autoridades sanitarias. El cambio cultural ha implicado que los dispositivos de control social ya no sean las instituciones solamente, hoy los medios masivos juegan su papel moldeando rápidamente a niños y niñas como seres de consumo. (BUSTELO, 2007; SIBILIA, 2005)

Los procesos de naturalización de las prácticas alimenticias en una sociedad, así como del resto de las prácticas culturales, están justificados, por la legitimación de un determinado grupo de discursos presentes en un contexto sociohistórico preciso. Estos discursos sociales adquieren sentido cuando están contenidos en marcos ideológicos. A su vez, hay que considerar que las

> […] representaciones incluyen o excluyen actores sociales para ajustarse a sus propósitos e intereses en relación con los lectores a quienes van dirigidos. Muchos de ellos se ajustan a intereses de representar positiva o negativamente, de minimizar o maximizar los hechos, las personas, los objetos, etc. (OLIVETTI, 2019a, p. 56)

Y los medios de comunicación social son uno de los agentes de producción y reproducción de dichos discursos que legitiman las prácticas en la cultura.

Por último, mencionamos a la institución escuela, como formadora de subjetividades, dada la particularidad de esta en la adquisición de hábitos saludables, y por ser el espacio seleccionado desde la Ley n° 19.140 para realizar su intervención.

La escuela, en Uruguay, sigue siendo una institución con una configuración social, que la posiciona como un espacio privilegiado en la subjetivización. En la escuela se dan reglas de convivencia, que permiten configurar las formas de habitar ese espacio, de "ser " un escolar. En ese ámbito, desprovisto de la familia, la institución alberga a los individuos, y los uniformiza, con el fin de poder formarlos. (LEOPOLD COSTÁBILE, 2014)

En la escuela, se dan las relaciones sociales y se deposita por parte del mundo adulto, un ideal de constricciòn de niño o niña, como un gran promotor, receptor de información para de este modo expandir el mensaje saludable.

En tal sentido, dentro de las actividades, desarrolladas en ese espacio, surge la alimentación, por lo cual niñas y niños en base a la evidencia científica actual, reciben lineamientos pensados desde una mirada salubrista, y racional. (BUSTELO, 2007)

Sin embargo, pese a ello, los propios datos que ofrecen las investigaciones y encuestas siguen mostrando cifras consideradas preocupantes. Esto nos lleva, a dar lugar al análisis de estos fenómenos, repensando las prácticas y formas de abordar el sobrepeso y la obesidad. Es necesario, considerar que la infancia, en su proceso de subjetivización, se configura en una sociedad de consumo, donde el marketing de los diversos productos alimentarios conlleva a una ingesta, mediada por aspectos vinculados al placer y lo hedónico. Se construye un consumidor, que recibe productos, para alcanzar las exigencias y expectativas puestas sobre el mundo adulto. Alcanzar el cuerpo, perfecto, súper saludable, lo cual conlleva un abordaje desde los primeros años de vida, con el fin de optimizar las máquinas, productivas y consumidoras. (SIBILIA, 2005)

Esto se ve reflejado dado que históricamente, la niñez es abordada desde la medicina, siendo por excelencia la población objetivo para fomentar y trabajar determinados hábitos de salud. Niñas y niños son el objeto de las instituciones estatales como la escuela, las policlínicas, entre otras, que forman el dispositivo biopolítico que controla desde la gestación hasta su desarrollo y crecimiento. Las prácticas saludables, se orientan en a la familia, a la infancia y las instituciones estatales, desde un proceso medicalizador en la búsqueda de normalizar esta categoría social. (COREA; LEWKOWICZ, 2013) Así es que se superponen varias visiones sobre lo que es un niño o una niña y sobre lo que se espera de ellos. De esta forma las instituciones, particularmente la familia, deben producir hijos que sean promotores de salud para poder llevar el mensaje a la sociedad y ser parte de una determinada clase social.

Dado los avances de la ciencia, en la actualidad se maneja información pormenorizada de los efectos de los alimentos en la salud, ofertando productos adaptados a las nuevas formas de vida. Ejemplo de esto, son los productos adicionados con vitaminas y minerales que permiten el desempeño acorde a las exigencias. En niños y niñas, este proceso es aún más exacerbado dado que ellos son el futuro y con las tecnologías actuales pueden ser la expresión de ideal del mundo adulto. Con el desarrollo de la biotecnología se puede

saber con anterioridad fallas a nivel de los genes, lo que abre un abanico de oportunidades para los investigadores, así como grandes dilemas éticos. Producir una nueva infancia, una ideal, donde los genes sean reprogramados para de esta forma obtener niños y niñas genéticamente modificados. Estas tecnologías, que llevan años de producción científica y miles de millones de dólares, son la expresión paroxística del proceso medicalizador. En consecuencia, producir una infancia a imagen y semejanza de los adultos es cada vez más cercano no solo en lo social sino también en lo biológico.

Al existir la tecnología para programar genéticamente a los seres humanos, se disparan una serie de cuestionamientos que escapan al cometido de este artículo, pero sirven para argumentar la visión de infancia como futuro y deseo de padres y madres. Una nueva sociedad puede emerger para acoplarse a la sociedad de riesgo; la modificación genética permitirá eliminar riesgos de enfermar y a su vez aportar habilidades a la descendencia. En el mismo sentido, se puede eliminar la intervención para lograr estilos de vida saludables, suprimiendo los genes que promueven determinado consumo de alimentos, alcanzando una nueva era donde la vida será "genéticamente saludable". (BUSTELO, 2007)

Bajo el concepto "alimentación saludable", los discursos, en su significante, plantean mantenerse saludable mediante el consumo de estilos de vida. Las familias como formadoras de sujetos juegan un rol clave al ser agentes de formación. La familia actual se ve invadida por múltiples mensajes, sobre la salud. Con la tecnificación de la vida cotidiana, todo es resuelto mediante consejos de los profesionales, en este caso, la alimentación y las maneras de evitar el riesgo. Pero al mismo tiempo el significante de "saludable" oculta que el discurso responde a lógicas empresariales, donde alcanzar cuerpos saludables y perfectos, es cuestión de dinero. Los cuerpos perfectos, saludables y consumidores serán planificados no solo en el plano de la producción de subjetividades, sino también desde lo biológico. Acceder al control total es viable para un pequeño grupo de la sociedad, que cuenta con los recursos para financiar su propio estilo de vida saludable, desde el Acido Desoxiribonluceico (ADN) mismo. La brecha social existente en la actualidad podría incrementarse exponencialmente, donde quienes no accedan a la modificación y planificación de sus genes serán las mayorías excluidas.

La alimentación como acto de la vida cotidiana, es de alta complejidad dado que incluye aspectos sociales, culturales y económicos. Los mismos, no deben

escapar en los análisis que intenten buscar otras formas de trabajar prácticas alimentarias, fuera del cerco medicalizador. Es necesario considerar en la complejidad de la alimentación, las situaciones que subyacen de manera invisibilizada, manteniendo una visión integral y contextualizada en la sociedad de consumo.

Para elucidar cuestiones como las planteadas anteriormente se recurrirá a un análisis reflexivo, que pretende vislumbrar posicionamientos en relación a la alimentación infantil, y a los aspectos menos visibles, pero no por ello menos importantes.

Proyectar la niñez como futuro, es la estrategia a seguir por la Ley n° 19.140. El sustento del modelo implica una visión reduccionista de esta categoría social. Para moldear a niños y niñas desde esta perspectiva, es necesario la visión medicalizada para imponer la "moral de lo nutritivo", propiciando una hipervigilancia por medio de regulaciones y controles en la infancia; y una sobreintervención desde las instituciones con el fin de optimizar su crecimiento.

REFLEXIONES FINALES

Durante el desarrollo de este artículo, se apeló a la crítica, en relación a los fenómenos de alimentación y los procesos de subjetivización que se dan en la infancia de Uruguay. De este modo, considerando aportes desde algunos pensadores y pensadoras, se plantean algunas reflexiones y se plasman a modo de cierre en esta sección.

En base al desarrollo teórico realizado, podemos considerar que la mirada salubrista proveniente de las ciencias define las bases de los diversos dispositivos que ejercen de un modo u otro control en las infancias.

De este modo, la institución escuela, sigue produciendo subjetividades. Dentro de las instituciones estatales, la capacidad de generar un sostén social de los sujetos sigue siendo válida en la actualidad si bien la producción ha ido cambiando con el tiempo. La trasmisión de aspectos culturales, morales, normas y pautas para habitar el espacio escolar de este modo se genera una relación de intersubjetividades, que reproducen las relaciones sociales hegemónicas. En este sentido, se comprende a la escuela, como

> un territorio habitado (apropiado y significado), construido social e históricamente, en donde se establecen y

> representan discursivamente relaciones de intercambio social que ponen de manifiesto relaciones de poder entre individuos o grupos de individuos. (OLIVETTI, 2019b, p. 263)

El espacio escolar sigue siendo un lugar propicio como depositario de las políticas públicas, siendo en esta ocasión abordado por la Ley n° 19.140. Las autoridades de primaria acuñan el proyecto de Ley, validándolo en nombre de la comunidad escolar. Conscientemente, la institución escuela en el año 2014, se suma a esta iniciativa de Ley, adaptándola a su propia estructura, mediante una resolución del Consejo Directivo Central (CODICEN), conocida como circular 50. En dicha circular, se hace referencia al texto de la Ley de merienda saludables, y a su vez eliminando la venta escolar en las escuelas de tiempo completo. Así es que la comunidad escolar adquiere conocimiento de este proceso de cambio mediante una comunicación jerárquica, sin un proceso de intercambio, de una nueva política pública para promocionar hábitos alimentarios saludables. Se deposita desde lo legislativo, la responsabilidad de instituir en niños y niñas el mensaje de lo saludable y control de la venta.

El supuesto teórico, para regular la alimentación y promover alimentos saludables, presupone una institución generadora de algunos conceptos estructurales, lo que cabe preguntarse si esto es válido actualmente. La escuela, si bien puede seguir produciendo determinados patrones, no tiene la misma ascendencia histórica en los niños y niñas. Al decir de Lewkowicz, como institución marca un conjunto de normas que son para habitar la propia escuela, por lo cual no siempre que algo que se configura como válido en la en la comunidad escolar, lo será también en la familia y en el resto de los espacios que habita la infância. (COREA; LEWKOWICZ, 2013)

La escuela, como se mencionó antes, es permeable a las problemáticas sociales tales como la alimentación, la violencia entre otras. En este sentido, pensar en trabajar la alimentación por fuera de otros aspectos implica un gran riesgo dado que puede ocasionar tensiones entre familias y la institución, considerando la situación actual de convivencia social.

La diferencia social de la alimentación, en una sociedad capitalista implica una gran barrera, comer sano y barato no son sinónimos. En términos económicos, lo saludable le otorga al producto natural un valor agregado, por el cual

el consumidor deberá pagar más por alcanzar una vida saludable. En acuerdo con esto, surgen productos diferenciados, como por ejemplo los vegetales orgánicos, los productos con agregados de vitaminas o minerales, los cuales presentan costos sensiblemente superiores al de su homólogo convencional.

Por otro lado, las actividades de promoción de alimentación saludable buscan fomentar la "cultura alimentaria" rescatando las preparaciones caseras, y el lugar perdido en la cocina. Cocinar casero, se transforma en moda, en un estilo de vida ofertado por un modelo saludable. (BECOÑA IGLESIAS; VÁZQUEZ GONZÁLEZ; GUADALUPE OBLITAS, 1999)

Según Giddens, en la sociedad actual, los individuos deben optar por estilos de vida, que incluyen la alimentación, entre otros, la práctica rutinaria de comer sano y realizar ejercicio, se replica entonces en la sociedad, generando un encuentro de iguales, compartiendo sus vidas en las redes sociales, siendo parte de una "movida sana". (GIDDENS, 1995)

La realización de talleres de cocina saludable, alimentación consciente, entre otras son algunas de las demostraciones del impacto de movimientos mundiales que se replican para impulsar un mercado creciente y funcional al sistema económico imperante. La lógica de mercado pasa a un segundo plano y es sustituida por la superficialidad de las estadísticas, y el merchandacing de la "cocina casera rica, saludable y barata". (DOMINGO-BARTOLOMÉ; LÓPEZ-GUZMÁN, 2014)

El concepto de "sano" se inscribe en un discurso de vida saludable y que se representa en la producción de las prácticas anteriormente mencionadas como "sanas", impulsados por diferentes instituciones y legitimadas por la ciencia, pero al mismo tiempo los discursos ocultan los intereses económicos del mercado y las pautas epidemiológica de gobierno que estas contiene.

Queda entonces planteada una disyuntiva entre lo posible de comer y la producción de sentidos sobre los discursos alimentarios, por medio del alegato saludable, se crea una cultura saludable que condena y controla a lo que no es considerado adecuado, en consecuencia, la escuela tomada por el modelo medicalizador, tendrá que imponerse en las familias.

Este tipo de problemas conlleva al desgaste entre la escuela y las familias, se controla de manera minuciosa, lo que los niños y niñas pueden llevar como merienda. Como institución formadora, la escuela vela por la alimentación, tomando medidas necesarias para mantenerlos saludables.

La lógica del modelo de alimentación, en el contexto escolar pasa por uniformizar y crear promotores de salud que lleven el mensaje a sus hogares. A su vez la institución ante un evento cotidiano como la merienda escolar, pasa a tomar control del mismo prohibiendo y confiscando aquellos productos considerados de riesgo. El cumplimiento de la Ley es tal que se termina confiscando los alimentos que no sean permitidos, siguiendo la estricta vigilancia de lo saludable.

La premisa fundamental de la ley se relaciona con evitar enfermar por medio de una dieta correcta, este concepto de "moral nutritiva", acuñado a principios del siglo XX, por la medicina se reitera mediante la asignación de valor social a la alimentación. (BRAGAÑA et al., 2008)

La visión del niño y niña como conciencia, del adulto, como promotor de la salud cobra una vital importancia. De este modo, la infancia es vista como emancipadora de los malos hábitos, como responsable del cambio de los adultos, a través de ellos llegará el mensaje del modelo a los hogares. En consecuencia, se mantiene un encargo que no distingue clases sociales, el modelo imperante marca una tendencia de consumo, quienes logren alcanzarlo evitarán el riesgo de enfermar, quienes no cumplan serán parte de las estadísticas de las enfermedades crónicas no transmisibles. (BUSTELO, 2007; COREA; LEWKOWICZ, 2013; GIDDENS, 2000)

Construir un buen ciudadano o una buena ciudadana, implica disciplinar y ese disciplinamiento debe ser uniforme para todos y todas que habitan la escuela, con el fin de producir una población de consumidores conscientes de su salud. Al decir de Guattari, construir sujetos sujetados a las políticas públicas. Por otro lado, la visión de autonomía y desarrollo puede verse relegada al hecho de reproducir un sistema en una población homogénea y cautiva. (ROLNIK; GUATTARI, 2006)

En la visión del niño y niña como promotor de salud, se deposita una responsabilidad de salvar el futuro, que los adultos no han cuidado, cuando ya no queda que hacer, ellos deberán salvar a la humanidad de un trágico final. Tal tarea no es nada sencilla, y para eso hay que capacitarlos, llenar de contenidos sus cabezas, darles la información y esperar a que las cosas cambien.

Los niños y niñas acceden a una gran cantidad de información, que antes era vedada, lo cual les permite hoy ser docentes en sus hogares. De acuerdo con esto, las políticas públicas encomiendan a la infancia en esa función concientizadora la emancipación de las enfermedades crónicas no trasmisibles.

El trabajar con la infancia parece ser la clave de llegar al camino saludable, la estrategia de marketing del modelo funciona y se impone, como moda de consumo, en la lógica de "cambiemos todo para que las cosas se mantengan, globalmente igual". Mientras se impone un modelo saludable que parece ir contra la industria alimentaria, siguen apareciendo nuevos nichos de mercado para lo saludable, todo esto dentro del cerco medicalizador y del mercado de consumo, se vende y de compra salud y la infancia es tomada como rehén de la situación, en los lugares que habita (SIBILIA, 2006).

Al implementar esta Ley en las escuelas, se genera una producción de discursos tanto en niños como en adultos, que son fieles a los planteos de un modelo saludable. Esto implica que el niño, o niña sea provisto de mensajes de sobre buenos hábitos alimentarios, los cuales deberá llevar a su hogar.

Comer saludable es la norma escrita dentro de la vida escolar, por lo cual los desvíos de esa regla pasan a ser señalados en el plano del discurso. Niños y niñas saben que comer casero, frutas y verduras es saludable mientras que *snacks*, refrescos pasan a ser una categoría codiciada, pero asociados negativamente.

Lejos de visualizar la alimentación y la salud como un derecho, y trabajarse como un tema institucional, el desgaste de la propia institución lo hace curricular, lo asume, lo adapta y lo repite. De esta forma se cumple en parte con lo dispuesto en la Ley, reproducioendo un sentido dwsde lo saliudable y esperable para construir una infancai promotra de salud..

REFERENCIAS

BECOÑA IGLESIAS; VÁZQUEZ GONZÁLEZ; GUADALUPE OBLITAS. Promocion de los estilos de vida saludables: ¿realidad o utopía?. *Revista de Psicología de la PUCP*, Lima, v. 17, n. 2, p. 169-228, 1999. Disponible en: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4611602. Acesso en: 25 mayo 2023.

BRAGAÑA, S.; CARBAJAL TOMA, S.; SARAVIA, L. *et al*. *Para alimentar la memoria.* El licenciado en nutrición en el Uruguay: desdesus orígenes hasta nuestros días. Montevideo: Universidad de la República: Asociación Uruguaya de Dietistas y Nutricionistas, 2008.

BREILH, J. Epidemiología del siglo XXI y ciberespacio: repensar la teoría del poder y la determinación social de la salud. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São

Paulo, v. 18, n. 972-982, 2015. Disponible en: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/rznwg8y6gHDH67xgJzLBC8Q/abstract/?lang=es. Acceso en: 25 mayo 2023.

BREILH, J. *Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco y la Asociación Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES), 2011.

BUSTELO, E. *El recreo de la infancia*. Argumentos para otro comienzo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

COREA, C.; LEWKOWICZ, I. *Pedagogía del aburrido*: escuelas destituidas, familias perplejas. Buenos Aires: Paidos, 2013.

DÍAZ POLANCO, J.; CANDELA, Y. Políticas alimentarias y nutricionales en los sistemas nacionales de salud. *Anales Venezolanos de Nutrición*, Caracas, v. 27, n. 1, p. 143-152, 2014. Disponible en: https://www.analesdenutricion.org.ve/ediciones/2014/1/art-19/. Acceso en: 26 mayo 2023.

DOMINGO-BARTOLOMÉ, M.; LÓPEZ-GUZMÁN, J. La "medicalización" de los alimentos. *Persona y Bioética*, La Sabana, v. 18, n. 2, p. 170-183, 2014. Disponible en: https://www.redalyc.org/pdf/832/83232594007.pdf. Acceso en: 26 mayo 2023.

DONIZETE, S.; AMPARO-SANTOS, L.; FERREIRA, L. *et al*. *Estudos socioculturais em alimentação e saúde*: saberes em rede. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

FOUCAULT, M. Historia de la Medicalización. *Educación médica y salud*, Madrid, v. 11, n. 1, p. 3-25, 1997. Disponible en: http://doi.org/10.1016/j.angio.2014.05.001. Acceso en: 26 mayo 2023.

GIDDENS, A. *La tercera vía*. La renovación de la socialdemocracia. Buenos Aires: Taurus, 2000.

GIDDENS, A. *Modernidad e identidad del yo*. Barcelona: Península, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *Encuesta de Nutrición, Desarrollo Infantil y Salud*. Montevideo: INE, 2018. Disponible en: https://www.ine.gub.uy/web/guest/endis. Acceso en: 23 mayo 2023.

LEOPOLD COSTÁBILE, S. *Los laberintos de la infancia*: discursos, representaciones y crítica. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2014.

MARTÍNEZ GUIRRAO, J. E. Construyendo los cuerpos 'perfectos'. Implicaciones culturales del culto al cuerpo y la alimentación en la vigorexia. *Universitas*, Cuenca, n. 21, p. 77-99, 2014. Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476147261005. Acceso en: 23 mayo 2023.

MORAGAS, R. Enfoque sociologico de diversas concepciones de salud. *Revista Sociológica*, [*s. l.*], n. 5, p. 31-54, 1976. Disponible en: https://papers.uab.cat/article/view/v5-moragas/pdf-es. Acceso en: 23 mayo 2023.

NARODOWSKI, M. *Infancia y poder*. La conformación de la pedagogía moderna. Buenos Aires: Aique Grupo, 2007.

OLIVETTI, M. Herramientas para el análisis socio-semiótico de textos multimodales. *Revista Chilena de Semiótica*, Chile, n. 12, p. 53-69, 2019a. Disponible en: https://www.revistachilenasemiotica.cl/numero-12/. Acceso en: 26 mayo 2023.

OLIVETTI, M. Territorio: una mirada crítica desde el análisis del discurso. Experiencias en el Programa Integral Universitario Apex. *In*: REHERMANN, F.; RODRÍGUEZ, A.; VIÑAR, M. E. *et al.* (org.). *Territorialidades barriales en la ciudad contemporánea*. Montevideo: Universidad de la República, 2019b. p. 261-273. Disponible en: https://pim.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/sites/14/2019/10/17780-ei-tebac-completo-para-web.pdf. Acceso en: 26 mayo 2023.

OLIVETTI, M.; VALDÉS, F. El rol de los discursos mediáticos en el proceso de legitimación de algunas prácticas alimenticias en la infancia. *In*: PEREIRA, P.; AISPURO, M.; GRIBOV, D. *et al.* (org.). *Los alimentos y la infancia desde una mirada interdisciplinar*. Montevideo: Universidad de la República, 2017. p. 77-93.

PEREIRA, P. Alimentación y medicalización de la infancia: Análisis de la discusión de una ley sobre merienda saludable destinada a niños, niñas y adolescentes. *Revista de Trabajo Social*, Barcelona, n. 75, p. 33-43, 2019. Disponible en: http://www.revistatrabajosocial.com/revista.php?id=75. Acceso en: 26 mayo 2023.

PÉREZ-LÓPEZ, I. J.; TERCEDOR SÁNCHES, P.; DELGADO-FERNÁNDEZ, M. Efectos de los programas escolares de promoción de actividad física y alimentación en adolescentes españoles: revisión sistemática. *Nutrición Hospitalaria*, Madrid, v. 32, n. 2, p. 534-544, 2015. Disponible en: http://www.nutricionhospitalaria.com/pdf/9144.pdf. Acceso en: 22 mayo 2023.

RODRIGUEZ ZOYA, P. Alimentación y medicalización: análisis de un dispositivo de cuidado personal y potenciación de la salud. *Sociologica*, Viena, v. 86, p. 201-234, 2015. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732015000300007. Acceso en: 20 mayo 2023.

ROLNIK, S.; GUATTARI, F. *Micropolítica*. Cartografías del deseo. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2006. Disponible en: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Micropol%C3%ADtica-TdS.pdf. Acceso en: 19 mayo 2022.

SIBILIA, P. *El hombre postorganico*. Cuerpos, subjetividad y tecnologías digitales. Madrid: Titivillus, 2005.

URUGUAY. Ley n° 19.140. Proteccion de la Salud de la Población Infantil y Adolescente a través de la Promoción de Hábitos Alimenticios Saludables. *Normativa y Avisos Legales del Uruguay*, Uruguay, 28 oct. 2013. Disponible en: https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19140-2013. Acceso en: 23 mayo 2023.

URUGUAY. Ministerio de Desarrollo Social. Encuesta Nacional de Nutrición y Desarollo Infatil y Salud. *Primeiros resultados de la Encuseta de Nutrición, Desarollo Infantil y Salud cohorte 2018*. Uruguay: Ministerio de Desarrollo Social, 2018. Diponible en: https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/primeros-resultados-encuesta-nutricion-desarrollo-infantil-salud-cohorte. Acceso en: 26 mayo 2023.

URUGUAY. Ministerio de Salud Pública. *Encuesta Mundial de Salud Escolar.* Uruguay: Ministerio de Salud Pública, 2012. Disponible en: https://extranet.who.int/ncdccs/Data/arg_C7_2014-09_informe-EMSE-2012.pdf. Acceso en: 25 mayo 2023.

URUGUAY. Ministerio de Salud Pública. *Objetivos Sanitarios Nacionales 2020.* Uruguay: Ministerio de Salud Pública, 2020.

URUGUAY. Ministerio de Salud Pública. Programa de Prevención de Enfermedades no Transmisibles. *2da Encuesta Nacional de Factores de riesgo de Enfermedades no transmisibles*. Uruguay: Ministerio de Salud Pública, 2013. Disponible en: https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/sites/ministerio-salud-publica/files/documentos/publicaciones/file:///home/usuario/Descargas/2DA_ENCUESTA_NACIONAL_final2_digital.pdf. Acceso en: 25 maio 2023.

VERÓN, E. *La Semiosis Social:* fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedis, 1993.

VOLNOVICH, J. C. *El niño del "siglo del niño".* Buenos Aires: Lumen Humanitas, 1999.

PARTE III

DISCURSOS

LUXÚRIA, GULA, *FAKE NEWS*!

O CONSUMO DOS ABJETOS OBJETOS DO DESEJO

Paulo Roberto Vasconcellos-Silva

INTRODUÇÃO

Um *post* enviado por alguém confiável, uma notícia espantosa, de alguma forma atraente ou revoltante, que nos aparece do nada e nos afeta de tal modo que o não "curtir e compartilhar" torna-se quase impensável. Nesse instante é custoso opor-se ao frenesi do compartilhamento e à ponderação de que a mensagem talvez seja uma infame peça de manipulação. Essa situação é hoje prosaica no trânsito livre e massivo das redes sociais – as verdades alternativas adquiriram pernas longas que nos arrastam a terrenos perigosos e, não raro, com decorrências trágicas. Em 2018, uma mensagem de WhatsApp espalhou-se como um incêndio na cidade de Acatlán, México:

> Por favor, estejam atentos porque uma praga de sequestradores de crianças entrou no país. Parece que esses criminosos estão envolvidos no tráfico de órgãos […] Nos últimos dias, crianças de quatro, 8 e 14 anos desapareceram e algumas delas foram

> encontradas mortas com sinais de que os seus órgãos foram removidos. Os seus abdómenes foram cortados, abertos e estavam vazios.

Em consequência, Ricardo Flores (21 anos) e seu tio Alberto Flores (43 anos) foram detidos pelas autoridades, depois de abordados por moradores locais por motivos ainda desconhecidos. Não havia queixas formais contra eles nem registros de crianças sequestradas na cidade. Não obstante, em poucas horas foram espancados e queimados vivos à porta da delegacia por terem sido acusados, sem confirmação, de sequestro e roubo de órgãos de crianças. Foram executados por uma multidão colérica em virtude de uma *fake news* que se tornara popular pelo WhatsApp àquela época e local.

Em épocas recentes anteriores à pandemia da covid-19, consultores do European Concil elaboraram um relatório abrangente com centenas de referências de suporte (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) com o propósito de delinear e analisar o que chamaram de *information disorders*. Wardle e Derakhshan (2017) criticaram a ingênua ambiguidade do termo "notícia falsa" ou *fake news*, posto que, na verdade, essas terminologias retratam o produto final de um fenômeno complexo que envolve produção, disseminação e consumo de mensagens em contextos reprodutivos implicados em uma vasta gama de distorções comunicacionais, como os filtros-bolhas e as câmaras de eco. Os pesquisadores compararam o fenômeno a uma espécie de "poluição da informação em escala global" alavancada por uma complexa teia de interesses e motivações que envolvem a concepção e disseminação de conteúdo enganoso. No mesmo ano de publicação do relatório, o dicionário *Collins* elegeu o termo "fake news" como a "palavra do ano de 2017" em virtude da crescente relevância que a desinformação tem conquistado na esfera pública. O dicionário as define como "*informações falsas, muitas vezes sensacionais, divulgadas sob o disfarce de notícias*". (FAKE NEWS, 2022, grifo nosso) No entanto, ao exame da literatura especializada, percebe-se que há profusão de indeterminações e muitas inconsistências terminológicas empregadas no estudo de fenômeno tão complexo quanto inerente ao comportamento humano. Talvez o desafio de analisar a distorção infodêmica e o ávido consumo social das *fake news* resida na complexidade das engrenagens envolvidas em sua produção, divulgação e contaminação do imaginário social

– o que talvez justifique o recurso à análise metafórica que aqui se propõe. A dispersão do material empírico, as modalidades de situações desinformativas, as inconsistências terminológicas e lacunas no arcabouço conceitual desdobram-se em indeterminações que dificultam o trabalho de analistas que se aventuram por esses solos. Em adição, há discussões acadêmicas ao redor de termos imprecisos demais para designar uma grande variedade de situações comunicativas presentes na mediosfera. A mentira envolve desde a cândida brincadeira de 1º de abril a fenômenos estrondosamente maiores em dimensões e consequências que envolvem uma espécie de mitomania obscurantista de segmentos crescentes na sociedade contemporânea. O que se pretende destacar no presente capítulo de análise metafórica refere-se às compulsões humanas pela produção e consequente consumo incoercível da mentira sob diversos propósitos. À maneira de Wardle e Derakhshan, que usam a metáfora da "poluição" para retratar as reverberações das *fake news* no ambiente das mediosfera, usaremos a metáfora dos pecados capitais da luxúria, inveja e gula para retratar os impulsos de criação, disseminação e consumo de desinformação. Destaca-se aqui a centralidade do engodo em massa como resíduo deletério à política e à democracia em um contexto sociocultural no qual o vício na excitação tornou-se um elemento estruturante. Para tanto, serão usadas ferramentas analíticas de *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010) de Christoph Türcke para compreender o fenômeno da ininterrupta produção de estímulos e artefatos imagéticos sucedâneos que incitam ao vício nas narrativas de ludíbrio.

***

Em uma noite de domingo em 1938, um jovem ator-diretor de 23 anos desencadeou um surto de pânico coletivo em toda Costa Leste dos Estados Unidos ao dramatizar o livro de H. G. Wells *Guerra dos mundos* no 17º programa da série semanal de adaptações radiofônicas do Radioteatro Mercury. O programa retratou um suposto desembarque de marcianos na cidade de Grover's Mill, no estado de Nova Jersey, causando a impressão convincente de uma transmissão ao vivo. No formato de registro jornalístico, com entrevistas de testemunhas, matérias externas, opiniões de *experts* e repleto de efeitos sonoros reproduzindo os ambientes e a comoção dos supostos comentaristas, a dramatização

conseguiu um notável efeito de *katharsys* na sociedade americana do período Entre Guerras. A Columbia Broadcasting System (CBS) estimou que, pelo menos, 1,2 milhão de pessoas havia acreditado na veracidade da peça e cerca de meio milhão, na certeza do perigo iminente, entrou em pânico. (SCHWARTZ, 2015) O horror paralisou diversas cidades próximas, com registro de reações desesperadas de moradores também em Newark e Nova York a sobrecarregar linhas telefônicas, causar aglomerações públicas e congestionamentos nas estradas – causados tanto pelos que tentavam fugir quanto pelos céticos ou curiosos que se dirigiam em direção à cena da invasão interplanetária. O *Daily News* bem resumiu as consequências da transmissão desastrosa na manhã seguinte: "Guerra falsa no rádio espalha terror pelos Estados Unidos". Apesar da duração de apenas 60 minutos, a dramatização de Orson Welles marcou definitivamente a história do rádio – principal veículo de comunicação de massa à época –, assim como a história das *fake news* inadvertidas.

Embora pareça tratar-se de um fenômeno contemporâneo, consequência essencial da invasão de novas mídias na intimidade de nichos sociais ainda não suficientemente preparados para tais adventos tecnológicos, a perspectiva histórica, no entanto, nos revela diversos outros cenários. As *fakes news* parecem ter raízes antigas e profundamente fincadas nas inclinações humanas para a mentira e no engodo para obtenção de vantagens imorais ou ilícitas, ganhos políticos ou validação de crenças conspiratórias, entre outros propósitos tão peculiarmente humanos. No século I a.C., Otaviano – mais tarde, imperador Augusto – orquestrou uma exitosa campanha difamatória contra seu rival político, Marco Antônio, por meio de poesias disseminadas em pequenos textos apócrifos lidos na principal plataforma de comunicação da época: a praça pública. No século VI d.C. o historiador Procópio caluniava a reputação do imperador Constantino por meio de crônicas editadas em um livreto intitulado *Anecdota*. Da mesma maneira, e com propósitos assemelhados aos de Otaviano, ainda que em plena renascença italiana, Pietro Aretino, por meio de sonetos ferinos de factualidade questionável, tentou manipular sem sucesso o conclave papal de 1522 ao difamar os candidatos ao cargo em benefício de Giulio de Médici, seu patrono.

Adiante na História, a redução dos índices de analfabetismo e a popularização dos jornais na Europa fez crescer substancialmente uma expressiva parcela de produtores e consumidores de notícias falsas, semifalsas ou

verdadeiras, embora sempre comprometedoras. Os *hoaxes* alcançaram seu apogeu na Londres do século XVIII entre um público de leitores ampliado, ainda que inculto e com fracos poderes de deliberação política. A esses eram distribuídos os "tuítes primordiais" como textos curtos produzidos pelos "homens parágrafo", proto-cronistas da época que circulavam pelos *pubs* e cafés distribuindo fragmentos de notícias potencialmente escandalosas (possivelmente um embrião dos tabloides), com poucas frases e frequentemente publicadas nos periódicos na medida de sua plausibilidade e impacto de recepção. Alguns trabalhavam por pouco dinheiro, outros contentavam-se com o mero exercício de sua manipulação da opinião pública direcionada positiva ou negativamente a celebridades, peças de teatro ou livros (A DESINFORMAÇÃO..., 2022; KNIFFIN; WILSON, 2005) Essas mentiras se reproduziram em nichos anedóticos, de forma limitada em termos de mídias e receptores ao longo da História, até que chegaram ao século XX, quando a expansão vertiginosa da sociedade da informação também fez prosperar a "sociedade da desinformação" com suas notórias e desastrosas implicações. Assim como as acumulações tecnológicas do capitalismo ocidental levaram às potencializações seminais de processos comunicativos ligados a informação, as mesmas ampliações e acelerações se deram nos terrenos da desinformação – mesmo se incogitadas, como no caso da peça radiofônica de Welles.

Ao final do século XIX disseminou-se amplamente na Rússia czarista um texto apócrifo (mais tarde atribuído ao ativista russo Matvei Golovinski), "Os protocolos dos sábios do Sião", plagiado escandalosamente de *O diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, publicado pela primeira vez em 1864 pelo advogado francês Maurice Joly – livro de sátira política produzido como protesto contra o regime de Napoleão III. Para defesa de um czar tirano em pleno declínio político foram necessárias algumas mudanças no texto, com adição de novos personagens e a sórdida implicação em uma grande infâmia do segmento mais frágil da sociedade russa da época. Segundo o texto, o povo judeu seria responsável por uma perversa conjuração para controlar o mundo – suposta maquinação elaborada para consumo regional que se espalharia, rapidamente, por toda Europa e, a seguir, por todo mundo ocidental. Embora o engodo tenha sido desmascarado por um jornalista em 1921 e por diversos trabalhos posteriores, o texto trouxe à luz uma das teorias conspiratórias de maior alcance no tempo e no espaço. A doutrina rapidamente difundiu-se por

nichos ideológicos afeitos em diversos países, sendo traduzido em dezenas de línguas. Como verdade banal já suficientemente consagrada na presente era da pós-verdade, o fato não conteve o *fake* e o livro difamador conquistou a cabeceira de Adolf Hitler, entre muitos outros nazistas pelo mundo nas décadas e mídias posteriores.[1]

Umberto Eco (2005), no prefácio da obra em quadrinhos de Will Eisner sobre "os protocolos", ilumina um ponto essencial à compreensão da dinâmica das *fake news*, assim como a insuficiência do combate à desinformação centrado em estratégias puramente cognitivas:

> O aspecto mais extraordinário dos 'protocolos' não é tanto a história do seu início, mas sua recepção […] e a história continua a mesma hoje, na Internet. É como se, depois de Copérnico, Galileu e Kepler se continuasse a publicar livros didáticos afirmando que o Sol gira ao redor da Terra [...] não são os 'protocolos' que geram o antissemitismo, é a profunda necessidade das pessoas de isolar um inimigo que as leva a acreditar nos 'protocolos'.

Complexidades multifacetadas pedem análises auxiliadas por metáforas, dado seu poder explicativo ampliado, embora acessível a todos. Em termos de análise metafórica, empregando-se a alusão aos pecados capitais, parece que a excitação apelativa desencadeia efeitos desiguais nas almas sobre as quais incide – fundamentalmente a depender de sua sensibilidade a determinados temas e formatos. Pequenos estímulos sedutores, como uma peça ficcional dramatúrgica acerca de um cenário claramente irreal ou textos plagiados, maquiados e distribuídos localmente, podem sobreviver às eras e alcançar proporções bíblicas de calamidade. A luxúria pelo espetacular, difamatório, revoltante ou calamitoso seria viciosa pela sedução e exploração de vulnerabilidades humanas naturais excitadas em grau máximo pelos imperativos de mercado de uma sociedade que valoriza o espetáculo – como discutido adiante. Ainda nos valendo da metáfora cristã, há, por exemplo, os "devotos"

1 Interessante acrescentar que a edição brasileira, atualmente na quinta reimpressão, foi lançada em homenagem ao centenário de Gustavo Barroso, integralista e ardoroso antissemita brasileiro.

das teorias conspiratórias sedutoras que pecam incitados pela gula dos comportamentos e vieses de confirmação.[2] Sentem-se compelidos a consumir e disseminar inverdades incessante e compulsivamente, como se, nesse movimento de replicação, fosse possível converter convicções em factualidade. Assim, mesmo as narrativas sobre as quais não se convenceram plenamente são ecoadas pela simples necessidade de reafirmar e repercutir uma vivência acrítica, embora contestatória (ou persecutória).

A IDADE MÍDIA DA DESINFORMAÇÃO

Embora a comunicação humana tenha se dado por meio de símbolos, linguagem e escrita ao longo de toda nossa existência no planeta, as sucessivas acumulações econômicas e tecnológicas permitiram expressivos saltos qualitativos em termos de diversificação de meios, mensagens e receptores. A comunicação de massa desenvolveu-se diretamente vinculada às acumulações tecnológicas do capitalismo no Ocidente, incluindo-se aí a necessidade de letramento massivo das sociedades para ativação e impulso do consumo de fruição. Primeiramente observou-se uma expansão/aceleração/intensificação de ritmos com o aparecimento da imprensa de massa articulada à vulgarização do telégrafo que, adiante, viabilizaria novas acumulações tecnológicas propelentes a outras mídias. (CHOMSKY, 2002)

Não obstante a evolução das mídias, no plano individual vale destacar que em nosso processo de formação moral somos levados a acreditar que "a mentira tem pernas curtas", o que poderia ser considerado como um dos primeiros contatos da criança com o arriscado mundo dos "fatos alternativos".[3] Tal prosaica lição moral foi factualmente desacreditada em 2018 por um projeto

2 "Vieses de confirmação" são tendências cognitivas para lembrar, interpretar ou pesquisar informações de maneira a confirmar crenças ou hipóteses prévias. Também podem estar presentes quando se concorda com uma frase usada anteriormente que é reapresentada em novo contexto, o que tende a gerar um erro de raciocínio indutivo.

3 O criativo eufemismo dos "fatos alternativos" ganhou notoriedade pela voz de Kellyanne Conway – conselheira do ex-presidente Estadunidense Donald Trump durante uma entrevista em um programa da National Broadcasting Company (NBC) em janeiro de 2017. Conway se referia à declaração falsa de Sean Spicer, porta-voz da Casa Branca, acerca do número de pessoas que assistiram à de posse de Trump.

do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) publicado no periódico *Science*. (VOSOUGHI; ROY; ARA, 2018) O estudo consistiu na análise de postagens veiculadas pelo Twitter desde 2006 – ano de criação da rede social –, que foram verificadas por seis agências independentes de checagem de fatos. O conjunto das cerca de 126 mil postagens foi repassado por pouco mais de 3 milhões de participantes e revelou que informações mentirosas veiculadas pela internet têm 70% mais chances de viajar mais rápido e alcançar receptores mais distantes. A retórica sensacionalista seduz mais pessoas, consome maior energia de atenção e rende maior tempo de engajamento nas redes sociais em que é veiculada. Para se ter uma ideia mais acurada do poder de alcance dos "fatos alternativos", para cada postagem verdadeira que chega a cerca de mil pessoas há postagens mentirosas (mais fascinantes e populares) que chegam a 100 mil pessoas com velocidade incomparavelmente maior.

Ao analisar os exemplos históricos anteriormente destacados, é relevante à presente argumentação levar em conta um atributo central de força e alcance avassaladores, ainda que reprimido pelas limitações tecnológicas de seus contextos históricos. O atributo em questão não se refere às mídias utilizadas (sonetos, livretos, panfletos), nem às estratégias de sua veiculação (distribuição manual em lugares públicos), tampouco refere-se ao profundo reconhecimento dos momentos de alta vulnerabilidade a engodos e calúnias (todos esses empecilhos foram superados adiante, como veremos). O atributo-chave para o sucesso ou fracasso ligava-se ao imperativo do "desejo" no ciclo da A.I.D.A.[4]

Em outros termos, mais relevante que a sofisticação dos formatos e da autoridade/credibilidade de seus veiculadores, a aquisição deu-se pela curiosidade e "necessidade" inconfessável pelas pérolas do embuste oferecidas gratuitamente e a seguir consumidas com avidez. O objeto de consumo liga-se à inerente índole sedutora das revelações exclusivas de comportamentos e situações moralmente condenáveis, sabido que as *fake news* são sempre, de certa maneira, atraentes, porque implicadas em segredos de potenciais desdobramentos estrondosos. Além do mais, sonetos são curtos e incisivos, assim como os livretos ferinos ou

4 A.I.D.A. é um acrônimo formado pelo conjunto das iniciais (em inglês) das etapas principais da jornada de compra: Attention, Interest, Desire e Action. Estratégias de *marketing* que possuam todos os pontos citados teriam mais chances de obter clientes.

as pequenas crônicas dos *paragraph men*. Como todo mistério furtivo, funcionam bem em formatos abreviados que incitam, desviam atenções e estreitam ligações e dependência a seus emissores. Para enganar a razão, espetar o desejo e seduzir opiniões dos mais vulneráveis, os produtores/veiculadores valiam-se da brevidade das mensagens para seduzir sua plateia inculta, ainda que alfabetizada (notar que a repulsa aos "textões" ainda lhes é traço peculiar). Em outras eras já se identificava o incomensurável poder dos estímulos lacônicos e (imoralmente) potentes, embora houvesse obstáculos intransponíveis quanto ao anonimato dos emissores e na identificação e segmentação dos receptores mais afeitos a tal forma de estimulação.

Obviamente não se trata literal ou meramente do desejo carnal por sexo ou alimentos, mas nos referimos ao rol de necessidades psíquicas humanas essenciais à sobrevivência social e à convivência em coletividade. As pequenas fofocas ligam-se à necessidade humana por aceitação e ao sentimento de pertencimento a um coletivo que muito ajudou na organização grupal do *Homo sapiens* para superação dos obstáculos apostos pelo meio hostil, assim como, e sobretudo, na organização de coletivos contra os considerados inimigos. Dunbar (2004) assegura que as relações sociais de macacos e símios nos primórdios do Velho Mundo parecem ser sustentadas por formas relativamente sofisticadas de cognição social que encontram sua expressão mais completa no que chama de "hierarquia reflexiva multinível" de intencionalidade. O pesquisador acrescenta que "a cognição social [...] é baseada no fenômeno reflexivamente hierárquico da leitura da mente, a habilidade refletida na afirmação de que suponho que você acredita que eu quero que você pense que X é o caso".[5] (DUNBAR, 2004, p. 101, tradução nossa) Nesse contexto, a reafirmação de crenças identitárias partilhadas pela tribo também conta como necessidade estruturante dos laços sociais, embora também implicada na genealogia das xenofobias, entre outros vícios. Esses processos expressam-se nitidamente no plano da ação política sem interlocução – fenômeno tão usual na pseudoágora do Twitter e nos rincões do WhatsApp. Nesses terrenos a veracidade das assertivas importa menos do que sua "força de lacração", e a

5 Texto original: "Social cognition in these respects is based on the reflexively hierarchical phenomenon of mind-reading, the ability reflected in the claim that suppose that you believe that I want you to think that X is the case".

plausibilidade das informações torna-se um atributo irrelevante sob a luxúria dos compartilhamentos. O que importa aos lacradores é o quanto essas versões reforçam seu posicionamento político ou a cosmovisão do grupo – sabendo-se que, quanto mais "orgânico" e aguerrido o ativista, mais grave será seu grau de miopia quanto a esses aspectos.

Existe uma nítida inclinação humana pelo consumo e disseminação de aspectos moralmente condenáveis de terceiros, mais do que por suas admiráveis virtudes. Assim, a mentira faz parte de complexos subterfúgios defensivos do qual lançamos mão para deformar e fraudar nossas relações com a realidade. Temos que admitir que nos ambientes digitais da sociedade da desinformação, as convicções têm falado mais alto que os fatos. O compartilhar de versões nos torna impulsivos, porque o conteúdo dos "textões" e a reflexão advinda destes esvazia-se perante a necessidade de engajamento e de coesão do grupo ao redor de conceitos em pleno processo de formação ou já deformados. Em sua pesquisa sobre credibilidade em *fake news* e probabilidade de compartilhamento, Pennycook e demais autores (2021) perceberam que 37,4% dos participantes tinham chances maiores de compartilhar notícias falsas que concordavam com seus pontos de vista, mesmo sabendo que eram inverídicas. Essa proporção de compartilhamentos caía a 24% se as notícias, mesmo quando verdadeiras, discordassem das crenças dos pesquisados. Conclui-se que as necessidades da identidade grupal geram uma deterioração dos processos comunicativos a partir do qual o poder da convicção impera sobre o factual. Desenvolvem-se interações sem relacionalidade, participações sem presenças, conhecimento sem sabedoria e discurso sem diálogo.

Investigações transculturais e pesquisas históricas bem descrevem os efeitos das mentiras inocentes, pequenas difamações e "verdades alternativas" da vida alheia sobre a volição e como aquelas, ao longo dos milênios, acomodaram-se no cerne das relações sociais do *Homo sapiens*. (BARKOW, 1992; PAINE, 1967; SCHEIN, 1994) Por enfatizar a dimensão mais constrangedora ou abominável dos comportamentos que corrompem normas sociais, é plausível admitir que, evolucionariamente, tais disposições tenham função de formação moral. Mentiras e verdades tão secretas quanto atraentes podem referir-se não somente ao engodo para obtenção de vantagens, mas também a interdições, códigos de conduta e comportamentos execráveis como recurso de transmissão geracional de orientações sobre a convivência e o

mútuo entendimento do coletivo. (KNIFFIN; WILSON, 2005) Historicamente, as breves informações contrafactuais ou enganosas cumpriram funções de ordenamento cultural como forma de condenar e erradicar reações e atitudes indesejáveis. A presença de tais atributos provavelmente infames e irresistíveis cumpriu seu papel em nosso processo civilizatório – nossa voracidade pelas "notícias quentes" nos constitui, nos orienta (ou desorienta) e nos define como mortais imperfeitos ainda que por meio de notícias sobre sequestradores de crianças ou cardeais pedófilos.

Norbert Elias, em seu livro *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), descreve como aos predicados advindos de um moralismo dos estabelecidos – defensores de uma ética dos "bons costumes" – contrapôs-se uma imagem negativa destes, pautada por fofocas produzidas pelas redes de *outsiders*. Elias (2000) esboça as estreitas vinculações entre a estrutura da fofoca e o grupo que as veicula, sabido que a "fofoca elogiosa", que tende para a idealização, e o "mexerico depreciativo", que tende para a degradação estereotipada, são fenômenos estreitamente ligados à crença no carisma do próprio grupo e na desonra do grupo alheio. "A identidade coletiva e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual, na experiência que o sujeito tem de si e das outras pessoas". (ELIAS, 2000, p. 133) Em síntese, Elias afirma que é sumamente esclarecedor observar além das estruturas individuais de personalidades para compreender as genuínas racionalidades geradoras de preconceitos e estigmatizações sociais. Temos a ganhar esclarecimentos úteis aos nossos próximos passos, pautados pela compreensão de práticas que servem a interesses de um grupo em oposição ao outro.

Obviamente, tais considerações não devem servir de argumentação para indulgência irrestrita dos "arquitetos do caos" que desenvolvem algoritmos para manipulação dessas características humanas para alcançar lucros obscenos e desígnios escusos. Tais inclinações nos fazem preterir virtudes a vícios, habilidades a defeitos e acedências a contendas. A manipulação algorítmica dessa faceta humana voltada à luxúria e à gula pelas aleivosias *on-line* é bem retratada por um dos primeiros financiadores do Facebook, Sean Parker, que descreveu muito precisamente o leito basilar do oceano de dados pelo qual fluem bilhões de compartilhamentos e *likes* que se aglomeram e constituem as redes sociais:

> *nós fornecemos a você uma pequena dose de dopamina cada vez que alguém o curte, comenta uma foto ou um post, ou qualquer outra coisa sua [...] um loop de validação social, exatamente o tipo de coisa que um hacker como eu poderia explorar, porque tira proveito de um ponto fraco da psicologia humana.* (LENIER, 2018, p. 15, grifo do autor)

Decerto, os referidos *loops* de validação que abrigam, nutrem e expandem conceitos e cosmovisões têm funcionado como vantagem de adaptação evolutiva aos *Homo sapiens* que precisam integrar-se a grupos maiores sob o risco de perecerem solitários em ambientes hostis. Por outro lado, na direção restritiva desse mesmo processo de integração, podem também funcionar como carburantes de ressentimentos a estruturar, validar e difundir conceitos e preconceitos aglutinantes para os *Homo sapiens* ideologicamente próximos, embora muitas vezes nocivos à sociedade como um todo. Na ambientação das redes sociais, *loops* de validação proliferam vertiginosamente, abrigando-se e reproduzindo-se nos "nichos ecológicos" mais receptivos para infestar mentes e gerar as bolhas comunicativas das câmaras de eco. Nesse processo, funcionariam como uma diabólica força gravitacional, exercendo seu irresistível poder de tração e distorção alimentado pela luxúria das "curtidas", muita dopamina e carícias irresistíveis em nossos egos narcísicos. Como Sean Parker admite candidamente, a arquitetura algorítmica das redes sociais ampara-se sobre a necessidade egóica de validação e reconhecimento. Além disso, o que é terrificante conceber, a tecnologia de manipulação desses *loops* tornou-se uma sofisticada ferramenta que, consequente e inevitavelmente em um ambiente capitalista, tem se oferecido como preciosa mercadoria.

Os frenesis de "dopamina" a que Parker se refere nos tornam imoralmente interessados na falsa percepção social de nosso sucesso, além do "infortúnio dos que consideramos melhores que nós" – embasamento lógico para a inveja, outro vício capital que fornece alicerces para o tremendo poder agregador/desagregador dos embustes *on-line* na sociedade da desinformação. Há uma gratificação narcísica ao obter validação do grupo pela identidade que se almeja mimetizar pelo intermédio do posicionamento ético-político, preferências gastronômicas ou viagens exóticas.

As redes ampliam e enfeitam nossas "personas", embora os que se viciam nesse tipo de luxúria dopaminérgica tendam a criar compulsões de alguma forma gratificantes, mormente pela percepção de acolhimento pelo grupo. Tais práticas oferecem um risco não desprezível: os mitômanos passam a acreditar nas próprias narrativas que os situam em posição de distinção, tornando-se dependentes delas.

Segundo McAndrew e Milenkovic (2002), é perfeitamente compreensível suscitar maior interesse sobre boatos que oferecem imagens de desgraças, desonras e escândalos que envolvam pessoas de alto *status* social e poder aquisitivo – eventualmente potenciais rivais no trabalho ou das vizinhanças. Por outro lado, informações negativas sobre pessoas consideradas socialmente inferiores têm um *appeal* extremamente reduzido. O mesmo vale para função identitária, que reforça os laços de cooperação (ou antipatias de intolerância) entre núcleos sociais ao redor das mentiras e calúnias. Estas suscitam maior ou menor apetite dos glutões por *fake news* de acordo com seu grau de distanciamento do alvo. Ou seja, é pequeno o poder de sedução das mentiras infames sobre aliados, amigos e parentes, o que comprometeria o nível de coesão do grupo. No terreno oposto, quanto mais culturalmente distante ou forasteiro o alvo das maledicências, maior o desejo pelo consumo dos quitutes enganosos.

Uma mentira também pode ser sedutora por proteger (ou difamar) a reputação de terceiros, pela qual estabelecem-se laços de confiança pela via da confidencialidade entre pessoas que reafirmam sua lealdade (ou seu ódio comum) a um terceiro. Nesse segundo caso, a mentira nutre o ego pelo sentimento de superioridade, vingança ou o inconfessável deleite pela *schadenfreude* (termo alemão que descreve as "alegrias vergonhosas", ou satisfação obtida com o infortúnio de outros). Não somente os produtores de *fake news*, mas também as mídias tradicionais se valem dessas táticas de sedução, sabido que catástrofes se prestam como matéria morbidamente valiosa aos noticiários. O valor de sedução aumenta se há indícios de negligência, imperícia ou imprudência passíveis de serem atribuídas à ação vil de alguém poderoso por quem nutrimos sentimentos de inveja ou antagonismo. Calamidades que dão sentido a discursos político-xenofóbicos ou intolerantes em geral também são argumentativamente "nutritivas" para as homilias de intolerância que servem de base a tantas *fake news*. Em síntese, a sensação

de poder e o apego à sedução reiterada de vulneráveis presente tanto nas mídias tradicionais quanto nos tuítes dos "homens parágrafo" é um pecado capital próximo à luxúria – o frenesi pela exploração vil de inclinações inconfessáveis tão humanas. É inegável que na intimidade da natureza capilar dos nichos ideológicos produzem-se conteúdos altamente sedutores, porque breves, retoricamente simples e suficientemente plausíveis à apreciação de segmentos consumidores afeitos. Além disso, podem ser anônima e prontamente colocados à disposição de milhares, a partir dos quais serão instantaneamente replicados, sem custos ou intermediários. Não há bloqueios para interpelação dessa linha de montagem/compartilhamento, e são precárias e insuficientes as intercessões do contraditório.

LUXÚRIA, VOYEURISMO E ADULTÉRIOS NO MATRIMÔNIO COM A VERDADE

A luxúria, um dos pecados capitais, é usualmente percebida como uma compulsão incessante pela satisfação de demandas carnais irreprimíveis.

Faz com que o olhar se turve, invariavelmente revestido de malícia, só percebendo coisas e pessoas como objetos de gozo. Importante lembrar que se trata de um vício não exclusivo daqueles que buscam a saciedade de seus apetites sexuais, também sendo atribuído aos que se comprazem em cativar olhares e desejos maliciosos para arrastar incautos à perdição no ciclo vicioso dos prazeres. Segundo o entendimento cristão, o pecado transcende o campo sexual, referindo-se também a todos aqueles que deixam-se escravizar por paixões e vícios por sedução. (ENTENDA..., 2019) Como a maioria dos pecados capitais, a luxúria é uma perversão egocentrada – condena o pecador ao egotismo que transforma o próximo em mero objeto ou propriedade para usufruto pessoal, impedindo-o de enxergar seu coração. Assim, os envolvimentos luxuriosos entre sedutores e seduzidos são essencialmente egoístas, meramente físicos e despidos do amor pelo outro que – segundo os textos canônicos – é a manifestação essencial da sexualidade.

Como já descrito, há poucas décadas, tal modalidade de comunicação viciosa ajudou o *Homo sapiens* a obter informações sobre os demais que o orientariam sobre como conduzir a vida em grupo ou ampliar a autoestima por meio da comparação com as imperfeições alheias. No entanto, alertam os

psicólogos que os que se viciam nesse costume tendem a criar compulsões de alguma forma gratificantes – pela sensação de aceitação pelo grupo. Por outro lado, tais práticas oferecem um risco não desprezível: os mitômanos passam a acreditar nas próprias narrativas que geralmente os situam em posição de distinção.

Tal distorção comunicativa, desde que esporadicamente empregada na dimensão pessoal, compunha uma dinâmica relacional necessária, embora moralmente condenável. No âmbito da política, as apostas no engodo crescem, embora constrangidas por tecnologias precárias que limitam a identificação dos vulneráveis e a disseminação ampla, rápida e apócrifa de conteúdos enganosos. Subitamente, no itinerário desse *Homo sapiens* que habituara-se a mentir para ampliar conexões no grupo e ocultar fraquezas, defeitos e insuficiências de caráter e vontade, surgem artefatos tecnológicos que o colocam perante um monumental desafio ético, semelhante ao anel encontrado por Giges que concede invisibilidade, embora tenda a corromper os espíritos.[6] Tais artefatos tecnológicos confeririam o condão da invisibilidade e do anonimato, com poderes suplementares de influenciar milhões e modificar o curso de seu tempo. No entanto, a mitomania nas narrativas enganosas não prospera sem seu contraponto original e necessário – o voyeurismo de suas respectivas audiências. O frenesi pelos *likes* e a luxúria pelos compartilhamentos e *reposts* tem abalado profundamente nosso matrimônio com a verdade. O poder sedutor de criar e distribuir anonimamente, e em escala planetária, conteúdos enganadores que poderiam mudar a História arrebatou o coração dos "engenheiros do caos", como designado por Giuliano da Empoli em seu livro sobre os responsáveis por maquinações para afrontar a democracia e manipular cenários políticos. (EMPOLI, 2021) O desvario da sedução fácil pela mentira invocada por dinheiro, poder político ou necessidade de distinção social fez com que esses engenheiros apelassem às disputas ideológicas e aos

6 Giges é um pastor que, após um terremoto, encontra um anel em uma cratera aberta pelo abalo sísmico. Ao colocar o anel, ele descobre que pode se tornar invisível. Em seguida, segue para cidade em que assassina o rei, casa-se com a rainha e se torna o rei da Lígia. O Anel de Giges é um artefato mítico mencionado por Platão no segundo livro de *A República* e é usado como metáfora para considerar se uma pessoa continuaria a ser justa se não temesse qualquer má reputação por cometer injustiças.

demais vícios de uma sociedade excitada e habituada a cometer adultérios em sua união com a verdade.

A LUXÚRIA DE UMA SOCIEDADE EXCITADA

A ideia de mediosfera – espaço imaginário que abriga os meios de comunicação – nasceu da reflexão sobre o desenvolvimento incremental e da centralidade das tecnologias eletrônicas na Noosfera que se desenvolveu no século do "capitalismo pós-eletrificação" do Ocidente. Segundo Contrera (2017), é o ambiente de um mundo desencantado que tenta compor paradoxais vazios causados por excessos e redundâncias – existencialmente precários porque originados da erosão das relações interpessoais. O termo "mediosfera" surge não para descrever uma realidade tecnológica material, concreta, mas para expor um processo de degeneração do imaginário e da percepção do real que se verifica no contexto das sociedades capitalistas, de onde jorram estímulos ininterruptos advindos do fascínio pelos recursos midiáticos. A noção de tal processo de degeneração da mediosfera encontra raízes anteriores, vinculadas à distinção de Walter Benjamin entre *Erfahrung* (experiência) e *Erlebnis* (vivência). (FREITAS, 2014) A *Erfahrung* refere-se a um processo reflexivo e emancipador que se sedimenta e reproduz em uma experiência plena, pontuada por relações de mútuo enriquecimento e suficiente para perceber-se e expressar-se nas vivências. Para bem ilustrar tais conceitos, Benjamin usa a "fábula do vinhateiro" que, ao fim da vida, transmite aos filhos suas vivências sobre o valor do trabalho – não sob a forma de discurso moral, mas como uma narrativa de suas percepções do cotidiano que ecoarão nas gerações futuras. Assim, suas vivências passariam à experiência dos descendentes desde que suas palavras "sejam perduráveis, como um anel, de geração a geração". (BENJAMIN, 2012, p. 85) No contexto do que se deseja enfatizar no presente texto, *Erlebnis* refere-se ao contato com uma profusão de pseudoexperiências inconsistentes e incompletas que jorram profusamente na mediosfera. Tornam-se, assim, o conjunto das vivências do típico cidadão desses espaços, excitado pela luxúria de estímulos que o isolam de si e da própria realidade – amiúde compartilhados em comunidades igualmente autocentradas na gula e luxúria das vivências de seus membros. Eles passam pela vida como espectadores satisfeitos em apenas reagir a estímulos e tentar consumir todos os recursos indispensáveis para tanto.

O relatório de Wardle e Derakhshan (2017), além de nomear as "*information disorders*", categorizou as *fake news* em três grupos: a *misinformation* – como informação equivocada que, se divulgada, desdobra-se em comportamentos desastrosos (*misleading contents*); a *malinformation* – informações verdadeiras reconfiguradas para o engodo (exemplo típico das substâncias eficientes unicamente *in vitro* que são alardeadas como cura da covid-19); e a *disinformation* – categoria com alcance extremamente dilatado que incluiria todas as "técnicas intencionais de disseminação de informações necessariamente falsas, com o objetivo específico de criar desordem ou causar estragos premeditados". (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 20) Todas essas definições propõem uma classificação centrada nas mensagens, e não nas condições de seu consumo. Na perspectiva do relatório, *fake news* são os produtos finais da desinformação que remetem às intenções de seus emissores e aos seus efeitos. Embora com o objetivo de subsidiar *policy makers* e profissionais da comunicação na discussão amadurecida com base em critérios e elaborações sofisticadas, o relatório não se aprofunda suficientemente nos aspectos socioantropológicos necessários a uma compreensão mais plena dos fenômenos retratados. Como exemplo de insuficiência nas categorizações em termos de intencionalidade e factualidade, a peça ficcional de H.G. Wells não poderia ser enquadrada na categoria *disinformation*. Por outro lado, "Os protocolos dos Sábios do Sião" seria um exemplo nefastamente primoroso. Além da mera intenção de iludir para criar desordem, há também fortes propósitos comerciais no esparzir do caos. A cornucópia de conteúdos caluniosos e inverídicos é comercializada pelos *spin-doctors*[7] contratados nas plataformas sociais para produzir e distribuir seus produtos abjetos. (EMPOLI, 2021) Esses subsistemas da mediosfera existem para originar lucros financeiros a produtores e intermediários, assim como auferir difamação e influência política aos que defendem agendas com base em desinformação. Talvez um arcabouço conceitual crítico mais amplo seja necessário e urgente para lidar com o consumo frenético de imagens e vídeos e tratar dos circuitos de excitação como mercadoria. Um norte explicativo que acomode, também, a produção em

7 Diante de determinada situação de impasse, crise ou estagnação, *spin doctors* são consultores políticos que se ocupam em identificar uma estratégia capaz de mudar a tendência a favor de um candidato ou campanha.

escala industrial de mentiras e dos artefatos tecnológicos aprimorados para a fruição sôfrega de desinformação.

Nas 211 teses sobre a "sociedade do espetáculo", Debord (1991) descreve como esta torna-se o próprio "espetáculo do espetáculo", como condição *sine qua non* para a reprodução dos sistemas intensamente orientados pelo mercado. Nesses contextos, o consumo de imagens trágicas, sensuais ou violentas (sensacionais em essência) é superestimado pelas mídias e seus consumidores. Além disso, em mútua potencialização, o vício no "sensacional" – pelo menos nos meios jornalísticos e acadêmicos – associa-se ao imperativo da precedência; quem anuncia o sensacional em primeira mão, conquista os melhores créditos. A partir do século XX, surgem novas formas de consumo e dominação baseadas no dilúvio de imagens advindas, primeiramente, pelas TVs e revistas e, atualmente, pelo Instagram, Netflix, YouTube, WhatsApp entre tantas outras "mídias de distração" que se caracterizam pela descarga colossal de estímulos imagéticos que nos roubam o foco e o interesse por nossas vivências (*Erlebnis*) e perda de sentido para elaboração da experiência (*Erfahrung*).

Christoph Türcke, em seu livro *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010), atualiza as teses de Debord ressaltando que as sociedades turbocapitalistas são dirigidas por relações mediadas por imagens espetaculares cujo mercado imagético produz, ininterruptamente, choques que criam ciclos viciosos de excitação, entorpecimento e nova excitação. Esses choques, ou sustos, seriam sensações que nos arrebatam toda a atenção – frutos do pavoroso e sensacional, seriam, segundo Türcke (2010, p. 119), a "sensação por excelência". Nessa perspectiva, ingênuo seria crer que nossos *black mirrors* apenas preenchem nosso tempo livre com entretenimento instrutivo. Tamanha carga de estímulos desgasta a capacidade humana de manter o foco em aspectos essenciais como o enriquecimento de uma cultura política, o que Türcke (2010) chamou de "distração concentrada". Nossa atenção esvanece tanto pela luxúria/gula por desinformação e pela estimulação sedutora de outras ordens que a vigilância sobre o que não se anuncia espetacular (ou não desperta nossa indignação) simplesmente não nos desperta de um sono acrítico. (PENNYCOOK et al., 2021) Em outros termos, a "sensação" antes equivalia apenas ao que se colocava como objeto de nossa percepção. Na medida em que os estímulos se intensificaram, ela distanciou-se de sua

conotação original e tornou-se o equivalente a algo "digno de ser percebido com pouco esforço" – ligando-se unicamente ao que é "sensacional", que transborda da vivência ordinária no cotidiano, chocando, indignando, surpreendendo ou, em síntese, excitando; mesmo que por uma fração de segundo. A sensação é entendida por Türcke (2010) como o que seduz irresistivelmente a percepção como a indignação, o sensacional e o pitoresco propelidos pela luxúria, inveja e gula midiática. Interessante acrescentar à lista de Türcke (2010, p. 119) os vícios na narrativa dos riscos, nomeadamente a inclinação das mídias para enfatizar o risco à frente da segurança e seu carácter paradoxal de "ser previsível embora não possa ser previsto". A excitação oferecida pela noção de risco pode ser identificada, inclusive, no seio dos movimentos antivacinação (PENNYCOOK et al., 2021), assim como no coração das teorias conspiratórias, em geral. Tal estado de iminência persistente de perigos e estimulação cotidiana pelo alerta quanto a riscos eleva a catástrofe a um genuíno estado de "celebridade trágica", como aconteceu no fim de abril de 1986 durante a contaminação decorrente do desastre na usina de Chernobyl. No nível político-comunicativo, como lidar com o medo se suas causas são ainda incompreensíveis, intangíveis ou inacessíveis no nível microbiológico? Em pleno clima de ignorância, indeterminação e espanto do início da pandemia da covid-19, tanto pelas mídias oficiais como pelas redes sociais proliferaram as *misinformations* sobre nosso inimigo público número 1 – o que se justificava pelo contexto de escassos conhecimentos da ciência sobre sua natureza, formas de replicação, contágio e medidas de proteção. Com o passar dos meses, além do destaque ao risco epidemiológico, cresceu de forma assombrosa o vício na repercussão ágil de informação incompleta, inexata ou mesmo contraditória sobre acontecimentos em curso como genuínos exemplos de *misinformation* mesclados a *disinformation* necessária aos fins políticos sub-reptícios daquele momento.

Embora as máquinas atuais produzam menos vapor e sejam menos ofegantes e poluidoras, Türcke (2010, p. 10) argumenta que nosso atual contexto social é altamente tecnificado. Nossos sistemas de produção cultural mantêm-se sob influência dessa lógica que "microeletronicamente engana mais facilmente o desejo de seus clientes [...]. *O choque da imagem se tornou o foco de um regime global de atenção, que insensibiliza a atenção humana por meio da sobrecarga ininterrupta*", Türcke (2010, p. 33, grifo nosso) assim descreve,

como característica central da sociedade excitada, a ininterrupta geração de artefatos tecnológicos para fruição de imagens mais nítidas desses elementos geradores de choques. Para tanto, no terreno da fruição imagética, surgem a cada Black Friday aparelhos de TV com definição de tela superior ao da realidade e o maior número de polegadas que couber em nossas salas. Do mesmo modo, proliferam os mais populares artefatos de "comunicação" propagandeados com base no poder de suas lentes e grau de definição das imagens produzidas por elas. Interessante notar que na sociedade excitada as imagens de si – produzidas sob a demanda do espetacular e da estimulação máxima de sentidos – são quase que exclusivamente geradas pelos antigos telefones. Para a sociedade excitada à catástrofe, a indignação pela mentira – ou, como sua consequência, o engodo para capitalização política, a "lacração" e a sedução das *selfies*, entre outras formas de exercício dessa luxúria e gula – transformou a prática da comunicação humana. Engajamento sem participação e convicção sem diálogo ou reflexão foram incorporados ao novo *éthos* compromissado unicamente com excitação imagética, estímulos e choques audiovisuais. A sensação transformou-se em vício acrítico, que embriaga e nos desvia de um senso de sobriedade dado à reflexão e amadurecimento de nossa experiência (*Erfahrung*).

A pandemia da covid-19, articulada à luxúria pelas *fake news* que proliferaram em seu rastro, deu origem a novas formas de violência. Como se não fosse suficiente a devastação virótica do inimigo invisível – originado em circunstâncias mal compreendidas em sítios distantes do planeta –, outras formas de violência consequentemente surgiram, como a infodêmica. Subitamente, somos forçados a ter que saber tudo sobre "validação científica de ensaios clínicos" para poder optar pela "melhor marca de vacina". Como se não fosse suficiente dar conta de tantas mensagens em tantos grupos de WhatsApp, ainda somos expostos ao sobre-esforço de ter que consultar agências de *fact checking* para compreender e praticar conceitos necessários à nossa biossegurança. Também nos é desgastante ter que, mantendo a civilidade, tolerar a intolerância. Os *spin-doctors* e engenheiros do caos há muito descobriram que nas redes midiáticas os estímulos que seduzem pela intolerância e as homilias de ódio alinhadas às agendas políticas também podem tornar-se *commodities* valiosas. (EMPOLI, 2021)

CONCLUSÃO

O conjunto de plataformas e mídias utilizadas para dispersão de discursos maliciosos expandiu-se desde os tempos da ágora. Seu crescente exponencial, sobretudo a partir do século XX, alcançou domínios e recursos para desinformação incomparavelmente mais dilatados, céleres, baratos e segmentados do que a distribuição de panfletos em praça pública em tempos de escasso letramento da sociedade. Além de todas essas potências, importante assinalar, vivemos a penúria ética do império da fatuidade e da superficialidade, sob o controle cada vez mais nítido do *surveillance capitalism* (ZUBOFF, 2015) que se amplia enredado na relação luxuriosa com a mentira, a manipulação e a excitação pelo engodo. Mas como colocar em prática as "atitudes de auto-defesa digital" sugeridas por Naomi Klein (2019)[8] nas confrontações cotidianas com o "Capitalismo de Vigilância",[9] assim como contra algumas outras modalidades de capitalismo do século XXI?

Percebe-se que a desinformação tem funcionado perfeitamente bem nas dimensões de sua expansão e reprodutibilidade. Determinados segmentos da "sociedade excitada" aderem cada vez mais frenética e acriticamente às *fake news* – quer como consumidores ou produtores –, mas sempre contaminados por doses cada vez mais intensas da dopamina dos choques imagéticos, *likes* e compartilhamentos. A lógica da sociedade excitada tende a promover a *comoditização* do mórbido e do frenesi pela mentira, o que leva a um estado de letargia midiática que nos expõe a paradoxos: simultânea ou alternadamente estonteando e excitando. Importante notar, no entanto, que o vício na disseminação ou consumo de desinformação compromete a relação do sujeito consigo mesmo e o sentido de sua ligação com o outro. Na mediosfera da sociedade excitada, o poder da convicção tem se tornado bem maior que o da verdade, uma vez que a capacidade de percepção é sobrecarregada por estímulos que excitam e anestesiam os sentidos, sobretudo nas comunidades virtuais pautadas por factoides enganosos. Os produtores-consumidores

8 Informações disponível no *site* do Conselho da União Europeia, ver em: https://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/library/library-blog/posts/the-age-of-surveillance-capitalism/.

9 Nova faceta do capitalismo que monetiza dados adquiridos de usuários pelo recurso a vastos poderes de captação de seus dados associados à indiferença e ao narcisismo intrínseco do capitalismo financeiro e sua visão neoliberal dominante.

que "habitam" (isolados) tais grupos exercitam seus vícios pela disseminação instantânea de mentiras que acaba por contaminar os terrenos circundantes. Cometem assim um grave pecado: a ficção lhes turva o vínculo de fidelidade em seus relacionamentos com a realidade.

Após o período pós-Segunda Guerra, a prosperidade econômica ocidental superou com ampla margem para desperdícios as limitações naturais à disponibilidade de comida. Alimentos processados se tornaram bem mais baratos do que os componentes proteicos da dieta, o que produziu obesidade em escala pandêmica. Usando a metáfora de Olpinski (2016), as mídias sociais representam hoje o *fast food* da era da informação, administrando injeções de dopamina geradas pelo "açúcar" do espetáculo, das futilidades necessárias à aprovação social e dos comportamentos de validação. Evolutivamente fomos estruturados para evolução sob condições de baixa ingestão de carboidratos, sob limitações criadas pelo ambiente. De forma análoga, o *Homo sapiens* se desenvolveu pelo intermédio de um sistema de transmissão verbal de informações que, no decorrer do último século, foi confrontado pelas tecnologias que veiculam acesso a um volume gigantesco de conteúdos superficiais disseminâveis a qualquer recanto do planeta sem necessidade de conhecimento técnico. A ação comunicativa para superação de ideologias e emancipação do ser humano tem sido reduzida à reprodução alienada de memes e partículas de informação sensacional. De tal forma, assim como a oferta excessiva de açúcares levou à obesidade, a luxúria dopaminérgica pela sensação articulada à gula por seu consumo e replicação nos levou às corrupções infodêmicas da comunicação. Sendo assim, no contexto dessa nova "Idade Mídia", como superar as novas modalidades de alienação envolvidas nesses ciclos de luxúria e gula? Até lá, nos rincões do WhatsApp e do Telegram, nas planícies do Facebook e do Reddit e nas vitrines do Instagram, prosseguiremos assim, produzindo imagens sensacionais e reproduzindo discursos sem diálogos, vivências midiatizadas e acríticas que obliteram oportunidades para experiência (*Erfahrung*), incentivando a já referida "convicção sem reflexão e sem interlocuções". Apresentar soluções para tal fenômeno envolve cogitar a articulação de intervenções tecnológicas e educacionais e, em última análise, mudanças radicais pelas quais as dietas midiáticas vazias, sem potencial para desenvolvimento de experiência, seriam consideradas hipercalóricas e, portanto, socialmente inaceitáveis.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, W. *O anjo da história*. São Paulo: Autêntica, 2012, p. 85-90.

BARKOW, J. H. Beneath new culture is old psychology: Gossip and social stratification. *In*: BARKOW, J. H.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (ed.). *The adapted mind*. Oxford: Oxford University Press, 1992. p. 627-37.

CHOMSKY, N. *The Spectacular Achievements of Propaganda*. New York: Seven Stories Press, 2002.

CONTRERA, M. S. *Mediosfera*: meios, imaginários e desencantamento do mundo. Porto Alegre: Imaginalis, 2017.

DARNTON, R. The True History of Fake News. *The New York Review*, New York, 13 fev. 2017. Disponível em: https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news. Acesso em: 15 fev. 2022.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

(A) DESINFORMAÇÃO na história. M*anual da Credibilidade Jornalística*, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www.manualdacredibilidade.com.br/historia. Acesso em: 14 fev. 2022.

DUNBAR, R. I. M. Gossip in evolutionary perspective. *Review of General Psychology*, [*s. l.*], v. 8, p. 100-110, 2004. Disponível em: https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news. Acesso em: 18 fev. 2022.

ECO, U. Prefácio. *In*: EISNER, W. O complô. *A história secreta dos protocolos dos sábios do Sião*. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 8-9.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Observações sobre a fofoca. *In*: ELIAS, N.; Scotson, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 121-133.

EMPOLI, G. da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Ed. Vestígio, 2021.

ENTENDA o pecado da luxúria. *A12 Redação*, [*s. l.*], 18 jul. 2019. Disponível em: https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/entenda-o-pecado-da-luxuria-18-07-2019-20-30-00. Acesso em: 16 fev. 2022.

FAKE NEWS. *In*: COLLINS Dictionary Online.[*S. l.*]: Collins, 2022. Disponível em: https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news. Acesso em: 18 fev. 2022.

FREITAS, T. M. G. Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin. *Revista Garrafa*, Rio de Jnaieiro, v. 33, p. 72-87, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/7918. Acesso em: 18 fev. 2022.

JOLY, M. *Diálogos no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu ou a política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

KAVENNA, J. Shoshana Zuboff: 'Surveillance capitalism is an assault on human autonomy'. *The Guardian*, [*s. l.*], 4 out. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/books/2019/oct/04/shoshana-zuboff-surveillance-capitalism-assault-human-automomy-digital-privacy.Acesso em: 18 fev. 2022.

KNIFFIN, K.M.; WILSON, D. S. Utilities of gossip across organizational levels: Multilevel selection, free-riders, and teams. *Human Nature*, California, v. 16, p. 278-92, 2005. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26189751/.Acesso em: 18 fev. 2022.

LENIER, J. *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2018.

MCANDREW, F.T.; MILENKOVIC, M. A. Of tabloids and family secrets: The evolutionary psychology of gossip. *Journal of Applied Social Psychology*, Chapel Hill, v. 32, p. 1064-1082, 2002.

OLPINSKI, M. On blockchains, 'fake Trump news' and uberization of Facebook. *Medium blog*, [*s. l.*], 2016. Disponível em: https://blog.userfeeds.io/on-blockchains-fake-trump-news-and-uberization-of-facebook-b7a74fe5c371. Acesso em: 25 ago. 2020.

PAINE, R. What is gossip about? An alternate hypothesis. *New Series*, Torquay, v. 2, n. 2, p. 278-85, 1967. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2799493. Acesso em: 25 ago. 2020.

PENNYCOOK, G.; EPSTEIN, Z.; MOSLEH, M. *et al*. Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. *Nature*, Basingstoke, v. 592, n. 7855, p. 590-595, 2021. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41586-021-03344-2. Acesso em: 25 ago. 2020.

SCHEIN, S. Used and abused: gossip in medieval society. *In*: GOODMAN, R. F.; BEN-ZEEV, A. (ed.). *Good gossip. Lawrence*. Kansas: University of Kansas Press, 1994. p. 139-53.

SCHWARTZ, A. B. *Broadcast hysteria*: Orson Welles's War of the worlds and the art of fake news. New Yorque: MacMillan Publishers, 2015.

TÜRCKE, C. *Sociedade excitada*: filosofia da sensação. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. COVID-19, fake news, and the sleep of communicative reason producing monsters: the narrative of risks and the risks of narratives. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 ago. 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D.; GRIEP, R. H. The media-driven risk society, the anti-vaccination movement and risk of autismo. C*iência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro,

v. 20, n. 2, p. 607-16, 2015. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25715154/. Acesso em: 25 ago. 2020.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, WAshington, D.C., v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559. Acesso em: 25 ago. 2020.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information Disorde*r: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2017. Disponível em: https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c. Acesso em: 18 fev. 2022.

ZUBOFF, S. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, London, v. 30, p. 75-89, 2015. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559. Acesso em: 25 ago. 2020.

O QUE FAZ VOCÊ FELIZ?

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE FELICIDADE NA PUBLICIDADE[1, 2]

Ana Paula dos Passos Cancio
Francisco Romão Ferreira
Fabiana Bom Kraemer
Shirley Donizete Prado

INTRODUÇÃO

A "felicidade" é um termo que circula no cotidiano, naturalizada como algo inerente à vida, muitas vezes percebida como um bem acessível a todos, como se bastasse desejo e força de vontade individual para alcançá-la. Para além do senso comum, buscamos aqui propor, neste capítulo, uma reflexão acerca do uso do termo "felicidade" como conceito que faz parte da tradição

1 O presente capítulo foi elaborado a partir da dissertação intitulada *O que faz você feliz? A felicidade e o consumo de alimentos na publicidade*, concluída em 2020 pela primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

2 O estudo contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de bolsa concedida à primeira autora.

filosófica ocidental e traduz relações sociais em diferentes momentos das sociedades que, como a nossa, sofreram influência da tradição greco-romana e/ou judaico-cristã. Tendo em conta o importante papel do consumo e da comunicação orientada pelo mercado na vida contemporânea, voltamo-nos para os discursos acerca da felicidade presentes em campanhas publicitárias.

Na história do pensamento ocidental, a felicidade é um conceito estruturante que atravessa os séculos e que apresenta diferentes características dependendo da época e do sistema de pensamento, assumindo diferentes expressões na Antiguidade Clássica, na concepção cristã, no Humanismo Renascentista, no Iluminismo ou na perspectiva Pós-Moderna. (MCMAHON, 2006)

As campanhas publicitárias das empresas nos diversos setores fazem uso de variadas estratégias discursivas que funcionam como modo de oferecer os seus produtos, visando a ampliação do consumo de bens e serviços, compondo uma prática comum no interior de seu espectro de interesses. Tais estratégias fazem parte das práticas de aproximação das empresas com o público e o que nos chama a atenção é a forma como se dá a apropriação de uma questão existencial profundamente arraigada na cultura ocidental, como é o caso da felicidade.

É possível observar tal abordagem em promoções de produtos ou como movimento para firmar o posicionamento de marca de grandes empresas; por exemplo, do ramo alimentício. Vejamos algumas campanhas: do Grupo Pão de Açúcar, intitulada "Pra ser feliz é só começar"; da Coca-Cola Brasil, que utiliza o *slogan* "Abra a felicidade"; ou da empresa Outback, que, com os motes "Hoje poderia ser mais Outback" e "Hoje poderia ser mais divertido", apresenta aos consumidores um convite ao prazer, à alegria, à recreação, à felicidade; ou, ainda, da empresa de chocolates Garoto quando afirma que "Chegou a prova de que a felicidade completa é feita de pequenas alegrias"; isso sem contar o "Mc Lanche Feliz". De imediato, observa-se o emprego da metonímia, em que há o uso de uma palavra no lugar de outra, fora de seu contexto semântico normal, mas mantendo entre ambos estreita relação de sentido. Assim, abrir a felicidade seria abrir uma Coca-Cola. Ser mais Outback significaria ser mais feliz, ter um dia mais divertido. As metonímias, metáforas, chistes e expressões de duplo sentido são recursos comuns nessas campanhas publicitárias e seus usos reforçam um ar de espontaneidade e leveza às estratégias discursivas que ancoram essas campanhas publicitárias.

Na medida em que muitas dessas empresas são transnacionais e atuam em escala global, tais discursos podem estar mascarando um modelo concentrador de negócios que nem sempre é favorável ao consumidor; pelo contrário, se é bom para o consumidor local, provavelmente não será bom para os acionistas. Há, então, de um lado a padronização de produtos e redes de distribuição em escala mundial, com a fusão de grandes conglomerados industriais e financeiros visando a ampliação e diversificação dos negócios nos diferentes mercados; e, do outro lado, estratégias discursivas cada vez mais emotivas e "individualizadas", elaboradas e direcionadas a públicos distintos nos diferentes mercados, dando um sentido cultural familiar de que aquele produto foi desenvolvido especialmente para aquele consumidor no nível local.

Na perspectiva cultural, isso significa a legitimação de um modo de vida no Ocidente contemporâneo em que a satisfação de necessidades e desejos é vista como algo a ser realizado, principalmente na esfera privada por meio de uma ideia de liberdade de escolha pessoal – limitada a um determinado leque de mercadorias. (ROCHA, 2011) Nesse caso, o limite está na decisão individual da compra de alimentos em detrimento de uma decisão coletiva sobre o uso dos recursos de uma dada sociedade, podendo haver repercussões danosas à sustentabilidade dos meios de produção de alimentos.

FELICIDADE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A pergunta que compõe o título deste capítulo, aparentemente banal e inocente, traz em si um dos grandes problemas da humanidade e apresenta tema recorrente na história da Filosofia e do pensamento ocidental, uma vez que inclui nas entrelinhas um problema central que não pode ser respondido sem um questionamento ético e moral. Nossa memória discursiva revela que somos profundamente marcados por experiências anteriores e que a percepção contemporânea da felicidade foi moldada há séculos por outras tradições de pensamento que ainda nos influenciam.

Desde os primeiros livros do pensamento ocidental, a *História* (2006) de Heródoto, *Os trabalhos e os dias* (2012) de Hesíodo, em textos da *República* (2008) de Platão ou em *Ética à Nicômaco* (1991) de Aristóteles, a felicidade ocupa um lugar central no pensamento moral e religioso, na organização da vida

pessoal e na forma de conduzir e reproduzir a vida social. Do latim *felicitus* e do grego *εuíδαιμονια* (*eudaimonia*), pode se referir a um estado de satisfação plena e global de todas as tendências humanas. Percorrendo diversos períodos da Filosofia, como a escolástica, o estoicismo e o modernismo, podemos encontrar a felicidade vinculada à subjetividade e às virtudes.

Em Heródoto (2006, p. 86), já podemos encontrar a máxima "nenhum homem pode se dizer feliz enquanto respirar", porque, na tradição greco-latina, a felicidade está ligada ao acaso, não havendo garantias de que ela sobreviverá às intempéries da existência: um golpe de (boa ou má) sorte pode mudar o destino, e o que seria uma vida feliz se transforma em dor e sofrimento. Na concepção de Heródoto e de seus contemporâneos, a felicidade não é um sentimento ou um estado subjetivo,

> Ela é a caracterização de uma vida inteira, e só pode ser determinada com a morte. Considerar-se feliz antes disso é prematuro, e provavelmente uma ilusão, já que o mundo real é cruel e imprevisível, comandado por forças que estão além do nosso controle. Um capricho dos deuses, o dom da boa fortuna, a determinação do destino: a felicidade na aurora da história ocidental era, principalmente, uma questão de sorte. (MCMAHON, 2006, p. 22)

Sócrates afasta-se dessa concepção fatalista ao introduzir "[...] a pressuposição de que a felicidade está ao alcance do ser humano" (MCMAHON, 2006, p. 41), ou seja, a possibilidade de "conquista da felicidade" se dá através da conduta racional, pelas escolhas de uma vida ética baseada nas virtudes, no controle das paixões e influenciada pela ideia de uma racionalidade que pode (ou não) nos governar. Ele ressalta a importância de uma conduta humana ética, podendo determinar ou influenciar como vivemos melhor as nossas vidas.

Nos textos platônicos *Fedro* (1997) e *A República* (2008), o autocontrole e o reconhecimento do desejo aparecem como uma forma de se chegar à felicidade. Ela vem através da educação da *hybris*, da busca do equilíbrio entre as necessidades e as virtudes, entre o desejo e a razão, entre os prazeres hedonistas da carne e o comedimento na ascese intelectual, entre controle e descontrole.

> Felicidade não é hedonismo. Nem pode ser encontrada nos caminhos do desejo ilusório que há muito desviam homens e mulheres que a procuram: fortuna, prazer, poder, riqueza, fama, nem mesmo na saúde ou no amor da família. No lugar de tudo, Sócrates prega o amor à Filosofia, insistindo que o poder de comandar a alma e a elevação até Eros são capazes de garantir, sozinhos, nosso fim almejado. Mas, para chegar a esse ápice do desejo é preciso controlar os outros desejos (e até renunciar a eles). [...] A felicidade, insiste Sócrates, está ao nosso alcance. (MCMAHON, 2006, p. 52)

Aristóteles coloca a felicidade como a meta de todas as ações humanas. Em seu pensamento, os conceitos de causa e ação são centrais. Todas as coisas – naturais ou humanas, criadas pelas mãos dos homens ou por vias divinas – possuem alguma finalidade e têm a intenção de cumprir um propósito. A felicidade, portanto, tem relação com a intencionalidade e a racionalidade das ações, na medida em que os animais agem segundo seus sentidos e instintos, enquanto apenas os seres humanos agem de acordo com a razão, visando alguma intenção, um fim previamente determinado pela virtude. Na perspectiva de Aristóteles, a finalidade da vida é a felicidade.

> Assim como um bom médico busca a saúde através da medicina, e como um bom general busca a vitória através da guerra, o bom ser humano buscará a felicidade através da vida. É nosso telos natural (o fim que atingiremos se vivermos bem) e nossa maior conquista, a ser obtida pelo cultivo da faculdade que nos diferencia de todas as outras criaturas e pelas atitudes tomadas de acordo com elas. Ser um bom ser humano é ser um ser humano feliz. A felicidade, conclui Aristóteles, é uma ação do espírito que manifesta a virtude. (MCMAHON, 2006, p. 60)

Para Aristóteles, todas as ações particulares devem ter como alvo a *eudaimonia*; esta que, porém, só é possível a quem tem virtudes. A principal

virtude que um homem deve ter é a *fronesis*, a prudência/sabedoria para agir bem em cada situação particular. (CHOUCHAN et al., 2003) Trata-se de uma atividade da alma em sintonia com a virtude, que não exclui a satisfação das necessidades e que, simultaneamente, não se submete aos caprichos de uma vontade mundana; pelo contrário, valoriza uma vontade intelectual, espiritual, na medida em que os bens espirituais são mais úteis e duradouros. A felicidade consiste em proporcionar a realização das potencialidades distintivamente humanas de cada um, essas que estariam localizadas no exercício correto da razão, tanto em sua forma prática quanto teórica. (HONDERICH, 2001)

Já no período estoico, encontramos pensamentos semelhantes em Sêneca, que defende a sabedoria em prol da felicidade e um estado de ataraxia, termo usado por Demócrito e por Epicuro que designa "[...]o ideal de imperturbabilidade ou da serenidade da alma, em decorrência do domínio das paixões ou da extirpação dessas". (ABBAGNANO, 1998, p. 87) Já em Epicuro, a felicidade é conceituada como ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma, e a prudência é um bem supremo do qual se originam as demais virtudes. Felicidade e virtudes estão íntima e inseparavelmente vinculadas entre si. O prazer, por sua vez, assume um lugar central nessa concepção por levar a uma vida feliz. Somos naturalmente atraídos pelo prazer, assim como fugimos da dor e do sofrimento.

> O universo é composto de combinações de matéria e vácuo, átomos e vazio. [...] Não faz sentido, portanto, falar da Providência nos moldes platônicos, de intenção divina ou de espírito incorpóreo. Como todo o resto do universo, os seres humanos são simplesmente organizações de matéria, e a consciência não é nada mais que uma movimentação completa de átomos. Para Epicuro, as sensações não são apenas a fonte de toda a experiência, são também fontes de todo bem e de todo mal. O que dá prazer é bom, o que provoca dor é ruim. Assim é a natureza. (MCMAHON, 2006, p. 70)

A felicidade é o resultado da proporção dos desejos satisfeitos, mas a questão central corresponde a aprender, a distinguir e separar os desejos necessários daqueles que nos desencaminham. Na perspectiva do estoicismo,

há uma tentativa de tornar a felicidade independente dos bens externos, reduzindo ao máximo nossa dependência de tudo o que não está ao nosso alcance, reduzindo o nosso desejo.

> Se ficarmos irritados por não conseguir conquistar a fama, amedrontados com a perspectiva de alguma doença, frustrados por não satisfazer nossos apetites sexuais ou perturbados com as ações de outras pessoas, é provavelmente porque colocamos nossa confiança onde ela não deveria estar. Nessa situação, temos duas opções: ou aumentamos nossos meios para realizar nossos desejos ou reduzimos os desejos para adequá-los aos nossos recursos. Aquele que é feliz, afirma Epicteto, deve possuir tudo o que almeja, deve parecer uma pessoa que conquistou sua necessidade (nem a fome nem a sede podem se aproximar). E, como enfatizam ele e Epicuro, o meio mais garantido de se proteger da fome é sufocar todas as suas vontades, abrir mão do apetite. (MCMAHON, 2006, p. 73)

Para o homem da Antiguidade, a felicidade exige disciplina e trabalho e, para alcançá-la, é necessário regramento e autocontrole, resultados de uma vida equilibrada, com harmonia, racionalidade e virtude. Os caminhos da vida não são mais um capricho dos deuses: há a possibilidade de escolha, de controle do destino e do desejo humanos. Essa perspectiva, contudo, passa a ganhar outros contornos com o pensamento cristão, através da ideia de que a via para a felicidade (no além) é o sofrimento (nessa existência). Com a aceitação do sofrimento em nome de uma recompensa futura, o prazer e a felicidade saem da órbita dos prazeres físicos e mundanos, deslocando-se para uma promessa de vida eterna, plena, com abundância, que só vem depois, *post mortem*. A felicidade, então, escapa do controle humano, e somente Deus, através de sua graça, é capaz de nos transformar e curar. A felicidade "verdadeira" é um "dom de Deus".

O cristianismo abre novos caminhos, retirando a felicidade do meio do mundo e ao mesmo tempo disseminando sua promessa universal para os quatro cantos da terra. Ao transformar a narrativa judaica de libertação em

vida em libertação universal na morte, o homem é levado a carregar seus fardos mirando a felicidade perpétua que estaria por vir. Na felicidade final, todo desejo humano é satisfeito, garante Tomás de Aquino, pois é na forma e na operação que se inscreve a perfeição e no fim que se encontra a realização plena.

O Humanismo Renascentista traz de volta a ideia epicurista de felicidade como possibilidade de obtenção de prazer ainda nesta existência. Locke e Leibniz traduzem essa passagem para o pensamento moderno. Locke afirma que a felicidade "é o maior prazer de que somos capazes, e a infelicidade o maior sofrimento; o grau ínfimo daquilo que pode ser chamado de felicidade é estar tão livre de sofrimentos e ter tanto prazer que não é possível contentar-se com menos". (ABBAGNANO, 1998, p. 434) Leibniz também afirma que "a felicidade é um prazer durável, o que não poderia acontecer sem o progresso contínuo em direção a novos prazeres". (ABBAGNANO, 1998, p. 434) Apesar dessa mudança, a ideia de felicidade persiste na vinculação com um bem comum, maior e acima do prazer ou do interesse individual. Ou seja, há um conteúdo moral que não se vincula ao pensamento cristão, mas que se articula com um ideal de bem, uma ideia abstrata de algo que é bom e acessível a todos.

> Embora os autores modernos tenham tratado da felicidade de uma forma distinta dos filósofos antigos e medievais, há algo comum entre eles: a felicidade nunca é apresentada como um bem em si mesmo, já que para saber o que é felicidade deve-se conhecer o bem ou os bens que a produzem. Até mesmo aqueles que fazem depender a felicidade de um estado de ânimo independente dos possíveis 'bens' ou 'males' supostamente externos chegam à conclusão de que não se pode definir a felicidade se não é definido um certo bem (ainda que este seja subjetivo). (MORA, 2001, p. 1007)

Essa noção abstrata de felicidade, com David Hume, leva a uma nova direção rumo a um sentido social ao atribuir à felicidade o que é moralmente bom e o que é útil e benéfico para o maior número possível de pessoas. Assim, amplia a discussão da esfera individual, conferindo-lhe um caráter social. (ABBAGNANO, 1998) Os filósofos Jeremy Bentham e John Stuart Mill, do

movimento utilitarista inglês, vão além ao afirmar que a felicidade é o objetivo principal a que todas as ações humanas estão dirigidas e que é, portanto, a suprema norma pela qual se julga a bondade ou a maldade das ações. Para Mill, as ações são boas ou corretas na proporção em que tendem a produzir uma felicidade geral, comum a todos os implicados na ação e amplia a questão da felicidade à busca por conhecimento, atividade artística ou cultural, bondade moral ou outra causa altruísta, fazendo com que sejam esses os atributos para uma vida feliz. (HONDERICH, 2001)

Essa noção de felicidade, como um bem comum a todos, vai se fortalecer e delinear com mais clareza as ideias que surgem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. O documento, fundador da Constituição francesa de 24 de junho de 1793, aprofunda essa concepção ao afirmar no seu artigo primeiro que "o objetivo da sociedade é a felicidade comum". A felicidade se transforma no horizonte e no lugar utópico, um princípio ou ideal das democracias nascentes e "[...] se para a maioria dos homens e das mulheres dos primórdios da era moderna Deus era a felicidade, desde então a felicidade transformou-se em nosso Deus". (MCMAHON, 2006, p. 278)

A Declaração de Independência do Estado Unidos, da mesma forma, vincula o bem-estar social e a busca da felicidade com a perspectiva de uma ética cristã ao afirmar que "[...] o governo é instituído e deve ser exercido em benefício do povo, e consiste no gozo da vida e da liberdade, com o direito de adquirir e usar a propriedade e de, em geral, possuir e obter felicidade e segurança". (MCMAHON, 2006, p. 331) Mas essa vinculação traz também a delicada relação entre felicidade, segurança e propriedade.

> A 'busca da felicidade', já deve ter ficado claro agora, foi um movimento deflagrado em direções divergentes e potencialmente conflitantes desde o começo, com o prazer privado e o bem estar público coexistindo numa mesma frase. Para Thomas Jefferson, a este respeito um homem essencialmente representante do Iluminismo, essa coexistência não representava qualquer problema pois refletia um pressuposto e artigo de fé mais amplo do Século XVIII: o interesse individual e o bem maior, a felicidade pública e a privada, poderiam se reconciliar. (McMAHON, 2006, p. 344)

Assim, uma variedade de filósofos atrela a felicidade ao desenvolvimento de virtudes e às características intrínsecas ao ser, o que também pode perpassar pela religião ou pelo bem da coletividade (no sentido mais estrito) ou de toda a sociedade (no sentido mais amplo). Seja pelo desenvolvimento de virtudes, pela ataraxia, pela fé ou pelo bem comum, ficam favorecidas as formas ascéticas de pensar e viver. Porém, ao que parece, quanto mais próximo do período atual, mais a felicidade se traduz como algo visível, exteriorizado e individualizado, mas que também gera determinado desconforto e insatisfação.

Intimamente atrelada ao prazer no período moderno e pós-moderno, a felicidade assume o lugar de uma condição de viver. O hedonismo torna-se uma prioridade em detrimento de outras formas de justificar a existência humana; e a felicidade, um imperativo para o sujeito. Se, anteriormente, a população estava habituada a um estilo de vida ascético, comedido e econômico, a esperança da felicidade estava depositada na crença da promessa de uma vida eterna. Os sofrimentos podiam ser, inclusive, desejados ao invés dos prazeres efêmeros da carne para que a vida eterna depois da morte fosse repleta de deleites. O sofrimento purificava a vida e expurgava os pecados para a garantia de uma recompensa no futuro (FOGAÇA; PEREZ, 2014), o que poderia atender aos desejos do Estado. Isso até o século XVIII, pois a partir da Revolução Industrial surge uma nova retórica voltada para a satisfação de prazeres pessoais. (ROCHA, 2011)

A Revolução Industrial ocorre em concomitância com o Iluminismo, com o qual a felicidade se secularizou, consolidando a ideia da fé no progresso. A partir da "tripla revolução" – científica, industrial e francesa, que se reforçam mutuamente (FOGAÇA; PEREZ, 2014) –, surge a ideia de perfeição humana, ou seja, de que é possível progredir infinitamente, o que coloca acentuação na individualidade. Um dos marcos da Modernidade, o esclarecimento traz a afirmação do direito supremo do indivíduo, tendo por objetivo garantir que todos tenham uma formação crítica que lhes garanta julgamento autônomo dos fatos e liberdade emancipatória. (GRESPAN, 1997)

Paulatinamente, os indivíduos, ao invés da família ou das corporações, passam a se posicionar como agentes que encalçam os próprios interesses. Tudo que se mostra como um limitante ao desenvolvimento de uma pessoa passa a ser compreendido como algo a ser combatido. A partir disso, é como se a sociedade moderna desempenhasse a função de proporcionar ao

indivíduo a sensação de liberdade e de ser protagonista da própria história. (GRESPAN, 1997) Construir a felicidade anuncia-se como uma possibilidade a todos os indivíduos e seu ideal se torna uma forma de ordem na Modernidade, expandindo-se a busca da felicidade em todos os âmbitos da vida. Aqui se observa a interseção felicidade-individual e a realização da felicidade como um projeto de vida que se submete às condições desta e ao bem-estar coletivo. (FOGAÇA; PEREZ, 2014)

FELICIDADE NO MUNDO DO CONSUMO

O declínio da crença no progresso como caminho para a felicidade, experimentada nas últimas décadas, trouxe a emergência da felicidade no aqui e no agora. Com as inseguranças sobre o futuro e, ainda mais, as incertezas sobre a possibilidade de o futuro realmente ser melhor que o passado, a felicidade tomou o centro das atenções e das vivências. Fogaça e Perez (2014) afirmam que no século XX a noção de felicidade continuou a ganhar diversos significados e percorreu um caminho que a transpôs da alma para o corpo e do coletivo para o individual, em que a luta pela felicidade coletiva perde força frente à potência que o indivíduo assume.

É aqui que nos defrontamos com a privatização da felicidade. Para Baudrillard (1995), a felicidade assume um novo lugar de realização: o indivíduo e não mais a sociedade. Ademais, é necessário que a felicidade seja medida de forma visível, ou seja, através de bens que demonstrem sua materialidade. Isso é o que o autor chama de "ideologia igualitária do bem-estar".

Para Gilles Lipovetsky (2007), quando escreve sobre a felicidade no período contemporâneo – que denomina era do hiperconsumo –, esse *éthos* de alegria é aceito pelo homem atual, que chega quase a atribuir valores divinos às sensações imediatas, aos prazeres do corpo, dos sentidos e ao aqui e agora. Entretanto, quanto mais a felicidade hedonista é exibida, mais ela vem acompanhada por temores.

Collin Campbell (1987) pensa a forma moderna de consumir como característica marcante do sonhar acordado, no qual imagens vívidas são trazidas à mente e posteriormente experimentadas. A busca de um desejo que seria saciado com a aquisição de um objeto (no futuro) poderia ser equivalente à fé cristã que colocava a felicidade no além-túmulo. Nesse sentido, a felicidade

encontra-se em algum ponto do futuro, bastando o comportamento adequado para que ela esteja ao alcance do indivíduo, seja pela fé ou pela crença. Basta, enfim, desejar e ter força de vontade.

Rocha (2011) afirma que suas raízes se encontram no pietismo, no deísmo sentimental, no sentimentalismo e na ética romântica. A prática de sonhar acordado expressa o descontentamento do movimento romântico frente à modernização capitalista, levando artistas a escolherem como rivais o utilitarismo e o racionalismo de uma sociedade com relações econômicas frias e impessoais; entretanto, essa prática se torna uma das lógicas do consumo moderno. (CAMPBELL, 1987)

> [...] a sociedade contemporânea alardeia a felicidade realizada por meio do consumo. Em outras palavras, é o consumo privado que legitima nosso modo de vida e se traduz, assim, como a melhor expressão da felicidade terrena. (FOGAÇA; PEREZ, 2014, p. 224)

Bauman (2008) considera o início do século XX como a passagem da sociedade produtora, marcada pela valorização da estabilidade e dos bens duráveis, para a sociedade consumidora, na qual a satisfação e a felicidade aparecem associadas à intensidade dos desejos, levando mais ao uso e substituição imediata dos objetos e menos à segurança a longo prazo. Na sociedade da produção, o indivíduo é excluído se suas capacidades como produtor ou soldado estão aquém das necessidades do coletivo, enquanto na vida para o consumo há uma vertente voltada para o desempenho individual, com bombardeios de informações e incitação à obtenção do novo, de outro produto oferecido pelas lojas para que se alcance e se mantenha determinada posição social e a autoestima.

Ao contrário da sociedade produtora, a cidadania na sociedade consumidora está ao alcance das pessoas de todos os sexos, idades e qualquer um pode cumprir seus preceitos. Basta ter dinheiro. Basta ser vendável. Ser vendável é o maior motivo de preocupação desse consumidor, embora nem sempre consciente. Na sociedade consumidora, o ato de consumir torna-se uma forma de se investir na autoestima e no valor próprio. Bauman (2008) entende que, se a sociedade capitalista se reproduz através de encontros intermináveis

entre o capital (dinheiro), o trabalhador e o trabalho através de mercadorias, o Estado deve estar atento para que esses encontros ocorram regularmente e culminem em compra e venda. Considerando as regras comuns a todos os mercados, na sociedade de consumo seus próprios membros se tornam mercadorias, os consumidores voltam-se apenas para o que possa satisfazer seus desejos, e o valor por determinada mercadoria será pago de acordo com o quão críveis são as promessas que determinado produto oferece de satisfazer os desejos. Há uma forte e generalizada crença de que existe relação íntima entre felicidade e qualidade do consumo. (BAUMAN, 2009)

Em *A arte da vida* (2009), Bauman critica essa relação, argumentando que a sociedade atual universaliza o conceito de felicidade como uma busca implacável e interminável baseada na concorrência e aparência de o indivíduo ser melhor que as outras pessoas, atrás de um ideal que sempre é desejado, mas nunca alcançado – a não ser por breves momentos de consumo de um bem. Isso nos remete a o que o autor, em concordância com Campbell, chama de revolução consumista, em que o consumo se torna muito importante e até central, chegando a constituir-se como o propósito da existência. Ter uma vida feliz é a principal marca e medidor de sucesso da sociedade de consumo. Uma felicidade instantânea e a satisfação de todos os desejos, que nega qualquer tipo de sofrimento, no aqui e agora, sucessivamente marcando um tempo pontilhista, que se dá como uma sucessão de momentos. (BAUMAN, 2008)

A busca da felicidade é uma isca utilizada em campanhas de *marketing* e tende a ser reorientada do fazer coisas para a remoção das coisas. O foco apenas no fazer as coisas antecede a preocupação da estagnação das compras, enquanto o foco no descarte das coisas antecede outra rodada de compras. Porém, se o prazer se restringe apenas à obtenção de novos bens e produtos, todo armazenamento se traduz em problemas futuros. Bauman (2008) assemelha os consumidores da sociedade consumista aos consumidores da cidade de Leônia, de Italo Calvino, na qual o prazer também estava presente no descarte. "O descarte dos artigos já não é provocado pela mediocridade da fabricação, mas pela economia da velocidade, por produtos novos, mais eficientes ou que respondam a outras necessidades". (LIPOVETSKY, 2007, p. 92)

O sonhar acordado, que tem sua raiz na ética romântica, converte-se em imagens publicitárias que servem mais às forças econômicas que à liberdade e à autenticidade individuais. Entretanto, a publicidade não exerce uma atuação

homogênea – inclusive por se fazer a partir da visão do anunciante, que pode ter uma variedade de público com base em idade, raça, gênero etc. –, mas assume a atribuição de atender aos atores com diferentes visões de mundo e que estão em busca do que possa conferir sentido à sua existência. (ROCHA, 2011)

Similar à popularização da felicidade, a publicidade tem seu desenvolvimento vinculado ao desenvolvimento industrial e ao consumo massivo, porém no século XIX. Em torno de 1880, as primeiras grandes campanhas foram contratadas e organizadas por agências que tinham como intuito dar vazão os produtos fabricados em larga escala. Lipovetsky (2007) sugere a existência de uma harmonia entre o período de transição de sociedade produtora para sociedade consumidora e as campanhas publicitárias ao afirmar que, após 1920, a publicidade adota novas temáticas que se fortalecem atualmente, como o culto ao conforto, à juventude, aos lazeres, à autorrealização, à mulher moderna e sedutora, submetendo as massas às referências da sociedade de consumo.

Ao discorrer sobre desejos, frustração e felicidade, Lipovetsky (2007) aponta a ação da publicidade ao criar necessidades que são desnecessárias e ao instigar novos desejos, vinculando a felicidade aos bens e às mercadorias. Para esse autor, a publicidade é retratada como imbecilizadora, manipuladora e padronizadora, aprofundando a insatisfação dos indivíduos. Essa insatisfação tem como base a nova organização da oferta econômica em que produzir mercadorias não é o bastante. É necessário apoderar-se da demanda, criar necessidades e transferir às empresas o poder de decisão que antes pertencia ao consumidor. O mundo das mercadorias promete felicidade mediada pelo ter, mas o que faz é gerar carências, frustrações e decepções.

Lipovetsky vincula a avidez por mercadorias com os descontentamentos individuais e a opulência material ao déficit da felicidade. A vontade e a satisfação das vontades são a essência da vida, como afirma Schopenhauer (2001). Nesse contexto, a felicidade se assemelha à esmola que é dada a um mendigo. Ela o satisfaz por um momento, mas não muda sua condição; ou seja, a felicidade satisfaz vontades, porém nunca seremos plenamente satisfeitos.

Retornamos a Bauman (2008), quando afirma que a sociedade de consumo usa como justificativa a promessa de atender os desejos humanos e essa promessa permanece sedutora enquanto houver insatisfação. Necessidades desnecessárias podem levar o indivíduo a um consumo banalizado, ou seja, o que sobra para compensar as frustrações resultantes do trabalho alienado

e para preencher uma vida deficitária de tempo, de espaço e de sociabilidade. Assim, os objetos e as pessoas – como mercadorias – tornam-se algo novo e fonte de prazer frente a uma vida repetitiva. A insatisfação, em um mundo no qual os interesses capitalistas predominam, combina-se à ânsia por objetos de consumo, até porque através deles expressamos nossa identidade a nós mesmos e aos outros. (ROCHA, 2011) Entretanto, a busca pela felicidade pode resultar em seu próprio fracasso.

> [...] cerca de metade dos bens cruciais para a felicidade humana não tem preço de mercado nem pode ser adquirida em lojas. Qualquer que seja a sua condição em matéria de dinheiro e crédito, você não vai encontrar num shopping o amor e a amizade, os prazeres da vida doméstica, a satisfação que vem de cuidar dos entes queridos ou de ajudar um vizinho em dificuldade, a autoestima proveniente do trabalho bem-feito, a satisfação do 'instinto de artífice' comum a todos nós, o reconhecimento, a simpatia e o respeito dos colegas de trabalho e outras pessoas a quem nos associamos. (BAUMAN, 2009, p. 12)

Referindo-se à sociedade moderna, Lipovetsky (2007) explicita cinco padrões de compreensão do que é prazer e felicidade, personificando-os de acordo com figuras da mitologia, citadas a seguir: (1) Penía: gozos materiais, insatisfação existencial; (2) Dionísio: sociedade hedonista, sociedade antidionisíaca; (3) Super-homem: obsessão por desempenho; (4) Nêmesis: superexposição da felicidade, regressão da inveja; e (5) Narciso: individualização extrema dos modos de vida. São pensamentos arquetípicos ressignificados nas sociedades contemporâneas e apropriados pelas estratégias discursivas das grandes empresas.

PURA FELICIDADE, PURA ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Voltamo-nos, neste texto, para o desenvolvimento de uma reflexão acerca do conceito de felicidade e seus diferentes usos ao longo da história em contraste com os empregos atuais na publicidade e voltados para a lógica do consumo.

Os diferentes discursos acerca da felicidade apontam para seus diversos usos de acordo com as características de cada época ou conjunto de interesses que direcionaram o pensamento. A ideia de felicidade (e seus usos), portanto, não é algo espontâneo, fazendo parte de uma trama discursiva que representa interesses políticos, religiosos, institucionais ou existenciais. Essas construções e práticas não são neutras: pelo contrário, são estratégias discursivas que atendem aos sistemas de pensamentos correspondentes.

No mundo contemporâneo, os discursos acerca da felicidade são atravessados pelas campanhas publicitárias que orientam o universo do consumo, tornando-se quase que uma obrigação para o sujeito, combinando narcisismo, hedonismo e consumismo.

Acreditamos que o uso instrumental desse conceito nos dias atuais traduz uma estratégia discursiva que visa ocultar o modo de organização das relações de poder impostas pelo mercado, velando o jogo concorrencial entre as empresas, transformando a realidade em uma miragem hedonista de felicidade via consumo num sonhar acordado, sem contágio com o mundo real.

Para Michel Foucault (1987), as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder, que antes era visto como repressivo e negativo. Para o autor, o modelo repressivo já não funciona plenamente no capitalismo e, se os mecanismos de dominação fossem exercidos apenas de forma violenta, eles não seriam eficazes. Os mecanismos de poder, portanto, tornam-se mais sutis, naturais, "agradáveis e desejados". É preciso, então, parar de descrever os efeitos do poder em termos negativos como um poder que "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "discrimina", "mascara", "esconde".

Pelo contrário, o poder político e econômico gera o real, simula uma realidade ideal, produz os domínios de objetos e os rituais de verdade, criando um mundo ideal de felicidade a partir do consumo. O Poder simula o Real e produz meios de dominar ideias, objetos, sentidos, conceitos e desejos. O Poder captura os desejos. Não se trata de reprodução do poder a partir de um centro (do Estado, da classe dominante ou de um grupo de pessoas), mas a partir de micropoderes que se espraiam, capilarizando-se sobre o social. (FOUCAULT, 1984) Os mecanismos de dominação são mais sutis e se fazem aceitar pelos dominados. Constituem-se a partir de um número expressivo de táticas, normas eficazes, mecanismos disciplinares de controle e estratégias que garantem a dominação a partir dos próprios dominados. Não se

trata de um controle global do mercado, de um concorrente sobre os outros ou de um grupo econômico sobre outro, mas de uma atuação em cadeia, de modo a oferecer múltiplas formas de dominação que se podem exercer na sociedade, pois o poder funciona em rede. Ele se manifesta pelo discurso e reproduz sua ideologia, sendo a publicidade, muitas vezes, o porta-voz dessa ideologia e desses modos de dominação.

As estratégias discursivas de produção de subjetividade calcadas na ideia de felicidade não pretendem reprimir, punir, proibir. Elas querem ser aceitas e disseminadas, querem convencer que a vida é bela, tranquila, sem crises, um paraíso de felicidade na terra alcançável pelo consumo de bens. Sua tática é, portanto, convencer racionalmente, apresentar-se como uma opção mais lúcida, racional, escolhida pelos indivíduos e não imposta a eles. Se antes as estratégias para manutenção do poder eram repressivas, proibitivas, punitivas e coercitivas, hoje essas estratégias são disciplinares, sutis, "naturais", agradáveis e racionais, buscando sempre a felicidade. Basta querer. Afinal, "o que você faz pra ser feliz?"

Tais estratégias discursivas, utilizando a felicidade como mote, são ferramentas, são meios utilizados para fazer funcionar ou manter um dispositivo de poder, e, ao analisar os discursos que constituem as campanhas publicitárias, temos como perceber

> [...] as diferentes maneiras como o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder. (FOUCAULT, 2012, v. 4, p. 247)

O discurso, assim, é um jogo. Num campo de batalha, as estratégias utilizadas possuem um objetivo claro e fazem parte de uma formação discursiva mais ampla que engloba o mercado, os anunciantes e os consumidores. Uma campanha publicitária que apela à felicidade, por exemplo, corresponde a uma forma de jogar o jogo ideológico de ocultar as mazelas sociais, os dissabores existenciais, assumir um lugar de destaque diante da

concorrência, criar empatia com o consumidor e uma imagem positiva e agradável da empresa, ocultando alguns aspectos da realidade, do jogo concorrencial e do gigantismo das empresas globais. No mundo dourado da publicidade, tudo é simples e agradável, pura felicidade, pura estratégia discursiva. Só que a realidade teima em nos mostrar o contrário disso.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAMPBELL, C. *The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

CHOUCHAN, N.; NEGRONI, B. de; LUSTE-BOULBINA, S. *et al*. *Philosophie, terminales L.ES.S*. Paris: Nathan, 2003.

FOGAÇA, J.; PEREZ, C. Felicidade adjetivada: polifonia conceitual, imperativo social. *Intercom RBCC*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 217-241, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interc/a/bY6SymVqPfRvndFK8dN9SbC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 jun. 2019.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos*. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 4.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRESPAN, J. O esclarecimento: ruptura ou tradição. *Revista de História*, São Paulo, n. 136, p. 101-105, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18814. Acesso em: 10 dez. 2018.

HERÓDOTO. *História*. [*S. l.*]: eBooksBrasil, 2006. Livro I. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html. Acesso em: 28 maio 2020.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Curitiba: Segesta, 2012.

HONDERICH, T. *Enciclopédia Oxford de Filosofia*. Madrid: Tecnos, 2001.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCMAHON, D. M. *Felicidade* – uma história. São Paulo: Globo, 2006.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001. Tomo 2.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLATÃO. *Fedro*. Lisboa: Edições 70, 1997.

ROCHA, M. E. M. Consumo traz felicidade?. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 161-179, 2011. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/274. Acesso em: 10 maio 2019.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

"PODE SER POR WHATSAPP?"

ASPECTOS INTERACIONAIS NA FORMAÇÃO DE NUTRICIONISTAS[1]

Maria Irene de Castro Barbosa
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Ana Elisa Bastos Figueiredo (*in memoriam*)

INTRODUÇÃO

Este capítulo versa sobre "aspectos interacionais" observados nas conversas entre graduandos e tutores em dispositivos móveis, de modo paralelo e complementar à sala de aula, no contexto da disciplina de Educação Nutricional (EN) do curso de graduação em Nutrição, do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante

1 Este estudo vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte do projeto guarda-chuva "Cultura contemporânea como espaço social interativo de práxis para Educação Alimentar", que investiga a negociação de sentidos na construção de novas sensibilidades e subjetividades da cultura contemporânea. Trata-se de derivação da dissertação intitulada *Pode ser por WhatsApp? Aspectos interacionais nas mensagens de aplicativo de celular no contexto da disciplina de educação nutricional* e concluída em 2018 pela primeira autora, que contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil.

um aplicativo de mensagem de celular. Este estudo mostrou-se relevante diante da necessidade emergencial de uso de ensino remoto com novas tecnologias de comunicação no decorrer da pandemia da covid-19.

Entendendo que as tecnologias digitais podem e devem desempenhar papel importante na educação brasileira, cabe à pesquisa aprofundar o uso de ferramental. Partindo do pressuposto que o Brasil será, de fato, um país desenvolvido quando conseguir educar com qualidade parte expressiva de sua população, debruçamo-nos sobre o processo educativo que integra as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em sua metodologia de ensino. Essa é a única disciplina da grade curricular que aborda a temática da educação e, para além dos conteúdos programáticos que envolvem esse tema, é possível vivenciar o processo educativo (que é um dos conteúdos temáticos da disciplina), por meio da troca de saberes durante a elaboração de ações de educação alimentar em grupos de trabalho formados pelos estudantes e tutores.

A metodologia de ensino adotada nessa disciplina foi organizada por meio de Grupos de Trabalho (GTs). Cada GT foi composto por aproximadamente oito graduandos e um ou dois tutores. Os últimos tiveram como principal função mediar e facilitar o processo educativo. A articulação no espaço à distância decorreu no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e em grupos de mensagem do aplicativo WhatsApp.

O AVA (componente da plataforma Moodle)[2] foi organizado especificamente para a disciplina EN e teve como participantes: discentes, docentes, colaboradores e tutores. Já o aplicativo de mensagem de celular WhatsApp foi instituído como complementar ao AVA; ainda que não tenha sido projetado, *a priori*, para uso em sala de aula, configurou-se em um espaço de socialização, com o objetivo de fortalecer a construção de conhecimentos.

No cenário da formação de futuros nutricionistas no qual este estudo se insere, a socialização pelo aplicativo de mensagem configurou, de fato, traços educativos. As trocas de mensagens com o objetivo de estruturar ações

2 O AVA é estruturado por uma plataforma Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem gratuito e *on-line*, que permite o desenvolvimento de *sites* privativos. O Brasil apresenta o terceiro maior número de registros na plataforma Moodle, entre os mais de 200 países cadastrados. O acesso ao AVA é dependente da conexão com a internet e pode se dar a qualquer momento, em qualquer lugar. Ver em: é https://ambientevirtual.nce.ufrj.br/ (AVA); https://moodle.org/ (Moodle).

educativas em alimentação e nutrição, mediadas pela tutora, tiveram como perspectiva contribuir para um processo interacional dialógico que fortalecesse a autonomia dos sujeitos.

Consideramos que a inclusão de TCIs na metodologia de ensino da disciplina EN, após solicitação dos discentes, poderia propiciar maior aproximação afetiva entre tutoras e docentes. Haveria, possivelmente, alguma dificuldade de adaptação de graduandos e tutoras à essa proposta de ensino, podendo ocasionar limites no processo educativo no sentido dos aspectos interacionais conceituados. Havia uma certa preocupação de que a cibernética poderia operar de modo dissociado do universo acadêmico ou, até mesmo, contrapondo-se ao processo de construção do conhecimento científico.

REFLEXO DA CULTURA CIBERNÉTICA

Antes de nos atermos à cultura cibernética, precisamos pontuar questões estruturais presentes na realidade contemporânea. "O homem que habita o tempo do neoliberalismo e assimilou características que se convencionou chamar de neoliberal, desenvolveu novas sensibilidades e formas de pertencimento". (ANDRADE, 2017, p. 102) Essas mudanças perpassaram a consolidação de uma cultura pela competitividade, por uma preocupação exacerbada pela redução do tempo e do seu melhor aproveitamento, alcançando as atividades cotidianas. Essa melhor forma de aproveitar o tempo "[...] se estendeu à capacidade de executar o maior número de tarefas simultaneamente". (ANDRADE, 2017, p. 102)

Na atualidade, segundo divisão proposta por Santaella (2015), deparamo-nos com a cultura da conexão contínua, que se iniciou nos anos 2000. Essa geração midiática, denominada também por hiperconexão, abriga os dispositivos móveis, que permitem, além da comunicação *on-line*, conexão contínua com a internet, sem limitações de tempo e espaço. Diante dessas características estão as funções disponibilizadas pelos *smartphones* (tipo de telefone celular com acesso à internet) e seus aplicativos (tecnologia digital), que corroboram para essa "evolução comportamental" dos sujeitos. Sendo assim,

> [a] compulsão por consumir, por se informar e se entreter com a barra de rolagem do aparelho é incontrolável,

> inclusive, quando não há serviço disponível. Uma espécie de passatempo, um smartphone também pode servir de muleta em situação de deslocamento social, de constrangimento, ou quando tentamos evitar uma conversa com aquele conhecido indesejado. (ANDRADE, 2017, p. 103)

Esses novos modos de perceber o tempo e o espaço, associados às tecnologias da informação e comunicação, iniciaram-se no final do século XX, quando incorporamos os computadores e a internet ao nosso cotidiano. (VERASZTO et al., 2008) Para melhor exemplificação, Santaella (2015) propõe divisão histórica de "meios de produção, armazenamento, memória, transmissão e recepção de linguagens no seio da vida social", que incluem a cultura oral, a escrita, a imprensa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital. A autora pondera que houve aceleração do surgimento de novas tecnologias de linguagem (ou sistema de mídias) e consequentemente formações socioculturais, que vêm se acentuando desde o século XIX, com a Revolução Industrial. Contudo, afirma a autora que

> [...] nenhuma tecnologia da comunicação borra ou elimina as tecnologias anteriores. Elas se juntam na composição intrincadíssima de uma cultura hiper-híbrida. A cultura, que caracteriza o nosso tempo, nasce da mistura de todas as formas de cultura, inclusive das eras culturais (oral e escrita) [...] e das gerações tecnológico-midiáticas desde a revolução industrial, de modo que todas elas estão hoje interconectadas. (SANTAELLA, 2015, p. 53)

Enfatizamos assim que, ao estudarmos os aspectos interacionais mediados pelas tecnologias, precisamos considerar que a história do homem está atrelada à história das técnicas (VERASZTO et al., 2008) e que a criação da tecnologia decorre da modificação da natureza em função da intencionalidade humana (FIDALGO; MACHADO, 2000), ou seja, considerando valores e interesses da sociedade para satisfazer necessidades individuais ou coletivas. Dessa forma, a interação mediada pela tecnologia digital modifica costumes

e valores e agrega-se à cultura. Por ser uma criação humana, modifica o meio e é capaz também de modificar os próprios atores humanos.

Uma vez que analisamos, neste estudo, conversas em aplicativos de mensagens de telefone celular e por considerarmos que diferentes tecnologias podem predispor práticas específicas, entendemos que é importante elencar algumas características peculiares das TICs. Assim, cabe dizer que as TICs são o resultado da junção da informática com as telecomunicações e o audiovisual, que são características presentes nos *smartphones*. Apesar de as interações mediadas pelas TICs se caracterizarem pelo bombardeio e acesso às informações e ações comunicativas de diversas partes do mundo, elas não necessariamente predispõem uma assimilação crítica sobre o que é veiculado. (KENSKI, 2003) Valendo-nos de um contexto de pesquisa que considera a problematização e a reflexão crítica em seu processo educativo, a interação mediada pelo aplicativo, com sujeitos que traduzem elementos da cibercultura, pode desafiar o fortalecimento da consciência crítica e/ou, por se tratar da mediação por uma rede social, pode proporcionar espaços dialógicos que potencializem processos reflexivos mediante a troca de mensagens.

Ainda é preciso considerar que há uma relação de poder vinculado ao acesso e manuseio das ferramentas tecnológicas, incluindo as mídias móveis, em que "ter" e "saber manusear" reforçam as distinções sociais existentes. (VERASZTO et al., 2008) O desenvolvimento tecnológico também impacta nos padrões de vida, por meio de valores e interesses externos, uma vez que não necessariamente se decide de forma democrática o tipo de tecnologia que se deseja (GARCÍA PALACIOS et al., 2001), além do fato de trazer implicações sociais relacionadas à sua produção (BAZZO; COLOMBO, 2001) e o seu acesso. Contudo, ressaltamos que no contexto do estudo, apesar de os atores sociais não apresentarem os mesmos *smartphones*, todos tinham celulares e acesso à rede social WhatsApp, não excluindo, portanto, discentes ou tutores desse processo educativo.

Outra característica importante relacionada à criação da internet e, consequentemente, das TICs é a criação de um novo espaço denominado ciberespaço. O ciberespaço é um sistema de comunicação eletrônica global que pode ser acessado por meio da internet (LEITÃO, 2006), configurando uma dimensão tecnológica. Uma das características do ciberespaço é sua arquitetura aberta, ou seja, é um espaço que apresenta movimento constante de

dados (aparecem e desaparecem) e conexões (criadas e desfeitas). (MARTINO, 2014) Esse espaço multidimensional consegue unificar sujeitos e recursos tecnológicos (celulares, computadores) em uma relação simbiótica, que é dependente da interação do usuário. (LEITÃO, 2006) Tais relações sociais estabelecidas no espaço cibernético culminaram em transformações culturais configurando a cibercultura. Lévy (2003 apud MARTINO, 2014) delimita que a cibercultura é "universal sem totalidade", ou seja, constitui-se por um conjunto caótico e complexo de produtos criados pelos homens no espaço cibernético, caracterizando-se pela fragmentação, desorganização e multiplicidade. Além disso, não há um elemento unificador dessas produções, por isso há "ausência de totalidade".

Ao nos propormos a entender o aplicativo de celular como reflexo da cibercultura, indicamos que, para além do instrumento, estão as interações estabelecidas no espaço cibernético, capazes de construir valores e significados a partir de aspectos históricos, individuais e sociais constituintes dos sujeitos. A cibercultura torna-se interessante para este estudo como espaço de socialização e, diante das trocas de mensagens em aplicativo de celular, pelo seu potencial comunicacional. Recuero (2009, p. 12-13) pondera ainda que

> [...] todas as tecnologias de que dispomos, as de comunicação digital inclusive, são produtos de nossas próprias intenções e propósitos. [...] os modos como nos apropriamos delas, os usos que fazemos, reinventam constantemente suas características. Conforme algumas possibilidades são exploradas e outras caem no esquecimento, recriam-se os limites e potenciais da comunicação mediada por computador. Assim, não é suficiente falar em 'redes sociais na internet' levando em conta apenas os fatores estritamente tecnológicos da questão, ou seja, esquecendo as pessoas que interagem umas com as outras para concentrar-se sobre a mediação tecnológica. Do mesmo modo, entretanto, recusar-se a levar em conta as especificidades do suporte tecnológico é jogar fora a criança com a água do banho. As peculiaridades da sociabilidade mediada se instituem na intersecção entre os aspectos humanos e

> os tecnológicos, de modo que só podemos enxergá-las e compreendê-las se formos capazes de reconhecer e levar em conta o conjunto complexo e múltiplo de fatores que está em jogo.

Apesar de a comunicação neste estudo não ser mediada pelo computador, as mídias móveis (*smartphones*), que abrigam os aplicativos, desempenham funções próximas aos computadores e apresentam dinâmica similar de reconfiguração de suas características a partir do uso e da apropriação dos sujeitos. Um exemplo é a inclusão de recursos de áudio e vídeo no aplicativo de mensagem após solicitação dos usuários ou a utilização de um aplicativo não projetado, especificamente para o processo educativo escolar, em uma disciplina de um curso de formação profissional, como no caso deste estudo. Além disso, confirmando estudos de Recuero (2009), no aplicativo de mensagem de celular, na condição de rede social, a interação entre tutora e graduandas estabelece "sociabilidades mediadas" que refletem peculiaridades relativas a aspectos humanos e tecnológicos. Sendo assim, entender a dinâmica comunicacional mediada pelo aplicativo auxilia no conhecimento dos aspectos interacionais nesse processo educativo da disciplina de EN.

Retomando à origem do ciberespaço, esse é, então, criado pelos vínculos originários da troca de dados entre diferentes sujeitos. Esses, ao se conectarem à internet, adentram ao ciberespaço e podem acessar as páginas, informações e leituras disponíveis. As trocas e o intercâmbio entre as pessoas não são iguais, assim como na realidade fora do ciberespaço, e todos os sujeitos estão de alguma forma estabelecendo conexões (MARTINO, 2014), do mesmo modo como ocorre no aplicativo de mensagem.

As informações e dados disponíveis no ciberespaço são virtuais. O virtual é parte integrante do real e o contrário de virtual é o atual, ou seja, o "mundo virtual" se opõe ao "mundo físico" (realidade fora do ciberespaço). (MARTINO, 2014) Todavia, isso não quer dizer que os aspectos simbólicos construídos nas interações estabelecidas no ciberespaço, ou seja, no "mundo virtual", estão dissociados do "mundo físico". Eles estão interconectados, e as subjetividades são construídas com interferências mútuas desses "mundos".

No ciberespaço há mudanças a todo instante, sem sinalizações claras, aparentemente. Os jovens apresentam-se como público privilegiado, uma

vez que nasceram no mundo digital, consequentemente possuem maior familiaridade. Em contrapartida, os adultos deparam-se com uma realidade anterior ao espaço virtual e tendem a ser mais nostálgicos. (LEITÃO, 2006; MARTÍN-BARBERO, 2000) Essa realidade esteve explicitada em nosso público-alvo composto por jovens adultos (graduandos) e tutores.

Com base nas relações estabelecidas no ciberespaço e com a criação da cibercultura, houve modificações nas atividades cotidianas, nos valores e significações dos sujeitos e seus modos de socializar e, consequentemente, na estruturação do processo educativo escolar. Andrade (2017, p. 104, grifo do autor) exemplifica como isso se dá na atualidade.

> A presença de dispositivos se tornou cada vez mais comum em sala de aula no decorrer da última década e meia. O barateamento da tecnologia e a ampliação das formas de conexão 4G e as redes *wi-fi*, contribuíram para a disseminação dos aparatos, inclusive já substituídos por gerações menores e mais eficientes.

Tais dispositivos incluem os celulares e seus aplicativos. Aplicativos são *softwares* projetados para dispositivos móveis e apresentam funções limitadas e isoladas. Essa característica se tornou atrativa, porque o usuário pode escolher com maior especificidade as funções que, por exemplo, seus *smartphones* podem realizar. (TECHOPEDIA, 2020) No contexto do nosso estudo, o aplicativo utilizado tem como característica principal a troca de mensagens (de texto, áudio, vídeo) entre pessoas que estão adicionadas na agenda do celular. As mensagens poderiam ser enviadas para várias pessoas em um mesmo local, por meio da criação de um grupo de mensagens ou de modo individual.

O aplicativo utilizado na disciplina de EN não foi projetado para utilização no ambiente escolar; contudo, corroborando Veraszto e demais autores (2008), entendemos que o caráter universal da ferramenta tecnológica deve ser confrontado, uma vez que, sendo produto da criação humana e considerando que há diversidade e pluralidade entre diferentes sociedades, a tecnologia digital pode não ser útil e/ou demandar a alteração do seu uso conforme o contexto. Por isso, pudemos estudar os aspectos interacionais no processo educativo com assente na socialização entre tutores e graduandos, em um

aplicativo de mensagens que, no contexto da disciplina de EN, contribuiu para o processo de trabalho do grupo, conotando elementos educativos.

A disciplina EN, em seu processo de formação profissional, propõe um intercâmbio entre os campos da Comunicação e da Educação em que a cibercultura – e o aplicativo de celular como seu reflexo – é entendida como espaço de socialização, de interação, podendo fortalecer processos discursivos que evidenciem elementos educativos. A construção dos discursos negocia sentidos e significados no processo de socialização, influenciado por aspectos culturais, históricos, sociais e individuais que constituem valores, ideologias, posicionamentos dos sujeitos.

> No ambiente da educação formal, os saberes não circulam exclusivamente em função dos conteúdos das aulas. As experiências trazidas de casa e a relação com os meios de comunicação, entre outros, compõem um leque variado de formas discursivas. (ANDRADE, 2017, p. 104)

É preciso ponderar ainda que, na disputa da hegemonia de construção dos valores dos sujeitos, os meios de comunicação encontram-se em momento privilegiado. (BACCEGA, 2009)

O CAMPO EDUCOMUNICAÇÃO

Vivemos em uma sociedade imersa em um turbilhão de novas informações, que reconfiguram, renovam antigas certezas, propõem novos hábitos e nova rotina de vida. Essa altíssima velocidade de informação a todo instante nos condiciona a ter de estar conectados e aprendendo sobre tudo. (KENSKI, 2003) A consolidação da cibercultura modificou a nossa percepção de tempo, por meio do acúmulo de informações, simultaneamente, de diversas partes do mundo. Entretanto, o nosso tempo efetivo continua o mesmo. (BACCEGA, 2009)

Na realidade contemporânea, não há como não interagir com diferentes meios de comunicação (KENSKI, 2003) que garantem sua presença na edição nos contextos sociais. Contudo, a edição não está diretamente relacionada ao acesso a aparelhos.

> [...] mais que entendida como aparelho à disposição de alunos e professores, a tecnologia tem que ser pensada em sua abrangência. Ela está em todos os sujeitos, alunos, pais, professores, uma vez que impregnada na trama cultural. O importante é que a discussão se dê sobre o lugar que ela ocupa na formação dos alunos, dos cidadãos, da sociedade contemporânea nos vários âmbitos. (BACCEGA, 2009, p. 22)

Partindo dessa prerrogativa, assumimos neste trabalho que a troca entre os sujeitos mediada pelas TCIs tem influenciado na criação de novas perspectivas educacionais, mediante o pensar o processo educativo contextualizado, que considere e dialogue com as transformações na dinâmica das relações sociais, influenciadas pela cibercultura. Nagamini (2017, p. 132) acrescenta que, na atualidade, "[...] [as] demandas de consumo priorizam produtos materiais que proporcionam resultados imediatos". Nesse sentido, a interação mediada por dispositivos móveis, que configura processos comunicacionais concebidos na aceleração do tempo – expressos nos vários códigos de linguagem construídos, principalmente, pelos jovens no espaço virtual –, interfere no campo educacional. Assim, este estudo faz interface com o campo Comunicação/Educação porque, segundo Nagamini (2017), os processos comunicacionais, mediados pelas mídias, interferem no processo educativo.

Apesar dessa prerrogativa, pondera-se que diferentes espaços educacionais ainda consideram que a cibercultura está à margem da educação. E é nessa contradição que o INJC se inclui. Não há como impedir a entrada da cibercultura na academia, uma vez que os sujeitos já estão impregnados desses modos. Entretanto, o processo educativo pode optar por considerar ou não tais transformações.

Portanto, para a aproximação dos aspectos simbólicos construídos na relação entre graduandos e tutores em um processo de ensino-aprendizagem que se dá também em um espaço cibernético, consideramos importante elencar aspectos do conceito de campo Comunicação/Educação proposto por Baccega (2009). Segundo a autora, o campo Comunicação/Educação reputa que há uma disputa entre diferentes agências de socialização (família, escola, meios de comunicação) na hegemonia da construção de valores dos sujeitos. Ela propõe o intercâmbio e o diálogo entre essas diferentes agências,

que devem tornar-se um espaço de inter-relacionamento de conhecimentos originários de diversos agentes de socialização. (BACCEGA, 2009)

Na atualidade, dentre as agências de socialização, a mídia tornou-se privilegiada na construção de valores dos sujeitos. Entender a dinâmica da mídia na imersão da cultura potencializa a capacidade de fundamentar práticas de formação de sujeitos conscientes. (BACCEGA, 2009) Desse modo, não importa neste estudo apenas como ocorre o uso da ferramenta tecnológica, mas como sujeitos impregnados pela cibercultura estabelecem relações em um processo educativo que considera essa característica.

Estamos imersos em uma realidade ressignificada pelas mídias e incorporada em nossa cultura e, ao compreendê-la, nos apropriamos de sua dinâmica e conseguimos deixar aflorar uma reflexão mais crítica. (BACCEGA, 2009) Essa movimentação se contrapõe à passividade no mundo em que vivemos, em que se naturaliza aquilo que se vê, que se lê, aquilo que se acessa na mídia. Nagamini (2017) acrescenta que nos tornamos sujeitos que desempenham múltiplas tarefas ao longo do dia, com tempo reduzido, culminando em ações fragmentadas e sem reflexão. O processo de ensino-aprendizagem na disciplina EN tem, portanto, como impasse fortalecer espaços reflexivos mediante sujeitos imersos na cibercultura. Desse modo, é a partir da reflexão sobre o mundo, sobre as pessoas, sobre as práticas alimentares, sobre a prática profissional do nutricionista que se pode pensar em perspectivas de mudança.

Assim sendo, um dos maiores desafios é fazer com que os sujeitos acríticos percebam a realidade editada pela influência da mídia e compreendam que é por intermédio desse contexto que se impõe construir a cidadania, o que pressupõe a formação de sujeitos ativos que estão para além do que está dado. (BACCEGA, 2009) Contudo,

> [...] só assumindo a tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura é que a escola poderá inserir-se de novo nos processos de mudança atravessados pela nossa sociedade e interagir com os campos de experiência em que se processam essas mudanças. [...] Só encarregando-se dessas transformações, poderá a escola interagir com as novas formas de participação

> cidadã que o novo ambiente comunicacional abre, hoje, à educação. (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 59)

É preciso, então, compreender essa dinâmica para percorrer o trajeto que vai do mundo que nos é entregue ressignificado, editado, e estar a par das mediações que conformam as nossas ações, para assim fortalecer espaços menos desiguais, mais inclusivos. Dessa forma, para compreendermos o nosso objeto de estudo, consideramos que o intercâmbio da cibercultura no processo de ensino-aprendizagem, presente na disciplina de EN, tem como proposta o fortalecimento de sujeitos ativos e críticos sobre o mundo editado que lhes é dado. E que, ao perceberem tais ressignificações, graduandos e tutores são capazes de refletir, propor, partilhar e construir práticas mais democráticas e inclusivas nos espaços em que trabalham.

CENÁRIO E CAMPO DE ESTUDO

O cenário do estudo circunscreveu discursos dos agentes de um campo construído no contexto socioacadêmico que contorna os sentidos e aspectos simbólicos das mensagens trocadas no aplicativo em questão.

A disciplina de EN é uma obrigatória na formação graduada em Nutrição. Apesar de ser denominada Educação Nutricional, esta não considera no processo educativo apenas os aspectos nutricionais, mas a perspectiva mais recente do campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Isso se confirma até mesmo por ser, internamente, conhecida por "disciplina de EAN". Como critério de padronização, optamos por utilizar a denominação disposta no programa oficial de disciplinas.

Essa disciplina apresenta como objetivos "1. reconhecer a importância da EAN como prática social importante para a superação de problemas nutricionais no Brasil; 2. analisar criticamente referenciais teóricos e linhas pedagógicas em EAN; 3. identificar, na educação nutricional crítica, subsídios teóricos e metodológicos, níveis de participação individual e coletiva na elaboração de projetos e programas".[3] Apresenta como elementos de sua ementa: "con-

3 Essas citações integram o documento *Plano de ensino da disciplina* produzido pelo docente responsável pela disciplina de Educação Nutricional, do curso de Graduação em Nutrição do

ceituação, princípios e objetivos da EAN, relação da EAN como desempenho de hábitos alimentares, aplicação de meios/técnicas do processo educativo, aplicabilidade da EAN de modo contextualizado, considerando aspectos socioeconômicos e culturais, visando à mudança de conduta alimentar".

O conteúdo programático da disciplina de EN permeia o planejamento de ações educativas, com conteúdos relacionados ao diagnóstico e noção de território e metodologias adaptadas à cultura local. Apresenta ainda conteúdos referentes à conceituação de educação, às tendências de pedagogias críticas e sua interface com a área da comunicação, além da relação entre comunicação e mídia na construção da ideia de qualidade de vida. Uma das propostas da disciplina é relativizar seus conteúdos programáticos. Tal dinâmica decorre da indicação e disponibilização de referenciais teóricos pelos tutores e docentes; por exemplo, no AVA e/ou no grupo de mensagens – com base em documentos anexados ou *links* para acesso em páginas da internet –, sem que houvesse cobrança ou obrigatoriedade do acesso a esses materiais. Apesar da apresentação de materiais ou sugestões oferecidas por tutores e docentes, a necessidade do acesso a esses conteúdos esteve a critério dos discentes. A única ressalva foi a obrigatoriedade da leitura de textos relativos ao planejamento de ações educativas e elementos do processo educativo – que incluíram textos de Paulo Freire – para discussões durante encontros.

A metodologia de ensino empregada esteve organizada em módulos e contou com a exposição de filmes e construção de textos, estudos dirigidos, discussões e trabalhos em grupo, visitas a campo, aulas expositivas dialogadas, planejamentos, construção e execução de ações educativas.

Incluímos ainda na disciplina de EN reuniões entre tutoras, colaboradores e docentes, em que foram discutidos os limites e as possibilidades da dinâmica proposta pela disciplina, as metodologias aplicadas, a utilização das TICs (do AVA e do grupo de mensagens de aplicativo de celular), bem como a evolução dos graduandos. Esses encontros se configuraram em espaço de trocas em que houve compartilhamento de impressões sobre diferentes experiências, elegendo questões para serem modificadas, reestruturadas ou mantidas, fortalecendo a construção do processo educativo.

Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC/UFRJ). Entretanto, esse documento não foi publicizado.

Segundo Rostas e Rostas (2009), a plataforma Moodle apresenta ferramentas que são diferenciadas pelo tipo de interação sincrônica (comunicação instantânea, *on-line*) ou assincrônica (comunicação em tempos diferentes). Apresentam também recursos de caráter colaborativo (aqueles em que o usuário pode interferir, contribuindo) como os *wikis* (ferramenta para construção textual) e fóruns de discussão (questões que devem ser respondidas) utilizados na disciplina de EN. Além dessas, é possível a postagem de documentos, como realizado na disciplina de EN, tais como: ementas, pontuações obtidas, aulas presenciais gravadas, *slides* das aulas, referenciais de apoio aos conteúdos programáticos da disciplina. Todas as atividades propostas na disciplina de EN, para serem desenvolvidas no AVA, foram iguais para todos os discentes.

No período da coleta de dados desta pesquisa, o AVA passou a funcionar como um cenário de interação com outras ferramentas tecnológicas, incluindo um aplicativo de mensagem de celular.[4] Assinalamos que a utilização de uma tecnologia específica direciona o desenvolvimento de certas práticas, razão pela qual consideramos na análise as especificidades do aplicativo de mensagem de celular utilizado nas conversas entre tutores e graduandos.

A utilização do aplicativo na disciplina de EN decorreu após solicitação de discentes e esteve associado, *a priori*, ao uso do AVA. Contudo, o uso do aplicativo de mensagens se deu de modo diferenciado, porque não funcionou como um depositório de informações, e sim como um ambiente de compartilhamento e construção coletiva de saberes diante da construção de práticas educativas na perspectiva da EAN, sob a mediação das tutoras. Nesse sentido, perpassou etapas do planejamento de ações de EAN, que fazem parte do conteúdo programático da disciplina.

Souto e Silva (2008) ressaltam que a interação entre as pessoas em espaço cibernético proporcionou a criação de códigos próprios de linguagem. Desse modo, surgiu o "internetês", que mescla elementos da língua oral e a língua escrita. A mescla da oralidade na construção das mensagens gera rapidez no

4 O aplicativo utilizado, o WhatsApp, foi lançado em 2009 e teve como foco principal a construção de um serviço de mensagens rápido, seguro – com mensagens criptografadas – e que pudesse ser utilizado pelas pessoas em qualquer lugar do mundo, configurando uma comunicação "sem barreiras". Ver em: https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br. O *download* do aplicativo é gratuito e todos os discentes e tutores já tinham acesso, anteriormente à disciplina.

processo de comunicação, na tentativa de se aproximar da rapidez da língua falada. Nesse sentido, a linguagem virtual faz uso de abreviações, com redução de caracteres (letras, sinais de pontuação), com o objetivo de economizar tempo e, possivelmente, assim ganhar mais agilidade na comunicação.

Para a comunicação via WhatsApp, existem diferentes recursos, além de letras, numerais e sinais de pontuação, que são característicos da linguagem escrita. É possível a inclusão de *emojis* (ícones de "carinhas", *smiles*, com diferentes expressões ou relativos a pessoas, animais e natureza, comidas e bebidas, atividades, viagens e lugares, objetos, símbolos e bandeiras), de mensagens de voz, ligações por vídeo e áudio; o envio de arquivos de texto, áudio, vídeos e fotos encontradas como arquivo no celular ou tiradas/editadas diretamente do aplicativo. Ressaltamos que o acesso ao conteúdo das conversas que serviram de dados para análise desta pesquisa ocorreu por meio de um dos recursos no aplicativo denominado *backup*.

APLICATIVO DE MENSAGEM DE CELULAR, CIBERCULTURA E DINAMICIDADE DA COMUNICAÇÃO

O ciberespaço estabelece-se por meio da reunião de relações sociais que se articulam em redes interconectadas e, no caso deste estudo, em aplicativos de celular. Esse modo de interagir no ciberespaço apresenta características da cibercultura. Nessa troca entre os sujeitos, mantêm-se ideias e práticas da realidade fora do ciberespaço, mas criam-se peculiaridades específicas mediadas pela tecnologia. Apesar dessa mediação, as tecnologias não determinam as ações humanas, apenas criam condições para algumas práticas (MARTINO, 2014). Inclusive o exercício de uma linguagem própria, que aproxima os sujeitos que têm domínio sobre esses códigos. Acerca disso, refere Nagamini (2017, p. 137):

> Hoje, é difícil – quase impossível – realizar ações cotidianas sem auxílio de um dispositivo. Dito de outro modo, criamos dependência, sobretudo, de aparelhos móveis que se tornam praticamente parte do corpo, como órgão vital. Não duvidamos, inclusive, que se tivermos um apagão, boa parte das pessoas não saberá o que fazer para realizar as tarefas mais simples do cotidiano.

Essa relação "simbiótica" está presente em diversos momentos da vida dos sujeitos, incluindo no espaço de formação profissional. Contudo, diferentemente do que foi observado em nosso campo de estudo, em que a disciplina de EN considera o WhatsApp como uma ferramenta do processo educativo,

> [...] a relação simbiótica entre alunos e o celular tem sido motivo de conflitos no contexto escolar. Apontada como causa para a falta de interesse dos jovens, ela provoca mudanças na forma de expressão, regidas pela necessidade de elaborar informações de forma cada vez mais acelerada. (NAGAMINI, 2017, p. 137)

A dinamicidade da comunicação refere-se ao modo como o processo comunicacional entre discentes e tutora foi estabelecido no grupo de mensagens, permeados pela cibercultura, uma vez que a utilização de dispositivos móveis oportuniza comunicação ininterrupta, condicionada apenas ao acesso à internet e escolha dos sujeitos por visualizarem e responderem às mensagens. Além disso, o envio dessas mensagens está condicionado ao limite de caracteres. Contudo, independentemente de oportunizar o envio de "textões", segundo denominação vinculada no ambiente virtual, a estruturação das mensagens no aplicativo é reduzida. Quando as pessoas querem comunicar informações maiores, elas utilizam outros recursos, às vezes da própria ferramenta, como o envio de *links* das fontes dos textos e de arquivos de áudios.

O WhatsApp foi utilizado pelos sujeitos da pesquisa durante os encontros dos GTs – para gravação de áudios e fixação de informações consensuadas no encontro –, mas, prioritariamente, em horários extras, inclusive em diferentes períodos do dia, incluindo finais de semana. Por estarmos tratando de um processo educativo baseado na interação dialógica que considera a cibercultura, falar de acessibilidade na comunicação impõe a necessidade de pontuar algumas características da comunicação no espaço cibernético, o que fazemos inicialmente utilizando as palavras de Castells (2016, p. 458, grifo do autor):

> [Esse] sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se

> em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação, já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O *espaço de fluxos* e o *tempo intemporal* são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade (*o que existe na prática, o simbólico*) real (*o que existe de fato*), onde o faz de conta vai se tornando realidade.

A partir das modificações de tempo e espaço, por meio da cibercultura, a comunicação apresenta um "tempo intemporal", em que passado, presente e futuro podem estar interconectados.

O espaço virtual é um espaço de fluxos, em que é possível ter acesso a todo o momento a uma rede de informações desconectadas, que se tornarão significantes para os sujeitos durante o acesso. O grupo de mensagens, prioritariamente, instaurou-se como um espaço dialógico, que também funcionou como "fonte" de informações entre integrantes do grupo. Contudo, todas as informações repassadas apresentavam conexão com o processo de trabalho do GT.

Além do funcionamento condicionado à internet, o aplicativo possui restrição para envio de mídias. No 52º segmento, Alessandra diz para as colegas que não consegue enviar o arquivo de áudio para o grupo de mensagens. Nesse caso, a opção encontrada pelo grupo foi utilizar ferramenta alternativa que desempenhasse a função desejada. Assim, também consideramos que o grupo apresenta familiaridade com diversos recursos tecnológicos, tendo em vista a utilização de programas para edição de vídeo, compartilhamento de arquivos grandes, acesso a *e-mails*, plataformas colaborativas.

Joana:[5] "*To na aula [...] posso nem ficar olhando o grupo, mas Ainnnnn* [*coração vermelho]*".

5 Nomes fictícios de participante na disciplina aqui em tela.

Apesar de a disciplina EN possibilitar a utilização do aplicativo de mensagens de celular, compreendemos que existem disciplinas do curso de Nutrição em que o intercâmbio talvez não seja entendido como integrante do processo de ensino-aprendizagem. Em dado momento, Joana diz: "*Não posso nem ficar olhando o grupo*", porque está em aula, mas, ainda assim, o fez.

Em resumo, a especificidade de funções desempenhada pelo aplicativo proporciona maior agilidade e rapidez, que são características da realidade contemporânea. Isso porque, na medida em que mais pessoas se conectam e sentem-se atraídas, mais elas trocam informações, conhecimentos e maior a condição para a criação de novos saberes. Assim, as mudanças são constantes e tem-se a impressão de que há um descompasso na relação entre tempo e espaço. (MARTINO, 2014)

Observamos que as mensagens foram enviadas em forma de textos curtos, o que é comum na comunicação via aplicativos de mensagens, em que "textões", e até mesmo arquivos de áudios longos, são pouco frequentes, uma vez que tornam a interação menos ágil.

O processo educativo, que buscamos entender neste estudo, perpassou a organização do trabalho do grupo, culminando na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de ações de educação alimentar e nutricional. Para a efetivação da ação educativa (entendemo-la como conteúdo da análise – não como nosso objeto de estudo –, ou seja, sobre o que discentes e tutora dialogavam), o grupo construiu, na interação, sentidos, significados para esse processo educativo (ou seja, a ação interativa), contando inclusive com características da comunicação midiática, desenvolvidos no contexto da educação formal.

De acordo com a nossa ferramenta conceitual – aspectos interacionais –, interpretamos nas formações discursivas diferentes elementos que entendemos como fortalecedores desse processo educativo. Verificamos a afetividade nos discursos de tutora e discentes, no sentido de se sentirem mobilizadas com o processo de trabalho, e com a singularidade de cada um dos sujeitos a partir da evidenciação de sentimentos; por exemplo, nos silêncios (não envio de respostas) ou no uso de *emojis*. Nesse sentido, consideramos que estabeleceram uma relação familiar, solidária e de apoio. Sob nosso exame, essas questões não se desenvolveram em consequência do uso do aplicativo de mensagem, porque houve encontros presenciais e também porque as subjetividades podem ser construídas sem um processo educativo que não

integre as mídias. Mas na condição de instrumento que possibilita comunicação ágil e acessível, o aplicativo, ao ser utilizado, pode ter contribuído para a potencialização desses elementos simbólicos, uma vez que a interação pode originar aproximação, "afetamento" dos sujeitos.

A comunicação midiática está vinculada ao bombardeio de informação vinculado à arquitetura aberta do espaço cibernético, dificultando assimilação crítica e o fortalecimento de vínculos (como ligações duradouras). Contudo, a interação pelo celular, estabelecida em mensagens curtas, apresentou características do processo dialógico proposto por Freire e se incorpora em nosso conceito de aspectos interacionais, demonstrando, por exemplo, afetividade, discordância, reflexão crítica e colaboração.

Assinalamos que não houve postagens de mensagens, áudios, fotos relativas a assuntos que não estavam relacionados com o trabalho do grupo. Atribuímos isso à utilização do aplicativo em um processo educativo, que apresenta em sua dinâmica organizacional a sistematização do conhecimento, e também à presença da tutora no espaço virtual, uma vez que há autoridade desta sobre os discentes.

Nesse ambiente midiatizado da disciplina EN, os discursos evidenciaram momentos de discordância. A discordância, neste estudo, foi delimitada como posicionamentos diferentes entre as discentes e tutora. Tais momentos incluíram argumentações, contra-argumentações e construção de acordos entre integrantes até que se obtivesse um consenso do grupo. Sendo assim, entendemos que as discordâncias entre integrantes propulsionaram a problematização e a reflexão crítica. Contudo, houve episódio em que a contra-argumentação interrompeu a capacidade reflexiva de uma discente. Nessa direção, podemos concluir que a discordância, nesse contexto, apesar de majoritariamente ter contribuído para o processo reflexivo, esteve dependente da forma como a abordagem utilizada afetou os sujeitos, dificultando ou não esse processo.

Na interação dialógica no GT, ficou evidente o aspecto colaborativo. Tutora e discentes solidarizaram-se umas com as outras – durante a execução de tarefas no processo de trabalho do grupo. As integrantes dispuseram-se à construção coletiva de alternativas para solucionar problemáticas que surgiam na organização das ações de educação alimentar e nutricional. As discentes aguardavam a aprovação das colegas de grupo para então executar a tarefa. A função da tutora, nesse processo colaborativo, foi importante, porque, como sujeito mais

experiente na execução desse tipo de ação educativa, ela apontava alternativas ou questionamentos que auxiliaram na construção das atividades do grupo.

Os discursos evidenciaram as heterogeneidades dos sujeitos, uma vez que exprimem em suas interpretações aspectos históricos, sociais, individuais. Essas diferenciações estiveram explicitadas em momentos em que uma fala foi interpretada por diferentes sujeitos de modo divergente, configurando as "não coincidências da fala". Contudo, o grupo conseguiu construir alternativas que não excluíssem, mas que considerassem as heterogeneidades na interação. Isso quer dizer que a partir da interação dialógica as diversas interpretações foram rearranjadas, reformuladas, coletivamente, mediante a construção de consensos e eleição do que seria executado.

Os discursos nesse ambiente midiatizado apresentaram a dinamicidade das relações assimétricas e simétricas entre tutoras e discentes, e discentes e discentes. A assimetria mostrou-se evidente na autoridade da tutora durante a mediação do processo de trabalho do GT e em momentos nos quais a função de líder era desempenhada por uma das discentes. A simetria esteve presente na construção de relações horizontalizadas, ou seja, nas que predispunham a troca de saberes, ainda que houvesse diferenças de funções entre tutoras e discentes. Nessa interação dialógica houve diversos momentos de problematização e reflexão crítica sobre questões relacionadas à organização das ações educativas, impulsionada, *a priori*, pela mediação das tutoras e, posteriormente, propagada entre discentes.

Observamos ainda no processo comunicacional a capacidade espontânea dos sujeitos nas tomadas de decisões. As trocas de saberes no processo comunicativo, as experiências vividas no processo de trabalho do grupo e dos sujeitos no seu cotidiano podem ter contribuído para a construção autônoma – processo de amadurecimento – desses atores. Além disso, estiveram evidentes conteúdos – regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e utilização de equipamentos de proteção individual – diretamente relacionados à formação do nutricionista, evidenciando aplicabilidade prática de atributos técnicos, anteriormente vivenciados na graduação.

Consideramos importante ressaltar que a produção do discurso mediada pelo aplicativo de mensagens – apesar de não ser determinante para a construção de aspectos interacionais – desenvolveu-se prioritariamente por meio da linguagem virtual. Contudo, as mensagens da tutora aproximaram-se da

linguagem formal (de norma culta, de acordo com as normas gramaticais da língua). Tal diferença na construção das mensagens da tutora pode estar relacionada à sua autoridade na mediação do processo comunicativo.

Diante da linguagem virtual, ou do "internetês", tutora e discentes utilizaram, na construção das mensagens, os *emojis* e *emoticons* para explicitar sentimentos e emoções do discurso. Observamos que, quando houve o uso desses recursos por uma das integrantes do grupo, estimulou-se a mesma ação por outras participantes em mensagens que sucediam ao primeiro envio dessas figuras. Nesse sentido, entendemos que a demonstração de sentimentos, a partir dos recursos imagéticos, foi capaz de mobilizar os integrantes do grupo, estabelecendo reconhecimento entre esses atores nesse ambiente cultural.

Contudo, ressaltamos que o aplicativo não foi responsável pelo estabelecimento da afetividade. Apesar de a ferramenta apresentar recursos comunicacionais que poderiam evidenciar emoções, como, por exemplo, o uso de *emojis*, o modo como e se seriam utilizados estiveram a critério de tutores e graduandas. O estabelecimento dessas relações está, assim, condicionado à interação entre os sujeitos e destes com a tecnologia. No grupo de mensagens analisado, as integrantes optaram pela inclusão desses recursos na produção dos seus discursos, influenciando na construção dos aspectos interacionais analisados nesta pesquisa.

Além dos *emojis* e *emoticons*, o aplicativo de celular possibilitou o envio de fotos e áudios, como outros possíveis componentes do discurso no espaço virtual, que entendemos como recursos que contribuíram para a aproximação com a realidade cotidiana desses diferentes atores. Assim, consideramos que esses elementos também favoreceram a proximidade, com a familiaridade entre tutora e discentes, que foram alguns dos aspectos interacionais observados.

Observamos o protagonismo dos sujeitos na construção dos aspectos simbólicos (aspectos interacionais), por meio da interação mediada pela tecnologia, e a ferramenta como condicionante do processo comunicativo, uma vez que o modo como se estabelecia a conversa dependia dos recursos disponíveis no aplicativo de mensagens. Isso esteve evidente, por exemplo, no papel coadjuvante atribuído ao AVA, se comparado ao uso do WhatsApp. O AVA é uma ferramenta tecnológica formulada originalmente para o contexto da educação formal, diferentemente do WhatsApp. Contudo, foi no aplicativo de mensagens que a interação entre tutora e discentes deslanchou, sendo esse um dos elementos

importantes para o fortalecimento do processo educativo na perspectiva da troca de saberes, da construção coletiva de conhecimentos, da autonomia e da possibilidade de compartilhar e produzir a reflexão crítica.

O maior envolvimento dos graduandos com os aplicativos justifica-se também pela trajetória evolutiva das tecnologias, visto que a realidade contemporânea se encontra em momento bastante favorável às tecnologias móveis de comunicabilidade instantânea. Assim, esses sujeitos, no processo educativo, refletem o imediatismo, a necessidade de execução de múltiplas tarefas em curto tempo e a possibilidade de conexão a qualquer momento. Por conseguinte, justifica-se também a migração para o uso do aplicativo em detrimento do AVA, como uma plataforma construída para o espaço educacional, que apresenta limitações para uso de recursos imagéticos (*emojis*, *emoticons*) e de hipermídias (*links* de textos, envio de áudio e gravação de voz) e menor possibilidade interativa (de conexão a todo o momento), uma vez que esteve condicionada ao uso do computador, e não de celulares, que estão, de modo geral, mais acessíveis.

O AVA apresentou número maior de recursos (sincrônicos e assincrônicos) que poderiam ser utilizados por discentes e tutores. Contudo, para a função que esses atores atribuíram ao uso da tecnologia – no caso, vinculada à facilidade de se comunicar com os integrantes do grupo –, o aplicativo de mensagens mostrou maior utilidade. É como se o aplicativo fosse um recurso especializado em troca de mensagens rápidas (áudio, imagens, escrita) e o AVA pudesse desempenhar essa função com número inferior de elementos da comunicação virtual (envio de *emojis*, gravação de áudio, entre outros) de modo restrito, menos ágil.

Na atualidade, em que a cultura cibernética está, indiscutivelmente, "viva" nas relações entre os sujeitos, consideramos que pensar essas novas formas de interação, que apresentam elementos da comunicação midiática e que são utilizadas nos processos de socialização, principalmente de jovens, pode contribuir para a contextualização do processo educativo. A educação formal, que se espera enquanto espaço que corrobore para a reflexão crítica, apresenta impasse diante de discentes que estão em seu cotidiano pouco predispostos a esses processos. Cabe assinalar que eles são influenciados inclusive pelo bombardeio de múltiplas informações vinculadas nas mídias a todo o momento, configurando-se em sujeitos multitarefas, com dificuldades de criar fortes vínculos ou dispor de tempo para problematizar sobre temáticas diversas.

Este estudo trouxe algumas contribuições a partir de um processo educativo que incorporou atributos da cibercultura, em diálogo com o contexto educacional (ensino superior). A análise verificou nessa socialização que as produções subjetivas não foram diferentes daquelas que poderiam ser desenvolvidas sem o uso da ferramenta tecnológica. Contudo, a proximidade dos discentes com o aplicativo de celular, provavelmente, contribuiu para a solidez da interação construída pelo grupo e, consequentemente, para o processo educativo. Por isso, este trabalho é também um pontapé inicial para se pensar em estratégias metodológicas capazes de contemplar tais características da realidade desses discentes. Refere-se ao intercâmbio/diálogo com aspectos do processo comunicativo contemporâneo, associados à reflexão crítica, dentro da temática da educação alimentar, sobre a realidade na perspectiva de transformá-la.

No uso do aplicativo de mensagens por tutora e discentes no contexto da disciplina de EN, transpareceu a movimentação dos discursos assumidos pelos sujeitos. Uma vez que estes foram também construídos por meio do aplicativo de mensagem, apresentaram características específicas do "internetês" e dos recursos disponibilizados pela ferramenta. Contudo, não buscamos qualificar como "boa" ou "ruim" a tecnologia utilizada. Essa qualificação depende da interação das pessoas e entre as pessoas com a tecnologia. Ou seja, depende das relações construídas pelos sujeitos com o aplicativo de mensagens, que predisporão na construção de práticas específicas, a partir da mediação tecnológica. Assim, não pretendemos generalizar o uso desse aplicativo de mensagens no ambiente educacional. Com este estudo, nos é permitido afirmar que, em tal contexto e com esses indivíduos, esse aplicativo foi útil para o que se pretendia nesse processo educativo.

Diferentemente do nosso pressuposto inicial, constatamos que não houve dificuldade de adaptação de tutora e discentes com a proposta de ensino da disciplina de EN relacionado à inclusão do aplicativo de celular no processo de trabalho do GT. Além disso, a interface do campo Comunicação com o campo Educação contribuiu para o processo educativo na temática da educação alimentar e nutricional, uma vez que se propõe como espaço de construção do conhecimento que considere a transversalidade e a intersetorialidade.

Finalmente, diante do questionamento "pode ser por WhatsApp?", nossa resposta é "sim", desde que no processo educativo haja espaço para analisar essa ferramenta, enquanto algo que o educador e o educando se valem para

interagir, e não na perspectiva de que a ferramenta é a interação. E uma vez que os processos interacionais são construídos pelos sujeitos, o aplicativo de mensagem (ou qualquer outra ferramenta tecnológica) deve ser entendido, no processo educativo, como algo que possa valorizar os sujeitos que dele se utilizam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. O lugar do estudo na aceleração do tempo. *In*: CITELLI, A. (org.). *Educomunicação*: comunicação e educação: os desafios da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 101-115. (Coleção Educomunicação).

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Ciência e Comunicação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/274. Acesso em: 2 mar. 2017.

BAZZO, W. A.; COLOMBO, C. R. Educação tecnológica contextualizada: ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro. *Revista de Ensino de Engenharia*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 9-16, 2001.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalhos e Educação, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GARCÍA PALACIOS, E. M.; GONZÁLES CALBATE, J. C.; LÓPEZ CEREZO, A. *et al*. *Ciência, tecnología y sociedad*: una aproximación conceptual. Madrid: Organizacíon de Estados Iberoamericanos, 2001.

INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. *Programa das disciplinas de graduação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://graduacao.nutricao.ufrj.br/images/arquivospdf/disciplinas.pdf. Acesso em: 2 mar. 2017.

KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003. (Série Prática Pedagógica).

LEITÃO, C. F. Inventando novas vidas em novas realidades. *In*: ROCHA, E. (org.). *Comunicação, consumo e espaço urbano*: novas sensibilidades nas culturas jovens. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Mauad, 2006. p. 71-87.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da Educação à Comunicação. *Comunicação e Educação*, São Paulo, v.18, p. 51-61, 2000. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920. Acesso em: 2 mar. 2017.

MARTINO, L. M. S. *Teorias das mídias digitais*: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

NAGAMINI, E. Linguagem na internet: diálogos nas atividades de leitura e de escrita. *In*: CITELLI, A. (org.). *Educomunicação*: comunicação e educação: os desafios da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 131-148. (Coleção Educomunicação).

RECUERO, R. *As redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

ROSTAS, M. H. S.G.; ROSTAS, G.R. O ambiente virtual de aprendizagem (moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação *In*: SOTO, U.; MAYRINK, M. F.; GREGOLIN, I. V. (org.). *Linguagem, educação e virtualidade*. São Paulo: Ed. UNESP: Cultura Acadêmica, 2009. p. 135-151. Disponível em: https://books.scielo.org/id/px29p/pdf/soto-9788579830174-08.pdf. Acesso em: 2 mar. 2017.

SANTAELLA, L. Aceleração e o campo comunicacional. *Intertexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 46-59, 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58730. Acesso em: 2 mar. 2017.

SOUTO, A. A.; SILVA, S. M. T. A retextualização e o uso do internetês como prática escolar. *In*: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO MODALIDADE DE ENSINO, 2., 2008, Recife. *Anais* [...]. Recife, 2008.

TECHOPEDIA. Mobile Application. *Techopedia*, [*s. l.*], 7 ago. 2020. Disponível em: https://www.techopedia.com/definition/2953/mobile-application-mobile-app. Acesso em: 6 fev. 2017.

VERASZTO, E. V.; DILVA, D.; MIRANDA, N. A. *et al*. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. *Revista Prisma.com*, Porto, n. 7, p. 60-85, 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66904. Acesso em: 2 mar. 2017.

DA REFEIÇÃO EM FAMÍLIA AO PACOTE PLÁSTICO COM SOBRAS DE *SNACK*

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM CENAS DE CINEMA[1]

Mônica Nunes Neustadt
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado

INTRODUÇÃO

Nosso interesse neste capítulo dirige-se a alguns aspectos que marcam relações sociais mergulhadas em recentes processos de uberização do trabalho, fenômeno que vem atingindo trabalhadores em abrangência global e que assume contornos dramáticos no âmbito da desigualdade social local. Inseridos

1 O texto faz parte da pesquisa de doutoramento intitulada *Comensalidades em trânsito: os sentidos atribuídos à comida de (na) rua a partir dos escravos de ganho até os entregadores de aplicativo*, realizada pela doutora Mônica Nunes Neustadt do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

em cenários de desemprego crescente, os sujeitos seguem recorrendo ao que tem se apresentado como um "próprio negócio" na forma de um empreendimento mediado por plataformas digitais. Como expressão representada da vida nessas condições, tomamos o filme *Você não estava aqui* (2018), de Ken Loach, buscando compreender, a partir de cenas de comensalidade presentes na obra cinematográfica, signos que marcam relações sociais intrafamiliares, com vizinhos e clientes dos serviços prestados pelo personagem principal.

O *trailer* do filme de Ken Loach traz, logo em suas cenas iniciais, a família reunida em torno de uma mesa de almoço ou jantar. A comida é partilhada. A mãe (Abby) tem um sorriso no rosto.

A voz do pai (Ricky, interpretado por Kris Hitchen) ao fundo diz: "Nós precisamos arriscar. [...] Henry ganha £200 por dia. Posso ser tão rápido quanto ele". Ao que Abby (interpretada por Honey Wood) retruca: "Sim, mas trabalhando 14 horas por dia, seis dias por semana. Não nos veríamos mais". (VOCÊ ...., 2018)

À medida que o *trailer* segue seu curso, situações em tensão crescente vão passando pela tela. Um prato de comida vai parar no chão empurrado pelas mãos de Rosie, uma das idosas cuidadas por Abby. Já trabalhando com entregas e diante do cliente – que segura um pequeno pedaço de algo que parece uma fatia de pão de forma –, Ricky recebe uma dura negativa, o que lhe custa perdas financeiras. Numa cena de discussão difícil entre Ricky e seu filho, vê-se sobre a mesa apenas um pacote de *snack* aberto com algumas poucas sobras em seu interior. Depois, nessa mesma sala de jantar, a família briga; agressões físicas ocupam a cena e vê-se um pequeno pedaço da mesa, agora vazia. Segue o *trailer*: a mãe, sentada à mesa, tem a filha em seus braços e apenas um copo pousa sobre o aparador de pratos. A tensão e os riscos no trabalho do pai aumentam. Mais adiante, em sofrimento profundo, sozinha e desolada, Abby está à mesa, na qual permanece o pacote de *snack* e suas sobras.

A comida farta e quente da refeição em família vai minguando ao longo do *trailer*, transmutando-se em pequenas porções de mercadoria fria: aquele pacote plástico com sobras de *snack* vindo de alguma linha global de produção em massa. A mesa esvazia-se, passando a compor o cenário de momentos cada vez mais pesados em discórdia e dor. As cenas da mesa, da comida e da comensalidade vêm como símbolos de mudanças na sociedade: das refeições estruturadas em casa e ao redor da mesa aos beliscos de produtos

comestíveis industrializados, ingeridos a qualquer momento, em qualquer lugar. Não mais a comensalidade que tem a presença da família sentada e de pratos vários sobre a mesa; agora são os tempos da comida no fluxo veloz do trânsito, das entregas rápidas por meio de plataformas. Das vidas, das culturas, das subjetividades marcadas pela produção artesanal ao consumo de massa, cada vez mais individualizado, fugaz: a modernidade líquida, no dizer de Zigmunt Bauman (1999, 2001, 2005).

Decidimos iniciar o capítulo com trechos do *trailer* do filme buscando inserir o leitor na atmosfera densa, de um cotidiano sofrido, amargurado, exaustivo de profissionais que, após a crise econômica de 2008 na Inglaterra, não conseguiram recolocação no mercado de trabalho formal, tendo que optar por atividades laborais sem vínculo empregatício e desprovidos de benefícios sociais para dispor de remuneração e tocar a vida adiante.

Segundo dados do Office for Nacional Statics (ONS) da Grã-Bretanha, o número de pessoas sem trabalho no país chegou a mais de 2,4 milhões de indivíduos em junho de 2009, e a taxa de desemprego atingiu 7,8% da população, a maior registrada desde 1995, de acordo com matéria jornalística publicada no *site* da BBC News Brasil em 12 de agosto de 2009.[2]

Vale ressaltar que há similaridades entre a realidade britânica e o contexto brasileiro, visto que o fechamento de postos de trabalho no Brasil ocorre de forma avassaladora na contemporaneidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados atingiu 14,8 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2021. É o maior contingente de desocupados de todos os trimestres da série histórica, iniciada em 2012. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada no dia 27 de maio de 2021.[3]

Nesse contexto, os atores sociais em busca de sobrevivência acabam aceitando atividades sem vínculo empregatício, sem direitos sociais, como é o caso dos entregadores de *delivery*: motoboys, ciclistas, trabalhadores uberizados,

2 Ver nas referências: "Nível de desemprego na Grã-Bretanha é o maior desde 1995" (2009).

3 Todas as informações sobre a Pnad Contínua divulgada pelo IBGE estão disponíveis em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793--desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes--de-pessoas.

que prestam serviço por meio de plataformas digitais globalizadas como, por exemplo, IFood, Uber Eats e Rappi.

Escolhemos o filme *Você não estava aqui* (2018) para analisar esse cenário de novas nuances no mercado de trabalho mediado pelas plataformas digitais, porque no Brasil ainda não existem produções cinematográficas que abordem a temática. Apesar de ser um filme que apresenta a realidade do Reino Unido, ele retrata as transformações globais do mundo do trabalho, e o nosso interesse se dá pela universalidade dessa questão. O drama retratado na película poderia se passar em São Paulo, Buenos Aires, Lima ou Bogotá.

Não pretendemos fazer uma análise fílmica, técnica, mas tentar perceber e refletir como Loach nessa narrativa descortina e traz em alguns momentos, de forma nua e crua, a violência, o sofrimento desses sujeitos que perderam o emprego, que não conseguiram recolocação no mercado de trabalho formal e que tem como única opção a uberização da vida.

O diretor Kenneth Loach é conhecido por utilizar o cinema como arma política e por suas produções críticas ao governo burocrático do Reino Unido. Seu cardápio de produções engloba filmes de ficção, documentários e docudramas para séries de televisão, tendo como foco realidades cotidianas da classe trabalhadora britânica. Loach dirigiu, até o ano de 2020, mais de 50 trabalhos, sendo apontado como um dos maiores cineastas da Europa. No currículo, duas Palmas de Ouro no Festival de Cannes com *Ventos de liberdade* (2006) e *Eu, Daniel Blake* (2016).

Seus filmes, geralmente, discutem o fim do Estado do bem-estar social e problematizam a emergência do pensamento neoliberal. Os representantes do neoliberalismo afirmam que o financiamento dos encargos sociais e a participação do Estado na garantia dos direitos sociais saem muito caro para as empresas, afetando a competitividade, atrapalhando o mercado, diminuindo o lucro das empresas e a "prosperidade". Com isso, o pensamento neoliberal propõe uma diminuição drástica nos gastos sociais, menor participação do Estado na vida econômica, manutenção do desemprego visando o enfraquecimento das entidades que representam os trabalhadores, fortalecimento dos bancos e do setor financeiro, redução de impostos sobre empresas e grandes fortunas, aumento de impostos sobre o comércio e sobre os trabalhadores, promovendo o afastamento do Estado para que o próprio mercado se fortaleça. (CHAUÍ, 1999)

Salientamos que o tema abordado no longa-metragem tem uma perspectiva universal, já que vivemos em uma sociedade globalizada com iniciativas que começam em países desenvolvidos como a Inglaterra e os Estados Unidos e que chegam até as nações subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil. Tomamos o cinema não apenas como forma de entretenimento, mas como objeto de investigação científica visto que apresenta aspectos da realidade, de representação social, de multiplicidades do olhar que possibilitam amplitude e aprofundamento do conhecimento.

Consideramos importante sublinhar que o lançamento de *Você não estava aqui* (2018) no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020, um mês antes do início oficial da pandemia da covid-19. Diversas dessas mazelas e dificuldades apresentadas na narrativa audiovisual ficcional já se expressavam em algum grau em nosso país. Tal quadro acentuou-se de modo mais severo em função tanto do curso natural da doença inesperada quanto da particular condução dada ao evento no plano federal, em alguns estados e certos municípios, dificultando em muito seu controle. As limitações impostas pela crise de uma economia que já vinha combalida associadas ao fechamento de muitas empresas e à redução de postos de trabalho durante a epidemia trouxeram aumento exponencial do número de trabalhadores atuando nos serviços de entregas ou transporte via aplicativos. Diante da escassez de vagas regulares e com "carteira assinada", esse tipo de trabalho é, para muitos, a única saída para o sustento de suas famílias, assim como no filme.

PERCURSO METODOLÓGICO

Seguimos o caminho metodológico apontado por Becker (2009, p. 16) que percebe o cinema como uma maneira de falar sobre a sociedade tanto em filmes documentários como também em narrativas fílmicas ficcionais, que "[...] frequentemente contêm observações que merecem ser lidas sobre como a sociedade é construída e funciona". O autor destaca a importância de abordagens situadas para além de formatos científicos predeterminados, "engessados" e de formas padronizadas utilizadas por profissionais em disciplinas cientificamente reconhecidas, identificando a relevância de iniciativas promovidas por outros atores como artistas e leigos na geração de saberes. Dessa forma, coloca em questão o paradigma defendido por certos sociólogos e cientistas

sociais de que somente as formas que eles utilizam para falar sobre a sociedade são as melhores, as únicas ou ainda que o trabalho deles está protegido de todos os tipos de erros que poderiam ser cometidos. Enfatiza que esse tipo de colocação é "[...] apenas uma tomada do poder profissional clássica" (BECKER, 2009, p. 19), considerando que conhecimentos relevantes também podem advir de modos de representações da sociedade como obras de ficção, arte dramática, filmes, fotografias, entre outras expressões artísticas e filosóficas.

Concordamos com o pensamento de Howard Becker de que filmes de ficção também podem promover análise e suscitar comentários sobre as sociedades que apresentam, situação claramente percebida no longa de Ken Loach ao abordar o cotidiano de sujeitos que trabalham e são remunerados pelas plataformas que viabilizam a prestação de serviços.

Ainda na perspectiva de Becker, relatos ou representações sociais fazem mais sentido quando inseridos em um contexto organizacional em que se divide o trabalho de ordenamento entre produtores (pesquisadores) e usuários, em que os primeiros ficam responsáveis pela elaboração do conteúdo, seleção, organização; e os últimos, ou seja, os atores sociais, recebem – sem opção de escolha – o material selecionado, formatado e definido pelos primeiros.

Bauman (2007, p. 63) chama nossa atenção para o avanço das tecnologias e o surgimento de novas formas de produção de bens e serviços dentro das sociedades globais: a passagem da sociedade de produção para a sociedade de consumo. Essa última possui a promessa

> [...] de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está 'plenamente satisfeito'.

Ou seja, a não satisfação dos desejos desse indivíduo gera a infelicidade e a busca constante por novos produtos, sendo assim o volante da economia voltada ao consumidor.

Esse modelo de sociedade impulsiona as linhas de montagem, as lojas e, com a evolução das tecnologias digitais, possibilita as compras *on-line*,

facilitando o acesso ao consumo, bem como à entrega desses itens no endereço solicitado, no conforto do lar ou no trabalho, através de entregadores uberizados.

Nesse novo contexto, registra-se a ampliação da importância da tecnologia digital no início do século XXI com as nossas informações captadas por meio de "[...] redes que misturam o universo dos dados do mundo digital (coleta extrativista) com a esfera da vida social real, em meio às várias estruturas que se cruzam". (MORAES, 2020, p. 2) Estruturas essas corporificadas pelas plataformas digitais, pelas redes sociais, que promovem a massificação do consumo de produtos, como os alimentícios, por exemplo. Nesse cenário, novas modalidades do trabalho materializam-se através da disseminação das ideias de que se trata de um "negócio próprio" ou da chance de que "eu seja meu próprio patrão"; algo como uma grande oportunidade, para atores sociais que necessitam de uma fonte de renda. Esses profissionais acabam renunciando ao convívio familiar, às relações sociais, à comensalidade cotidiana, para atender à voraz demanda determinada pelos donos da tecnologia. No discurso oficial, o sujeito desempregado, que luta para sobreviver, ao ingressar no mundo do trabalho uberizado seria transformado em "empresário de si" ou "dono do seu próprio negócio", ou seja, um autêntico capitalista empreendedor.

Essa relevância das tecnologias influenciou de forma avassaladora o nosso cotidiano até mesmo monitorando nossos passos, a forma de consumo e nossos gostos através de algoritmos. Não é à toa, nem por coincidência, que aparecem em nossos *smartphones*, *notebooks* ou qualquer outra plataforma de acesso à internet anúncios, sugestões de filmes, de notícias que têm relação com nossas buscas na *web*.

Paralelamente a esse contexto de avanço tecnológico, em cenários marcados por crises econômicas em âmbito mundial, o mercado de trabalho vem sendo fortemente impactado com fechamento de empresas, de vagas fixas, pelo surgimento de atividades temporárias com utilização de serviços terceirizados, uberizados (MORAES, 2020) e redução brutal de direitos trabalhistas, fenômenos que se tornaram comuns nos dias de hoje. Essa nova modalidade do trabalho (ANTUNES, 2020) é retratada no filme de Loach.

Para o sociólogo Ricardo Antunes (2020), a uberização ocorre como uma camuflagem de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do prestador de serviços, mas sem qualquer direito.

São modalidades de trabalho intermitente em que os profissionais são chamados e só recebem exclusivamente pelas horas trabalhadas.

Tom Slee, no livro traduzido para a edição em português como *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado* (2017), começa suas reflexões sobre as promessas da Economia do Compartilhamento, apresentadas por volta do ano de 2013 como uma excelente alternativa para atores sociais tomarem controle de suas vidas e transformarem-se em microempresários. Além disso, ela era uma opção sustentável para o comércio, objetivando fazer melhor uso de recursos subaproveitados, ou seja, "podemos ser menos materialistas, dando sentido a nossas vidas mais pelas experiências do que pelas posses...". (SLEE, 2017, p. 35)

Discurso bonito na teoria, mas, na prática, a situação é bem diferente. Se a promessa era a liberdade desses sujeitos para que tomassem as rédeas das próprias vidas, a realidade é outra para aqueles que trabalham para essas companhias da Economia do Compartilhamento em que houve a retirada de proteções e garantias conquistadas depois de muita luta desses trabalhadores e o surgimento de subempregos arriscados e com condições precárias. (SLEE,2017)

Notamos essa modalidade do trabalho em sua nova roupagem e nomenclatura, a uberização, que atua por meio de novas tecnologias a substituírem velhas formas de exploração, situação muito bem captada e descrita pelo diretor britânico Ken Loach em sua narrativa fílmica. Portanto, agora o chefe é outro, invisível: a tecnologia corporificada em um *scanner* que traça trajetos, monitora cada movimento, cada parada, fixa prazos exíguos de entrega de encomendas para esse profissional explorado pela precisão e rigidez determinada alhures.

Ricardo Antunes (2020, p. 40) ressalta que, no capitalismo avançado, a tendência é que o processo de produção tenha cada vez mais a presença de robôs e máquinas digitais, sendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) o suporte básico dessa nova etapa de integração real do trabalho ao capital.

> Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem a se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornar supérflua e sobrante, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro.

O autor analisa também a perspectiva do mercado de trabalho britânico que implementou o *zero hour contract*, ou seja, o contrato de zero hora,[4] em que profissionais ficam à disposição da empresa, sem direitos sociais garantidos e carga horária definida, características do trabalho uberizado.

Muniz Sodré (2021)[5] analisa o mundo do espaço das redes, uma forma virtual de vida, denominada por ele de "bios virtual". Segundo o pesquisador, é como se a vida tivesse migrado literalmente para o virtual, gerando efeitos ocasionalmente caóticos em relação aos costumes e às instituições da sociedade civil. Essa imbricação – em que não sabemos onde começa o virtual e onde termina o material, está intimamente relacionada à Quarta Revolução Industrial, fase na qual estamos inseridos na contemporaneidade, que traz a vida controlada por algoritmos. "Essa georeferencialização é um dos principais instrumentos do domínio. Essa localização topográfica que o sistema hoje por meio desses instrumentos faz de cada um de nós: saber onde estamos". (SODRÉ, 2021)

No caso de *Você não estava aqui* (2018), há várias cenas em que Ricky, protagonista, motorista e entregador de encomendas uberizado, corre para cumprir o horário de entrega determinado pelos algoritmos. Para atingir a meta, comer e ir ao banheiro são atividades que ficam em segundo plano em um dia com 14 horas de trabalho ininterrupto.

Interessante ressaltar que Loach e Laverty enfatizam em vários momentos da trama a presença da tecnologia, sua importância no cotidiano desses trabalhadores como uma aliada, uma facilitadora das atividades. Não estamos aqui para desmerecer a contribuição que a tecnologia trouxe às nossas vidas; muito pelo contrário, é uma realidade palpável. No entanto, ela foi criada pelo homem para agilizar processos, ser uma aliada, mas com o passar do tempo, o sujeito concedeu "poderes" a ela que vão muito além de uma parceria de sucesso.

4 Tradução de Ricardo Antunes (2020).

5 Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de cerca de 40 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura.

COMIDA EM TRÂNSITO

O trabalho excessivo, exaustivo, mal remunerado, exíguo de direitos, mas repleto de deveres para Ricky, reflete diretamente nas suas relações familiares, que vão se desgastando no desenrolar da trama.

É importante ressaltar que a comida ou vestígios dela em pratos espalhados pela casa, em um pacote aberto com *snack* em cima da mesa, na fala apressada de Abby deixando recado no celular da filha Liza – interpretada por Katie Proctor – para que aqueça o macarrão no micro-ondas (enquanto corre pela cidade entre os atendimentos como cuidadora de idosos e de pessoas especiais), são apenas breves exemplos da presença da comida em segundo plano, ela não é a prioridade. Ela é tão fria, insossa, sem cor, "sofrida" quanto a vida de seus protagonistas. A comida segue o ritmo acelerado das tecnologias, serve para "enganar" o estômago. É uma comida em trânsito, "algoritmizada".

Nesse sentido, têm destaque quatro cenas de diferentes possibilidades e nuances de comensalidade presentes na obra como signos daquilo que se passa na vida dos personagens, das relações sociais que o diretor Ken Loach apresenta no longa-metragem.

Cenário 1: sobras de comida misturam-se ao cotidiano atribulado

Liza, filha do casal Ricky e Abby, acorda durante a noite,[6] vai até a sala e encontra os pais dormindo no sofá. A televisão está ligada com som alto. Liza retira da mesa de centro da sala os pratos com sobras de comida. Ao redor, há uma caneca com a inscrição *Dad*, vários papéis espalhados com anotações, uma lapiseira, uma calculadora e uma caixa de "sapatos" cheia de pedaços de papéis.

A comensalidade confunde-se ao cotidiano atribulado, com a vida corrida desses atores sociais em que sobras de alimentos, cálculos e outros objetos ocupam o mesmo espaço. Esse ambiente expressa os modos atribulados de comer desses sujeitos, dessa vida em que o trabalho absorve todo o tempo dos protagonistas do filme, que mal conseguem se encontrar com os filhos e acompanhar seu desenvolvimento.

6 Cena em: 00: 23: 49.

A sala desarrumada, o sofá que se transforma em cama, a comida improvisada que aparenta pedaços de pizza... Vencidos pelo cansaço, Abby e Ricky acabam dormindo ali mesmo. Enquanto Liza junta as sobras de alimento em um único prato e leva até a cozinha e volta para desligar a televisão e pegar as canecas, o pai acorda. Já passa das 23 horas. Ricky chama a menina para ficar ao seu lado dizendo: "Venha se aconchegar, meu bebezinho". (VOCÊ..., 2018) Após um momento de descontração, a cena se encerra com Ricky abraçando a filha no sofá em *fade out*.[7] É hora de tentar descansar um pouco porque, em poucas horas, um novo dia atribulado e corrido, guiado e controlado pela tecnologia, vai começar.

Cenário 2: momento de tensão à mesa

O tempo gasto com o trabalho – 14 horas por dia, seis dias na semana – não permite que os pais consigam conviver com os filhos adolescentes e, tampouco, acompanhar suas rotinas e dificuldades. Em vários momentos da trama, Abby, cuidadora de idosos e de pessoas com necessidades especiais, aparece andando pela cidade a pé, de ônibus, correndo entre um atendimento e outro para cumprir a exaustiva carga de trabalho e se comunica com os filhos durante os trajetos, apenas por meio de mensagens no celular.

Em dado momento do filme, Ricky abre a mochila do filho adolescente Seb que está sobre a mesa de refeições da casa e começa a tirar várias latas de *spray* para grafite,[8] uma a uma, enquanto o filho come *snack*. Na mesa há quatro aparadores de pratos e um copo vazio. Ricky retira todas as latas da mochila, totalizando oito, fica visivelmente impressionado e questiona o jovem como ele conseguiu adquirir o material que utilizava para fazer pichações pela cidade. À princípio, Seb disse que todos os colegas contribuíam, mas a mãe interfere na conversa e pede para que ele fale a verdade. Seb argumenta que se dissesse, o pai enlouqueceria. Mas Abby reitera que o filho deveria dizer apenas a verdade. Seb com uma mão no rosto e a outra sobre a mesa

7 *Fade out* consiste no desaparecimento gradual da visibilidade de uma imagem no final de uma determinada sequência. Ver em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fade+out.

8 Cena em: 00: 39: 14.

com o pacote de *snack* aberto à sua frente, afirma: "Vendi minha jaqueta de inverno".[9] (VOCÊ..., 2018) Quando o pai percebe que era aquela jaqueta cara, de marca, se levanta da cadeira irritado e xinga. A mãe entra na cena, senta-se ao lado do filho e diz que a jaqueta tinha custado uma fortuna e que não teria condições financeiras de comprar outra.

A partir daí, a mesa se transforma em espaço de discórdia. Ofensas de pai para filho e vice-versa fazem parte da discussão. Ricky pergunta a Seb se tem ido à escola. O jovem nem responde, apenas balança os ombros de forma desleixada, como se não se importasse. Ricky continua: (voz em *off*) "Quantos dias você faltou no último mês?". [10] (VOCÊ..., 2018) Seb não responde novamente ao pai, apenas gesticula com a mão e com os ombros em atitude de desprezo.

Ricky diz que não sabe o que está acontecendo com o filho, que era inteligente como a irmã, Liza, que era o melhor da classe. Abby menciona a possibilidade de o filho estudar em uma universidade.

O comportamento de Seb demonstra sua incredulidade em um futuro promissor, que seja construído a partir do seu próprio esforço, em um país com a economia desenvolvida e moeda forte. Essa desesperança por dias melhores não faz parte apenas do cenário britânico. No Brasil, a falta de oportunidades de trabalho e de estudo assola os jovens, principalmente os mais pobres que, muitas vezes, precisam abandonar os estudos para ajudar no sustento da casa em atividades mal remuneradas e de trabalho informal.

As ações de rebeldia contra o sistema capitalista neoliberal do Reino Unido estão no discurso de Seb que, além de fazer pichações pela cidade denominadas por ele de "anúncios", como propagandas que estimulam o consumo de indivíduos que não tem condições financeiras, não acredita na importância de fazer um curso de nível superior.[11] "Para quê? E ficar como o irmão do Arpão? Com dívidas. E trabalhar em um *call center* e ficar bêbado nos fins de semana para esquecer os problemas? Claro" (VOCÊ..., 2018, grifo nosso) – afirma Seb em tom irônico.

O desentendimento entre pai e filho avança na cena, Ricky afirma que não necessariamente a situação se repetiria com ele, que existiam bons empregos,

9 Cena em: 00: 39: 44.

10 Cena em: 00: 40:22.

11 Cena em: 00: 40:55.

bastava que se empenhasse, que precisaria se dar uma chance, "[...] caso contrário, você vai acabar como... Bem, eu não sei..."[12] (VOCÊ..., 2018) Seb retruca e afirma que não quer seguir o caminho trilhado pelo pai. Ricky responde: "Sim! Trabalhando em empregos 14 horas por dia, tendo que aturar merda de todo mundo. Pulando de um emprego ruim para outro. Vai acabar como um servente".[13] (VOCÊ..., 2018)

Nesse trecho da narrativa fílmica, a discussão sobre as difíceis condições do trabalho trazida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1999) sinaliza o objetivo de iluminar as raízes e consequências sociais do processo globalizador. Na perspectiva de Bauman (1999), a globalização promovida pelo neoliberalismo significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação. No livre mercado neoliberal plenamente desregulado, os direitos sociais são substituídos, um a um, pelo dever individual do cuidado consigo mesmo e de garantir a si mesmo vantagem sobre os demais.

E entre as pessoas que vivem migrando de um projeto para outro, como é o caso de Ricky, ou seja, de atores sociais cujos processos de vida são desmembrados em projetos de curta duração, não há tempo para que descontentamentos difusos se encaminhem para a busca por um mundo melhor. Essas pessoas seguem na busca individual por melhores condições de vida e trabalho sem se importarem com a possibilidade de uma melhora para todos; não existe projeto coletivo, é cada um por si. E não há espaço nem tempo para uma visão de sociedade mais justa. (BAUMAN, 2005)

Retornando à cena do filme, após o desentendimento com o pai, Seb levanta-se e vai para a rua. Abby permanece sentada à mesa, chorando, em meio ao pacote de *snack* aberto, às latas de *spray*, a um copo vazio e apoiadores de pratos desalinhados.

Com relação à paleta de cores, a cena apresenta os personagens com roupas em tons escuros, predominantemente o marrom, paredes com a pintura manchada e desbotada pelo tempo, retratando um ambiente malconservado, que remete também às dificuldades financeiras vivenciadas pela família.

12 Cena em: 00: 41:17.

13 Cena em: 00: 41:31.

Interessante ressaltar que o diretor Ken Loach e o roteirista Paul Laverty se preocupam com os pequenos detalhes na construção do longa-metragem desde a perspectiva cromática, a iluminação sombria, a presença de porta-retratos de memórias afetivas, como fotografias dos filhos ainda pequenos, estrategicamente posicionadas na sala de jantar. A mesa, que idealmente é um local de encontro, de reunião, de comensalidade entre famílias, transforma-se em espaço de discórdia, de conflito, de tristeza, sendo um reflexo da vida sofrida, triste, automática dessas pessoas, que vivem para trabalhar e não trabalham para viver.

> [...] Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência e felicidade social (presente já na reivindicação do *cartismo*, na Inglaterra do século XIX), o trabalho é também uma atividade vital e omnilateral. Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. (ANTUNES, 2020, p. 28)

De acordo com o filósofo Byung-Chul Han (2015), vivemos em uma sociedade marcada pelo lema: "Sim, nós podemos", fazendo uma analogia ao discurso do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Nessa perspectiva, há uma sensação inicial de liberdade, de sermos os únicos responsáveis pelas nossas escolhas, pelo nosso destino. Essa situação é "vendida" e defendida pela performatividade neoliberal (DUNKER et al., 2021) que cria um modo de existência, uma nova subjetividade pela lógica do empreendedorismo que, no final das contas, transforma-se em autoexploração.

> 'Sim, você pode' cria uma sensação de liberdade apenas no início. Aqueles que não conseguem alcançar algo ficam deprimidos, envergonhados, retraídos, se sentem culpados por seus fracassos, buscam a culpa dentro de si e não na sociedade. [...] O empresário é livre na medida em que não está sujeito às ordens de outros, mas ele não é realmente livre, pois explora a si mesmo. E a

> autoexploração é naturalmente muito mais eficiente do que a exploração por outros. Essa é a lógica da sociedade de conquistas e do neoliberalismo. A exploração é anunciada como liberdade. (BYUNG-CHUL..., 2015)

É interessante ressaltar que o neoliberalismo prega intervenções precisas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos sujeitos. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021) Ou seja, mais do que um paradigma econômico, é uma interferência orquestrada que visa mitigar possibilidades de antagonismos que atrapalhem a visão da liberdade do indivíduo relacionada ao empreendedorismo e livre-iniciativa. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021) Esse esvaziamento tem como objetivo fazer com que os atores sociais não questionem o paradigma neoliberal e se percebam apenas como operadores de performance. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021)

Cenário 3: entre encomendas e sanduíches

Liza vai trabalhar com o pai em um sábado. A adolescente acompanha a árdua, corrida e exaustiva rotina de sua atividade. Loach e Laverty retratam a questão da georeferencialização, do monitoramento e do controle dos algoritmos por meio das falas dos personagens.

Em uma das cenas,[14] Liza Jane está na *van* no trajeto para mais uma entrega, quando começa a acessar as funcionalidades do *scanner* que envia mensagens, faz ligações, fotografa, digitaliza, assina, entra em contato com o cliente e pergunta ao pai, Ricky, se há outras funções no equipamento. O motorista – entregador uberizado – firma que o aparelho bipa, bipa muito, até se ele ficar fora do carro por apenas dois minutos. É a vida georeferenciada por algoritmos, como bem ressalta Sodré (2021).

É importante salientar também que na sociedade de plataforma, a comunicação é uma necessidade e fundamental matéria-prima para o trabalho, desenvolvido por meio da utilização da internet e das plataformas das grandes empresas globais. (COSTA, 2020) Na narrativa fílmica de Loach, percebemos claramente sua alusão à Amazon, uma das cinco gigantes (Google, Apple,

14 Início em: 00: 43: 56.

Facebook, Amazon e Microsoft) responsáveis pelo oligopólio de informação e comunicação na contemporaneidade.

Depois de literalmente correr para fazer entregas, seguindo a determinação de horário dos algoritmos, corporificados em um *scanner*, Liza e Ricky param para comer algo. Pai e filha ficam sentados na beirada da *van*, de costas para vários pacotes que ainda precisam ser entregues, apreciando uma bela paisagem formada por montanhas.[15]

No cardápio, apenas sanduíches para engolir a seco, enganar o estômago e continuar o trabalho que ainda estava longe de terminar. Nesse breve momento de comensalidade, ainda mastigando, Ricky propõe um jantar diferente em família: "Que tal comida indiana? Sua mãe está de folga hoje". (VOCÊ..., 2018)[16] Liza concorda. O pai brinca e pede à filha que pague com a gorjeta que recebeu dos clientes. Liza prontamente nega a proposta e ri.

A narrativa audiovisual retoma um dos assuntos discutidos na trama, como no cenário 2 deste trabalho: a relação conturbada e difícil com o filho adolescente, Seb, em que Ricky[17] pede à filha que ligue para o irmão, pergunte o que ele gostaria de comer e o convença a ficar em casa naquela noite.

Nesse momento de diálogo, Liza abre o coração[18] e afirma que queria que o pai não precisasse lutar tanto. Ricky se emociona, fica com os olhos marejados e concorda com a filha. Liza agradece ao pai pelo ótimo dia e pergunta se poderia ir novamente. Ricky afirma que sim.

Notamos nesse trecho da cena o momento de encontro entre pai e filha, a comensalidade está ali presente, em meio a sanduíches comidos a seco, sem a presença de uma mesa posta, bem arrumada, com comida farta. Ao contrário, não há mesa, nem comida saudável, do ponto de vista nutricional; não há cadeiras e nem sala de jantar. Ainda assim, sob a paisagem formada por montanhas, é nesse breve momento de pausa que a comensalidade acontece, como se a aceleração contemporânea entrasse num modo mais lento (SANTOS, 2008) em que as situações realmente importantes da vida ocupassem seu espaço.

15 Cena em: 00: 48:36.

16 Cena em: 00: 48:45.

17 Cena em: 00: 48:58.

18 Cena em: 00: 49:09.

Mas em meio à breve pausa na rotina cotidiana, as exigências do trabalho voltam à carga com o som do Bip do *scanner*. "Bipam a cada dois minutos" (VOCÊ... 2018), lembra Liza.[19] Ricky afirma que poderiam esperar.

Vale lembrar que logo nas primeiras cenas[20] no escritório do encarregado da empresa de transportes PDF,[21] Maloney apresenta a rotina do trabalho bem diferente da realidade vivenciada por Ricky.

> Você não é contratado aqui. Você vem 'a bordo'. Dizemos que você 'embarca'. Não trabalha para nós. Trabalha conosco. Não dirige para nós. Você realiza serviços. Não há metas. Você atende aos padrões. Não há salários e sim honorários. Está claro? [...] Você não bate ponto. Fica disponível. Você assina conosco e se torna um motorista franqueado. Mestre do seu próprio destino, Ricky. [22] (VOCÊ...2018)

Flexibilidade de horário, ausência de metas, promessa de liberdade... Informações sedutoras e enganosas para quem está desesperadamente em busca por uma oportunidade de trabalho. Sennett (1999) traz reflexões em relação ao capitalismo flexível em que se enfatiza a flexibilidade, a agilidade dos trabalhadores em função de mudanças a curto prazo. Segundo o autor, o discurso do individualismo ataca a burocracia rígida e enfatiza o risco, a maleabilidade, teoricamente dando às pessoas mais flexibilidade para moldar suas vidas. Mas a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado. As regras são mais rígidas, as ferramentas de controle mais sofisticadas e as perdas de direitos trabalhistas conformam o pano de fundo.

Nesse sentido, a expressão capitalismo flexível enfatiza a flexibilidade dos horários e ambientes de trabalho, mas amplia os mecanismos de controle e responsabilização nas conquistas de objetivos e metas. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam sempre abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e

19 Cena em: 00: 49:32.

20 Cena em: 00: 01:51.

21 PDF significa Parcels Delyvered Fast!

22 Início em 00: 01:51.

procedimentos formais. Ou seja, menos direitos, mais trabalho mal remunerado; consequentemente, mais lucros a seus investidores e executivos e criação de bons empregos para engenheiros de programação e profissionais da área de *marketing*. Essas são as características das empresas que adotaram a Economia do Compartilhamento (*sharing economy*), também chamada de economia dos bicos (*gig economy*) ou, muito utilizada atualmente, economia sob demanda (*on-demand economy*), como esclarece Slee (2017).

Cenário 4: comida indiana: "Separa os homens dos garotos"

Um sábado à noite diferente... Após um dia de trabalho exaustivo e corrido ao lado da filha, Ricky faz uma surpresa à esposa, Abby: um jantar regado à comida indiana.

Durante o longa, essa é a única cena em que a mesa é utilizada com sua função principal: a realização de refeições, com a presença de toda a família reunida, em um instante de descontração e alegria em que o assunto é a comida; raro momento de protagonismo do alimento. Há o compartilhamento da comida, inclusive com as mãos, entre Ricky, Abby e os filhos adolescentes.

O diálogo nesse jantar parte do filho, Seb: "Pai, você está certo. Isso é uma delícia. Como se chama?" [23] (VOCÊ...2018) Ricky responde: "Korma[24] [...] Fica ótimo no Vindalho.[25] Sim, separa os homens dos garotos. Tem que ser duro na queda para aguentar essas coisas". (VOCÊ...2018) Foi Ricky terminar de falar que logo sentiu os efeitos da comida queimando sua boca, causando estranheza em seu paladar.

Rick refere-se à comida indiana bem temperada, com muitas especiarias, picante, características da culinária asiática, bem diferente da cozinha inglesa, mais marcada pela ausência de sal. Essas diferenças e diversidades no preparo da comida possibilitam excelentes trocas culturais, identitárias em que a comida é a protagonista.

23 Cena em: 00: 49: 54.

24 Korma é um prato típico indiano de carne ou legumes braseados com iogurte ou creme, caldos e especiarias para o preparo de um molho espesso.

25 Vindalho é um prato de origem indo-portuguesa preparado com carne marinada e molho picante.

Montanari (2013) afirma que o gosto é um produto cultural, ou seja, a sua definição faz parte do patrimônio cultural das sociedades. O autor avança e apresenta duas definições diferentes do termo gosto. "Uma é aquela do 'gosto' entendido como sabor, como sensação individual da língua e do palato; experiência, por definição, subjetiva, fugaz, incomunicável. [...] Mas o 'gosto' também é saber, é avaliação sensorial do que é bom ou ruim, do que agrada ou desagrada". (MONTANARI, 2013, p. 96)

O autor ressalta que o gosto é uma experiência cultural transmitida desde o nascimento dos indivíduos, que com outras variáveis apoiam na definição de valores de uma sociedade. Daí esse estranhamento de Ricky em provar a comida indiana, que possui características bem diferentes das que seu gosto está acostumado a identificar.[26]

Mas a conversa descontraída e o momento de alegria que a comida proporciona no sábado à noite são interrompidos por uma mensagem no celular de Abby: "é Mollie, uma das idosas. Estava em um casamento. O táxi a levou para casa e acharam que o cuidador iria. Ninguém foi".[27] (VOCÊ... 2018) Ricky questiona por que ela não chama a família, Abby argumenta que não tem o contato. Ricky pergunta se não há ninguém de plantão para acudir a idosa. Abby afirma que ninguém responde, que a idosa está presa há três horas na cadeira, sem conseguir ir ao banheiro ou para a cama, colocando o celular no bolso de trás da calça. Ricky e Seb não concordam com a situação. Mas Abby se sensibiliza com o problema da idosa. "Se eu não for, não dormirei. Vou pegar um táxi".[28] (VOCÊ... 2018)

Vale ressaltar que Abby estava de folga, não era sua obrigação atender à mensagem e muito menos sair de casa para ajudar a idosa. A questão financeira foi deixada de lado, já que ela não ia receber pelo atendimento, e a solidariedade falou mais alto. Mesmo em uma vida tão dura, sobrecarregada de trabalho, penosa, Abby se comove e abandona o exíguo convívio familiar para atender ao chamado.

26 De acordo com Massimo Montanari (2013), o órgão do gosto não é a língua, mas o cérebro, órgão culturalmente determinado.

27 Cena em: 00: 50: 30.

28 Cena em 00: 50: 56.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância e o uso das TICs estão cada vez mais presentes no mundo do trabalho contemporâneo em que as produções material e imaterial (serviços) foram invadidas por robôs e máquinas digitais, tendo as TICs como base fundamental dessa nova etapa de subsunção real do trabalho ao capital. (ANTUNES, 2020)

Dessa forma, há uma precarização do trabalho em escala global em que os profissionais atuam de forma intermitente, sem salários fixos, sem vínculo empregatício ou benefício social. No entanto, o discurso hegemônico neoliberal propaga esse cenário como uma grande oportunidade em que o profissional desempregado tem liberdade de escolha, trabalha no dia e no horário que quiser e se transforma em o "dono do seu próprio negócio".

Han (2015) esclarece que uma das armas do neoliberalismo é justamente forjar uma exploração que pareça liberdade, ou seja, uma forma de exploração sofisticada e difícil de combater, focada na ideia do sujeito de desempenho em que o indivíduo não é submisso a ninguém, apenas a si próprio. A perspectiva da positividade excessiva impera e defende a ideia de que com vontade e foco você consegue, já que tudo é possível pelo seu esforço individual.

Como uma fotografia do trabalho precário global, surge o filme de Ken Loach que desmistifica esse discurso capitalista neoliberal e apresenta de forma incisiva a dura realidade de um motorista-entregador uberizado. Durante a entrevista ao jornal *El País*, o roteirista Paul Laverty afirmou: "nosso filme olha para o caos da vida dominada pela tecnologia. É sobre essa falsa ilusão de liberdade".[29] Ilusão essa que encantou e atraiu Ricky, protagonista da narrativa audiovisual, mas que encantaria qualquer indivíduo que estivesse na mesma situação dele: desempregado, endividado, que precisasse sustentar a família, independentemente se esse ator social vivesse em Lisboa, no Rio de Janeiro ou em Buenos Aires.

Essa explosão do novo proletariado da era digital, como conceitua Antunes (2020), ganhou novo impulso com as TICs, que por meio de um celular, de um *scanner* ou de outra plataforma digital com acesso à internet são conectadas

29 Ver em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-28/nosso-filme-olha-para-o-caos-da-vida-dominada-pela-tecnologia-e-sobre-essa-falsa-ilusao-de-liberdade.html.

várias modalidades de trabalho precarizado e informal. Para atender aos chamados dos donos da tecnologia, nessa corrida que nunca tem fim, o trabalho toma conta de todo o tempo e as relações familiares ficam em segundo plano.

A comensalidade é fragmentada. O alimento serve apenas para enganar o estômago, para manter-se vivo e seguir em frente. Não há preocupação quanto à qualidade nutricional, ao preparo, já que a comida é consumida em trânsito, nos trajetos, entre uma entrega e outra. A comida farta, preparada para encher os olhos e a boca d'água pela aparência, aroma, sabor e textura não faz parte da rotina das personagens do longa-metragem como também de indivíduos que vivenciam essa realidade do mundo produtivo do capitalismo globalizado contemporâneo.

Essa nova morfologia da classe trabalhadora em que há o crescimento do novo proletariado de serviços da era digital, como bem denomina Antunes (2020), revela o uso da tecnologia pelas plataformas digitais de forma negativa, exploratória, voraz, com normas extremamente rígidas, que suga a energia e a esperança desses indivíduos por dias melhores.

A uberização da vida apresentada na narrativa fílmica de Ken Loach e Paul Laverty acende o alerta quanto à luta pela sobrevivência guiada e vigiada pelas tecnologias que leva à exaustão desses sujeitos, à sociedade do cansaço (HAN, 2015) em uma corrida insana para atender aos chamados incansáveis de plataformas de comércio corporificadas por meio de um *scanner* ou de um aplicativo qualquer.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROS, A. Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012. *Agência IBGE*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas. Acesso em: 27 maio 2021.

BAUMAN, Z. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, H. *Falando da sociedade:* ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BYUNG-CHUL Han: Sociedade do Cansaço [Documentário Completo, 2015] Legendado/Subtitulado. [*S. l.: s. n.*], 2015. Publicado no canal CLINICAND – Psicanálise e esquizoanálise. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VbPvH515KoY. Acesso em: 24 out. 2021.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, N. D. Trabalhe você mesmo*: o* trabalho "criativo" na sociedade de plataforma. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 42-58. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38782. Acesso em: 11 abr. 2021.

HAN, B.-C. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAVERTY, P. "Nosso filme olha para o caos da vida dominada pela tecnologia. É sobre essa falsa ilusão de liberdade". *El País*, Madrid, 28. fev. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-28/nosso-filme-olha-para-o-caos-da-vida-dominada-pela-tecnologia-e-sobre-essa-falsa-ilusao-de-liberdade.html. Acesso em: 9 jun. 2021.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

MORAES, P. Commodificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. *Comciência: Revista eletronica de jornalismo cientifico,* Campinas, 16 set. 2020. Disponível em: https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/.Acesso em: 1 fev. 2021.

NÍVEL de desemprego na Grã-Bretanha é o maior desde 1995. *BBC News*, London, 12 ago. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090812_desempregogbfn. Acesso em: 3 out. 2021.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo Capitalismo. 21. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

SLEE, T. *Uberização*: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SODRÉ, M. *Aula Magna de 2021.1 do Programa de Pós-graduação em geografia da UFF (POSGEO/ UFF) realizada de forma virtualizada no dia 18. 03. 2021*. [Rio de Janeiro], 2021. Facebook: Pós-Geo UFF. Disponível em: https://www.facebook.com/PosGraduacaoemGeografiaUFF/videos/291262635692175./ Acesso em: 11 abr. 2021.

VOCÊ não estava aqui. Direção: Ken Loach. Roteiro Paul Laverty. França: Canal+: France 2; Reino Unido: Sixteen Films; Bélgica: Les Films du Fleuve, 2018. (101 min).

CIDADE COMO ESPAÇO SOCIAL DE CONSUMO SIMBÓLICO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL[1]

Daniela Menezes Neiva Barcellos
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

INTRODUÇÃO

A cidade não para. Se fosse um corpo humano, na metáfora de Sennett (2003), suas veias estariam encharcadas de adrenalina em alerta para não perder oportunidades de consumo. Com sensibilidade, podemos perceber que nos encontramos ante um espaço de possibilidades, defesas, ativismos, militâncias, exercícios das liberdades e embates. Para Han (2017b, p. 23), vivemos a experiência de estar numa sociedade de desempenho e produção,

> [...] uma sociedade de academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI

1 Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação e Culturas Urbanas no XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, como parte do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom-2020), realizado de forma virtual, Brasil. Ver em: https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/2020.

> não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais 'sujeitos da obediência', mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos.

Concentrada em centros urbanos, a sociedade contemporânea impõe saberes e couraças para compreender fenômenos comunicacionais e consumos que usam os enredos de lógicas capitalizáveis e afetam os corpos que lutam consigo mesmos para escapar do sofrimento. Transitamos entre fluxos de sentido de fenômenos que são construídos, reafirmados ou reformulados no cotidiano urbano; entre eles, a alimentação saudável.

O movimento de ir e vir dos significados das coisas segue o curso das infinitas possibilidades de significação da linguagem a exemplo de figuras como metáforas, ambiguidades, paráfrases e eufemismos. A cada edição há, inevitavelmente, ressignificações do que poderia ser uma cidade saudável. Os fluxos aos quais nos referimos orientam os significados como efeitos da exposição a fenômenos no cotidiano e, nesse sentido, dão voz aos múltiplos interesses, sem esquecermos as incontáveis negociações que se apresentam no jogo consensual sobre o que vem a ser os itinerantes significados de saudável.

Considerando a complexidade da linguagem, somos aqueles que reeditam os discursos midiáticos.

> Editar é, portanto, construir uma realidade outra, a partir de supressões ou acréscimos em um acontecimento. Ou, muitas vezes, apenas pelo destaque de uma parte do fato em detrimento de outra. Editar é reconfigurar alguma coisa, dando-lhe novo significado, atendendo a determinado interesse, buscando determinado objetivo, fazendo valer determinado ponto de vista. (BACCEGA, 1994, p. 8)

Como diz Canevacci (2001, p. 245), "o destinatário não é mais um recipiente passivo, ponto final do fluxo comunicativo, mas um sujeito ativo, um intérprete que negocia os significados". Em meio ao fluxo discursivo, nos colocamos o desafio de entender as permanências que nos acompanham e nos convidam a atribuir sentidos e significados nos processos comunicacionais nos termos

de teorias sobre bricolagem. (CARVALHO, 2013; LÉVI-STRAUSS, 1976) Segundo Carvalho (2013, p. 65), "a estrutura básica da bricolagem é a de um novo arranjo simbólico com significados 'usados' – uma nova ordem adaptada que oscila entre confusão e criação antes de ser considerada propriamente ordenada e organizada em seu habitat". Bricolagem para Lévi-Strauss (1976, p. 29) é uma "ciência primária antes primitiva". Ainda segundo o autor, a reconstrução de sentidos e significados constitui-se em um processo "constantemente ameaçado pelas trações que se exercem, num sentido e noutro, conforme as flutuações da moda, do estilo e das condições sociais gerais". (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 57) A partir de acordos, consensos e trocas simbólicas, as edições no mundo de consumos editados são estabelecidas. Neste estudo, voltamos nosso olhar para um fenômeno comunicacional na cidade: a alimentação saudável. Hoje considerada uma marca de distinção social. Em estudos realizados em busca da compreensão do consumo simbólico do saudável na contemporaneidade, pudemos observar que, segundo Barcellos (2016, p. 134),

> [...] impressões, valores, visões de mundo, tradições, representações de todas as ordens referentes ao universo da alimentação saudável associada à qualidade de vida, transformam as realidades. Colocam-se através das questões referentes à alimentação a cada instante sob uma lógica que estimula os diferentes interesses em um determinado momento, seja para atender o lado da produção-consumo-comunicação ou o lado do público receptor. Refletem-se nos imaginários nas mídias e comandam toda uma rede de produção e de consumo.

Fenômeno complexo e midiático, a alimentação saudável segue uma lógica rentável que

> [...] transforma a tudo e a todos em mercadorias negociáveis em bolsas de valores e no mercado de futuro, uma ficção própria da esquizofrenia capitalista. Ainda assim temos que prosseguir e construir estratégias porque não é possível paralisar as transformações sociais, da mesma forma que não conseguimos parar

> de envelhecer e parar de nascer. O capitalismo, como modo de produção, foi (e tem sido) capaz de se reorganizar, tornando-se contingencial. (CARVALHO; PERES-NETO, 2016, p. 57)

Nosso objetivo, a partir da temática elencada, é pensar sobre o fluxo de sentidos da alimentação que habita o imaginário social e permeia as diversas narrativas, tomando como base a ideia de bricolagem alimentar proposta por Carvalho (2013, p. 17): "uma estratégia que atravessou as práticas de alimentação [...] como um modo de 'arrumar' o universo simbólico, uma estratégia de organização dos significados dos alimentos na vida das pessoas". Partindo dessas ideias, construímos uma questão de estudo: no cotidiano, percebemos com certa frequência a incorporação de disposições sociais que envolvem a temática da alimentação saudável no cenário plural da metrópole. Que jogo de forças ou tendências, marcado por elementos simbólicos midiáticos, nos leva a negociar e a escolher o saudável em nossas vidas? Nosso intuito é refletir sobre as sutilezas e contradições de uma utopia da saúde pela produção e consumo de novos significados de fórmulas práticas do saudável. Há que se observar permanências no processo de bricolagem alimentar. As adequações que poderiam operar como inclusão social acabam reforçando novos modos de hegemonia em que a concentração de forças aceita novas gambiarras customizadas para impulsionar o consumo. Somos instigados a refletir sobre os movimentos de ir e vir nas cidades, seus consumos e pertencimentos. O ato de comer nos posiciona nos espaços, medeia acordos, consensos, conflitos, tensões e comunica afetos, sentidos e emoções. O comer ocupa a cidade, constitui lugares e prenuncia novas sensibilidades para distinções e semelhanças de convívio entre os muros de pedra de que fala Sennett (2003). Segundo Carvalho (2013, p. 82), "na prática, os significados são reinterpretados na bricolagem, e não faz sentido buscar a origem, mas, sim, uma relação no universo de significação".

> o simbolismo de tradicional, regional, caseiro e artesanal se reinterpreta de nodo dinâmico nas trocas simbólicas. É na realidade de um contexto específico que as ideias de tradicional se fundem, ou não, com as de moderno, alcançando distinção social. (CARVALHO, 2013, p. 82)

Disputas e acordos silenciosos marcam o espaço urbano. A vida material e a vida imaginada confrontam-se: é dado o momento de olhar para esse duelo que se impõe cotidianamente e participa ativamente da construção social dos indivíduos em cenas transmidiáticas. Na era da convergência em que vivemos, histórias e narrativas polissêmicas deslocam-se de um lado para outro tecendo uma rede de conteúdos midiáticos que contornam a cidade e os sujeitos. (JENKIS, 2009; SCOLARI, 2013)

Nesse mundo em que ecoam muitas vozes, muitas são as narrativas que fazem parte da construção do "novo", no que se refere às sensibilidades da alimentação saudável. Mais que isso, entrecruzam-se, são polissêmicas. Edições e idealizações gritam nos imaginários das urbes entre consumos nas práticas de alimentação. Faz-se necessário pensar sobre essa pauta do saudável em processo de bricolagens. Segundo Baccega (1994, p. 9), precisamos "ser informados sobre a construção e edição desse 'mundo de representações'. Desse modo, ao 'receber' os produtos culturais, sua percepção será diferenciada, possibilitando uma leitura mais adequada do mundo".

CONFRONTOS DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO IMAGINÁRIO DAS URBES

A convivência do imaginário da alimentação saudável, assim como da cidade saudável, é assunto de pauta que toma nosso cotidiano a todo instante. A cidade se constitui, nas palavras de Freitas (2011, p. 22), com "um emaranhado de comunicações que acontecem nas mídias tradicionais, de massa ou dirigidas, mas também nos prédios e nos corpos que transitam pelos mais diversos espaços metropolitanos". O consumo do saudável está permanentemente criando variações sobre o mesmo tema ilusório de vida saudável nas cidades contemporâneas. Segundo Sennett (2006, p. 135), "o desafio de toda aposta comercial nas marcas é criar variações sobre esse tema ilusório". Assim, os padrões de alimentação saudável engendram pequenas diferenciações concebidas e executadas de maneira rápida e fácil, numa experiência nova do comer em que o céu é o limite.

O consumo de alimentação saudável abriga códigos identitários espalhados em *blogs*, livros, quadrinhos, *wikis*, *videogames*, produtos colecionáveis e uma ampla gama de materiais e suportes midiáticos diversos.

> Isto tudo constitui a chamada cultura de convergência, na qual as reapropriações e reconstruções de conteúdos a parir de um contexto de produção midiática colaborativa gesta uma nova cultura da comunicação midiática de consumo. (CARVALHO; PERES-NETO, 2016, p. 55)

Para Lipovetsky (2009, p. 269), "a comunicação midiática ordena-se sob a lei da sedução e do divertimento, é reestruturada implacavelmente pelo processo de moda porque aí reinam a lei das sondagens, a corrida às contagens de audiência". Embora a presença marcante do grotesco e do medo em muitos de seus conteúdos causem grande impacto, as representações da confiança e do afeto fortalecem as mensagens midiáticas. Tornam-se elementos de atração e de estruturação da sociedade por meio do diálogo que promovem. Contemporaneamente, a mídia desempenha um poder social por ser um elemento de coesão por afinidade entre os grupos. Conforme nos relata Han (2019, p. 19), "é uma crença equivocada que o poder atue apenas pela repressão ou pela destruição [...] Os que estão submetidos ao poder são usados (embora não necessariamente coagidos) para adotarem a decisão do poderoso, ou seja, aquilo que ele escolher fazer".

A violência das divisões, dos muros e dos contornos simbólicos dos pequenos acordos selados na cidade declara um poder que produz limites, um cenário de iguais que anula as diferenças e promove a exclusão social. As trocas simbólicas esbarram em violências ora explícitas, ora sutis que se impõem e desarticulam relações. Provocam tensões numa sociedade mediada por jogos de poder. O indivíduo encontra-se submetido às regras do jogo social de que fala Bourdieu (2004), participa da disputa entre os agentes e comunica mensagens para se inscrever nessa estrutura simbólica como um bom jogador. Também se encontra sob o poder da linguagem midiática que joga com as palavras e com os silêncios em seus múltiplos sentidos e significados. No tocante à alimentação, conforme as reflexões de Carvalho (2013, p. 31), foi possível observar em estudo sobre os naturistas e veganos da cidade do Rio de Janeiro que

> o significado que um alimento assume depende de variados elementos que constituem um estilo de alimentação, com os quais convivemos cotidianamente sem mesmo notar sua presença, sem perceber a reprodução de códigos de identidades, similitudes e

> analogias construídas nas ações concretas do comer em nosso corpo. Muitas vezes, um sentido aparece nas entrelinhas de uma fala ou de uma escrita, mas também pode ser ocultado pelas palavras.

Toda forma de capitalizar o indivíduo é bem-vinda. Segundo Featherstone (1995), não se consome um alimento apenas por sobrevivência, mas para comunicar um estilo de vida. Quando se pensa em consumo de alimentos saudáveis, não adquirimos somente o alimento em si. Adquire-se o tempo que se idealiza para as atividades cotidianas, a praticidade, a confiança através de rótulos, os modismos, os estilos alimentares, o corpo que se pretende e o pertencimento a um universo simbólico de subjetividades profundas.

Mesmo que o confronto se instaure – entre idealizações de uma vida que pede mais atenção aos movimentos mais lentos, inteiros, contemplativos e de plena felicidade e conexão com o hoje – nesse mundo da produção e do desempenho da realidade em que vivemos, a ideia de uma vida saudável é um projeto de vida construído entre sentidos e significados, por vezes paradoxal, porque desabilita a comensalidade inclusiva nos espaços coletivos.

Para Han (2017b, p. 70), "como contraponto, a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos [...] O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma". Imbuídos desse desejo de maximizar a produtividade em todos os setores, lutamos por coletes que nos salvem do esgotamento.

O SAUDÁVEL COMO UMA MARCA NOS DISCURSOS MIDIÁTICOS

O atributo saudável é um mote para o consumo e, segundo Carvalho (2013, p. 69), "operacionaliza o conceito de bricolagem no ato de interpretar os princípios de manifestações linguísticas e comunicativas em geral". O saudável se presta a justificativas e argumentos para normatização dos modos de vida nas cidades, modo de vida que ressignifica o "civilizado". Opera nos discursos como lema, bandeira, emblema ou mesmo evidência em edições (re)inventadas para contemplar interesses dos mais variados. No entanto, há que se considerar o caráter etnocêntrico das negociações globais que se mantém um padrão idealizado de saudável como objetivo a ser alcançado por todos.

Se, por um lado, aprendemos a significar o saudável em comunhão, como uma experiência nova e pedagógica, uma vez que a cultura é pública; por outro, a imposição de modelos prontos de significação *fast-thinking* do saudável silencia elementos presentes nos discursos que não se alinham à discursividade dessa comunhão, sobre as quais poderíamos citar os próprios elementos que fizeram parte do processo de significação do saudável, isso antes da construção de uma marca social. Estes são elementos próprios da linguagem e dos discursos,

> [...] errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem. De um lado, é na movência, na provisoriedade, que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle e interpretação, que são historicamente determinadas. (ORLANDI, 2012, p. 10)

A marca do saudável nos envolve e articula estímulos (re)ligados, transformados e iluminados pelos múltiplos dispositivos da tecnocultura. Aparece e constrói positividades e dissemina informações, possibilidades de reflexão e solução aos problemas cotidianos. De acordo com Han (2017, p. 31), "o excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção". Nesse tempo em que o excesso de positividade repercute reflexões, cruzando perspectivas críticas sobre os processos comunicacionais e as edições para o saudável, apontamos uma questão: a marca do saudável seria uma "invenção rentável do bem"? São muitas questões que se impõem como parte de um fenômeno que, para Sodré (2013, p. 57), "a tecnocultura 'ilumina', deixando fora deste foco partes em geral muito importantes, mas não adequadas à imagem ou não afinadas com o jogo das aparências sociais".

De fato, partindo do conceito "bios midiático", de Sodré (2013), estamos numa nova ambiência de produção e circulação de informações, interação e modos de ser no mundo. Potencializado pela iluminação da tecnocultura, o agendamento das representações da alimentação, especificamente do saudável, promove uma afetação profunda na vida cotidiana. "Toda uma estesia prescritivista ou moral generaliza-se midiaticamente para a esfera social por meio de signos e ícones da ordem do consumo". (SODRÉ, 2013, p. 58)

É precisamente isso, tudo pronto para consumo, *prêt-à-porter* do saudável, que satura as vitrines midiáticas para salvar o indivíduo dos seus males, sejam quais forem. A polifonia da alimentação saudável parece desaparecer em meio ao poder do "natural". Para Gomes (2017, p. 78), "se um aspecto ou fato não é publicizado, seja pela mídia tradicional, seja pelas mídias digitais, parece não existir".

Os esquecimentos, como cita Orlandi (2012), silenciam parte do contexto dos discursos midiáticos e apagam vestígios da exclusão social embutida nos discursos midiáticos de um saudável que "higieniza" até mesmo a comida de rua, subjugando valores locais aos globais. Os guias nacionais para alimentação saudável prometem incluir a cultura local no cardápio, mas desde que ela siga docilmente seus princípios de composição de uma refeição saudável global. A relação de significação segue uma hierarquia que opera de modo hegemônico: o local é saudável quando corresponde ao saudável global. A homogeneidade de uma alimentação saudável nos leva ao extra local, uma vez que, nas palavras de Santos (1988, p. 20),

> só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extra locais. Com a transformação do mundo, devemos assim, substituir as antigas categorias de análise por outras que deem conta da explicação do novo e da mudança.

Os códigos que incluem e identificam determinado alimento ou regra nesse lugar de referência podem não estar em consonância com o mundo real. Podem ser exemplos de violências simbólicas para se pertencer a um grupo, construídas nas bases de uma realidade ficcional. Apenas idealizada e vendida como mais um produto de consumo do viver bem.

A HIPERINFORMAÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO E AFETOS NA CIDADE MATERIAL E IMAGINADA

Nessa justaposição, material e imaginado estão fortemente imbricados,

> consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instancias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. (SANTOS, 2014, p. 1)

Na interface de realidades construídas, muitas são as vozes que buscam travar diálogos no cotidiano. O natural é a potência da alimentação saudável, a parte que representa a carne humana, que complementa a parte pedra das cidades. No entanto, assim como para Sennett (2003), não são as ruas, clubes ou bares os principais elementos que nos tolhem a liberdade, também não é o reduzido consumo dos alimentos "naturais", em detrimento dos ultraprocessados, que nos limita a existência. Eles são parte da estrutura construída historicamente em nossa cultura que nos aliena de nossa potência humana, de nossa condição para construir novas formas produtivas mais sustentáveis e solidárias.

> Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. (MINTZ, 2001, p. 31)

Novos fluxos de sentido constroem tendências entre afetos e violências simbólicas. Cidade e alimentação se fundem no mesmo tecido que pulsa, vibra, silencia, grita narrativas que buscam criar pontes ou muros e que, sobretudo, provoca escolhas que supostamente pensamos ter a liberdade de fazer. Somos regidos por escolhas conduzidas por interesses individualizados, entre a hiperinformação e a desinformação. O empuxo do consumo do saudável também move e é movido pelo mercado do risco.

A expectativa construída pela alimentação saudável denota em sua essência o desejo de libertar o indivíduo de seus medos, entre eles o que mais nos afeta e mobiliza: o medo da morte. Intrínseco à vida, alimenta uma multiplicidade de saberes, tendências e uma rede de consumos geradora de bem-estar, longevidade e um padrão estético e de saúde perfeitos nesse momento.

> As oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em falta nesta nossa época, atualmente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Os medos são muitos e variados. Pessoas de diferentes categorias sociais e de gênero são atormentadas por seus próprios medos; há também aqueles que todos nós compartilhamos – seja qual for a parte do planeta em que possamos ter nascido ou que tenhamos escolhido (ou sido forçados a escolher) para viver. (BAUMAN, 2008, p. 31)

Narrativas e imagens midiáticas de hoje nos tomam e também nos apoderamos delas, simultaneamente. Esse fluxo de sentidos e de tendências disputa lugares na arena midiática, confunde e promove uma exacerbação de informações com muitos atores envolvidos. A competição comunicativa multimidiática prolifera informações e tumultos e não há clareza sobre os conteúdos disseminados.

A disposição por soluções pragmáticas e fórmulas alcançáveis impulsiona os consumos do saudável. No entanto, essas fórmulas são descartadas antes mesmo de serem viabilizadas, de modo a se manterem ressignificáveis, com *status* de alcançável na vitrine dos elementos consumíveis. Entretanto, uma regra é clara: embora tudo pareça estar tão claro e transparente, o que deve prevalecer é o movimento intenso de reflexões sobre as bases de nossas escolhas. Para Han (2017, p. 95, grifo do autor),

> [...] a sociedade da transparência não padece apenas com a falta de verdade, mas também com a falta de aparência. Nem a verdade nem a aparência são transparentes; somente o *vazio* é totalmente transparente. Para exorcizar esse vazio coloca-se em circulação uma grande massa

> de informações, sendo que a massa de informações e de imagens é um enchimento onde ainda se faz sentir o vazio. Assim, mais informações e mais comunicação não *clarificam* o mundo; a transparência tampouco o torna clarividente. A massa de informações não gera *verdade*, e quanto mais se liberam informações tanto mais intransparente torna-se o mundo. Por isso, a hiperinformação e a hipercomunicação não trazem *luz* à escuridão.

As escolhas alimentares seguem afetos e interesses que reafirmam, ou reificam, a legitimidade de traços distintivos do saudável nos discursos e na organização do comer nas cidades. Segundo Costa (1987, p. 148), é preciso estar ciente de que "a produção dos enunciados observacionais resulta do acionamento integrado de processos de recolha, registro, classificação e análise [...]. Todos estes processos estão, inevitavelmente, 'impregnados de teoria'". Portanto, a disseminação de estudos ao longo da história promove reflexões sobre sutilezas da significação do saudável na contemporaneidade e representa uma tentativa, entre acertos e erros, de se construir um espaço coletivo mais livre. Uma liberdade compartilhada dentro dos limites de corpo e da cidade que se quer inclusiva e cidadã.

As tecnologias de informação e comunicação ampliaram demais a quantidade e qualidade das notícias, mas ainda nos mantemos com os mesmos "processadores intelectuais" em nossa condição humana. Seguimos o mesmo processo histórico e reflexivo de construção. Em *Carne e pedra*, Sennett (2003, p. 15) sinaliza no corpo humano. "Logo percebi que o problema tinha causas mais abrangentes e origens históricas mais profundas". Nossas limitações no corpo também são construídas socialmente com fronteiras tênues entre o público e o privado: o que se come é bem íntimo, quando mastigamos e engolimos, ao mesmo tempo que o imaginário que motiva o comer está numa dimensão pública, são significados compartilhados culturalmente que dão sentido ao que comemos. Da mesma forma, a insensibilidade corporal e a alienação das condições humanas têm fronteiras tênues com os nossos afetos.

No mundo da hiperinformação, a escolha do sujeito está pressionada pelo dimensionamento e quantificação dos chamados para consumos, e não pela adequação, porque esse mesmo sujeito não se conhece inteiramente dentro do jogo social e simbólico da vida que lhe disponibiliza o que comer.

> As experiências de comensalidade não se realizam isoladamente como uma decisão de vontade própria - qualquer que seja a decisão tomada. A mesma respira múltiplos enunciados e informações virtuais nos meios de comunicação e no mundo das artes. É também parte, contemporaneamente, das dinâmicas e processos próprios do fenômeno da transmidiação. A questão que se coloca é a qualidade dessa comensalidade no âmbito do coletivo, entendendo que as conexões virtuais são parte de um processo de adaptações e equilíbrio nas relações sociais. (CARVALHO; PERES-NETO, 2016, p. 55)

Trata-se de constatar que ninguém escapa de um espaço subjetivo de exposição a imagens e mensagens do saudável na prática cotidiana da vida, elas nos afetam e produzem efeitos de opinião pública. A internet constitui uma rede de comunicação global (CASTELLS, 2009) que configura hoje espaços reais de socialização (BACCEGA, 2009) com efeitos tanto "educadores" quanto "devastadores".

MÚLTIPLOS CONSUMOS E CRISE ÉTICA

Os efeitos influenciadores de elementos da comunicação têm sido enfatizados há tempos. A demanda teórico-conceitual que nos move sobre as questões da alimentação saudável não se pauta no porquê usamos um termo que se presta a tantos significados, na relação causal que está em jogo, nem na formulação de um novo modelo certo de saudável, tampouco está em questão uma metodologia científica que prevê um objeto-solução, pois entendemos que essa é a armadilha de um círculo vicioso. Um questionamento sobre o que é saudável e o que não é produzido nas redes sociais seria ingênuo e nos levaria a novo *layout* de alimentação saudável, altamente consumível como um *fast food* de significados. O que a conceituação nessa vertente se propõe é pensar os esquemas de percepção do sujeito junto com o objeto no jogo simbólico da experiência, no contexto da sociedade consumerista, que, no caso, implica uma reflexão sobre um *éthos* das escolhas do comer saudável condicionadas pelos muros de "pedra" com discursos naturalizados, sem crítica alguma a esses. Dessa forma,

> [...] não surpreende constatar as múltiplas formas de submissão a interesses inglórios do mundo da produção. Elas se põem, por vezes sem julgamento crítico, a serviço do marketing, daquilo que se chama relações humanas, de toda sorte de social engineering e de produção, sob encomenda das ideologias, reduzindo assim gradualmente suas possibilidades. Desse modo as ciências sociais se interessam por uma amostragem tendenciosa das contradições mais importantes: O Estado e as firmas transnacionais, o Estado e a Nação, o crescimento e o empobrecimento, o Leste e o Oeste, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento etc., de modo ocultar as causas reais e os resultados visíveis dos encadeamentos entre fenômenos. (SANTOS, 1988, p. 8)

Assim, pensar sobre uma convergência de significados em torno do saudável implica um alerta diante de uma ordem global que nem sempre atende, sequer dialoga, com uma heterogeneidade de formas da cidade. Escolhas fora do padrão saudável global não são desordenadas, mas seguem outros planos de futuro que não compram a homogeneidade dos espaços globais como realmente saudáveis.

As múltiplas significações do mercado do saudável se impõem e resistem ao passar dos anos. Ao final, o impacto de uma rede de consumo massivo em nome da felicidade é o que move a sociedade da informação que vivemos.

> É em nome da felicidade que se desenvolve a sociedade de hiperconsumo. A produção de bens e serviços, os meios de comunicação social, as atividades de lazer, a educação, o planejamento urbano, tudo é pensado e criado, em princípio, tendo em vista a nossa felicidade. Neste contexto, abundam os manuais e métodos para viver melhor, a televisão e os jornais destilam conselhos sobre saúde e manutenção da forma, os psiquiatras ajudam os casais e os pais em dificuldades, são cada vez mais os gurus que prometem a plenitude. Cuidar da alimentação, dormir, seduzir, relaxar, fazer amor, comunicar com os filhos, mantermo-nos dinâmicos:

> que esfera escapa ainda às receitas da felicidade? Passamos do mundo fechado ao universo de possibilidades infinitas para ser feliz: vivemos o tempo do *coaching* generalizado e dos manuais de instruções para a felicidade ao alcance de todos. (LIPOVETSKY, 2014, p. 288, grifo do autor)

ÚLTIMAS OBSERVAÇÕES

As produções midiáticas acerca do saudável encontram nas cidades a inspiração que tece uma rede de consumos que afeta nossas sensorialidades. E por aí chegamos às perspectivas moralizantes em edição do saudável. O agendamento de representações que iluminam midiaticamente as questões da alimentação, compatíveis com variáveis tecnomercadológicas, utilizam-se de estratégias que, em boa parte, reforçam os efeitos do simbólico na realidade.

Retomando a questão deste estudo: que jogo de forças ou tendências, marcado por elementos simbólicos midiáticos, nos leva a negociar e a escolher o saudável em nossas vidas? Observamos que o complexo fenômeno da alimentação saudável encontra terreno fértil para frutificar e circular no espaço urbano, contemplado por lógicas do poder que se associam ora à liberdade, ora à coerção, entre resistências e obediências, convergências e divergências. A cidade é um espaço de forças capaz de constituir e estabelecer lugares para nos brindar com o novo que nos salva da aridez e do caos das metrópoles.

O bem viver evidencia-se em pautas transmidiáticas e superlota as prateleiras com produtos simbólicos oferecidos para consumos. Assim como os riscos, suas pautas não se esgotam e são amplificadas para suprir demandas construídas cotidianamente, em que nos escapa a clareza de suas relevâncias.

Afetos, coerções, seduções, máscaras, em uma mistura combinada de imagens e narrativas, gritam e silenciam por nossas escolhas. Incontáveis representações compõem o imaginário de consumos do saudável. Questões moralizantes em sentido enfático surgem midiaticamente e clamam por nosso satisfatório desempenho. O sentimento de "liberdade" que nos acompanha frente aos discursos é ilusório, mas é um elemento funcional do processo de produção dos consumos. O que é transparente, o que é real, o que

é construído? Talvez os impactos dessas respostas assustem. Entretanto, é certo que negociaremos a escolha mais saudável que pudermos em nome de nossa felicidade. Afinal, é nisso que reside nosso mais profundo desejo.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Comunicação e Educação*: Revista do Departamento de Comunicação e Artes, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579/47201. Acesso em: 22 ago. 2023.

BACCEGA, M. A. Do mundo editado à construção do mundo. *Comunicação e Educação*: Revista do Departamento de Comunicação e Artes, São Paulo, n. 1, p. 7-14, 1994. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36194. Acesso em: 23 maio 2023.

BARCELLOS, D. M. N. *Alimentação saudável e qualidade de vida na cidade*: um estudo dos imaginários nas mídias. 2016. Tese. (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CANEVACCI, M. *Antropologia da comunicação visual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARVALHO, M. C. V. S. *Bricolagem alimentar nos estilos naturais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CARVALHO, M. C. V. S.; PERES-NETO, L. Comensalidade transmidiatizada e a construção de novas sensibilidades. *In*: FERREIRA, F. R.; PRADO, S. D.; VARGAS, E. P. *et al*. (org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. v. 6, p. 53-68.

CASTELLS, M. *Communication Power.* Oxford: Oxford University Press, 2009.

COSTA, A. F. A pesquisa de terreno em sociologia. *In*: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Ed. Afrontamento, 1987. p. 129-148.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FREITAS, R. F. Comunicação e espaços urbanos de consumo: o imaginário dos shopping centers. *In*: FREITAS, R. F.; OLIVEIRA, J. S. *Olhares urbanos, estudos sobre a metrópole comunicacional*. São Paulo: Summus, 2011. p. 8-9.

GOMES, P. G. *Dos meios à midiatização*: um conceito em evolução. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

HAN, B. C. *O que é poder?*. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, B. C. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017b.

JENKIS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal* – ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero:* a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MINTZ, S.W. Comida e Antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/abstract/?lang=pt. Acesso em:

ORLANDI, E.P. *Discurso em análise*: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ROCHA, E. Coisas estranhas, coisas banais: notas para uma reflexão sobre o consumo. *In*: ROCHA, E.; ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. *et al.* (org.). *Comunicação, consumo e espaço urbano:* novas sensibilidades nas culturas jovens. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2006. p.15-34.

SANTOS, M. *As metamorfoses do Espaço Habitado.* São Paulo: HUCITEC, 1988.

SCOLARI, C. A. *Narrativas transmedia*: cuando todos los médios cuentan. Bilbao: Deusto, 2013.

SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, R. *Carne e Pedra:* o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental.* O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho*: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOBRE OS AUTORES

ALDANA BORAGNIO
Doctora en Sociología por la Universidad de Alicante. Integrante del Grupo de Estudios sobre Sociología de las Emociones y los Cuerpos del Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG) de la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina.

ANA CLARA LOPEZ DELUCCAS
Licenciada en Ciencias de la Comunicación. Integrante del Grupo Investigador sobre Alimentación, Discursos y Territorio. Ayudante del Programa Apex, Universidad de la República, Uruguay.

ANA ELISA BASTOS FIGUEIREDO (*IN MEMORIAM*)
Doutora em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

ANA PAULA DOS PASSOS CANCIO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e participante do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

CLARISSA MAGALHÃES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e participante do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

DANIELA MENEZES NEIVA BARCELLOS

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e pesquisadora convidada do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

ELIANE PORTES VARGAS

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz. Líder do grupo de pesquisa Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero, Reprodução e Sexualidade (Corpus) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

ÉRICA DE AQUINO PAES

Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ.

FABIANA BOM KRAEMER

Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Alimentação,

Nutrição e Saúde. Pesquisadora coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da UERJ e coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus), Brasil.

FABIANA PAIXÃO VIANA

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente na Universidade Estadual de Feira de Santana (UFES). Brasil.

FLÁVIA MILAGRES CAMPOS

Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente na Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.

FRANCISCO ROMÃO FERREIRA

Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública, com pós-doutorado em Ensino de Biociências na Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz, professor adjunto e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e em Comunicação. Líder do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

GABRIELA QUINHONES DE SOUZA

Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa. Professora assistente do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.

JEAN PIERRY LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

JUAN DA CUNHA SILVA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

JULIEDE DE ANDRADE ALVES

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

LIGIA AMPARO-SANTOS

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus); professora associada no Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde; e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

LÍLIAN LESSA ANDRADE

Doutora em Difusão do Conhecimento e professora associada do Departamento de Ciência dos Alimentos da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

LILIAN MIRANDA MAGALHÃES

Doutora em Alimentos, Nutrição e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

LUCIANE DA COSTA MOÁS

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora associada do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES CARVALHO

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora associada do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e coordenadora do Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

MARIA IRENE DE CASTRO BARBOSA

Doutoranda em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Nutrição Humana pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

MÔNICA NUNES NEUSTADT

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Comunicação e membro do grupo de pesquisa em Comunicação, Arte e Cidade da UERJ. Docente do curso de Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Brasil.

MICHELI SOARES DANTAS

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil.

MIGUEL OLIVETTI ESPINA

Magíster en Información y Comunicación, coordinador Grupo Investigador sobre Alimentación, Discurso y Territorio, director Programa Apex y profesor

agregado de la Escuela Universitaria Centro de Diseño Universidad de la República, Uruguay.

PABLO PEREIRA ÁLVAREZ

Magíster en Derechos de Infancia y Políticas Públicas, coordinador del Grupo Investigador sobre Alimentación, Discurso y Territorio, profesor agregado y coordinador académico del área salud del Programa Apex Universidad de la República, Uruguay.

PAULO ROBERTO VASCONCELLOS-SILVA

Doutor pela Escola Nacional de Saúde Pública e pesquisador do Laboratório de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

ROBERTO CARLOS DA SILVA BORGES

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor titular do Departamento de Ensino de Línguas e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

SAMUEL SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getulio Vargas e professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

SHIRLEY DONIZETE PRADO

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora titular nos Programas de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e em Comunicação da UERJ.

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: Myriad Pro
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m^2
Capa: Cartão Supremo 300 g/m^2
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 300 exemplares

Corpos e comensalidades em discursos consiste em mais uma contribuição aos estudos sobre o corpo e os discursos que engendram as comensalidades. Reunindo discussões atuais sobre *fake news*, mídias sociais e publicidade, a obra oferece distintas perspectivas na abordagem de variados temas considerando as categorias cor/raça, gênero, classe social. Nossa aposta ao discutir questões tão intimamente ligadas ao nosso cotidiano é repensar e relativizar a abordagem do corpo e das comensalidades no campo acadêmico e científico, favorecendo a chegada de tais reflexões a um público mais amplo. Os textos diferenciam-se ao trazerem a interdisciplinaridade tão almejada no campo da alimentação e cultura. No entanto, têm em comum o aporte das ciências sociais ao proporem a compreensão da construção social do corpo, e da relação entre sujeito e sociedade, por meio das relações entre natureza *versus* cultura como chave de leitura. Para além de um aglomerado de órgãos, músculos e partes, o corpo na cena contemporânea se constitui em uma arena de disputa em constante negociação de sentidos.

Um observador atento à nossa sociedade poderia dirigir nosso olhar ao nos indagar: há lugar mais potente do que os corpos que favoreça a compreensão dos discursos que instituem as comensalidades? É nesse sentido que este livro convida o leitor ao diálogo e à ampliação do olhar.

nectar
núcleo de estudos sobre cultura e alimentação

LADIGE
Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades - INHC/UFRJ

CORPUS
estudos socioculturais sobre corpo, gênero, reprodução e sexualidade

ISBN 978-65-5630-536-3